



LEONARDO DOS SANTOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**AGRONEGÓCIO VS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS:
DIFERENTES FORMAS DE CONCEBER E LIDAR COM OS
PROCESSOS PRODUTIVOS NO CAMPO. PRESIDENTE
OLEGÁRIO – MG (1990-2013)**

Uberlândia
Agosto de 2014



LEONARDO DOS SANTOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**AGRONEGÓCIO VS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS:
DIFERENTES FORMAS DE CONCEBER E LIDAR COM OS
PROCESSOS PRODUTIVOS NO CAMPO. PRESIDENTE
OLEGÁRIO – MG (1990-2013)**

Uberlândia
Agosto de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R696a
2014

Rodrigues, Leonardo dos Santos, 1988-
Agronegócios vs pequenos proprietários rurais: diferentes
formas de conceber e lidar com os processos produtivos no campo.
Presidente Olegário - MG (1990-2013) / Leonardo dos Santos
Rodrigues. - 2014.
245 f. : il.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Presidente
Olegário (MG) - História - Teses. 4. Agricultura familiar -
Presidente Olegário (MG) - História - Teses. I. Barbosa, Marta
Emísia Jacinto. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

LEONARDO DOS SANTOS RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**AGRONEGÓCIO VS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS:
DIFERENTES FORMAS DE CONCEBER E LIDAR
COM OS PROCESSOS PRODUTIVOS NO CAMPO.
PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG (1990-2013)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia
Agosto de 2014



LEONARDO DOS SANTOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**AGRONEGÓCIO VS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS:
DIFERENTES FORMAS DE CONCEBER E LIDAR
COM OS PROCESSOS PRODUTIVOS NO CAMPO.
PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG (1990-2013)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa – UFU (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos – UFU

Prof.^a Dra. Leandra Domingues Silvério – UFTM

Uberlândia
Agosto de 2014

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me conservado a saúde e a disposição, mesmo diante da necessidade de conciliar a formação no Mestrado em História e a jornada de trabalho, bem como por ter me permitido conhecer pessoas que auxiliaram de forma significativa para que esta formação pudesse se concretizar.

Agradeço aos meus pais, Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues e Cleide de Fátima Rodrigues, pelo apoio ao longo desse processo e por serem eternamente meus maiores exemplos de dedicação e comprometimento. Não poderia deixar de agradecer a tantos outros familiares que foram significativos, seja concedendo entrevistas, seja me apoiando das mais diversas formas.

A Luiz Fernando Silva pelo apoio, compreensão e paciência ao longo do processo, e por ter colocado à minha disposição ferramentas e materiais que em muito facilitaram a realização deste trabalho.

Também sou imensamente grato à Prof^a. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa por ter aceitado me orientar ao longo da pesquisa e pela parceria que vem sendo desenvolvida desde a Graduação em História.

A Prof.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos também possibilitou uma parceria extremamente proveitosa, contribuindo para o aprimoramento teórico e metodológico das discussões em torno da temática da dissertação. Agradeço também à Prof.^a Leandra Domingues Silvério por ter aceitado participar da banca de defesa do Mestrado.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Sérgio Luiz Miranda por ter aceitado participar da Banca de Qualificação e pela grande contribuição para o aprimoramento da pesquisa e das discussões teórico metodológicas.

Por fim, agradeço aos colegas de Graduação que, apesar de não estarem presentes ao longo do Mestrado da mesma forma que estiveram naquela fase de minha formação, serão sempre, exemplos motivadores para continuação de minha jornada.

*A lavoura virou colônia
E acabou-se meu reino encantado
Hoje ali só existe três coisas
Que o tempo ainda não deu fim
A tapera velha desabada
E a figueira apontando pra mim
E por último marcou saudade
De um tempo bom que já se foi
Esquecido embaixo da figueira
Nosso velho carro de boi*

“Meu reino Encantado” – Lourenço e Lourival

*(Composição: Valdemar Reis /
Vicente F. Machado)*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar experiências de pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário, no Noroeste de Minas Gerais, que, entre os anos de 1990 e 2013, mudaram sua fonte de renda da agricultura para a pecuária de leite. São produtores rurais das comunidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras, cuja mão-de-obra empregada é basicamente familiar, que sobrevivem, nos dias de hoje, da venda do leite para laticínios da região. Buscou-se acompanhar a trajetória destes sujeitos que, até determinada época, obtinham sua renda da agricultura, mas que passaram a sobreviver principalmente da pecuária de leite; caracterizar o sentido desta mudança em seu cotidiano e estabelecer a relação entre as mudanças neste recorte espacial e cronológico restrito e a atuação dos representantes do “agronegócio”. O trabalho também envolve a discussão sobre conceitos como “agricultura familiar”, “agronegócio”, “pequena propriedade rural”, “pequeno produtor rural”, “agricultor”, “pecuarista” etc. que remetem a diferentes formas de vivenciar e referir-se aos processos produtivos no campo. A categoria “familiar”, por exemplo, mostra-se crucial, pelo tipo de mão-de-obra empregada nas propriedades, e por elas serem o lar das famílias que nela vivem e produzem. Por fim, amplia-se a discussão com questões como a relação do Estado com a estrutura fundiária; as várias perspectivas de produção e de relação com a terra inerentes a diferentes setores e grupos sociais; e os embates entre diferentes formas de se conceber o trabalho no campo e a relação com a terra.

Palavras-chave: Agronegócio. Agricultura familiar. Pequenos proprietários rurais. Agropecuária. Pecuária de leite.

Abstract

This essay aims to analyze experiences of rural smallholders from Presidente Olegário, at northwest of Minas Gerais, that, between 1990 and 2003, exchanged their source of income by agriculture to milk livestock. They are farmers from the communities by Lobeira, Capoeirão dos Badús and Três Barras whose hand labor used is mainly homelike, that survive, nowadays, by selling milk to dairies. We attempted to follow the trajectory of these subjects that, until certain time, they obtained their income from agriculture, but now survive mainly of dairy farming; to characterize the effect of this change in their routine and establish the relationship between changes in this space and chronological cut and restricted the activities of representatives of "agribusiness". The work also involves discussion of concepts such as "family farms", "agribusiness", "small farm", "small farmer", "farmer", "farmer" etc., which refer to different ways of living and refer to productive processes in the field. The "family" category, for example, seems crucial for the kind of skilled labor employed in the properties, and they are home to the families who live there and produce. Finally, it broadens the discussion with questions such as the relationship between the state and agrarian structure; the various perspectives of production and relationship with the land attached to different sectors and social groups; and clashes between different ways of conceiving the field work and the relationship with the land.

Keywords: Agribusiness. Family farming. Small landowners. Farming. Dairy Cattle.

Lista de Imagens

Figura 1 – Município de Presidente Olegário e municípios vizinhos	37
Figura 2- Noroeste de Minas	37
Figura 3 – Imagem de satélite de parte da localidade de Capoeirão dos Badús.....	39
Figura 4 - Vista aérea da propriedade do Sr. Vantuir e parte da Propriedade do Sr. Evandro.....	50
Figura 5 – Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. Antônio José da Silva....	66
Figura 6 - Vista frontal da lagoa na propriedade do Sr. Antônio José da Silva.....	68
Figura 7 – Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. José da Silva Marra.....	70
Figura 8 – Imagem de satélite das residências do Sr. Jorge Marra e do Sr. Gilmar.....	73
Figura 9 - Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. Valmir Gonçalves Rodrigues.....	83
Figura 10 – Imagem contendo partes das localidades de Capoeirão dos Badus e de Três Barras.....	131
Figura 11 – Fotografia tirada na conclusão do “Curso de Vaqueiro”.....	184
Figura 12 – Capa do Informativo Coopatos.....	212
Figura 13 - Entrada dos Stands da 8ª Semana Coopatos.....	229
Figura 14 - Entrada dos Stands da 6ª Semana Coopatos.....	230
Figura 15 - Leilão de gado leiteiro - 10ª Semana Coopatos.....	230

Lista de Siglas

BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;

CBT: Contagem Bacteriana Total;

CCS: Contagem de Células Somáticas;

CEMIL: Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda.;

CLACSO: Centro Latino Americano de Ciências Sociais.

COOPATOS: Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda.;

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

FAEMG: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais;

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário;

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul;

MLST: Movimento de Libertação dos Sem Terra;

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

OCEMG: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais;

PCI : Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados;

RIISPOA: Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal;

RIMISP: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural;

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1 – A terra e seus homens.....	36
1.1. Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira.....	36
1.2. Algumas famílias e suas trajetórias.....	64
Capítulo 2 – A rotina de trabalho e os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária.....	88
2.1. Os homens da terra: experiências, valores, práticas e conceitos.....	91
2.2. Os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária.....	121
Capítulo 3 – Estado, setores privados e produtores rurais: embates em torno da produção agropecuária.....	181
3.1. Diferentes historicidades na transformação dos saberes.....	181
3.2. Produtores rurais e os embates em relação à “cooperativa”.....	206
Considerações finais.....	236
Fontes.....	241
Bibliografia.....	243

Introdução

Todos os dias, milhões de brasileiros, já pela manhã, consomem porções de um alimento com o qual estamos familiarizados desde o nascimento: o leite. Após o período durante o qual somos amamentados com leite materno, o mesmo na maioria das vezes é substituído pelo leite de vaca. Assim, nas mesas de café da manhã geralmente não falta o leite fluído, ou mesmo algum de seus derivados, como os queijos, manteiga de leite e iogurtes, e ao longo do dia, o consumo de lácteos também se faz presente. Contudo, por traz do ato banal da ingestão de alimentos lácteos existem complexas e múltiplas relações que compõem o cenário social no qual estes gêneros alimentícios são produzidos, comercializados e distribuídos.

O contexto social em que se dá a produção de alimentos lácteos no Brasil deve ser pensado em sua historicidade, levando em consideração tanto aspectos mais gerais, como a inserção do país na lógica capitalista; quanto mais específicos, como no caso da desigualdade na estrutura fundiária nacional.

As inquietações e indagações surgiram de minhas vivências enquanto filho de um dos casais cuja propriedade situa-se naquela região, e enquanto ex-morador da mesma, bem como na condição de estudante de História, na Universidade Federal de Uberlândia, o que propiciou contato com a historiografia referente ao tema e com a prática historiográfica em si. Nascido em Presidente Olegário, Noroeste de Minas, residi em Capoeirão dos Badús, uma das comunidades acima mencionadas, por dezessete anos. Ao fim deste período mudei-me para Uberlândia, no Triângulo Mineiro, onde cursei a graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Ao longo daqueles dezessete anos morei com meus pais e três irmãs, naquela localidade. A partir dos onze anos já auxiliava nas tarefas da fazenda, visto que não tínhamos empregados, de forma que a mão de obra era basicamente familiar. Conciliava o trabalho na fazenda com os estudos; inicialmente estudei em uma escola da região, até a antiga 3ª série do Ensino Fundamental. A partir daí as escolas rurais foram fechadas e nós, alunos das comunidades rurais, éramos diariamente transportados até a cidade em ônibus escolares e passamos a estudar nas escolas urbanas, no meu caso, em Patos de Minas, município vizinho a Presidente Olegário.

Vivenciei na fazenda experiências significativas, sobre as quais tenho uma visão mais ampla a partir da bagagem teórico-metodológica adquirida com a graduação. A mudança mais significativa para as famílias deu-se em relação à fonte de renda: até o final da década de 1980 a mesma era a produção agrícola e a partir dos anos 1990 a pecuária de leite tornou-se gradativamente a principal fonte de renda das famílias. Testemunhei aumento dos rebanhos, que antes produzia uma pequena quantidade de leite, voltado para o consumo interno da fazenda, com venda de parte dele, constituindo fonte complementar de renda. O leite bovino tornou-se a principal fonte de renda; o cuidado e alimentação do rebanho, bem como a ordenha, as principais atividades em que eu e meus pais estivemos envolvidos; a estrutura da fazenda também foi modificada.

As mudanças na economia familiar repercutiram em todos os aspectos de nossas vidas, incluindo alterações drásticas na rotina da fazenda, uma redistribuição do tempo de trabalho, e também transformações nos padrões de renda e consumo.

Estas foram situações vivenciadas por muitos vizinhos e familiares que, gradativamente, passaram também a sobreviver da renda do leite. Boa parte deles eram também pequenos proprietários rurais, cujo trabalho na fazenda era feito pelos membros de cada família.

A graduação e subsequentes leituras para a elaboração do projeto de pesquisa para o Mestrado, e para a dissertação em si, permitiram visualizar as inter-relações entre as vivências dos pequenos proprietários rurais em questão e dimensões mais abrangentes, entre estas vivências e processos históricos mais amplos no tempo e no espaço. De país essencialmente agrícola e produtor de matéria-prima, do período colonial às primeiras décadas do século XX, o Brasil industrializou-se e urbanizou-se sobretudo a partir dos anos sessenta. O êxodo rural foi fenômeno de amplas proporções, mas nem por isso a agropecuária deixou de ocupar parcela de destaque na economia nacional principalmente porque a partir da instauração do regime militar a modernização do campo passou a ser incentivada:

... a partir daí o campo passou a ser alvo de políticas “modernizadoras”. O próprio termo “modernização”, que é um conceito, carrega uma interpretação daquelas mudanças, que se pauta em uma visão hegemônica desse processo de transformação, na medida em que para muitos, longe de ter significado de

fato “modernização”, esse processo implicou na exclusão, na pauperização, no aumento contínuo de dificuldades na produção agrícola e pecuária.¹

As formas de produção, tanto agrícola quanto pecuária, modernizaram-se com o incremento da mecanização, dispensando contingentes numerosos de mão-de-obra que migraram para a cidade em busca do que acreditavam serem melhores condições de vida, ou simplesmente por não haver outra alternativa. Tanto a agricultura quanto a pecuária alcançaram o mercado internacional nas últimas décadas; estas atividades estiveram cada vez mais integradas à indústria, de forma que se comercializam produtos processados e beneficiados, ultrapassando a produção de matérias-primas.

Todas estas transformações tiveram como um dos resultados o encarecimento do processo produtivo no campo demandando produção em maior escala, maiores gastos com equipamentos, insumos, assistência técnica e infraestrutura. Diante de novas exigências do mercado, o encarecimento do processo produtivo veio reforçar uma característica do meio rural no Brasil que data do período colonial e que ainda carece de soluções: a concentração de terras. Desde já faço aqui uma ressalva em relação ao conceito de “mercado”, essa abstração geralmente tomada como agente das mudanças, mas que aqui será tratado enquanto conjunto de grupos e setores com maior influência e poder de decisão sobre as relações de troca. Assim, não existe um sujeito histórico chamado “mercado” tomando as rédeas – empregando aqui uma metáfora que remete ao meio rural, em certa medida, já que se trata de um aparato usado na lida com cavalos – das relações de produção e comercialização, mas sim grupos e indivíduos com recursos suficientes e posição privilegiada para interferir em tais relações. E já adianto, também, que em se tratando de produção agropecuária no Brasil, quem ocupa essa posição não são pessoas como os pequenos proprietários rurais das localidades de Lobeira, Três Barras, e Capoeirão dos Badús. Os grandes proprietários possuem melhores condições de se adequar a um mercado cada vez mais favorável à produção em larga escala e cada vez menos propício à agricultura familiar, justamente porque, na verdade, eles próprios em grande medida “modelam” este mercado. Diante deste quadro, muitos pequenos proprietários vendem ou arrendam suas terras e mudam-se para as cidades, ou no caso específico da região tomada como recorte espacial da presente pesquisa, seguem

¹ SILVA, Renata Rastrello e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia- MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006. p.12.

produzindo em condições adversas, em constante endividamento e com pouquíssimas perspectivas de lucro.

Desta forma, compreender as experiências de pequenos proprietários diante do contexto recente permite uma visão mais ampla e minuciosa das relações campo e cidade. Isto porque tem-se acesso a diferentes posicionamentos em relação à conjuntura contemporânea, para além das estatísticas de instituições, governamentais ou não, que realçam apenas os índices de crescimento econômico e a expansão de algumas atividades agrícolas.

Para além da compreensão do que tem sido denominado frequentemente como “agronegócio leite”², busco apreender os modos de viver de sujeitos sociais reais, com subjetividades e memórias inacessíveis através do estudo restrito de números e cifras.

O aumento da produção leiteira nos últimos anos é fenômeno observável em âmbito nacional e no Estado de Minas Gerais como um todo. Segundo pesquisa da FAEMG, Minas Gerais é responsável por 29% da produção nacional e 71% da produção da região Sudeste. Entre 1994 e 2003 apresentou uma taxa de crescimento anual da produção de 3,01%, a maior do país, ao passo que o estado de São Paulo apresentou crescimento negativo, de -1,83.³ Apoiando em dados do IBGE, o Diagnóstico da Pecuária de Leite elaborado pela FAEMG aponta que houve nos últimos anos significativo crescimento da produção nacional de lácteos.

Em edição recente do Informativo Coopatos⁴, publicação mensal da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda – cooperativa para a qual a maioria dos produtores de Capoeirão dos Badús, Lobeira e Três Barras fornecem leite – a liderança de Minas Gerais na produção nacional de leite também foi destacada. Segundo a matéria, entre 2010 e 2011, o estado de Minas foi responsável por 27,3% da produção de leite no Brasil.

Foi definida então como problemática para o presente estudo, as experiências de pequenos proprietários rurais das localidades anteriormente mencionadas, no município de Presidente Olegário, no período entre 1990 e 2013, quando a pecuária de leite ocupou gradativamente a posição de principal fonte de renda destas famílias. Mais que

²Termo recorrente na bibliografia estudada, sobretudo em: FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. 156 p.: il.

³ Idem, Ibidem.. p. 30

⁴ Minas Gerais, líder em produção de leite . *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, nov. 2012. Ano XXIII. nº 300. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

uma abordagem restrita às vivências de um grupo relativamente pequeno de sujeitos, que vivem num área de extensão também restrita, trata-se de um esforço de confrontar tais experiências com processos históricos em que se transformaram as concepções de terra, produção, propriedade, produtividade etc., e nos quais perspectivas diferentes sobre estas e outras categorias influenciam-se mutuamente, porém em condições desiguais.

O problema central da pesquisa seria, então, identificar e caracterizar as transformações no cotidiano das famílias de produtores rurais – cotidiano aqui entendido num sentido amplo, que abarque questões econômicas, sociais, culturais etc. – decorrentes da alteração da fonte de renda das propriedades. A elucidação desta questão passa também pela identificação das relações sociais em que se inseriu esta mudança e do contexto histórico e social em que estes sujeitos sociais atuam e desenvolvem suas atividades produtivas. As questões colocadas, bem como os materiais analisados ao longo da pesquisa, exigem também um olhar que ultrapasse os limites das localidades rurais de Três Barras, Lobeira e Capoeirão dos Badús, incluindo na discussão também a atuação do Estado, do setor privado, dos grupos sociais ligados ao “agronegócio” etc.

D. Elias, citado por Patrícia Matos, destaca as principais características do setor agropecuário que começaram a delinear-se, segundo ele, em meados da década de 1970:

Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes. (grifo do autor)⁵

Para Sônia Maria Bergamasco haveria também a tendência à revitalização de antigas questões, porém sob novas roupagens, atenuando, ao menos em aparência, o caráter pretensamente hegemônico da expansão do chamado agronegócio, amplamente ligado à agroindústria:

No Brasil importantes questões, continuam em debate, pois, são “camaleônicas” se mimetizam pelos discursos anacrônicos de cada época. A reforma agrária ainda enredada pelo graal da propriedade da terra em si. A

⁵ ELIAS, D. Globalização e agricultura. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 321. Apud MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011p. 23 – 24.

“construção” de um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura o que pode dar a conotação de modismo, como os orgânicos, envolvendo certa idealização de um retorno à natureza. A (re) valorização das racionalidades e modos de vida “tradicionais” muitas vezes considerando, meramente, os aspectos da paisagem, o que pode gerar rótulos, entre eles o de agricultor familiar. O debate mais óbvio é o do crescimento da participação do agronegócio (vinculado ao discurso da eficiência) na economia brasileira. Voltamos, em pleno século XXI, ao modelo primário exportador? Que grande avanço!⁶

Embora a autora acima enfatize que haveria contradição no fato de que tem se observado gradativo aumento da participação do agronegócio no quadro geral da economia brasileira, pois o “modelo primário exportador” seria retrógrado, é preciso ressaltar que a produção e comercialização de produtos agropecuários se faz, atualmente, de forma diferente do que ocorria, há trinta ou quarenta anos atrás. Assim, para percebermos como estão ocorrendo tais transformações, é preciso compreender como tais gêneros estão sendo produzidos e comercializados, por quem e para quem, as perspectivas de perdas e ganhos para cada grupo ou setor da sociedade envolvidos, dentre outros tantos aspectos. Não basta, portanto, apontar a participação maciça da agropecuária nos números da economia brasileira e identificar aí um retrocesso, já isso significaria pressupor um sentido pré-estabelecido para as transformações nos setores produtivos apontando, por exemplo, para um predomínio da exportações de produtos industrializados como “estágio” mais avançado do que o de agroexportador.

O presente estudo propõe-se a identificar, entre outras questões, características da inserção dos pequenos proprietários rurais nas redes de produção e comercialização de gêneros agropecuários, tomando como recorte espacial três localidades rurais do Município de Presidente Olegário, entre 1990 e 2013, mas sem perder de vista que existe a significativa influência de fatores que ultrapassam as fronteiras espaciais delimitadas para estudo. Da mesma forma, é significativa a influência de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, que se desenvolveram em períodos anteriores ao recorte temporal estabelecido, de forma que a década de 1990 interessa aqui como marco por se tratar do período em que os proprietários rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús passaram a concentrar seus esforços e gastos na pecuária de leite, que se tornaria sua principal fonte de renda. Assim sendo, além de indagar sobre a forma como alterar a atividade provedora de renda teria modificado o cotidiano dos sujeitos analisados, faz-se necessário verificar também o

⁶ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013. p. 10.

que isto significou em termos da participação das famílias no comércio de gêneros agropecuários.

O debate não pode deixar de considerar a questão da propriedade da terra em si e da estrutura fundiária no Brasil, já de longa data marcada pela concentração de enormes extensões de terra em mãos de poucos proprietários. A Constituição de 1988, um marco na História política do Brasil, teria apontado perspectivas para o aprimoramento do debate sobre a propriedade da terra, na concepção de Sérgio Sauer, embora a percepção do autor pareça um tanto quanto otimista a esse respeito:

A abertura política, a elaboração da nova Constituição e a emergência e/ou, crescimento dos movimentos sociais levaram a estreitar a relação entre a redistribuição da propriedade fundiária e a construção e/ou consolidação da democracia no Brasil⁷.

Reflitamos então sobre a relevância e justificativa para as questões apontadas para a presente pesquisa, tendo em vista sobretudo as perspectivas da História Social, e também da historiografia inglesa de orientação marxista, e ainda da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, da Universidade Federal de Uberlândia. Assim, vale destacar de início que os sujeitos enfatizados como objeto da presente pesquisa enquadram-se na categoria de “trabalhadores”. As atividades realizadas nas propriedades rurais destacadas contam com o esforço do proprietário, esposa e filhos, sem a participação de funcionários assalariados, de forma que o trabalho constante é experiência compartilhada pelos moradores das localidades rurais acima mencionadas. Os membros de uma mesma família residentes numa mesma propriedade, são os responsáveis pelas atividades diariamente realizadas nas terras, e mesmo por atividades que se orientem por outras periodicidades, como plantio e colheita, embora em algumas ocasiões possa ocorrer o pagamento por diárias a vizinhos e parentes que residam fora da propriedade em que serão feitos os trabalhos. Atividades como abate de animais para obtenção de carne, sejam eles porcos ou gado bovino; realização de reformas em residências, instalações para lida com gado e cercas; vacinação de animais; e organização de eventos como novenas e a Festa de Reis, na maioria das vezes são realizadas a partir do esforço conjunto de membros de diferente famílias, sem necessariamente envolver remuneração monetária. O pagamento de diárias é comum no

⁷ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 45.

plantio, adubação, limpeza e colheita de lavouras, preparo de silagem para alimentação de animais no período de estiagem e limpeza de pastagens.

Não se tratam de trabalhadores assalariados, mas, ainda assim, são sujeitos que obtêm os recursos necessários à sobrevivência e conquista de algum patrimônio a partir do próprio esforço cotidiano, empregando sua própria força de trabalho, sem explorar mão-de-obra assalariada no processo, e envolvendo-se em atividades essencialmente produtivas, e não especulativas, como acontece com empresários que atuam no setor financeiro. Se, por um lado, a propriedade da terra, ainda que de uma pequena extensão de terras, apresenta-se como uma peculiaridade que os coloca numa situação, em alguns aspectos, privilegiada em relação a trabalhadores assalariados do campo e da cidade, o trabalho destes sujeitos não tem remuneração e limite de jornada diária pré-estabelecidos. A “quantidade” de trabalho a que precisam sujeitar-se é ditada pelas necessidades dos animais, pelas necessidades dos membros do grupo familiar e pelo capital necessário para aquisição de suprimentos e equipamentos para a propriedade, de forma que esta possa “sobreviver” economicamente no quadro mais amplo do setor agropecuário.

Um ponto crucial para a presente pesquisa é o fato de que, um dos desdobramentos das pressões que setores ligados ao agronegócio e o próprio Estado tem exercido sobre produtores rurais, donos de pequenas propriedades mantidas basicamente pela mão de obra familiar, tem sido justamente um aumento da jornada diária de trabalho e uma perda da autonomia da gestão do ritmo e organização das tarefas.

Não é tarefa fácil identificar qual a posição destas famílias na sociedade capitalista, ainda mais se nos prendermos a binômios e classificações rígidas, como a ideia de uma sociedade dividida basicamente em “burguesia” e “proletariado”. Karl Marx, que escreveu num contexto muito diferente do atual e no qual as sociedades capitalistas ainda não haviam alcançado o grau de complexidade e heterogeneidade das últimas décadas, já lembrava que os proprietários rurais não podem ser encaixados num esquema tão simplista, como também observou Arioaldo de Oliveira⁸.

Os sujeitos acima mencionados não podem ser enquadrados no que se poderia chamar de grupos dominantes, pois não possuem recursos materiais para tanto e não se encontram numa situação socioeconômica e política que lhes possibilite influenciar

⁸ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto. 1999.

diretamente nas ações de Estado, ou na tomada de decisões a nível privado no sentido de manterem seu *status quo*. Mas ainda assim, não se pode dizer que as desigualdades sociais estejam diminuindo, ou que o antagonismo e conflitos sociais tenham se diluído, e a complexificação do sistema capitalista torna mais difícil a tarefa de identificar o papel de cada grupo social e de nomeá-los, o que não significa que esta operação não seja necessária.

Por fim, outra marca da organização social, econômica, política e cultural capitalista, ainda extremamente significativa – diria inclusive determinante – além da própria questão da desigualdade, é a presença de situações de exploração e desapropriação. Exploração a que estão submetidos trabalhadores assalariados urbanos, trabalhadores rurais sem terra – frequentemente tomados como objeto na bibliografia com a qual o presente texto estabeleceu diálogo – e também, como será melhor argumentado ao longo da dissertação, os pequenos proprietários rurais. Já adiantando, são trabalhadores que produzem num cenário extremamente desvantajoso para a produção em pequena escala, concorrendo em condições desiguais com grandes proprietários rurais e “empresas rurais”, submetidos a um “mercado” sobre o qual não possuem controle, e no qual não definem as próprias perspectivas de perda e ganho. Se, por um lado, boa parte do material analisado aponta o crescimento significativo da produção leiteira em Minas Gerais no período a que se refere a presente dissertação, cabe averiguar a que setores tem chegado a lucratividade de tal atividade econômica, e preliminarmente é possível afirmar que não são os pequenos proprietários rurais os maiores beneficiários dessa expansão da agropecuária de leite.

Enquanto os moradores de Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira comercializavam produtos como milho e feijão, por exemplo, participavam diretamente da negociação dos valores a serem pagos pela saca de cada produto, de forma que possuíam maior controle sobre as condições da comercialização. No caso da pecuária de leite, vendem o produto não para os consumidores finais, mas sim para laticínios dos municípios de Presidente Olegário e Patos de Minas, que não negociam os preços, mas sim, determinam-nos, além do fato de que muitas das vezes esses compradores do leite são também fornecedores de rações, equipamentos e insumos que os proprietários rurais precisam comprar com frequência.

Dentre as fontes analisadas na presente pesquisa, destaco inicialmente as entrevistas realizadas com proprietários rurais das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús. Em alguns casos foram entrevistados o proprietário e a esposa,

em outros, apenas um dos dois. As entrevistas foram realizadas nos anos de 2012 e 2013, em visitas realizadas às propriedades, com exceção de Rosa Maria Rodrigues que atualmente reside em Patos de Minas, juntamente com Valmir Gonçalves Rodrigues e uma filha do casal. As entrevistas foram realizadas no sentido de compreender como estes sujeitos concebem a relação com a terra, as atividades por eles realizadas, e mesmo a sua condição de moradores e trabalhadores do campo. Trata-se de um esforço de considerar as perspectivas dos sujeitos tomados como objeto na pesquisa, no sentido de não nomear e caracterizar aquelas pessoas exclusivamente a partir de referenciais externos, de termos extraídos de nomenclatura técnica, ou mesmo de legislação referente à propriedade da terra que define “grandes proprietários”, “pequenos proprietários”, “agricultores familiares” etc.

O trabalho com as entrevistas, em grande parte, seguiu perspectivas apontadas por Regina Ilka Vieira Vasconcelos, em sua tese de doutorado, “Narradores do sertão: História e Cultura nas Histórias de assombração de sertanejos cearenses”⁹. Um primeiro ponto a destacar é que, antes de partir para a análise das entrevistas em si, Regina Vasconcelos teve o cuidado de expor a trajetória até a localização e definição das pessoas a serem entrevistadas, as situações e contextos em que ocorreram as entrevistas, o caráter imprevisível do desenrolar das entrevistas, aspectos da relação entrevistados/entrevistador, dentre outros aspectos que influenciam significativamente sobre o resultado do trabalho com narrativas orais.

Cada trabalho com entrevistas é peculiar até pelo fato de que as categorias de sujeitos a serem entrevistados são sempre muito específicas e podem reagir de formas variadas à abordagem do entrevistador. Leandra Domingues¹⁰ entrevistou trabalhadores sem-terra, tanto em terras ocupadas quanto nos assentamentos regularizados, resultando muitas das vezes em longas narrativas por parte daqueles, com poucas intervenções da entrevistadora. Algo que talvez ajude a explicar tal quadro talvez seja o fato de que sujeitos envolvidos com o movimento sem-terra são abordados com frequência pela imprensa, seja por repórteres de emissoras de televisão, emissoras de rádio ou da

⁹ VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. Programa de estudos pós-graduados em História da Pontífice Universidade Católica de São Paulo (2004) Tese de Doutorado em História Social. São Paulo-SP.

¹⁰ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontífica Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012.

imprensa escrita; pesquisadores de várias áreas (antropólogos, historiadores, geógrafos etc.), ou mesmo representantes de órgãos governamentais. Já os entrevistados de Regina Vasconcelos, e sobretudo os da presente pesquisa, raramente vivenciaram alguma experiência desse tipo, de forma que não deixaram de ocorrer situações em que os entrevistados estiveram pouco a vontade. Tanto no trabalho de Regina Vasconcelos, quanto na presente pesquisa não foram estabelecidos questionários previamente, embora houvessem temas em mente para serem expostos aos entrevistados. Ainda assim, o desenrolar das entrevistas demonstrou que nem sempre as mesmas seguem o caminho previamente imaginado, o que de forma alguma compromete a sua viabilidade e relevância para a pesquisa, já que muitas das vezes, falas que os entrevistados proferiram até mesmo sem ser questionados, trouxeram elementos muito ricos para a discussão desenvolvida na pesquisa como um todo.

No que se refere à relação entre entrevistados e entrevistador, havia significativa proximidade, até porque, tratam-se de familiares e vizinhos do período em que residi na localidade de Capoeirão dos Badús, no município de Presidente Olegário. Mas nem sempre essa familiaridade foi facilitadora das entrevistas, pelo fato já mencionado de que submeter-se a entrevistas era uma novidade para aqueles homens e mulheres, e também porque reagiam com estranhamento em relação a algumas perguntas, talvez até por suporem que as respostas já eram do meu conhecimento e por isso é possível que não compreendessem o sentido de algumas dessas perguntas. De qualquer forma, as reações às entrevistas foram variadas, e destaco de antemão que o casal José da Silva Marra e Ivalda dos Santos Marra foram os entrevistados que se mostraram mais à vontade com a entrevista e forneceram relatos mais longos que os demais.

Extremamente significativa também é a relação que Regina Vasconcelos estabelece entre os campos da memória e da cultura ao tratar das fontes orais, e compartilho com a autora a convicção de que o recurso aos relatos não deve ser orientado a partir da simples compilação de “recordações”, ou de “fatos” a serem captados, e que teriam por si só status de “verdade” por se tratarem de testemunhos dos entrevistados. Assim, a memória é pensada como construção ativa da parte dos sujeitos que as elaboram, que se expressa na forma como contam, na escolha do que contam, na ênfase que dão a certos elementos em detrimento de outros etc. De acordo com a autora:

O acesso a essas Histórias se dá com o encontro daqueles que as desenvolvem como memória, não apenas no sentido estrito de recordação, mas na intrincada articulação de costumes de trabalho, de usos do espaço, de modos de falar, de mudanças que se operam em suas vidas. O que se faz importante é entender quem são e como são essas pessoas.¹¹

As entrevistas representam aqui o caminho mais efetivo para uma compreensão, ainda que parcial, das vivências, perspectivas, valores e concepções inerentes aos produtores rurais. Ainda assim, tais fontes serão analisadas em constante diálogo com demais evidências encontradas ao longo da pesquisa, que na sua maioria dizem mais respeito às perspectivas de outros setores da sociedade em relação a temáticas como a propriedade da terra e a produção agropecuária. Dentre estes setores poderíamos mencionar esferas do poder público, grandes proprietários rurais, multinacionais produtoras de insumos agrícolas e do ramo da medicina veterinária, empresas voltadas para o beneficiamento do leite, produção de derivados do mesmo etc., que nos interessam aqui porque as experiências dos pequenos proprietários rurais, que empregam, são construídas em relação constante com sujeitos como os acima mencionados. Regina Vasconcelos Vasconcelos já salientava que a consideração das relações que tangem à questão da propriedade da terra e do trabalho sobre ela são imprescindíveis para a compreensão dos valores, idéias, costumes e concepções dos trabalhadores do campo:

Como trabalhar um imaginário social do sertanejo sem tocar nas relações sociais que regem o uso da terra, sem diferenciá-los uns dos outros, sem considerar como eles próprios se diferenciam de mim e eu deles, sem pensar nas relações de trabalho, nas transformações que vivenciam e vivenciam em suas ocupações – não precisar caçar para alimentar-se de carne, não precisar fazer chapéu, porque a aposentadoria garante uma renda mensal, não poder mais circular porque as cercas delimitaram estreitos espaços ao caminhante.¹²

Tanto para os sertanejos cearenses entrevistados por Regina Vasconcelos Vasconcelos, quanto para os produtores rurais destacados no presente texto, coloca-se como essencial a questão da sobrevivência, ainda que em circunstâncias e condições diferentes, já que muitos dos entrevistados pela autora não têm acesso à propriedade da

¹¹ VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. Programa de estudos pós-graduados em História da Pontífice Universidade Católica de São Paulo (2004) Tese de Doutorado em História Social. São Paulo-SP.p. 104.

¹² VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. Programa de estudos pós-graduados em História da Pontífice Universidade Católica de São Paulo (2004) Tese de Doutorado em História Social. São Paulo-SP.p. 107.

terra, mas apenas à posse da mesma, por exemplo. Diante disso, coloca-se o desafio de “articular o processo de constituição da memória à materialidade da sobrevivência”.¹³

O recurso às entrevistas também traz implicações sobre a definição do recorte temporal, sobretudo porque as falas não podem ser pensadas apenas no que se refere ao tempo relatado, já que estabelecem relação íntima com o contexto de fala. É importante destacar também que o presente estudo não constitui um trabalho de “História Oral”, em função do fato de que as entrevistas constituem apenas parte do material tratado ao longo da pesquisa, mas também pelas implicações que o uso dessa denominação traria.

Aquilo que os entrevistados expõem tem íntima ligação com a cultura por eles partilhada, sendo que “cultura” é aqui tratada partindo-se do pressuposto de que envolve valores, saberes, costumes e concepções comuns a uma coletividade, cuja apreensão deve envolver a análise de aspectos objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, desde os objetos em si até os contextos em que são utilizados ou produzidos, sem hierarquizações ou dualidades entre os mesmos. Assim sendo, não devemos orientar-nos por uma dualidade entre um suposto real material e as percepções em torno do mesmo. Além disso, não compartilho da perspectiva que percebe no recurso às entrevistas uma forma de “recuperar” fatos do passado. O ato de relatar é sempre marcado pelo contexto histórico e social do relato, como afirma Heloísa Cardoso:

Os lugares trazidos pelas memórias são referências de experiências vividas no passado e reinterpretadas no presente das narrativas. A fala, no momento em que é explicitada, está inserida em um contexto ou momento e é dele que se olha para trás. Esse movimento está apoiado em um processo de escolha, onde as pessoas elegem o que lembrar e o que narrar.¹⁴

Em função dessa ligação intrínseca entre depoimento oral e tempo presente a própria utilização do termo “História oral” torna-se questionável:

Não voltemos à expressão “História oral”. Ela se tornou inadequada e só deveria ser empregada a título histórico, para qualificar o período historiográfico dos anos 50 aos anos 80. Neste sentido, é o equivalente da expressão “História positivista” utilizada para designar um momento da ciência histórica que corresponde aproximadamente à produção de nossa disciplina entre a década de 1870 e 1920.

[...]

Portanto, se a História oral é entendida como um método, ele deve incluir-se na História do tempo presente, e se ela serve para designar a parte pelo todo,

¹³VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: História e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. Programa de estudos pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) Tese de Doutorado em História Social. São Paulo-SP. p. 108.

¹⁴CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. *História e Perspectivas*. n. 42. v. 23. Uberlândia: Edufu. Jan./ Jun. 2010. p.39.

a expressão deve ser abandonada em prol da História feita com testemunhas.¹⁵

Danièle Voldman também destaca a importância de se diferenciar os sujeitos entrevistados pois, segundo a autora, haveriam as “grandes testemunhas”, que acreditam que de alguma forma fizeram a História; e as “pequenas testemunhas” que geralmente se colocam como submetidas à História. Haveria também a diferenciação entre as testemunhas que apresentam um discurso pré-estabelecido, mais facilmente identificável na fala das “grandes testemunhas”; e aquelas que relatam lembranças menos ordenadas e com maior espontaneidade, geralmente classificáveis como “pequenas testemunhas”, embora sejam possíveis muitas combinações entre estes quatro tipos de testemunha.

Em relação aos pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário por mim tomados enquanto objeto de análise, devo atentar para sua constituição enquanto grupo. Por mais que os mesmos não tenham, até o momento, constituído um movimento organizado, ou mesmo alguma associação, as inter-relações entre os mesmos são elemento significativo para a pesquisa. Nesse sentido, é de grande relevância a discussão da autora anteriormente mencionada a respeito do posicionamento da testemunha em relação ao grupo, ou movimento social, no qual se insere:

... a testemunha fala apropriando-se do passado do grupo; ela seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos internos da organização, diminuindo a importância dos oponentes ou então, aumentando-a até a caricatura para justificar, por exemplo, afastamentos, partidas e exclusões... Isso obriga a confrontar vários relatos...A confrontação, mesmo sendo difícil de obter, é ainda mais eficaz na medida em que uns e outros pretendem possuir a verdade, e as lutas, quando evocadas pela memória, são mais engajadas.¹⁶

Uma outra questão bastante significativa é o papel do historiador na construção da fonte oral, o que também não deixa de ocorrer no caso dos materiais escritos, que sem a intervenção do historiador seriam apenas resquícios de outras épocas. Mas no caso das fontes orais este papel parece estar mais evidente, como assinalou Daniele Voldman:

... é preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador

¹⁵ VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª Ed. p. 34.

¹⁶ VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª Ed. p. 40.

que, ao solicitar uma testemunha, procede a “invenção” de fontes. Descrevendo-se quais podem ser as diferentes formas de coleta de um documento oral e as consequências dessas diferentes modalidades para a prática da história, é sempre o controle já citado que está em questão.¹⁷

Tendo em vista que meu objetivo geral é interpretar as experiências dos pequenos proprietários, acredito que os depoimentos orais têm a potencialidade de sinalizar para estas experiências pelo fato dos relatos serem a combinação de lembranças, concepções, expectativas e valores, aspectos que não se pode apreender, por exemplo, a partir de sensos sobre a pecuária leiteira na região. Contudo, nem toda a riqueza e complexidade do relato oral podem ser apreendidas na gravação e transcrição das falas e citação das mesmas na publicação das pesquisas, por mais que estes sejam procedimentos que acabam por legitimar o uso das fontes orais no interior da prática historiográfica.

O recurso às entrevistas foi significativo, por fim, no sentido de enriquecer o debate sobre a conceitualização dos sujeitos investigados ao longo da pesquisa. Afinal, o emprego de conceitos como “pequenos produtores”, “agricultores familiares”, “trabalhadores” e “pequenos proprietários rurais” exige discernimento e debate, ao invés de serem meramente coletados em meio à bibliografia e fontes tomados como referência, e ouvir os próprios sujeitos sobre os quais se fala amplia o campo de possibilidades sobre como defini-los. Da mesma forma, os setores com os quais os produtores rurais estão envolvidos, bem como as atividades que desenvolvem, não podem ser nomeados de forma acrítica e descontextualizada, mas sim levando-se em conta os processos históricos em que se estabelecem as relações entre tais grupos e atividades. Como bem lembrou Sérgio Sauer:

[...] o uso ou apropriação das noções de “agricultura familiar” e “agronegócio”, apesar de suas origens conceituais e linguísticas, dá-se em um contexto de disputas entre setores e ou classes historicamente antagônicos. A chamada “modernização conservadora” – e o consequente aprofundamento da concentração fundiária e expropriação das populações rurais – é o contexto socioespacial em que esses conceitos ganham legitimidade, conteúdo e representação política.¹⁸

Ainda de acordo com Sérgio Sauer, o uso do termo agronegócio teria adquirido um sentido mais voltado para a modernização da cadeia produtiva e tornou-se mais

¹⁷ VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª Ed. p. 250-251.

¹⁸ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 36-37.

recorrente. após a criação da Associação Brasileira de Agrobusiness (Abag), em maio de 1993, entidade que agrega representantes de grandes empresas do setor agropecuário.

Nesse processo de apropriação, o uso recorrente do termo “agronegócio”, no Brasil, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecânica e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Desde início, o seu uso deu-se em contraposição tanto à lógica latifundista, grandes extensões de terra utilizadas apenas como reserva de valor, como à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja, produtores “menos eficientes” e não plenamente, ou competitivamente, integrados no mercado.¹⁹

No trecho acima reproduzido, merece ressalva a menção que o autor faz ao termo “subsistência”, que seria norteadora dos esforços de produtores não integrados ao “mercado” de forma plena ou competitiva. Como procurarei demonstrar mais adiante, se tais produtores conseguem como resultados de seus esforços apenas o necessário à subsistência, ou pouco mais que isso, não significa necessariamente que objetivem à subsistência. Trabalhadores das mais diferentes categorias não vivem num universo paralelo às relações capitalistas de produção, e tampouco constroem seus projetos de vida sobre bases completamente alternativas aos valores do capitalismo, e buscam sim crescimento pessoal para além da subsistência; porém, estão submetidos a condições que limitam de forma decisiva suas perspectivas de lucro e aquisição de recursos. O que se pode dizer é que as perspectivas do “lucro” pessoal e da “eficiência” na condução de negócios não são as únicas forças a orientar a atuação de atores como os pequenos proprietários rurais, já que para eles também conta a estabilidade do grupo familiar, garantia da sobrevivência dos animais sob seus cuidados, manutenção das propriedades em condições satisfatórias ao desenvolvimento dos que nela vivem. O cuidado não é apenas com os seres humanos, já que de outra forma como se explicaria o esforço aplicado na limpeza de pastos, construção de galinheiros, instalação de bebedouros etc. ? Como entender o fato de que muitas das vezes animais com idade avançada, que não podem mais contribuir com força motriz ou como fonte de alimentos, sejam mantidos na propriedade ao invés de vendidos ou sacrificados?

Diante do exposto acima, os conceitos através dos quais são definidos os sujeitos – proprietários rurais, agricultores familiares, empresários rurais, latifundiários – bem como as atividades nas quais estão envolvidos – pecuária, agricultura, *agrobusiness*,

¹⁹ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 16-17.

produção de alimentos, comércio – e ainda os espaços por onde circulam tais sujeitos e se desenvolvem tais atividades – fazendas, laticínios, cooperativas – não são dados pré-estabelecidos e devem ser tratados à luz das relações sociais em meio às quais se estabelecem, em tempos e espaços específicos.

A preocupação em discutir de forma aprofundada os usos dos conceitos é de natureza teórico-metodológica, mas também possui implicações políticas por influenciar na forma como concebemos os sujeitos sobre os quais falamos e os contextos históricos em que estão inseridos. Assim, a própria criação de significações deve ser tratada em sua historicidade, como lembra Yara Aun Khoury:

Como historiadores comprometidos com a realidade social, afirmando e reafirmando a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão histórica, trabalhamos momentos, processos e lugares da experiência social, procurando compreendê-los em sua singularidade, explorando-os de maneira relacionada na dinâmica mais ampla; tornando-nos mais sensíveis a indagações sobre as múltiplas culturas em suas peculiaridades e significados mais profundos, como possibilidades alternativas no jogo de poderes da mudança social histórica.

Considerando a História um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria História. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como um modo de vida.²⁰

Além do recurso às entrevistas, foram analisados periódicos associados à pecuária de leite, com destaque para o Informativo Coopatos, publicado pela Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda, para a qual a maioria dos produtores de leite das três localidades do Município de Presidente Olegário vendem o leite. Os periódicos consultados são, desta forma, a principal referência às concepções e perspectivas dos setores envolvidos na produção e comercialização de leite com os quais os produtores rurais possuem relação mais estreita.

O “Informativo Coopatos” é publicado mensalmente pela Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas e distribuído gratuitamente aos cooperados. O periódico em questão divulga eventos de capacitação e treinamento, feiras, leilões de gado leiteiro e de corte, dados estatísticos referentes à produção na cooperativa, tendências do “agronegócio leite”, cronograma de vacinação dos rebanhos, um ranking dos maiores produtores em volume, um outro ranking relativo à qualidade do leite

²⁰ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In.: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 116-117.

verificada a partir de exames laboratoriais, além de tópicos como aniversariantes do mês e listagem de novos cooperados.

Na página da Coopatos na internet²¹, estão disponibilizados os números do Informativo Coopatos publicados a partir de Julho de 2011, de forma que os números publicados até dezembro de 2013 constituem a maior parte dos jornais consultados ao longo da pesquisa. Diante da dificuldade em localizar números anteriores nas residências dos proprietários rurais, que não costumam arquivá-los, as publicações disponibilizadas via internet se mostraram mais viáveis para análise. Como será discutido mais adiante, sobretudo no terceiro capítulo, no qual foram concentradas as análises sobre o jornal em questão, o próprio fato da Coopatos manter o site on-line, e passar a disponibilizar o Informativo Coopatos, inclusive para *downloads*, é indício da forma como se almeja construir a relação entre cooperados e cooperativa.

Muitos cooperados têm recebido também exemplares de uma revista recentemente criada, até então com circulação bimestral: a revista “Leite Sustentável”. A revista em questão é comercializada, mas os cooperados recebem números distribuídos pela cooperativa gratuitamente, apesar do fato de que a Coopatos não é a responsável pela publicação deste título.²²

A revista “Leite Sustentável”, o “Informativo Coopatos”, diagnósticos como aquele publicado pela FAEMG, bem como cursos fornecidos aos trabalhadores rurais, insistem na inovação tecnológica, adoção de novas técnicas de produção e de novos equipamentos como caminhos para aumento da produção e produtividade no que se refere à pecuária leiteira. Para os pequenos proprietários rurais, este processo envolve abandonar práticas e saberes acumulados ao longo de muitas gerações, agora considerados antiquados e inapropriados, em nome de parâmetros estabelecidos de cima para baixo. Os documentos acima mencionados não incorporam em suas argumentações o impacto destas mudanças nas experiências cotidianas dos pequenos proprietários rurais, e é justamente este impacto um dos focos da presente pesquisa.

A utilização da imprensa como fonte na presente pesquisa partiu da premissa da inserção dos jornais e revistas nas relações sociais, de forma que ultrapassam a condição de depositários de notícias, e se envolvem nas disputas cotidianas, embora nem sempre essa inserção seja explicitada nos textos impressos, predominando nos materiais analisados a tendência a colocar como objetivos “falar em nome de todos”, “manter o

²¹ Disponível em < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> >.

²² LEITE SUSTENTÁVEL. Ano I. .n. 1. Jul. / Ago. 2010.

cidadão informado” ou representar os interesses da cidade. Como afirma Heloísa Cruz:

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da História do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Implica, sim, trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção, o estudo da imprensa desloca-se da História dos meios de comunicação em direção à História social.²³

Marta Emília Barbosa também traz contribuições para o debate teórico metodológico relativo à utilização da imprensa na pesquisa historiográfica. A autora lembra que existem diferentes possibilidades de tratamento para com a imprensa, indo desde a coleta de notícias, até um posicionamento crítico atento à sua inserção nas relações sociais:

Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. A depender de nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar.²⁴

Ao fazer o cruzamento de diferentes tipos de fontes é preciso atentar para a historicidade e especificidade das linguagens de cada uma delas pois, como lembrou Yara Khoury:

[...] não só recorreremos a uma gama bastante diversificada de fontes, como lançamos um novo olhar sobre elas. Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões das relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhe-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendraram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação.²⁵

Já de início, é importante destacar algumas especificidades do periódico “Informativo Coopatos”, a começar pelo fato de que não se trata de um jornal

²³ CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 39. Jul. dez. 2008. p.32.

²⁴ BARBOSA, Marta Emília Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In. : ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 267.

²⁵ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História* (história e oralidade). n. 22, São Paulo, Jun./ 2001, p. 81.

comercializado, como ocorre com boa parte das publicações impressas, sendo assim, a venda de exemplares não é um objetivo dos responsáveis pela edição dos exemplares. O periódico traz o nome “Informativo”, mas pelo seu conteúdo fica evidente que não se trata apenas de informar, mas sim de estabelecer as condições nas quais o leite deverá ser produzido e o sentido das relações entre cooperados e a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas (Coopatos).

Ao longo da pesquisa foi também significativo o recurso a dados estatísticos, porém, nesse caso, alguns dados obtidos são fontes secundários, ou seja, a partir da leitura de dissertações, teses, livros, e da leitura de materiais como o “Diagnóstico da Pecuária leiteira”²⁶, rico em dados estatísticos sobre a pecuária de leite, tendo este último a vantagem de referir-se ao estado de Minas Gerais como um todo, mas também trazendo dados organizados por micro-regiões e regiões mineiras. Não poderia dizer que os dados estatísticos foram consultados no sentido de possibilitar uma confrontação em relação a fontes como as entrevistas com produtores rurais. As entrevistas realizadas para a produção da presente dissertação e aquelas que originaram o “Diagnóstico”, por exemplo, tiveram amostragens diferentes, e dirigiram-se a trabalhadores diferentes. Tais dados possibilitam na verdade estabelecer características da produção agropecuária e da estrutura fundiária em recortes que ultrapassam as localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, como o próprio estado de Minas Gerais, o Alto Paranaíba e Noroeste mineiros.

A questão da propriedade da terra, bem como as leis sanitárias que regem a produção de lácteos, conduziu a pesquisa rumo à análise de textos legais, bem como dos processos históricos de constituição de tais legislações. Boa parte da legislação analisada foi obtida indiretamente, sobretudo por meio de citações em dissertações, teses e livros, mas há também parte deste material disponibilizado via internet e que também foi consultado ao longo da pesquisa. Dito isto, faz-se necessário discutir a utilização de leis como fonte de pesquisa pelo historiador.

A partir de “Senhores e caçadores”, de Edward Thompson, uma premissa básica a que se chegou é a de que a análise de leis e de processos de constituição de legislações deve ser empreendida considerando sua complexa inserção no jogo das relações sociais, ao invés de adotar fórmulas básicas e simplistas, como uma associação automática da lei, ou do próprio Estado, como reduto e expressão do interesse das classes dominantes.

²⁶ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006.

Mesmo tendo em mente as diferenças de contexto, entre o período tratado pelo autor e o objeto de análise do presente estudo, ainda assim a contribuição de Thompson para a presente discussão é significativa.

Ao tratar sobre a forma como concebe o campo da legislação, Thompson afirma o seguinte:

Assim chegamos não a uma conclusão simples (lei= poder de classe), mas a uma conclusão complexa e contraditória. De um lado, é verdade que a lei realmente mediava relações de classe existentes, para proveito dos dominantes; não só isso, como também avançava o século, a lei tornou-se um magnífico instrumento pelo qual esses dominantes podiam impor novas definições de propriedade, para proveito próprio ainda maior, como no caso da extinção legal dos vagos direitos de uso agrários e da ampliação do aumento das terras comunais. Por outro lado, a lei mediava essas relações de classe através de formas legais que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes. Pois existe uma enorme diferença, que a experiência do século 20 deve ter tornado evidente até para o pensador mais distanciado, entre poder extralegal arbitrário e o domínio da lei. E não só os dominantes (na verdade a classe dominante como um todo) estavam restringidos por suas próprias regras jurídicas contra o exercício da força direta e sem mediações (prisão arbitrária, emprego de tropas contra a multidão, tortura e aqueles outros úteis expedientes do poder com que estamos todos familiarizados) como também acreditavam o bastante nessas regras, e na retórica ideológica que as acompanhava, para permitir, em certas áreas limitadas, que a própria lei fosse um foro autêntico onde se travavam certos tipos de conflitos de classe.²⁷

Falar sobre legislação também coloca a necessidade de falarmos sobre o Estado em si, já que este tem papel decisivo na tomada de medidas relativas tanto à questão fundiária quanto às leis sanitárias. Para tanto, são significativas as considerações de Gramsci sobre “Estado”, que, como lembrou Nelson Coutinho, estão intimamente ligadas ao conceito de “sociedade civil”²⁸. Desta forma, um desafio que se impõe ao presente trabalho é identificar como os interesses de grandes proprietários rurais, representantes de multinacionais, cooperativas e laticínios – que podem ser identificados como parte da “sociedade civil” – têm interferido na tomada de decisões a nível de “sociedade política”. De forma semelhante ao que foi dito sobre a legislação sanitária, não se trata de conceber o Estado como reduto de uma única classe, mas, ainda assim, é necessário identificar quais grupos e setores possuem maiores condições de projetar seus interesses e concepções no âmbito político institucional.

Uma significativa quantidade de livros, dissertações e teses contribuiu para a condução da pesquisa da qual é fruto o presente texto, e esta contribuição expressou-se

²⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 356.

²⁸ COUTINHO, Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

no fornecimento de bases para a discussão teórico-metodológica, sinalização para referências bibliográficas localizadas mesmo quando a pesquisa já havia caminhado significativamente; inspiração para a elaboração das questões a serem lançadas sobre as evidências; orientação para o estabelecimento do conjunto de fontes a serem tratadas etc. Vale ressaltar também que foram consultadas produções de diversas áreas do conhecimento, passando pela História, Geografia, Economia, Sociologia, Agronomia, dentre outras, com o devido respeito às especificidades de cada área, e sempre envolvendo um esforço por demarcar o campo da História em cada discussão.

Uma das obras que destaco é “A terra e seus homens”, de March Bloch, constituindo-se numa compilação de artigos teórico-metodológicos sobre o que se poderia chamar genericamente de “História agrária”. São artigos de diferentes origens, incluindo textos publicados em periódicos e anais de eventos que contaram com a participação do autor, onde são mencionadas pesquisas sobre regiões francesas, mas também sobre outras partes da Europa. Em vários momentos Marc Bloch parece atribuir centralidade aos aspectos técnicos das relações do homem com a terra, como nos vários artigos do livro “A terra e seus homens” nos quais o autor discute a distribuição geográfica dos usos da charrua e do arado – dois instrumentos diferentes para preparo da terra – na França, e busca compreender como se deu a substituição da primeira pelo segundo e os fatores que teriam levado a uma persistência no uso da charrua em determinadas regiões. Em outros momentos, existe uma preocupação significativa com o formato das parcelas de terra, se constituíam campos alongados ou campos irregulares, e com características topográficas:

Somente o que nos sentimos no direito de pedir, é que dessa realidade, precisamente, não nos deixemos chegar a eliminar os elementos mais concretos. Em primeiro lugar o solo.

Parece que nenhuma monografia de aldeia deveria apresentar-se sem esboço topográfico – sem vários esboços.²⁹

Assim, é recorrente, nos textos que compõem “A terra e seus homens”, a defesa do autor sobre necessidade de localizar geograficamente e cronologicamente os usos de determinadas técnicas e ferramentas, bem como a adoção de cada tipo de distribuição e formato das parcelas de terras. Outro aspecto marcante destes textos é a preocupação do autor para com as condições técnicas e práticas nas quais deverão ser realizadas as

²⁹ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 181.

futuras pesquisas relacionadas à questões agrárias, de forma que ele defende a catalogação de fontes, como as plantas parcelares e registros de propriedades, bem como a disponibilização mais ampla de trabalhos relacionados ao assunto.

Embora o destaque atribuído às técnicas e ferramentas agrárias seja recorrente nos textos de Bloch, o mesmo lembra que levar em consideração as relações humanas é fundamental:

De qualquer modo, sobre o essencial do método, Dion e eu estamos de pleno acordo. Preocupação de juntar à análise seguramente indispensável, fatores geográficos, o provocante estudo das reações humanas, infinitamente diversas e cujas “discordâncias” com o meio natural são muitas vezes mais ricas em informações do que a famosa “harmonia”, em muitos casos tardia, sobre a qual os geógrafos, outrora tinham o prazer de chamar a atenção; necessidade de pesquisar ainda, sem trégua, ao mesmo tempo aprofundando sem cessar a escavação, e estendendo-se cada vez mais através das civilizações: é essa a lição que nos oferecem seus trabalhos. É nela que convém inspirar-se.³⁰

Aproveitando a passagem do texto de March Bloch acima citado, já adianto que o presente trabalho não se apóia em visões romantizadas que identificam uma relação de perfeita harmonia na forma como agricultores familiares e pequenos proprietários rurais relacionam-se com o meio ambiente. Obviamente, o potencial depredatório de uma pequena propriedade será na maioria das vezes menor que o de uma grande propriedade até pelo fato de que o acesso de pequenos proprietários rurais a recursos como tratores de esteira, usado em desmatamentos, agrotóxicos, motor-serra etc., será sempre dificultado pela baixa rentabilidade predominante nas propriedades de pequeno porte. Assim, os impactos causados pela produção familiar, seja ela agrícola ou pecuária, tendem a ser menores do que aqueles gerados com a exploração em larga escala, o que não corresponde a afirmar que pequenas propriedades não os causem em absoluto.

Pelas leituras do livro de Marc Bloch ficou evidente a necessidade de discutir também a concepção de “História local”, até para definir se, de alguma forma, a presente pesquisa se enquadra no que geralmente tem se entendido por este termo. O autor em questão afirma o seguinte em relação ao termo:

Uma vez eu defini a História local mais ou menos assim: uma questão de História geral colocada para as testemunhas, que fornece um campo de experiência restrito. A fórmula continua a me parecer aceitável, mas como que expressando um aspecto – e somente um – da intenção que os autores de tais obras necessariamente foram levados a definir. Obedecendo a devotos sentimentos de fidelidade para com o solo ou seus vizinhos próximos que

³⁰ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 167-168. O autor ao qual se refere Bloch é Roger Dion, e o texto em questão foi intitulado “Apperçus généraux sur le paysage rural de la France”.

normalmente procuram definir um passado cujos vestígios e os prolongamentos eles enxergam por toda parte em torno de si. É natural que retenham facilmente um grande número de casos que, vistos de mais longe, correm o risco de parecer mediocrementes significativos; que se esforcem para não esquecer nenhuma das glórias da terrinha.

[...]

Toda monografia local é, à sua maneira, um monumento aos mortos. O historiador profissional local que, apressado em recolher fatos diretamente utilizáveis para seu próprio trabalho, manifestasse um certo mau humor diante de um acúmulo de detalhes, na sua opinião supérfluos, mostraria simplesmente um grande desentendimento de um esforço muito próprio, ao contrário, pelos laços que ele faz sentir entre o presente e o passado, a fim de servir ao espírito histórico. Para se recorrer mutuamente, é preciso compreender bem a primeira condição.

Há mais. A História “geral” é forçosamente conduzida – seríamos tentados a dizer condenada – a um procedimento todo analítico. Ela recorta no real diversas ordens de fenômenos: políticos, religiosos, econômicos... Mesmo quando se dedica em seguida – se a isso se dedica – a estabelecer relações entre esses, isto é, a reatá-los num feixe, esse ensaio de reconstituição sintética, que se opera em largas massas, não vem senão depois de um longo período de elaboração e recortes. Por natureza, ao contrário, o historiador de um grupo de extensão muito mais restrita se encontra, quase que de saída, obrigado a abarcar o passado humano na totalidade de seus aspectos.³¹

A afirmação de Bloch, de que a História local consiste em colocar questões de História geral, colocada para as testemunhas, oferecendo um campo mais restrito de experiência, é válida, mas aparentemente não abrange todos os aspectos deste tipo de produção, pois não considera o fato de que a pesquisa deverá considerar as relações do “local” com recortes mais amplos, bem como especificidades da organização social, costumes e processos históricos locais, que não necessariamente terão uma correspondência com uma História supostamente “geral”. Da mesma forma, quais as experiências e aspectos destas experiências estarão acessíveis ao historiador dependerá não apenas do recorte operado, mas também do tipo de fonte selecionado. Marc Bloch fala também da necessidade de diálogo de saberes de diferentes áreas na condução das pesquisas ditas locais, mas esta não seria uma especificidade desta modalidade de História. Outros autores, como Marcos Silva, também afirmam a necessidade do diálogo interdisciplinar da História local:

Em contrapartida, conceber tal relação multidisciplinarmente significa falar numa História que já reflete sobre problemáticas da Economia e da Geografia [...] em seus próprios quadros e se aproxima de uma Geografia ou Economia que já incorporam o histórico em seu universo de pensamento. Ao mesmo tempo, esse viés participa de uma apreensão das disciplinas como fazeres em aberto, cujas identidades não cabem nos limites rígidos de isolamento ou cooperações entre práticas ainda externas umas às outras.³²

³¹ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 180-181.

³² SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites. *História & Perspectivas*. n.6 Uberlândia, Edufu, Jan./Jun.1992. p. 63.

De qualquer forma, a pesquisa conduzida até aqui não pode ser chamada de “História local”, pois não pretende narrar a História de três localidades do município de Presidente Olegário, também não é um “monumento aos mortos”, já que o recorte temporal abrange um período recente. Trata-se, na verdade de uma análise de processos históricos que tem se desenrolado neste recorte espacial, mas também para além dele, onde o desafio é compreender as especificidades e estratégias perceptíveis nas experiências dos sujeitos analisados, bem como as especificidades da forma como grupos ligados ao chamado “agronegócio” atuam na região. Como poderá ser notado ao longo dos capítulos, as empresas nacionais e multinacionais atuantes no setor agropecuário, e de maior influência, sobretudo em função da representação política e recursos financeiros de que dispõem, desenvolvem diferentes estratégias que podem variar de região para região, mas que possuem em comum o fato de estabelecer um cenário desfavorável à produção em pequena escala e à agricultura familiar.

Vale ressaltar também que o estabelecimento do recorte espacial deve operar-se sem que isso signifique uma mera reprodução de divisões político-administrativas. No caso específico das três localidades mencionadas, por mais que se localizem no município de Presidente Olegário, suas experiências cotidianas envolvem também o município de Patos de Minas, onde se localiza a sede da COOPATOS. Pelo fato da cooperativa localizar-se nesta cidade, lá os moradores de Lobeira, Três Barras, e Capoeirão dos Badús mantêm suas contas bancárias, recebem o pagamento pelo leite, adquirem insumos agrícolas e produtos veterinários, compram utensílios e alimentos etc. Além disso, a maioria deles também possui familiares residindo no município de Patos de Minas, que é limítrofe ao município de Presidente Olegário. A maioria dos produtores está vinculada à Coopatos, que tem expandido seus negócios por outros municípios mineiros, como Lagoa Formosa e Guimarães. Diante disso, pode-se dizer que as fronteiras das experiências dos diferentes atores sociais não coincidem com divisões político-administrativas, e podem alterar-se num curto espaço de tempo, ou permanecer quase inalteradas durante a trajetória de vida de um indivíduo, sobretudo pelo fato de que o estabelecimento destas fronteiras é uma construção humana dotada de historicidade e marcada pelas relações sociais.

De grande contribuição também foi o livro, já mencionado, “Senhores e caçadores” de Edward Palmer Thompson. O livro trata da aprovação de uma lei na Inglaterra do século XVIII, em maio de 1723, que ficou conhecida como “A lei Negra”, se instituiu mais de cinquenta delitos capitais, todos passíveis de pena de morte.

Essa Lei surgiu com o objetivo, ou o pretexto, de proteger as florestas e os bosques ingleses dos “caçadores clandestinos” e evitar desordens sociais que vinham ocorrendo especialmente nas regiões em torno da floresta de Windsor e Hampshire. O autor aponta a necessidade de se ter um olhar crítico em relação à ilegalidade presumida destes tais caçadores, pois muitos caçavam os animais e derrubavam árvores para o uso de suas famílias e sustento, logo nota-se que o livro trata de algo além do simples embate de contraventores e oficiais da lei, mas de um eventual problema social que os menos favorecidos poderiam estar passando, contudo o problema foi se agravando devido a criação de bandos armados de ladrões, que formavam uma espécie de milícia e intimidavam os populares e coagiram os seus administradores.

Apesar das diversas diferenças entre o objeto de estudo de “Senhores e caçadores” e da presente dissertação, o principal diálogo que se estabelece diz respeito à análise de textos legais e dos processos de elaboração e aprovação de leis. Ao tratar das experiências de pequenos produtores rurais do Município de Presidente Olegário, em Minas Gerais, que mudaram sua fonte de renda da agricultura para a pecuária de leite, as questões legais interessam tanto no que se refere à propriedade da terra, quanto ao controle sanitário da produção de gêneros agropecuários. Obviamente, Thompson tratava de aspectos de uma legislação voltada para questões criminais, algo muito diferente de leis de controle sanitário, ou de regulamentação da propriedade da terra, ou ainda de leis que regulamente políticas públicas de reforma agrária e desenvolvimento rural. Contudo, o autor insiste no fato de que leis não devem ser encaradas como elemento “superestrutural”, como já sugeriram alguns estudos, ou como automaticamente alinhada com os interesses do grupo considerado “dominante”. A legislação deveria ser então analisada como campo de embates de interesses sociais, ainda que o acesso à mesma e aos debates para o estabelecimento de leis seja desigual a depender do grupo social ao qual nos referimos.

A leitura do texto de Sérgio Sauer, “Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro”, auxiliou na discussão sobre o uso de conceitos recorrentes nos materiais pesquisados ao longo da pesquisa, e que

necessitavam de uma problematização a respeito de seus usos e sentidos, como no caso de “agricultura familiar” e “agronegócio”. O texto em questão seria parte da série “Texto para Discussão”, conjunto de monografias concebido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e editada pela Secretaria de Gestão e Estratégia (SGE) da mesma. O intuito da criação da série teria sido encorajar e dinamizar a circulação de novas ideias e discussões acerca da ciência, tecnologia, desenvolvimento rural e ao agronegócio³³.

O trabalho de Leandra Domingues Silvério, focado em processos de ocupação de terras e formação de assentamentos para a reforma agrária, baseado sobretudo em entrevistas realizadas com assentados, forneceu subsídios para a reflexão sobre a questão fundiária no Brasil e no estado de Minas Gerais, além de ter possibilitado encontrar vários outros livros, dissertações, teses e artigos que se mostraram extremamente relevantes para as discussões levantadas na presente dissertação³⁴.

A tese de Doutorado em Geografia, da autora Patrícia Francisca de Matos, objetivou compreender as tramas sócio-espaciais do agronegócio no Sudeste goiano por meio de abordagem qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo, coleta de dados em fontes primárias e secundárias. A autora identifica, no pós 1980, o que chamou de “territorialização” da agricultura moderna, viabilizada pelo capital privado e aparatos estatais. Mas antes disso o programa de prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana já em meados dos anos 1930 já teria sido um passo fundamental³⁵. As discussões da autora supracitada apontaram para a necessidade de se levar em conta as complexas relações entre capital privado e aparato estatal na condução das ações voltadas para a “modernização” da produção agropecuária, o que envolve a formação de imbricadas redes. Tais redes envolveriam diferentes interesses e concepções, mas de um modo geral, estariam atuando de forma a beneficiar as grandes empresas voltadas para a agropecuária e para a agroindústria e os grandes proprietários rurais.

Foi consultada também a dissertação de Mestrado em Agronegócios da autoria de Ana Carla Martins Vidor³⁶. O trabalho em questão propiciou apreender diferentes

³³ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

³⁴ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012.

³⁵ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

³⁶ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em

estágios e aspectos do processo que culminou no estabelecimento das atuais leis referentes à fiscalização sanitária de produtos agropecuários, sobretudo no que se refere ao leite e derivados. A principal preocupação da autora foi analisar a legislação brasileira de leite fluído frente às legislações vigentes em outros países, situando o padrão de qualidade do Brasil no contexto mundial. Segundo a autora, haveria grande preocupação governamental em assegurar a qualidade e inocuidade do leite em todas as etapas, porém, nos capítulos que se seguem, pretende-se demonstrar que o interesse em estabelecer leis sanitárias para a produção e comercialização de lácteos, que não é interesse apenas de órgãos governamentais, acaba por operar a exclusão de produtores que não possuem condições de arcar com a produção do leite dito “de qualidade”. Além disso, não se trata de uma preocupação focada necessariamente no consumidor final, não ao menos com o consumidor brasileiro, já que em muitos materiais foram encontradas referências ao objetivo de vários setores, estatais e privados, no sentido de tornar os lácteos brasileiros exportáveis.

Além de livros, teses e dissertações, enriqueceram a discussão sobre os conceitos recorrentes na bibliografia e materiais consultados artigos como “A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês”, da autoria de Munir Jorge Felício³⁷; e “Entre a contradição e o funcionalismo, ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar”, de Sonia Bergamasco e Exolvildres Queiroz Neto³⁸.

Seguindo a listagem dos trabalhos que auxiliaram no sentido de enriquecer os debates sobre a forma de referir-se aos sujeitos sociais, processos produtivos e atividades ligados ao objeto de pesquisa da presente dissertação, vale mencionar também o trabalho de Auréio Ribeiro³⁹. Apesar de referir-se a um período anterior àquele correspondente ao recorte temporal estabelecido para a presente pesquisa, traz questões relevantes e atuais para a reflexão sobre os conceitos ligados à temática da pesquisa, sobre as relações entre capital privado e estatal no que se refere ao

Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002.

³⁷ FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, ago. 2006. Uberlândia, 2006.

³⁸ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013.

³⁹ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986.

financiamento de programas supostamente voltados para a modernização agrícola; e no que se refere ao papel atribuído à agricultura familiar em tais programas, isto quando é atribuído algum papel a ela em tais programas.

Uma das primeiras dissertações lidas, ainda quando da produção do projeto de pesquisa para o Mestrado, foi aquela escrita por Renata Rastrelo e Silva⁴⁰. Renata Silva buscou, sem sua Dissertação de Mestrado, analisar as estratégias e perspectivas de moradores do distrito de Martinésia (Uberlândia – MG) que persistem em viver no campo mesmo diante das pressões do desenvolvimento tecnológico incentivado a partir do Regime Militar, e que vem dificultando sobretudo a permanência dos pequenos proprietários no campo. O recorte temporal estabelecido vai de 1964 a 2005, e as fontes utilizadas foram as entrevistas com moradores do distrito e familiares, jornais e documentos do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia.

O trabalho de Renata Silva revela muitas semelhanças entre os processos vivenciados pelos moradores de Martinésia e aqueles vivenciados pelos moradores de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús; além do fato de que a autora destaca as mudanças nos campos do lazer, religiosidade e entretenimento em função das mudanças sociais, econômicas e culturais. Entretanto, existem algumas diferenças básicas entre o trabalho desenvolvida por Renata Silva e a proposta apresentada pela presente pesquisa, para além das questões de recorte temporal e espacial. Uma destas diferenças é o fato de que a autora não apresenta um critério claro de seleção dos moradores a serem entrevistados, de forma que inclui tantos produtores que empregam apenas agricultura familiar quanto proprietários rurais com funcionários assalariados. Da mesma forma, no que diz respeito à formulação da problemática a ser investigada, a autora não chega a localizar algum processo histórico específico, ainda que seja mencionada substituição da agricultura de subsistência pela agricultura comercial, o que demarcaria dois períodos distintos. Esta divisão pode ser contraposta ao fato de que, geralmente, nas últimas décadas, por menor que seja a propriedade em que se realiza a agricultura, e por menor que seja o volume produzido, dificilmente ela destina-se exclusivamente à subsistência, mesmo que estejamos falando de períodos como os anos 1970 e 1980.

Passemos então à divisão dos capítulos da dissertação e os respectivos conteúdos. O primeiro capítulo, “A terra e seus homens” propõe-se a apresentar o espaço, no caso as localidades rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús; e

⁴⁰ SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais de Martinésia (Uberlândia – MG): viver e permanecer no campo (1964 – 2005)*. Dissertação de Mestrado: História.

os sujeitos sobre os quais trata a presente dissertação. Mais que uma mera descrição do lugar e das pessoas, e indo além de uma narrativa linear de suas vidas e das Histórias das propriedades, o capítulo coloca em debate os conceitos através dos quais se faz referência àquelas pessoas, àqueles lugares e às atividades que ali se desenvolvem. O capítulo está dividido em três seções, sendo a primeira delas a de título “Capoeirão dos Badús, Três Barras, e Lobeira”, que traz a localização geográfica das três localidades rurais, uma descrição do tipo predominante de propriedades rurais na região, bem como a análise de fotografias. As imagens analisadas são de duas naturezas: integrantes de acervo pessoal do autor, ainda que nem todas tenham sido fotografadas pelo mesmo, e imagens localizadas via internet por meio da ferramenta Google Mapas, tratando-se de imagens obtidas por meio de satélite. A segunda parte, de título “Algumas famílias e suas trajetórias”, analisa vivências de moradores das três localidades tendo como base, sobretudo, as entrevistas realizadas com os mesmos. Além das entrevistas, foram incluídas também imagens, principalmente das sedes das propriedades de cada proprietário entrevistado.

O segundo capítulo, “A rotina de trabalho e os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária”, tem por objetivo ultrapassar os limites das propriedades rurais, e abrir a discussão sobre as relações nas quais os proprietários rurais estão inseridos, sobretudo no que se refere às suas relações com as cooperativas e laticínios para os quais vendem leite; com grandes proprietários; com profissionais como agrônomos e médicos veterinários etc. Para tanto, foram destacados dois elementos básicos, interligados entre si, que seriam a rotina de trabalho e os saberes envolvidos nos processos produtivos, pois se percebeu que tais elementos transformaram-se significativamente conforme as famílias substituíam sua fonte de renda, até certo momento baseada na agricultura, e posteriormente na pecuária de leite.

Na primeira parte do segundo capítulo, intitulada “Os homens da terra: experiências, valores, práticas e conceitos” proponho-me a discutir conceitos como “agricultura”, “agronegócio”, “agricultura familiar”, “pequeno produtor”, “pequena propriedade rural”, “pecuária”, dentre outros, tratando-se de termos recorrentes na bibliografia e fontes consultadas. Tais conceitos não poderiam ser simplesmente importados dos textos sem as devidas considerações sobre as várias perspectivas e significados que podem assumir, o que carrega consigo implicações políticas, culturais e sociais.

A segunda parte do segundo capítulo recebeu o título “Os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária” e trata dos conhecimentos envolvidos nas atividades agrícola e pecuária, e da forma como, muitas das vezes estes saberes são modificados, e em muitos momentos, questionados, a depender das relações sociais e interesses em jogo. Desta forma, em muitos momentos, vão entrar em choque os saberes técnico-científicos, personificados nos profissionais do agrônomo e do médico veterinário, por exemplo, e aqueles construídos pelos produtores rurais e seus familiares e vizinhos.

Já o terceiro capítulo recebe o título “Estado, setores privados e produtores rurais: embates em torno da produção agropecuária.” Sua primeira seção, de título “O cotidiano de trabalho e suas relações com diferentes historicidades”, aborda a relação entre o cotidiano de trabalho dos moradores das localidades rurais do município de Presidente Olegário definidas como recorte espacial, com demais aspectos de seu cotidiano, tais como religiosidade, lazer, relações interpessoais, costumes, valores etc. A mudança da agricultura para a pecuária como fonte de renda acarretou numa intensificação da rotina de trabalho dos moradores daquelas localidades, e a proposta desta parte do capítulo é analisar em que medida isso afetou diferentes aspectos do modo de viver de tais sujeitos e quais as estratégias por eles adotados diante de uma rotina de trabalho mais intensa.

O terceiro capítulo encerra-se com a o tópico “Produtores rurais e os embates em relação à ‘cooperativa’”, o qual aborda a relação entre os trabalhadores rurais das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús e a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. A maioria dos proprietários rurais entrevistados é cooperado da cooperativa em questão, outros já o foram mas deixaram de fornecer leite para a mesma. Faz-se necessário compreender então, se a forma de atuação da Coopatos pode de fato ser compreendida dentro dos padrões geralmente atribuídos às cooperativas, o se por algum motivo a mesma estaria atuando de forma mais próxima da lógica empresarial privada.

Capítulo 1

A terra e seus homens⁴¹

1.1. Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira.

Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira são localidades rurais pertencentes ao Município de Presidente Olegário, no Noroeste de Minas Gerais. Utilizo aqui o termo “localidade”, ali não existem associações de moradores ou centros comunitários, ou seja, os moradores não estão organizados de forma institucionalizada. Ainda assim, estão ligados por laços de parentesco, sociabilidade, e pelos modos de vida compartilhados pelos pequenos proprietários rurais e seus familiares. Existem várias experiências compartilhadas, várias formas de solidariedade mútua, de forma que pode-se dizer que as famílias da região vivenciam aspectos que as tornam também parte de uma comunidade. Nas três comunidades predominam pequenas propriedades rurais, raramente ultrapassando uma área de 60 hectares, de forma que a mão de obra empregada nas mesmas é quase que exclusivamente dos membros do núcleo familiar que habita cada propriedade. Nas imagens abaixo pode-se observar o município de Presidente Olegário e municípios vizinhos, bem como os municípios que compõem o Noroeste de Minas, respectivamente:

⁴¹ O título acima foi inspirado no livro homônimo de Marc Bloch, cujo título completo é “A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII” e que constitui-se numa coletânea de textos seminais do autor referentes à situação dos camponeses e da própria história rural francesa. BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ilka Stern Gohen; Bauru, SP: EDUSC, 2001. O presente trabalho não se orienta, de um modo geral, pelas perspectivas teórico metodológicas presentes no livro de Marc Bloch, e os recortes temporal e espacial também diferem dos tempos e espaços tratados pelo autor. Se pensarmos no fato de que, do período analisado por Bloch até os dias atuais intensificou-se a caracterização da terra enquanto propriedade privada e sua consequente comercialização em termos de valor monetário, poderia soar mais coerente falar em “Os homens e suas terras”. Por outro lado, como poderá ser notado mais adiante, na perspectiva dos pequenos proprietários rurais, o fato de possuírem a terra não exclui a percepção de, em alguma medida, fazerem parte dela e a ela pertencerem. Dessa forma, o título mostrou-se ainda apropriado tendo em vista que o capítulo que aqui se inicia tem por objetivo apresentar os sujeitos e o espaço tomados como objeto no presente estudo, além de iniciar o debate teórico-metodológico sobre como analisar e referenciar-se a terra e os sujeitos que nela vivem, trabalham, e transformam-na.



Figura 1 – Município de Presidente Olegário e municípios vizinhos. Fonte: Google Maps.⁴²

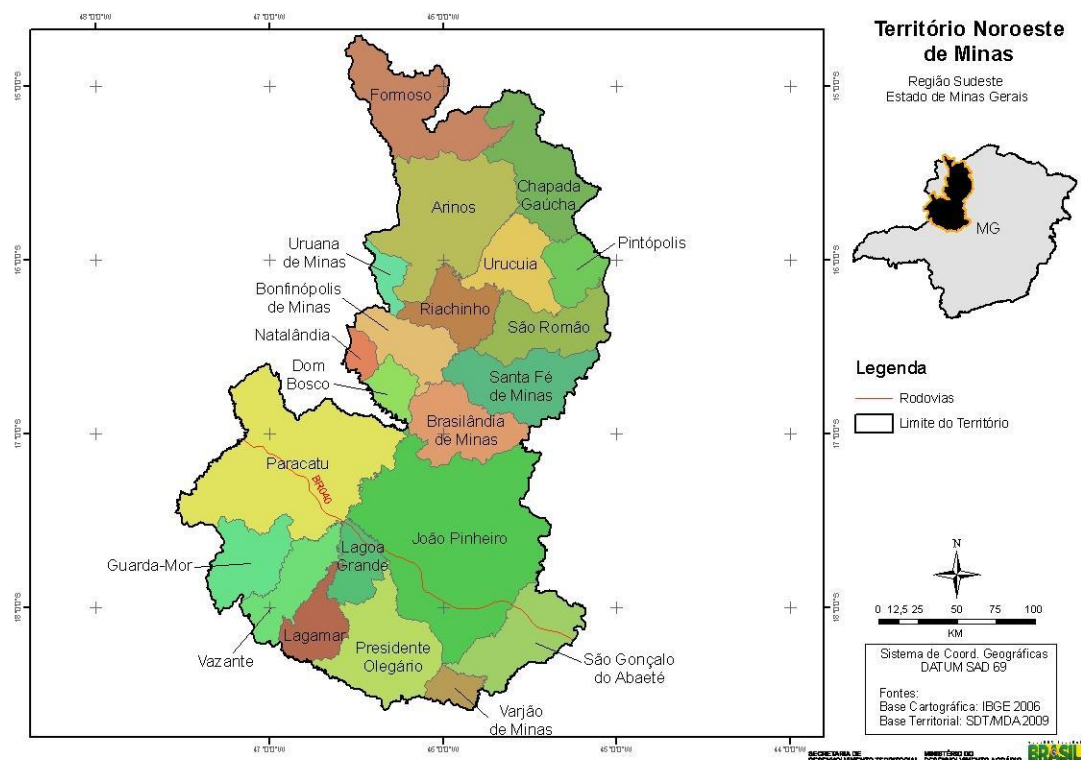


Figura 2- Noroeste de Minas. Fonte: Google Maps.⁴³

⁴² Disponível em < <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=presidente+oleg%C3%A1rio+mg+mapa&ie=UTF-8&hq=&hnear=0x94ae91a2c5ecd6b9:0x77fb4f4adc01b43b,Pres.+Oleg%C3%A1rio+-+MG&gl=br&ei=Abw1Uoj0DI-w8QSJoYC4CQ&ved=0CJYBELYDMA4> > Acesso em: 15/09/2013.

⁴³ Disponível em < <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf> > Acesso em 15/09/2013.

As localidades acima mencionadas fazem parte do Município de Presidente Olegário, mas localizam-se na divisa com o município de Patos de Minas, de forma que seus moradores possuem familiares residindo em ambos os municípios, sendo ambos os municípios também os locais nos quais buscam produtos e serviços essenciais ao processo produtivo no campo e ao suprimento de necessidades cotidianas. Um fator que intensifica o contato com o município de Patos de Minas é o fato de que a maioria dos pequenos proprietários rurais das três localidades, atualmente, dedica-se a pecuária de leite e fornecem o produto para a Coopatos – Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. – localizada justamente na cidade de Patos de Minas.

O que importa, aqui, é o fato de que as divisões político-administrativas que tornam os sujeitos tratados na presente pesquisa cidadãos do município de Presidente Olegário não impede que suas vivências cotidianas, referenciais e inter-relações ultrapassem os limites do referido município.

Em se tratando das principais características naturais da região em que se situam Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira, pode-se apontar a alternância entre terrenos planos e acidentados; a presença de pequenos córregos e nascentes, que em sua maioria vão desaguar no ribeirão Três Barras, que dá nome a uma das localidades; uma vegetação que em alguns locais possui características típicas do cerrado, como árvores baixas e retorcidas, com cascas grossas, e outros com árvores de grande porte, além de porções esparsas de matas. Áureo Ribeiro traz em seu trabalho, que também trata de uma região mineira, mais especificamente nos municípios de Ibiá, Campos Altos, São Gotardo e Rio Paranaíba, uma descrição da vegetação que também é aplicável às três localidades acima mencionadas:

Tecnicamente, a vegetação tem quatro gradações, que podem ser encadeadas (podem também ser alternadas, com predomínio de apenas um dos tipos). Há o cerradão, formado por árvores de porte elevado, retilíneas, quase iguais às florestas, apenas mais espaçadas; há o cerrado propriamente dito, de vegetação arbustiva, cascas e folhas grossas, troncos retorcidos, formando geralmente uma vegetação compacta. Onde os arbustos que caracterizam o cerrado são espaçados, entremeados de gramíneas (geralmente chamadas capim-de-campo, flecha ou barba-de-bode) é chamado de campo sujo, e, finalmente, onde ocorrem apenas os capins, chama-se campo.⁴⁴

⁴⁴ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 24-25.

No que diz respeito ao clima da região, percebe-se a presença de um período chuvoso, geralmente entre fins de outubro e março, e período seco entre fins de abril e outubro, é usualmente classificado como “clima tropical quente”. O início e fim do período chuvoso pode apresentar variações, sobretudo porque as chuvas podem, ocasionalmente, concentrar-se num período de tempo menor.

Recorrer a elementos do clima, vegetação, hidrografia, relevo etc.; não seria o suficiente para caracterizar a paisagem das localidades aqui tomadas como objeto de estudo. Isto porque, é fundamental considerarmos também a interferência da ocupação humana nos aspectos da paisagem local, bem como as alterações na paisagem que se observam em função de fenômenos climáticos, ou geológicos, como a ocorrência da erosão de solos, por exemplo. Desta forma, a paisagem não é estática, e não pode ser encarada apenas como “paisagem natural” pois sofre a interferência da ação humana ao longo do tempo, sendo desta forma dotada de historicidade e sendo também um elemento extremamente relevante para a análise das relações entre os grupos sociais, e deles com o meio onde vivem, trabalham, residem, extraem recursos etc. A imagem a seguir, obtida via satélite e disponível no site Google, exemplifica a inter-relação entre elementos naturais e humanos na composição da paisagem:



Figura 3 – Fotografia via satélite de parte da localidade de Capoeirão dos Badús. Fonte: Google Mapas. Imagem de 2003. Disponível < <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=w1> > Acesso em 24/08/2013.

No canto superior direito da imagem encontra-se a propriedade do Sr. Vantuir Rodrigues, e no canto inferior esquerdo da mesma, a propriedade da família do Sr. Evandro, falecido em 2012, e cuja definição do novo proprietário segue indefinida – a

viúva do proprietário enfrenta problemas de saúde, já de longa data hospitalizada, e o casal de filhos da mesma reside atualmente em Patos de Minas. O caráter acidentado do relevo é mais perceptível na parte central, sendo que a parte mais profunda da depressão corresponde ao vale de um córrego que inicia-se na propriedade do Sr. Evandro, mas que também recebe água de nascentes da propriedade do Sr. Vantuir, ambas pertencentes à localidade de Capoeirão dos Badús. Por se tratar de uma área muito íngreme, em boa parte essa região mais central da foto não passou pelo processo de formação de pastagens, que constitui no desmatamento da área, aragem dos solos e plantio de forrageiras que não são nativas da região, sobretudo a *brachiaria*. A parte da imagem com coloração acinzentada, que aparece no canto superior esquerdo e na porção superior central, corresponde a partes onde houve limpeza dos terrenos, com eliminação de parte das árvores e arbustos, mas onde não houve a introdução de forrageiras, tendo sido mantidas gramíneas nativas. A pastagem nestes locais é menos resistente a períodos sem chuvas e por isso apresentam a coloração escura, diferente da porção onde predomina a *brachiaria*.

As porções de mata poderiam ser identificadas como paisagem natural, intocadas pela ação humana, e isto pode ser válido para o interior destas matas, mas um elemento essencial evidencia a ação humana no local: os limites muito bem definidos das matas. A mata encerra-se praticamente sem transição dando espaço para a pastagem, de forma que seu entorno foi transformado pelo desmatamento e formação das pastagens, e o limite entre mata e pastagem é estabelecido pela presença das cercas, elemento associado à demarcação dos limites entre propriedades, bem como do estabelecimento de divisões no interior das fazendas. Espaço para cultivo agrícola – observável acima da propriedade do Sr. Evandro, no canto inferior esquerdo da imagem – área de pastagem nativa, pastagens de *brachiaria*, são todas separadas pelas cercas, que não são visíveis na foto, em função do fato de que este é o zoom máximo possível no site que disponibiliza a imagem, mas cujo efeito é perceptível na medida em que podemos identificar várias áreas na paisagem, e que em algumas porções chega a assumir o aspecto próximo a formas geométricas regulares.

As cercas, elemento atualmente considerado banal na paisagem rural, demarcador da propriedade privada da terra, e das subdivisões no interior de uma mesma propriedade, nem sempre foram tão amplamente difundidas; em alguns momentos e espaços, erguer cercas demarcando uma propriedade não dependia apenas das necessidades e interesses do proprietário e poderia envolver disputas judiciais

significativas. Este é o cenário que March Bloch encontra ao falar da estrutura agrária na França no século XVIII, bem como em outros países da Europa, quando formas de utilização coletiva da terra opunham-se ao recente incremento de uma agropecuária individualizada e voltada para uma racionalidade da lucratividade:

Os prados, seja nos fundos dos vales, seja com o nome de “pastos selvagens” no meio mesmo dos campos, tinham sido ali sempre muito extensos. Solo e clima o favoreciam. Mas sua multiplicação foi provocada no começo do século XVIII, pela criação de uma verdadeira indústria forrageira: a engorda do gado cornífero, que se trazia notadamente de outras províncias, muitas vezes bem afastadas, do Franco-Condado especialmente [...] E em 1771, antes mesmo que o edito de cercamento tivesse feito sentir seus efeitos, o redator de um memorial apresentado por diversas comunidades de Hainaut calculava (talvez com um pouco de exagero) que “a metade ao menos das herdades tinha sido recentemente reduzida a pasto”. Com isso, o domínio do pasto comum tinha sido singularmente diminuído: pois as lavouras de outrora, largamente abertas, tinham sido substituídas por pastos cuidadosamente cercados. O costume local, de fato, não autorizava somente, mediante uma parca indenização aos dizimeiros e, nas terras à *champart*, ao senhor fundiário, a mudança de cultura; esse permitia, nesse caso – somente nesse caso – o fechamento da parcela; perigosa facilidade que, sem dúvida, não tinha sido outrora tão facilmente reconhecida senão porque os hábitos econômicos tornavam-na então de aplicação muito rara. Ao menos, as servidões coletivas conservavam todo seu domínio sobre os antigos prados, que eram consideráveis; reinava ainda a proibição de cercar – uma vez que nada tinha mudado na utilização tradicional do solo – e, com ela, o pastoreio, desde depois da ceifa. Nos lugares onde a *vaine pâture* continuava a exercer-se sob a forma primitiva, todo camponês, mesmo que não possuísse nem um cantinho de pasto próprio, encontrava pois alguma erva para dar a seus animais e podia engordá-los. Em outros lugares, as comunidades preferiam arrendar a alguns grandes criadores seus direitos de restolhos: ainda por esse viés, o conjunto dos habitantes participava dos benefícios da indústria nova. Enfim, às vezes, os ricos proprietários, desejosos de recolher eles mesmos o segundo corte, ou até, em algumas glebas, um terceiro, obtinha da comunidade a permissão de fechar seus pastos; em troca, eles pagavam uma renda, da qual todos se beneficiavam.⁴⁵

O termo *vaine pâture* refere-se ao direito de usufruto coletivo de parcelas de uma propriedade, sobretudo para fins de pastoreio de gado, o que geralmente ocorria após a colheita de algum gênero agrícola. Dessa forma, num terreno onde fora cultivado um determinado gênero agrícola, os moradores de uma mesma comunidade, ou aldeia, pessoas que estivessem de alguma forma interligadas por relações de servidão coletiva, podiam direcionar para aquele local seus animais, a fim de que pudessem pastar, o que possibilitava até mesmo aos desprovidos de pastagens próprias em tamanho suficiente criar seus animais. O quadro era tão complexo que se discutia até mesmo os tipos de instrumentos e a forma como plantas como o trigo seriam colhidas, pois, caso fossem

⁴⁵ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ilka Stern Gohen; Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 345 – 346.

podadas muito próximo ao solo, muito pouco restaria para que os animais pudessem pastar. Contudo, mais especificamente no trecho supracitado, fala-se já num período em que estes costumes começavam a entrar em atrito com a tendência ao uso e propriedade individual da terra, de forma que, para que proprietários tivessem o direito de cercar suas terras e pastagens, começaram a ser criados editos, dentre outros dispositivos legais. De acordo com Marc Bloch, a receptividade e formas de aplicação dos mesmos deu-se de forma diferente em cada região da França, mas de modo geral, não foram comuns as resistências e disputas judiciais contrárias ao cercamento das terras para que se tornassem de uso exclusivo de seus proprietários. Antes da aplicação dos editos, o direito de cercar terrenos era, muitas das vezes, barganhado com autoridades locais:

Um proprietário que, no século XVIII, quisesse liberar seu bem da *vaine pâture* tinha a escolha entre várias maneiras de fazê-lo.

Ele podia, por sua própria iniciativa, levantar alguma paliçada ou cavar algum foco. Por sua conta e risco; pois, a não ser que fosse bem forte, ele se expunha, de fato, a muitas discórdias: ações na justiça, que frequentemente terminavam com sua condenação, arrombamento de cerca, contra os quais a polícia e os tribunais, mesmo quando o direito escrito parecia dar razão ao proprietário – por exemplo na Auvergne, quando ele fechava um campo, não para mantê-lo em lavoura, mas para transformá-lo em pasto –, revelavam-se muitas vezes impotentes.

Para prevenir-se contra esses aborrecimentos, nosso homem, se fosse influente em sua aldeia, podia obter da assembleia dos habitantes uma deliberação reformando os regulamentos rurais anteriores: assim foram essas decisões que aqui e ali, como veremos, prescreveram a defesa dos prados artificiais. Mas era colocar-se à mercê dos recalcitrantes, apressados em taxar esses atos como ilegalidade e, frequentemente, bem felizes por conseguir a adesão dos tribunais a suas opiniões.

Restava enfim o recurso às autoridades superiores. Estas distribuíam às vezes favores pessoais. Os intendentos, cujos poderes, em matéria de polícia rural, não eram fixados por lei alguma, encontravam-se na prática, quase ilimitados, consideravam-se no direito de conceder na ocasião autorização para cercar. Esse papel de concessionário das graças servia a seu prestígio.⁴⁶

Mas seria um erro supor que a um período em que as cercas não eram bem vistas, e que ergue-las não era reconhecido como um direito inerente à propriedade individual da terra, sucedeu-se um outro em que a concepção de propriedade privada da terra conferiu ao ato de cercar terras uma ampla aceitação. Em períodos e lugares não muito distantes aos quais se faz referência na presente pesquisa, foi possível verificar relatos de circunstâncias em que algumas propriedades rurais não estavam necessariamente separadas por cercas, ainda que se conhecessem os limites das mesmas:

Antônio Luciano é muito querido pelos fazendeiros e sitiantes. Por laços distantes de parentesco, pelas regalias que suas terras e seus prepostos

⁴⁶ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ilka Stern Gohen; Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 278-279.

ofereciam aos proprietários vizinhos, e, talvez por ser, aos olhos destes, melhor vizinho que os colonos. Parte dos sítios e algumas fazendas não possuíam cercas divisórias com o dono do chapadão; em acordo com os vaqueiros e administradores, o rebanho daqueles pastava livremente durante uma época do ano nas terras deste. Alguns sitiantes falam com saudade do tempo em que podiam criar livremente. Embora fosse pouco seu gado, eram menores ainda suas terras, e o cercado livre permitia a criação extensiva, sem aluguéis ou pagamento de qualquer taxa.⁴⁷

Ainda assim, pode-se dizer que a demarcação dos limites das propriedades por meio das cercas tem sido prática predominante entre proprietários rurais, fator observável em propriedades de variadas extensões, além do fato de que se torna cada vez mais imperativa a ideia de que os recursos disponíveis no interior de uma propriedade são de usufruto quase que exclusivo dos proprietários e/ou moradores da mesma. Torna-se cada vez menos comum o uso coletivo de recursos como pastagens, madeira, lenha e água, como pode ser observado na fala da Sra. Rosa Maria, esposa do Sr. Valmir Rodrigues, cuja propriedade rural localiza-se em Lobeira no município de Presidente Olegário:

Leonardo: Teve alguma época que vocês tiveram dificuldade com a água?

Sra. Rosa: É... não tinha energia lá em casa, nós fico mais de três anos sem energia, buscava água, tinha água de um vizinho que nós usava, o vizinho cortou ela, porque não era nossa, nós ficamos sem... sem essa água, aí nós buscava água de cavalo...

Leonardo: Agora tá...

Sra. Rosa: Hoje não... hoje tem energia, tem água, tem bomba no corgo que joga água lá em cima, hoje tá bem mais fácil, sabe?⁴⁸

A presença das sedes das duas propriedades é também evidência da ação humana transformadora da paisagem, ao lado de outro elemento, que foi extremamente significativo para a obtenção deste recorte na imagem no site da Google: as estradas. Digitar termos de busca como Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira na página da Google mostrou-se logo de início mal sucedido, de forma que desenvolvi a seguinte estratégia: realizei a busca pela cidade de Presidente Olegário, ampliei o zoom da imagem até localizar as rodovias de acesso à sede do município. Tendo identificado a rodovia MG 354 no mapa, percorri o caminho até as localidades rurais anteriormente citadas, ampliando o zoom à medida que me aproximava das mesmas. O asfalto não chega a nenhuma dessas localidades, e a manutenção das estradas de terra é precária, de

⁴⁷ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 118-119.

⁴⁸ Sra. Rosa Maria Rodrigues. 51 anos. Entrevista realizada dia 03/05/2013 na residência da mesma na cidade de Patos de Minas.

forma que, nos períodos chuvosos, buracos e atoleiros tornam-se comuns, dificultando o acesso dos moradores às cidades, e principalmente, o acesso de caminhões-tanque coletores de leite, ônibus escolares e caminhões transportadores de rações às localidades.

As concepções de “paisagem” e sua problematização são também pertinentes aos objetivos da presente pesquisa. Mas aqui, a “paisagem” não deve ser tomada apenas como um dado pré-estabelecido, inerte ou apartado do fazer humano. A paisagem é aqui evocada numa perspectiva próxima daquela defendida por Patrícia Matos, que também faz considerações sobre o uso do conceito de território, de uso recorrente na área da Geografia:

... o território se configura em um espaço territorializado, apropriado, modificado pelas relações sociais e que revela o domínio, o poder, seja de indivíduos, grupos e empresas, seja do Estado. O território constitui, portanto, uma *arena* do poder. Esse poder pode ter caráter econômico, político ou cultural, mas também pode apresentar concomitantemente todas estas qualidades.⁴⁹ (grifo da autora)

Assim, propõe-se a discutir, na presente pesquisa, o conceito de território, sem perder de vista as reflexões sobre o espaço e a paisagem, considerando que as categorias de análise geográfica estão interligadas, com importantes interlocuções entre elas.

[...]

O território foi escolhido como a base da discussão por ser constituído a partir das relações de poder. O processo de territorialização do capital no espaço agrário, que gera a modernização da agricultura, altera não apenas o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas também as formas de apropriação, construção e usos do território. Os usos são estabelecidos e planejados para se dar, cada vez mais, a ampliação dos lucros e, portanto, a reprodução e expansão do capital.

A apropriação e uso do território pelo agronegócio no Sudeste Goiano podem ser percebidos claramente na paisagem, ou seja, na paisagem é possível ver, identificar, observar e decifrar. Considera-se a paisagem, conforme as atribuições de Santos (2006), a materialização do espaço geográfico, uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural.⁵⁰

Sonia Bergamasco faz considerações sobre o conceito de território que dialogam com as ideias expostas por Patrícia Matos:

Uma dimensão fundamental para entendermos as ações humanas é o conceito de território. Contudo, não devemos tratar o território como um ator social. O território é construído e desconstruído a partir das ações dos atores sociais o que demanda uma correlação com o tempo; a História. O território, com seus recursos (sentido amplo), deve ser entendido, fundamentalmente, como

⁴⁹ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 67.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*. p. 26-27.

a instância das relações de poder envolvendo os atores sociais, isto é, a possibilidade de múltiplas e simultâneas funções⁵¹.

De forma resumida, pode-se dizer que o território é um espaço apropriado, resignificado, delimitado, de acordo com valores e interesses específicos; a paisagem seria, por sua vez, a unidade visível resultante de fatores sociais, culturais e naturais, de forma que a análise da paisagem ofereceria pistas significativas sobre a forma pela qual aquele espaço foi territorializado. Assim, a autora aponta elementos da paisagem que evidenciam a territorialização do espaço pelo agronegócio no período e recorte espacial definido para suas considerações.

Também no que se refere à questão da paisagem, não se deve perder de vista que a percepção e concepções acerca da mesma variam de sujeito para sujeito, de um grupo para o outro, a depender de referenciais sociais, culturais e políticos como bem o lembrou Patrícia Matos:

Enquanto muitos não gostam do que veem, dos cheiros que sentem e dos sons que se ouvem das atividades do agronegócio, outros apreciam e exaltam essa paisagem. De qualquer forma, aos olhos dos observadores, que não conseguem ver a (in) sustentabilidade social do “mar de soja”, ou como prefere Ribeiro (2005) do “deserto de soja”, da cana-de-açúcar e de outras monoculturas, essas são paisagens da prosperidade, da fartura, do progresso e do desenvolvimento para as áreas de Cerrado, enfim da modernização.⁵²

Um aspecto da apreensão da paisagem por parte dos pequenos proprietários rurais das localidades sobre as quais trata a presente pesquisa é a frequente referência a elementos naturais da paisagem, o que pode assumir caráter de localização espacial e nomeação de espaços. Lembro-me perfeitamente que, na propriedade de meus pais, os vários pastos separados por cercas – piquetes como preferem engenheiros e técnicos – eram nomeados e identificados por elementos naturais de fácil identificação na paisagem. Havia, por exemplo, o pasto da gameleira, onde uma grande árvore dessa variedade destacava-se pelo porte e pelo fato de que a maioria das árvores próximas foram derrubadas no processo de formação de pastagens; recordo-me também do pasto do brejo, que, por localizar-se mais distante da sede em comparação com os demais, costuma ser reservado a bezerras e novilhas que ainda não pariram; o pasto das guarirobas, que os locais preferem chamar de “gueirobas”, planta da qual se aproveita

⁵¹ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013. p. 13.

⁵² MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 27.

tanto o coco quanto o palmito de sabor amargo. A íntima ligação com elementos naturais perceptíveis na paisagem tem influência também na nomeação das três localidades, de forma que “Três Barras” faz referência a um ribeirão com nascente próxima à sede do município de Presidente Olegário, e que passa pela localidade que acabou por receber o mesmo nome; “Lobeira” é o nome de uma árvore de pequeno porte, com espinhos nos galhos e que produz um fruto arredondado, que em relatos sobre décadas atrás aparece como bola improvisada com a qual jogava-se futebol; por fim, “Capoeirão” associa-se à recorrência de arbustos de pequeno e médio, como os esporões, formando moitas quase impenetráveis, nas terras da localidade que recebe este nome, ao menos até a disseminação da formação das pastagens.

Ao menos na região estudada, o imóvel individual, de um mesmo proprietário, não recebe nome próprio, alguém que possua terras em uma das localidades poderá ser identificado como dono de terras na “Fazenda Capoeirão”, mas jamais será identificado como proprietário da mesma, já que “Fazenda Capoeirão” é na verdade um conjunto de propriedades. De um modo geral, isso não ocorre com propriedades de grande porte e latifúndios, como no caso daquelas selecionadas para fins de desapropriação e reforma agrária. Leandra Silvério, em sua tese de Doutorado, analisou o processo de formação de dois assentamentos de reforma agrária, o Emiliano Zapata e o 21 de Abril, ambos na região do Triângulo Mineiro, e tanto as fazendas que deram origem a estes projetos de assentamento quanto muitas outras apontadas pela autora recebem nomes próprios:

É importante considerar que os Movimentos de Sem Terra, em suas experiências aprenderam a reivindicar terras improdutivas adentrando-as e fincando suas bandeiras, para assim demarcá-las, e cobrando que o INCRA transfira a posse para as famílias de trabalhadores. Daí a necessidade da ocupação da fazenda Santo Antônio / Marimbondo, pois assim ficava acordado que ali seria o assentamento das famílias do MLST, que primeiro ocupou as terras. Historicamente, na correlação de forças, têm sido os movimentos sociais que indicam para o Estado as fazendas improdutivas e passíveis de desapropriação.⁵³

Leandra Silvério destaca também que os sujeitos que aderem à luta pela reforma agrária são de origens muito variadas, de forma que juntar-se a um acampamento do movimento Sem Terra pode ser uma das muitas alternativas já buscadas por estes sujeitos no sentido de melhorar suas condições de vida, ainda que

⁵³ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012. p. 100.

sem êxito, o que faz do deslocamento constante uma característica recorrente nas experiências destes sujeitos:

É possível encontrar dentro de um acampamento, seja ele em qual região do país estiver, todo o tipo de perfil de homens e mulheres: desde camponeses com experiências de trabalho como meeiros, assalariados, parceiros, àqueles com míseros salários vindos de trabalhos esporádicos no campo ou na cidade e que viveram ou vivem em constantes deslocamentos de diferentes regiões do país; religiosos, professores, desempregados, iletrados; aqueles com comportamentos tidos como criminosos, como os agressores de mulheres e crianças, e os que representam uma questão de saúde pública, como drogados e alcoólatras. Na realidade, são sujeitos diversos que passam a desejar morar e viver no/do campo, porém deparam-se com a construção de um projeto de vida, de sujeito social e de produção econômica até então desconhecido ou renegado: o da reforma agrária via movimentos sociais, que vai além da simples distribuição da terra entre os trabalhadores, fundamentando-se, para determinados Movimentos ligados ao campo, como MST, MLST, MTL, em diretrizes socialistas. Contudo, para alguns trabalhadores é difícil compreendê-lo, aceitá-lo, integrar-se a ele.⁵⁴

Diante das diferenças de interesses, valores e experiências, grandes proprietários rurais, empresários rurais, sujeitos que adquiriram sua porção de terra por meio de projetos de assentamento e pequenos proprietários que já residiam de longa data em suas terras possuem diferentes percepções das paisagens observáveis em suas propriedades, e da mesma forma, buscam diferentes referenciais para nomear os espaços que ocupam. Os nomes atribuídos aos projetos de assentamento analisados por Leandra Silvério são uma clara referência à íntima ligação entre as lutas pela reforma agrária e a militância política, seja ela partidária ou não.

Patrícia Matos menciona que as regiões de chapadas e chapadões foram as mais visadas para efetivação da chamada “agricultura moderna”, em função da planura do relevo, abundância de recursos hídricos, fatores que foram fundamentais para a “expansão da fronteira agrícola” nas regiões do Estado de Goiás contempladas pela autora em sua pesquisa⁵⁵. Essa descrição contrasta com as características físicas das localidades rurais de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras, na medida em que ali predominam terrenos de relevo acidentado, com vários morros, e muitas das vezes, sem fontes de água próximas. Isso pode ajudar a explicar porque o avanço de grandes propriedades monocultoras não é perceptível na região da mesma forma que o é nos locais de que trata Patrícia Matos. Assim, a opção pela pecuária de leite, em detrimento

⁵⁴ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012. p. 136.

⁵⁵ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 28 – 29.

do cultivo de gêneros agrícolas, é, ao mesmo tempo, escolha feita pelos pequenos proprietários rurais e desdobramento da falta de interesse da parte de empresários rurais pelas terras das três localidades que não apresentariam as características consideradas essenciais para a monocultura em larga escala.

Ainda de acordo com a autora acima mencionada:

Nesses espaços se constitui, de fato, a industrialização da agricultura, em que as propriedades, geralmente de tamanho muito grande, em nada se parecem com as fazendas tradicionais, pois sua lógica de produção é inerente a uma indústria. Por isso a denominação de “empresas rurais” e “empresários rurais”, para seus proprietários. Estes são, comumente, moradores do meio urbano e não necessariamente residem em cidades próximas à propriedade. Assim pode-se dizer que a terra tem um significado puramente comercial. Ao contrário, o camponês tem um afeto *pela e para* a terra, bem como uma identificação com o lugar, com as comunidades das “redondezas”. Assim, o camponês é um *homem do campo*; já o empresário rural é um *homem que vai ao campo* com o intuito de gerar lucros e ampliar o seu capital. Da mesma forma, ocorre com a produção. O camponês pratica (agri)cultura em seu sentido amplo e o empresário rural, (agro)negócio. A contradição não ocorre apenas com as palavras, mas com os valores e ações.⁵⁶

“Camponês”, “agronegócio”, “empresas rurais” são termos a serem analisados de forma aprofundada mais adiante, aqui vale adiantar que a terra pode ser concebida, transformada, utilizada e definida de diferentes formas, a depender dos sujeitos e grupos sociais que atuam sobre a mesma, e isto expressa-se inclusive em elementos perceptíveis na paisagem. Sob o ponto de vista específico da História, deve-se acrescentar que, estando suscetíveis ao fazer humano, paisagens e territórios possuem também historicidade, e as transformações nos mesmos, em um dado espaço e época, podem tanto ser decorrentes da ação de um grupo, comunidade ou classe social, bem como decorrência das disputas e embates inscritos nas relações sociais. O exemplo mais imediato disso é a questão da posse da terra em si, muitas das vezes o foco dos conflitos sociais, como no caso das lutas por desapropriação de latifúndios para subsequente conversão em assentamentos da reforma agrária, ou das comunidades remanescentes de tribos indígenas e que reivindicam a desapropriação de terras ocupadas por fazendeiros.

Mas as disputas podem ir além da questão da propriedade da terra e envolver também diferentes significados e valores relativos à mesma, formas de trabalhar e transformar a terra, valores e concepções atribuídos aos gêneros agropecuários etc. Na presente pesquisa, analisamos as pressões sob as quais os pequenos proprietários rurais das localidades tomadas como recorte espacial estão submetidos, e que não são,

⁵⁶ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 29.

necessariamente, pressões pela desapropriação da terra, mas no sentido de redefinir a forma como produzem, os valores associados ao seu trabalho, a forma de conceber a propriedade, num conjunto de perspectivas pretensamente integrantes de uma agropecuária “moderna”. Na concepção de Patrícia Matos:

... a agricultura moderna, entendida como a incursão cada vez mais intensa das inovações tecnológicas e das metamorfoses da relação capital x trabalho, tem propagado no Brasil, notadamente no Cerrado, como um modelo que altera as condições econômicas, contribuindo para o aumento da produção agrícola do país. Os dados quantitativos e qualitativos da produção agrícola, como se essa produção pertencesse a todos, forjam uma falsa imagem das reais consequências que o agronegócio gera para os biomas, para os trabalhadores e a sociedade de um modo geral.

Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. Seguramente, as empresas rurais são a “vitrine” da agricultura moderna no Brasil.⁵⁷

Os ritmos de transformação do meio rural, e consequentemente, dos territórios e da paisagem apreensível dos mesmos, pode variar em função de diversos fatores, que vão desde elementos associados às relações sociais e alterações no equilíbrio de forças, até elementos mais ligados a características naturais do meio. Na fotografia a seguir encontram-se as duas propriedades observáveis na imagem de satélite anteriormente reproduzida, porém neste caso, a fotografia faz parte de um conjunto produzido por uma empresa que as obtinha com auxílio de aeronaves de pequeno porte, e em seguida ofertava aos proprietários rurais reproduções ampliadas na forma de quadros. a partir de um ângulo que destacasse a sede da propriedade do Sr. Vantuir, não tendo sido verticalmente em relação à propriedade do mesmo, e a segunda de uma posição mais acima da propriedade.

⁵⁷ Apud MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 24.



**Figura 4 - Vista aérea da propriedade do Sr. Vantuir e parte da Propriedade do Sr. Evandro. 2011.
Acervo do Sr. Vantuir, imagem disponível em CD ROM.**

A fotografia foi produzida em 2011, traz no canto superior esquerdo a propriedade até então pertencente ao Sr. Evandro, e na parte inferior esquerda a casa do Sr. Vantuir, e sob vários aspectos difere da imagem obtida via satélite, sendo que a primeira foi tirada de uma posição verticalmente mais acima das propriedades, ao passo que a segunda foi obtida em perspectiva oblíqua, em um ângulo que destacasse a sede da propriedade do Sr. Vantuir.

Além de diferenças relativas à forma como a fotografia foi obtida, deve-se destacar que a presença das roças plantadas, formando áreas de um verde mais forte, que se destaca das demais, sugere que a fotografia acima foi obtida num período de chuvas, ao passo que a imagem obtida via internet demonstra terrenos não cultivados e uma coloração que sugere período seco. De qualquer forma, sob o ângulo da segunda imagem aqui reproduzida, é bem mais perceptível a declividade dos terrenos e distribuição da vegetação.

Como bem lembrou Edward Thompson, em “Senhores e Caçadores”, mesmo num espaço como as florestas, a paisagem observável pode ser resultado da ação humana em função de valores e interesses específicos:

Para o observador desprevenido, uma floresta aparece simplesmente como uma área inculta – uma extensão de arvoredos e charnecas que se manteve “selvagem”, onde animais selvagens, inclusive os cervos, podem correr à vontade. Mas uma floresta tem a sua complexa economia própria; onde se multiplicaram os povoamentos, as reivindicações concorrentes dos gamos e veados, caças menores, porcos, reses e carneiros, e as exigências humanas de madeira, carvão e transporte estavam submetidas a uma intrincada regulamentação.

Em teoria, não só os cervos constituíam “a principal beleza e ornamento da floresta”, como ainda suas necessidades econômicas ultrapassavam qualquer outra necessidade, visto que a função específica dessa floresta real era a de proporcionar ao Rei uma distração das preocupações de Estado.

[...] As presas reais, porém, não se reproduziam espontânea e fartamente. Os cervos, para sua alimentação, requerem vastos terrenos, tanto pelo pasto como pelas folhas dos arbustos e ramos inferiores das árvores (“da altura da galhada”). Seus gostos são delicados mas variados: adoram cereais novos e vegetais cultivados, cascas de árvores novas (no inverno) e ocasionais luxos como maçãs. [...] Além disso, certos pontos preferidos dos cervos deviam ser mantidos como “terrenos preservados” ao longo de todo o ano; e, como os próprios cervos podiam ser tão prejudiciais como as cabras para aquele outro grande produto da floresta – a madeira –, de tempos em tempos os arvoredos e novas plantações tinham de ser cercados contra eles e as reses, até que as árvores crescessem o suficiente para resistir ao pasto dos animais.⁵⁸

Além das medidas tomadas no sentido de manter as espécies vegetais que serviriam de alimento para os cervos, era preocupação da realeza e dos administradores das florestas e reservas o controle de predadores naturais e, sobretudo, o controle da prática da caça em si. Os conflitos nas regiões das florestas surgiram, dentre outros fatores, das diferenças de interesses em relação aos recursos da floresta da parte de diferentes grupos sociais – de forma que, se, para a realeza, havia o enfoque na questão da recreação e a concepção da caça como esporte; para os moradores dos arredores, eram cruciais a lenha e a caça para consumo próprio e comercialização; havendo ainda nobres, funcionários públicos e representantes dos poderes locais sempre ávidos por adquirir regalias e concessões de amplos poderes perante o rei.

Quando se fala na localização das três localidades rurais no município de Presidente Olegário deve-se atentar para as implicações que isto envolve em termos de valor da terra e das possibilidades de classificação das propriedades enquanto propriedade familiar. A classificação dos tipos de estabelecimento rural tem como principal referência o Estatuto da Terra, que não sofreu alterações significativas no que diz respeito a esta classificação desde 1964, de forma que estabelece-se o seguinte:

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

⁵⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 31-33.

Nota: Este Texto Legal é conhecido como Estatuto da Terra

[...]

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;⁵⁹

Pelo acima exposto, verifica-se que as propriedades rurais das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús tomadas como objeto do presente estudo enquadram-se na definição de “propriedade familiar” do Estatuto da Terra. Existe também uma classificação baseada no “Módulo Fiscal”, medida que serve inclusive de

⁵⁹

Disponível

em:

<

<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>
> Acesso em 30/07/2014

base para o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e que tem valor específico variável de município para município:

É uma unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta:

- tipo de exploração predominante no município;
- a renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e;
- conceito de propriedade familiar.

Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4.º da Lei n.º 8.629/93. (Fonte: INCRA)⁶⁰

O site da FAEMG, de onde foi extraído o trecho acima, disponibiliza a tabela com os módulos fiscais por município, onde consta que, no município de Presidente Olegário o módulo fiscal é de 65 hectares, ao passo que no município vizinho, Patos de Minas, o mesmo corresponde a 40 hectares. Subentende-se a partir disso que é atribuída ao município de Presidente Olegário a necessidade de uma maior extensão de terras para a realização de atividades e uma produção que em Patos de Minas seria obtida em espaços menores. Obviamente, medidas como o módulo fiscal tem um caráter homogeneizante, pois, propõem um nivelamento das propriedades rurais a nível municipal, com base em médias, estatísticas, senso e dados dos cadastros rurais, dificultando a apreensão da variedade de situações em que podem encontra-se as propriedades de um mesmo município em termos de extensão, tipo de exploração, produção e produtividade, regimes de trabalho empregados etc. Abaixo consta a classificação dos imóveis rurais atualmente vigente, que leva em conta, sobretudo, a extensão da propriedade, mas que também considera outros fatores:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 4 DE ABRIL DE 2003

Estabelece diretrizes para fixação do Módulo Fiscal de cada Município de que trata o Decreto n.º 84.685, de 6 de maio de 1980, bem como os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra - GUT e de Eficiência na Exploração GEE, observadas as disposições constantes da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto n.º 3.509, de 14 de junho de 2000, e art. 22 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/N.º 164, de 14 de julho de 2000, resolve: Do <Módulo Fiscal>

⁶⁰ Disponível em: <

<http://www.faemg.org.br/Content.aspx?Code=284&Portal=2&ParentCode=42&ParentPath=None&ContentVersion=R> > Acesso em 17/09/2013.

Art. 1.º O <Módulo Fiscal> expresso em hectares será fixado para cada município de conformidade com os fatores constantes do art. 4º do Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980.

§ 1.º Será considerado predominante o tipo de exploração especificado na alínea "a" do art. 4º do Decreto nº 84.685 de 6 de maio de 1980, que ocorrer no maior número de imóveis.

§ 2.º Para atender ao disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do art. 4º do referido Decreto, será utilizado o módulo médio por tipo de exploração constante da Tabela III - Dimensão do Módulo por Categoria e Tipo de Exploração, da Instrução Especial INCRA n.º 5-A, de 6 de junho de 1973, calculado para cada imóvel.

§ 3.º A fixação do <Módulo Fiscal de cada município levará em conta, ainda, a existência de condições geográficas específicas que limitem o uso permanente e racional da terra, em regiões com:

a) terras periodicamente alagáveis;

b) fortes limitações físicas ambientais; e

c) cobertura de vegetação natural de interesse para a preservação, conservação e proteção ambiental.

Art. 2º O número de Módulos Fiscais do imóvel rural de que trata o art. 4º da Lei nº 8.629/93 será calculado com precisão de centésimos.

Do Imóvel Rural

Art. 3.º Para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 8.629/93, considera-se:

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) Módulos Fiscais;

III - Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) Módulos Fiscais;

IV - Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) Módulos Fiscais.

Da Produtividade

Art. 4.º Considera-se propriedade produtiva para fins do disposto no art. 6.º da Lei n.º 8.629/93, aquela que explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e Grau de Eficiência na Exploração - GEE igual ou superior a 100% (cem por cento)[...]⁶¹

Tendo em vista que as propriedades rurais nas localidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras raramente ultrapassam 65 ha, que é a dimensão do módulo fiscal no município de Presidente Olegário, percebe-se que em termos de extensão elas são perfeitamente classificáveis enquanto pequenas propriedades rurais. Mas numa pequena propriedade rural podem ser exercidas atividades altamente capitalizadas, inclusive com emprego de mão-de-obra assalariada, como no caso de fazendas experimentais, ou na criação de animais como aves e suínos, que não demandam grandes pastagens ou plantações. Assim, é necessário considerar também fatores como as formas de exploração da terra, mão-de-obra empregada, comercialização dos produtos etc.; no sentido de esboçar alguma classificação para os imóveis rurais. No

⁶¹ Disponível em: <

<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>
> Acesso em 17/09/2013.

caso específico das propriedades aqui analisadas, o trabalho nas propriedades é realizado pelos membros da família residentes na propriedade, com eventual auxílio de terceiros, que podem ser tanto vizinhos quanto familiares que residem em outros locais.

Entre os moradores das três localidades rurais aqui destacadas em diferentes contextos observa-se significativo grau de sociabilidade, reforçados por laços de parentesco, pela proximidade entre as residências, pelo fato de que as dimensões das propriedades são similares, pelo fato de que as atividades produtivas são praticamente as mesmas em todas as propriedades e pelo fato de vivenciarem experiências e estarem sujeitos a uma mesma configuração de forças no que diz respeito à produção e comercialização de gêneros agropecuários. De um modo geral, tarefas diárias, como ordenha do gado e alimentação do mesmo, são realizadas pelos residentes na propriedade, mas trabalhos menos recorrentes, como plantio e colheita, ou preparo da silagem para alimentação do gado, contam geralmente com o auxílio de terceiros. É um cenário muito próximo daquele observado por Áureo Ribeiro entre proprietários rurais do Alto Paranaíba que ele denomina “fazendeiros”:

Sendo fazendeiros e trabalhadores ao mesmo tempo, o auxílio do vizinho é necessário nas diversas precisões. Esta ajuda começa nas coisas que são obrigações de vizinhos. Como reparo de cerca, fuga de gado. Daí, estende-se numa variedade de favores mútuos, na troca de dias de serviço, no empréstimo de equipamentos e insumos, nas trocas de alimentos e nos empréstimos de dinheiro. O meio mais fácil de se conseguir dinheiro, pouco e com pequeno prazo é na vizinhança. Os juros são negociados entre os contratantes e o prazo de pagamento não é fixado rigidamente: quando pode o devedor salda a dívida. Isto não quer dizer que uma dívida possa ser rolada indefinidamente, pois esta situação comprometeria as relações de amizade, já que todos sabem das dificuldades dos outros, e a pequenez de um empréstimo é significativa para o prestador.⁶²

O recorte espacial estabelecido por Áureo Ribeiro envolve uma região não muito distante das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, uma vez que o autor trata de propriedades localizadas no Alto Paranaíba, região limítrofe ao Noroeste de Minas, onde por sua vez está localizado o município de Presidente Olegário. Porém, o período abordado pelo autor inscreve-se entre as décadas de 1970 e 1980, e uma diferenciação básica entre os costumes dos produtores de que fala o autor e os costumes dos moradores das localidades supracitadas, nos últimos anos, é que o trabalho na propriedade de vizinhos, ou mesmo de familiares, tornou-se cada vez mais mediada pelo

⁶² RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 99.

pagamento em dinheiro. Segundo o Sr. Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues, em 2013, a diária de um “peão” chegou ao preço de 60 reais, de forma que é cada vez menos comum a troca do dia de trabalho, costume pelo qual um trabalhador auxiliava na propriedade do vizinho e este teria que trabalhar na propriedade do primeiro a mesma quantidade de dias.

Ainda assim, não se pode dizer que a racionalidade capitalista, centrada na produtividade e lucratividade, não é o único sentido norteador do trabalho, das relações com vizinhos e familiares e da relação com a própria terra. O conjunto de saberes, práticas, experiências e valores compartilhados pelos produtores rurais aqui tomados como objeto não se constitui em unidade fechada, homogênea ou estática, isenta de transformações. É justamente preocupação deste trabalho verificar as transformações destes valores, práticas e saberes no período tomado como recorte temporal, considerando que elas se dão tanto em função de fatores internos ao conjunto das três localidades, mas também sob influência de pressões de outros setores e grupos sociais. De qualquer forma, ainda são válidas as considerações de Áureo Ribeiro a este respeito:

Podemos observar que a sociedade fazendeira relaciona-se com o mundo dos negócios de uma forma peculiar. Estão misturados negócios e relações pessoais, como a forma mais satisfatória encontrada para reproduzir o capital comercial. Nessa ordem, não há somente a reprodução subordinada da produção fazendeira, mas também uma interação que fornece alguma eficiência ao imperativo da sobrevivência do produtor⁶³.

Vale incluir aqui algumas observações sobre o modo como se pretende abordar as questões econômicas na presente pesquisa, e, neste sentido, as considerações de Thompson em torno do conceito de “economia moral”:

Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e auto-reguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos é tão supersticioso quanto as noções que sustentavam o modelo paternalista – embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar. Em alguns aspectos, o modelo de Smith se adaptava mais acuradamente às realidades do século XVIII do que o modelo paternalista; e, em simetria e alcance de construção intelectual, era superior. Mas não se deve deixar de perceber o ar ilusório de validação empírica que o modelo contém. Enquanto o primeiro apela a uma norma moral – ao que devem ser as obrigações recíprocas dos homens –, o segundo parece dizer: “é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse”. Entretanto, quando se consideram essas seções de A riqueza das nações, elas impressionam menos como um

⁶³ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 23.

ensaio de investigação empírica do que como um excelente ensaio de lógica que se autovalida.⁶⁴

Pelo exposto acima nota-se que a idéia de uma economia neutra, auto-reguladora, seria inconsistente mesmo em épocas muito anteriores ao contexto abordado na presente pesquisa; seria menos compatível ainda com tempos em que se fala em termos como globalização econômica, agronegócio, *comodities*, de forma bastante generalizada e sem maiores problematizações. O que o autor defende é que não se olhe para a economia separadamente dos sujeitos sociais envolvidos nas negociações, nas relações de compra e venda, no estabelecimento dos preços, dentre outras práticas. Assim sendo, pode-se falar em economia moral na medida em que diferentes grupos e sujeitos envolvidos nas trocas comerciais – que vivenciam relações sociais de dimensões mais amplas, ultrapassando o estritamente econômico – existem ideais de justo e injusto, correto e incorreto, que vão além do valor de uso e custo de produção das mercadorias. Isto fica claro quando o autor fala das medidas de emergência editadas no *Book of orders*, na Inglaterra entre 1580 e 1630:

Na essência, portanto, o Book of orders autorizava os magistrados (com a ajuda dos júris locais) a inspecionar os estoques de cereais nos depósitos e celeiros; a especificar as quantidades a serem enviadas ao mercado; e a impor com severidade toda parte da legislação relativa ao mercado, às licenças e às compras antecipadas. Não se devia vender nenhum grão de cereal a não ser no mercado aberto, “a menos que fosse para alguns pobres artesãos, ou diaristas, dentro da paróquia em que residem os produtores de grãos, pessoas que não podem convenientemente ir até as cidades-mercados”. As ordens de 1630 não autorizavam explicitamente os juízes a fixar o preço, mas mandavam-nos cuidar do mercado e assegurar que os pobres fossem “abastecidos dos cereais necessários [...] pelos preços mais favoráveis que se pudesse obter por meio da persuasão honesta dos juízes”. O poder de fixar o preço dos grãos e da farinha ficava, numa emergência, a meio caminho entre a imposição e a persuasão.

Essa legislação de emergência estava caindo em desuso durante as Guerras Civis. Mas a memória popular, especialmente numa sociedade pré-alfabetizada, é extraordinariamente duradoura. Não há muita dúvida de que uma tradição direta se estende do Book of orders de 1630 às ações dos roupeiros em East Anglia e no Oeste no século XVIII.⁶⁵

No esforço por definir o conceito de “economia moral”, Thompson também afirma que:

A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo abastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em

⁶⁴ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In.: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 162.

⁶⁵ Idem, Ibidem. p. 177.

situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso “moral” particular ao protesto. Tudo isso, considerado em conjunto, é o que entendo por economia moral.⁶⁶

Nenhum outro termo parece se oferecer na hora de descrever a maneira como muitas relações “econômicas” são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas. Essas normas existem como um tecido de costumes e usos, até serem ameaçadas pelas racionalizações monetárias e adquirirem a autoconsciência de ser uma “economia moral”. Nesse sentido, a economia moral é invocada como resistência à economia do “livre mercado”.⁶⁷

Na concepção do Edward Thomposon, existe uma tendência a ignorar o quanto pode ser lenta a transformação de uma determinada economia moral:

Mas é muito frequente, em nossas narrativas históricas, encurtar as grandes transições. Deixamos o problema das compras antecipadas de mercadorias e a doutrina do preço justo no século XVII. Tratamos da História da economia de livre mercado no século XIX. Mas a morte da antiga economia moral das provisões foi tão prolongada quanto a morte da intervenção paternalista na indústria e no comércio. O consumidor defendia suas antigas noções de direito tão teimosamente quanto o seu status profissional como artesão (o mesmo homem, talvez, em outro papel).⁶⁸

Os moradores de Lobeira, Três Barras e Capoirão dos Badús são, na sua maioria, católicos, dentre os entrevistados para a presente dissertação apenas a Sra. Rosa Maria é evangélica. Mas existe uma relativa distância em relação à igreja oficial visto que por um bom tempo não foram realizadas missas na região, com a presença de um sacerdote e seguindo os rituais litúrgicos, de forma que as manifestações religiosas predominantes foram os terços rezados nas propriedades rurais pelos próprios moradores, novenas de Natal e a Folia de Reis e a respectiva festa no dia 05 de janeiro de cada ano. A Sra. Ivalda fala sobre as mudanças que tem percebido na relação dos moradores locais com a religiosidade:

Leonardo: Dona Ivalda, aqui na região, até certa época, existia padre, principalmente na capela da Lobeira. Tem algum motivo, alguma coisa que ajuda a explicar por quê foram deixando de acontecer as missas, a presença mesmo do padre na capela?

Sra. Ivalda: É, com certeza... o principal motivo é o interesse pessoal mesmo, que foi entrano a modernidade, a evolução, chegou a televisão, a energia chegô no meio rural, e veio a televisão e o pessoal foi acomodando. Porque, querendo ou não, existe uma grande perca de valores né? A gente num fala da modernidade, porque salve a tecnologia, graças a Deus que ela existe, só que assim, teve a evasão rural, não resta dúvida, que devido ao desemprego, a falta de ganho no meio rural, e estudá os filho, pros filho estudá os pai de

⁶⁶ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral revisitada. In.: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 257.

⁶⁷ Idem, Ibidem. p. 258.

⁶⁸ Idem, Ibidem. p. 198.

família foram mudano pra cidade, eu mesma rezava sempre aqui na capela da Lobeira, fui ministra da palavra aqui uns anos atrás, depois eu tive que ir pra Presidente Olegário acompanhar meus filho pra estudar. Com isso foi assim, esfriando, como se diz, o povo foi perdendo interesse, e a capela foi ficando sozinha, sozinha, e o povo muito pouco, o padre tinha, mas não tinha quase ninguém, aí o padre resolveu a desfazer da capela.⁶⁹

A entrevistada também fala dos esforços no sentido de reativar uma capela na região para que se possa retomar a realização de celebrações e fala ainda dos motivos que a levaram a ministrar a catequese em sua própria residência:

Leonardo: Eu soube também que agora a senhora está envolvida num esforço pra ver se criam uma nova capela na região...

Sra. Ivalda: É... ver se cria a capela novamente... Pelo seguinte, depois de casar meu caçula eu voltei pro meio rural novamente, voltei pro meu sítio, e comecei a perceber que a gente precisava a gente dar uma reatada na religião, dar uma reagida nos movimentos religiosos, até pra unir mais a comunidade, pra gente ter mais união, até assim, mais lazer... comecei a rezar as novenas de natal de novo, que a gente rezava antes, vi que os pais de família tava levando as criança duas veiz na semana pra fazer catequese... resolvi a oferecer pra ser catequista, eles me aceitaram de bom grado e eu abri a catequese aqui em casa mesmo, abri uma salinha de catequese aqui mesmo. E, com isso, na região da Lobeira, onde existia a capela, foi loteado um terreno lá perto que era de uns herdeiro, morreu um senhor lá que era o senhor Juca Gomes e eles resolveram a dividir lá e vender os lotes... Veio um senhor de Patos, que comprô um lote lá também e interesse... Ele que acho que é a nossa cabeça aqui, do nosso movimento aqui de Igreja que é o Amado... Veio, interessô a reerguer a capela de novo. Inclusive ele que tomou as providencia, veio conversou comigo, falou: “A senhora que é catequista, vou tomar as providencia, vou conversar com o padre de Presidente, pra vir aqui celebrar uma missa no barracão”. Ele arrumou o local na comunidade lá, um barracão lá no Ildo, fazenda do Doutor João Alfredo, arranhou o espaço, chamou o padre pra vir celebrar. Exclusive, nós tem o calendário, dia dois de julho vai ter nova missa lá. Com isso, movimentô, foi tendo as novena nas casa, o pessoal muito animado, pra gente reerguer a capela aí de novo, pra dar continuidade à religiosidade do lugar. Porque, sem Deus, a gente não vai a lugar nenhum né? A gente precisa assim, eu acho assim que é uma das principais culturas que a pessoa tem que ter é uma religião. Inclusive a nossa, graças a Deus, somos católicos..., ajuda muito na comunidade, inclusive até assim pra tirar as pessoas da depressão, do comodismo... e também sabendo que um dia a gente vai contempla Deus face a face e tem que ter alguma coisa pra levar.⁷⁰

Percebe-se pelo acima exposto que a distância física em relação aos templos de celebração oficial teria, na percepção da entrevistada, diminuído a ligação dos moradores com a religiosidade, e frequentar celebrações nas igrejas das cidades próximas, fosse Patos de Minas ou Presidente Olegário, oferecia dificuldades aos moradores. O quadro tornava-se mais complexo em relação à catequese pois esta requer

⁶⁹ Sra. Ivalda dos Santos Marra. 64 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013.

⁷⁰ Sra. Ivalda dos Santos Marra, 64 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013.

uma frequência maior às aulas e ritos ligados à primeira eucaristia. A entrevistada faz referência ao Sr. Amado, que teria tido um papel significativo na decisão de erguer uma nova capela. Mas também é possível perceber que sua inserção na localidade de Lobeira deu-se de forma bastante diversa daquela pela qual a maioria dos moradores ali se fixaram. Conforme conta a Sra. Ivalda, a propriedade do Sr. Juca Gomes, após o falecimento, foi dividida em pequenos lotes, com espaço pouco maior ao que corresponderia à residência e quintal na maioria das propriedades locais, sendo que os lotes foram posteriormente colocados à venda. O Sr. Amado foi justamente um dos compradores, sendo que em sua propriedade seriam produzidos apenas gêneros para consumo próprio até então. Até a conclusão das obras da capela, a catequese continuaria a ser realizada na residência da entrevistada, e as missas, ainda celebradas esporadicamente, ocorreriam em locais improvisados, como no barracão da propriedade do Sr. João Alfredo, que, diferentemente da maioria dos proprietários rurais locais, emprega mão de obra assalariada e não participa diretamente do processo produtivo. A Sra. Ivalda dos Santos também fala sobre a forma como as práticas ligadas à religiosidade tiveram continuidade, mesmo com a desativação da capela em Lobeira:

Leonardo: E mesmo assim, sem a existência de uma capela e sem a presença do padre, a senhora percebe que houve alguma mudança, ou eles conseguiram conservar a festa de reis e as novenas da mesma forma?

Sra. Ivalda: Sim, conseguiu. Ficou assim, meio parado um tempo, com a falta da capela, com a falta de movimentos religiosos aqui... mas as novenas de Natal, quando a gente reza, o movimento é grande, o envolvimento é grande, somos muito favorecidos nisso daí, ajudando a rezá, todo mundo reza. As festa de reis tá cada dia assim... Claro, diminuiu os foliões, porque os foliões que são os louvadores do menino Jesus vão ficando velhos, os jovens não tão querendo entrar pra folia de reis. Então vai ficando assim com menos membros. Mas, pra festividade, pra realizar a festa, o pessoal da região está a cada dia mais empolgado e assim... acreditando mais e com mais fé.

Leonardo: Mesmo com o desafio que é tirar leite e com todas as mudanças na rotina?

Sra. Ivalda: Exatamente, tem agora... de uns anos pra cá que melhorou um pouco, porque aí todo mundo já colocou a ordenha mecânica, e pelo custo que fica a produção a pessoa tem que tirar o leite cedo e à tarde, conseguir fazer o giro. As pessoas se desdobra, Na época da folia de reis, todo mundo se desdobra pra que tudo possa ser realizado, tanto o trabalho quanto a festividade... É muito bom...⁷¹

Em uma segunda entrevista com a Sra. Cleide, foi informado de que o plano de construir uma nova capela a partir do zero fora abandonado, de forma que se passou a cogitar a possibilidade de apenas reformar a antiga capela localizada em Lobeira:

⁷¹ Sra. Ivalda dos Santos Marra, 64 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013.

Leonardo: E as missas lá da Lobeira, pararam de acontecer?

Sra. Cleide: Não, ainda tem. Sexta-feira que vem parece que vai ter... parece que, agora, eles compraram o terreno lá da igreja. Ficou em uns 25 mil, tem base?! Que absurdo! Não sei não, dizem que já tá pago, que passou o dinheiro pro Tiozinho, e agora vão pedir ajuda pro povo aqui... Mas não sei não, se não for pra gente frequentar mesmo não compensa. Porque, como diz o padrim Josias, isso é igual uma febre, nos primeiros dias, depois vai acabando, o povo vai raliando... tomara que não, Deus ajuda que não, não sei não...

Leonardo: E onde mesmo é que compraram esse terreno?

Sra. Cleide: Não, vai arrumar é a mesma lá, vai arrumar a capela antiga. É porque eles tinha arrumado pra fazer... o home tinha doado ali perto do Arnaldo, sabe? Lá naquela curva que tem um cruzeiro, era pra ser ali, mas agora comprô lá do Tião Gome, lá onde era a capela era do Tião Gome. Aí vai fazer lá mesmo, assim, vai reformar ela. Parece, assim, que as parede tá até boa, parece que não tá difícil de reformar lá não.⁷²

Discutir alguns aspectos das práticas e costumes ligados à religiosidade dos sujeitos tratados na presente dissertação requer levar em consideração que tais práticas e costumes não são dados culturais estáticos, e que as mudanças e permanências nos mesmos estão intimamente ligadas a transformações em outros aspectos do cotidiano dos trabalhadores rurais a que faço referência. Conforme a pecuária leiteira tornou-se gradativamente central na obtenção de renda pelas famílias, isto significou também uma menor disponibilidade de tempo para as atividades religiosas, e, conseqüentemente, uma menor frequência na realização das mesmas. Mas como lembra a Sra. Ivalda, tais atividades não deixaram necessariamente de ser realizadas, ainda que tenham se tornado menos frequentes e tenham ocorrido mudanças na forma como são realizadas.

Nas linhas acima a questão da religiosidade recebeu ênfase, o que não significa que seja percebida enquanto dimensão isolada de outras do quadro geral de experiências dos sujeitos de que se vem falando. Edward Thompson já alertava quanto à necessidade de não operarmos uma divisão do real em diferentes “campos”:

Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma História de aspectos isolados do todo (uma biografia, a História de uma instituição, uma História da caça à raposa etc.), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de Histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.) Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais.⁷³

⁷² Sra. Cleide de Fátima Rodrigues, 44 anos. Entrevista realizada dia 15/09/2013.

⁷³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 50-51.

É importante destacar que a realização e participação das atividades ligadas à religiosidade ainda são alguns dos momentos de maior integração entre os moradores de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, e um exemplo disso é a presença da folia de reis na região e realização da Festa de Reis no dia cinco de janeiro. À meia-noite do dia vinte e quatro de dezembro para o dia vinte e cinco, na casa de algum dos moradores locais, é rezado um terço, acompanhado de um jantar, onde os foliões também se apresentam, ocasião chamada de “saída da folia”, onde reúnem-se diversas famílias, sendo que não é comum a realização das ceias de Natal, que em outros locais costumam reunir basicamente membros de uma mesma família. A partir daí, a folia de reis percorre as localidades por cinco dias, cantando e rezando nas casas, além de recolher donativos, de forma que uma parte deles é destinada à realização da Festa de Reis e a outra é doada para instituições de caridade por meio de uma campanha de folias de reis realizada por uma emissora de rádio de Patos de Minas. Para receber a folia, o que pode ocorrer nos mais diferentes horários, os moradores precisam, eventualmente, alterar o horário da realização de tarefas como a ordenha do gado de leite, caso o horário coincida com o da passagem da folia, e, em cada um dos cinco dias, uma família servirá o almoço e a outra o jantar dos foliões. Mas ainda nos horários entre o almoço e o jantar a folia de reis é sempre recebida com quitutes, queijo e bebidas, compreendendo um esforço coletivo no sentido de que os foliões tenham condições de prosseguir com o roteiro de cinco dias, ainda que o mesmo já não seja realizado caminhando.

A realização da Festa de Reis em si envolve esforço coletivo ainda mais significativo pois existe a mobilização tanto no sentido de preparar os alimentos a serem servidos no dia da festa; de construir a tenda onde acontecerá a apresentação da folia de reis, as rezas e onde a comida e doces serão servidos; bem como no de reunir os ingredientes necessários ao preparo do almoço e dos doces. É fundamental a doação do leite pois a variedade de doce preparada em maior volume na ocasião é justamente o doce de leite, de forma que o gênero que é hoje a base da renda das famílias locais tem parte do volume produzido direcionado a um uso que não terá fins lucrativos para os produtores. A realização da Festa de Reis ocorre, a cada ano, em uma propriedade rural diferente, sendo que seus moradores são chamados “festeiros”, geralmente escolhidos ao final da Festa de Reis anterior; é comum também que a realização da festa seja o cumprimento de um voto ou promessa do festeiro. A intensificação das atividades da pecuária de leite, bem como a mecanização do processo produtivo, se por um lado representaram um desafio à continuidade das práticas religiosas, por outro, em alguns

aspectos, permitiu que os moradores locais desenvolvessem estratégias que diminuíssem o esforço necessário à realização da Festa de Reis, por exemplo.

Já foi dito anteriormente que o leite utilizado no preparo dos doces servidos na referida festividade provém de doação dos produtores locais, de forma que, muitas das vezes, o festeiro e pessoas que o estão auxiliando, percorrem as propriedades dos doadores do leite, recolhendo-o em latões, geralmente com capacidade de cinquenta litros. Isso já não é mais feito quando tanto o festeiro quanto o doador do leite possuem tanque de expansão na propriedade e fornecem leite para o mesmo laticínio, principalmente a Coopatos. Nestes casos, é feito um acordo com o caminhoneiro da Coopatos que dirige o caminhão tanque que coleta o leite nas propriedades, de forma que o volume de leite a ser doado para a Festa de Reis seja descontado do total do volume de leite que o doador entregaria numa determinada data e acrescentado ao volume de leite recolhido na propriedade do festeiro. Assim, não há a necessidade do transporte do leite até a propriedade do festeiro, pois, de qualquer forma, ele receberá em dinheiro, da parte da Coopatos, o valor correspondente ao volume de leite que lhe foi cedido pelos vizinhos. A análise deste tipo de estratégia é significativa no sentido de contrapor-se a concepções que caracterizam os pequenos proprietários rurais, produtores familiares, sitiantes etc., como sendo destituídos de racionalidade técnica e de criatividade para incremento de suas atividades cotidianas, sendo elas voltadas para a obtenção de lucro monetário ou não.

Pelo exemplo acima mencionado é possível perceber também que o que sujeitos ligados ao agronegócio chamariam de “cadeia produtiva” não é constituída apenas em termos técnicos ou de troca comercial, pois a efetivação desta estratégia exige algum nível de proximidade com o operador do caminhão que coleta leite para o laticínio. O vínculo com o “leiteiro” era provavelmente mais amplo nos períodos em que estes circulavam com os caminhões transportadores de latões de leite; como a carroceria dos mesmos raramente alocava latões até o máximo de seu espaço, sobrava algum espaço muita das vezes utilizado como meio de transporte, em eventuais “caronas” que os moradores locais conseguiam com o leiteiro; como transporte de gêneros vindos da cidade; e para transporte de algum produto de uma propriedade a outra, pequenos favores muitas das vezes retribuídos com alimentos dados pelos trabalhadores rurais aos leiteiros.

Com a implementação dos caminhões tanque no transporte do leite, muito semelhantes aos caminhões pipa que transportam água, o único espaço disponível é o

banco do carona na cabine do leiteiro e ainda assim, geralmente estes são orientados pelo laticínio a não fornecer carona aos locais, seja no sentido do campo para a cidade, seja da cidade para o campo. O estabelecimento do vínculo com o leiteiro também foi significativo para a obtenção de avaliação satisfatória da qualidade do leite de cada propriedade, o que resultaria também em um preço relativamente melhor para o produto. A coleta das amostras de leite a serem encaminhadas para análise laboratorial foi por muito tempo realizada pelos próprios leiteiros, que muitas das vezes alertavam aos proprietários quanto ao calendário de realização das coletas. Munidos desta informação, os proprietários poderiam tomar medidas como evitar acrescentar ao leite a ser comercializado a produção de vacas no final ou início do período de lactação, por exemplo, já que nestes períodos – ou seja, poucos dias após o nascimento de um bezerro e algumas semanas antes do desmame do animal – o leite pode apresentar acidez maior que o eventual, o que ocasionaria perda de pontos na análise laboratorial do leite.

A coleta das amostras do leite pelos leiteiros da Coopatos foi recentemente substituída pela realização da mesma por técnico designado especificamente para esta função, e que se dirige às propriedades exclusivamente na data da coleta de tais amostras, de forma que a própria ausência do convívio frequente com os produtores, como ocorre com os leiteiros, dificultaria o estabelecimento de estratégias como aquela mencionada anteriormente.

1.2. Algumas famílias e suas trajetórias

Antônio José da Silva, aposentado, reside atualmente em sua propriedade na localidade de Três Barras, a qual recebe este nome em função de um ribeirão que passa pela mesma. Também moram no local a esposa, Maria da Luz Silva, e um dos filhos Claudinei José da Silva. Mas o casal teve outros filhos, que não mais residem na propriedade, sendo eles José, Neuza, Cleide, Ronaldo e Claudiene; eram sete filhos no total, mas um deles, Ronan, faleceu em um acidente de motocicleta. O próprio Antônio conta como adquiriu a propriedade:

Leonardo: Dos filhos do senhor, quem ainda mora aqui na propriedade?

Sr. Antônio: Tem só um...

Leonardo: E como o senhor adquiriu a propriedade?

Sr. Antônio: Foi comprada, num... Era assim, eu ganhava uma bizerrada, tratava deles, aí depois eu vendia e comprava um pedacim de terra do pai. Foi assim que eu adquiri essa terrinha.

Leonardo: De onde o senhor tira a renda hoje em dia?

Sr. Antônio: É do leite, mais tem também a aposentadoria, em principalmente a rendazinha da aposentadoria e do leite.

Leonardo: E com quem o senhor já trabalhou aqui?

Sr. Antônio: Com quem? O Dinei tá ajudano, mas nem é muita coisa, quem faiz mais é eu mesmo. Empregado eu num tô pagando não; uma, que num tem jeito de pagá, outra porque num arranja mais.⁷⁴

A entrevista com o Sr. Antônio não foi das mais fáceis de realizar, o entrevistado se mostrou pouco à vontade com a abordagem, a maioria das perguntas recebeu respostas curtas, mas ainda assim, das falas do mesmo, podem ser apreendidos elementos significativos para a presente discussão. Um primeiro aspecto que destaco é o fato de que apenas um dos filhos, dos seis ainda vivos, permanece na propriedade, o qual o pai trata pelo apelido “Dinei” no trecho acima. As três filhas casaram-se, as três deixaram a propriedade do pai, mas continuaram vivendo no meio rural, a partir daí constituindo um novo núcleo familiar. Neuza e o esposo possuíam uma propriedade na localidade de Lobeira, próxima à propriedade do Sr. Antônio. Mas, diante da baixa lucratividade obtida na produção leiteira e de dívidas acumuladas, acabaram por vender a propriedade. Daí por diante, o casal e os três filhos passaram por várias propriedades, na maioria das vezes pagando aluguel, chegaram a residir em lote proveniente de projeto de reforma agrária, atualmente residem em propriedade alugada.

José, logo que saiu da casa dos pais, mudou-se para a cidade de Vazante, também em Minas Gerais, trabalhou como assalariado por lá, casou-se com Gilma, filha de Nadir Marra – uma das entrevistadas ao longo da pesquisa que levou à presente dissertação, comprou parte das terras do próprio pai, após alguns anos, vendeu seu pedaço de terra para Flávio Marra, filho de José da Silva Marra – outro proprietário entrevistado por mim, e passou a residir em Patos de Minas. Em Patos, ele e a esposa trabalharam como assalariados, após alguns anos, José adquiriu algumas reses e alugou terras no município de Patos de Minas, passando a tirar leite nestas terras e a vender o leite na cidade, não comercializando o mesmo com algum laticínio. No ano de 2012 iniciou negociações para comprar novamente uma porção da propriedade do pai, mas tal decisão tem causado desentendimentos entre os filhos do Sr. Antônio, e, até então, a porção de terra adquirida não foi legalmente transferida para o Sr. José, que ainda reside na cidade de Patos de Minas.

Cleide casou-se com Vantuir Rodrigues, a propriedade dos mesmos localiza-se na localidade de Capoeirão dos Badús, tem contato frequente com os pais, mas, de

⁷⁴ Sr. Antônio José da Silva, 70 anos. Entrevista realizada no dia 11/05/2013, na residência do mesmo.

qualquer forma, não mais faz parte do núcleo familiar residente na propriedade do Sr. Antônio. Claudiene também deixou a casa dos pais após casar-se, teve quatro filhos. Ela e a família residiram em diferentes locais, ora na condição de empregados de proprietários rurais, ora alugando o local onde morar. Ronaldo é solteiro, também trabalhou para proprietários rurais em algumas ocasiões e alugou terras em outras, além de eventualmente prestar serviços em alguns locais operando motosserras.

Nota-se que vários desafios apresentam-se diante dos filhos a partir do momento em que constituem nova família, principalmente porque este geralmente é o momento em que deixam a propriedade dos pais; daí por diante, várias incertezas colocam-se diante do futuro da nova família que se forma, que, apesar de tudo, esforça-se por permanecer no meio rural, como o fizeram o Sr. José e a esposa Gilma, que tentam agora adquirir um pedaço de chão novamente.

Na imagem abaixo reproduzida, o espaço circulado em vermelho corresponde à sede da propriedade do Sr. Antônio; a parte circulada de amarelo é a sede da propriedade do Sr. Flávio Marra, antes pertencente ao filho do Sr. Antônio, José, e que atualmente é utilizada sobretudo para fins de lazer aos finais de semana. Na parte superior da foto, no centro e à direita, é possível ver o ribeirão Três Barras e uma represa que também faz parte da propriedade do Sr. Antônio



Figura 5 - Fotografia via satélite da sede da propriedade do Sr. Antônio José da Silva, e de propriedades vizinhas, na localidade de Três Barras.

Disponível < <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=wl> > Acesso em 24/08/2013.

Pela fala do Sr. Antônio José da Silva percebe-se que as terras por ele adquiridas não eram as mesmas em que seus pais viveram, mas ainda assim o patrimônio e o trabalho da família foram fundamentais para a aquisição do terreno. Como ele mesmo contou, recebia do pai bezerros que depois de crescidos eram revendidos, o que possibilitou adquirir a propriedade, que, por sua vez, não tinha ainda as dimensões atuais, mas com o subsequente trabalho com lavouras, a propriedade foi ampliada. Também é perceptível que há certa dificuldade em manter o filho mais novo, Claudinei, no auxílio com as tarefas da propriedade, de forma que um incentivo adotado pelos pais foi o pagamento de salário mensal, ainda que sem a assinatura formal da carteira de trabalho, o que se constitui numa alteração substancial do caráter da participação dos filhos no trabalho da propriedade se comparado com aquilo que o Sr. Antônio José vivenciou com o próprio pai. O trabalho do Sr. Claudinei volta-se basicamente ao trato dos animais, bovinos e suínos, e ordenha das vacas, mas existem muitas outras tarefas que o Sr. Antônio executa sozinho na maioria das vezes:

Leonardo: Além de tirar leite, com o que mais o senhor mexe hoje em dia?

Sr. Antônio: Mexo com capinar, mexo com tudo, faço de tudo... Plantei um punhado de coisa também. Nós faz de tudo. Plantei cana, batata, inhame, de tudo quanto há...

Leonardo: Ainda tem uma lagoa nas terra do senhor?

Sr. Antônio: Tem sim. De vez em quando sobra tempo de ir lá, pra dá uma pescada, dá uma intirida, um intirtimento. Inclusive não tenho mais canoa que eu tinha feito... Mais vai arrumá outra, a que eu tinha feito acabô que afundô, mais quero arrumá outra.

Leonardo: Além do gado de leite, o que mais o senhor cria aqui?

Sr. Antônio: Uai... nós cria uns porquim, umas galinha, uns leitão... Os leitão nós vende, mais também ingorda pra dispesa, mais quando tem muitos nós vende, de vez em quando vende.⁷⁵

A variedade de gêneros alimentícios plantados nas terras do Sr. Antônio foi sempre recorrente, de forma que os vegetais plantados em um determinado ano nem sempre eram os mesmos plantados no ano anterior e, além disso, no caso de grãos como o feijão, o entrevistado procurava plantar diferentes variedades dessa leguminosa, e não apenas o feijão conhecido como carioca, que é o mais consumido na região. O interesse em comercializar os alimentos plantados sempre existiu, mas nem sempre isso foi tarefa fácil, até pelo fato de que, até o ano de 2011, não havia automóvel na propriedade, dificultando o transporte dos vegetais até a cidade. Alguma parte dos alimentos era comercializada, outra distribuída entre parentes e vizinhos, havia também o consumo na casa do Sr. Antônio, incluindo os vegetais destinados ao trato dos animais – abóboras

⁷⁵ Sr. Antônio José da Silva, 70 anos. Entrevista realizada no dia 11/05/2013, na residência do mesmo.

colhidas em quantidade significativa poderiam destinar-se, em parte, à alimentação dos suínos. Assim, pode-se dizer que o sentido atribuído ao trabalho com os gêneros agrícolas envolve tanto a comercialização quanto a subsistência, mas, para além disso, relaciona-se também com a execução de tarefas que o Sr. Antônio atribui sentido de prazer, o que se evidencia pela ênfase e entusiasmo que ele coloca ao falar que “plantou de tudo”. A presença da lagoa na propriedade tem aspectos peculiares, principalmente por não se tratar de uma lagoa “natural”, visto que, num local de solo muito úmido, onde nascia um pequeno córrego, que metros abaixo se encontrava com o ribeirão Três Barras, foi aberta uma cava por uma empresa que trabalhava com fabricação de tijolos e telhas extraiu argila dali. Logo o buraco foi preenchido pela água e o Sr. Antônio tratou de colocar peixes no local; fez ele mesmo uma canoa, que foi utilizada por algum tempo, até que afundou; além de instalar uma bomba hidráulica para utilização da água da represa para fornecimento aos animais; e, como ele mesmo disse, é um espaço de entretenimento do qual eventualmente ele usufrui:



Figura 6 - Vista frontal da lagoa na propriedade do Sr. Antônio José da Silva.
Acervo do autor. Fotografia digital tirada em maio de 2013.

José da Silva Marra, conhecido por amigos e familiares como “Zé Bolinha”, reside atualmente em sua propriedade localizada em Capoeirão dos Badús, juntamente com a esposa, Ivalda dos Santos Marra. As entrevistas com o casal foram as mais

longas até então, até porque se mostraram mais à vontade para responder às perguntas que os demais entrevistados, geralmente dando respostas mais longas, além do fato de que o caráter narrativo ficou mais explícito nas falas de ambos. Ele narra da seguinte forma a aquisição da propriedade:

Leonardo: Seu José, como é que foi que o senhor adquiriu essa fazenda aqui? Como é que a propriedade chegou até o senhor?

Sr. José: Até que ela chegou nim mim?... Uai... Você sabe que é até complicado o jeito deu iniciar... Mais ela foi adquirida comprada, eu comprei ela que há quarenta anos atrás ela era uma área de 14 hectare, e custô 27 mil reais, 27 mil cruzero na época. Pra você ver, na época era tão difícil que, quando eu comprei do tio meu, do Ti Tõe, eu tinha quatorze mil na ocasião, dei ele quatorze mil e o ôtro eu fiquei devendo ele um ano de prazo. Quando deu um ano de prazo, prantano milho e feijão, já tive aquele dinheiro pra pagar ele, paguei o restante das terra, das catorze hectare.

Leonardo: Então, essa terra aqui mesmo não fazia parte da propriedade do pai do senhor?

Sr. José: Não, não fazia, não essa aqui. Ela era do meu avô... Meu avô vendeu pro Ti Tõe, que era irmão do meu pai, e depois o meu tio, que era o Ti Tõe me vendeu. Mas essa é uma terra que não teve herança nela não, essa aqui foi comprada separadamente da fazenda do meu pai.⁷⁶

Por mais que a propriedade do Sr. José Marra não tenha sido herdada, a mesma em certa medida pertencia ao patrimônio da família na medida em que as terras pertenciam ao tio do mesmo. Além disso, os recursos que o próprio José Marra conseguiu ao longo do período em que viveu com os pais e irmãos foram fundamentais para a aquisição da propriedade comprada do tio. Pela fala do entrevistado percebe-se também que o cultivo de gêneros agrícolas, como feijão e milho, resultava em rendimentos consideráveis, já que lhe possibilitou quitar o restante da dívida à compra das terras, um cenário bastante diferente do atual onde os proprietários rurais da região deixaram de comercializar tais produtos e possuem como fonte de renda a pecuária de leite. Também percebe-se que a negociação da terra foi realizada diretamente com o familiar do entrevistado, sem a intervenção de bancos ou a necessidade de avalistas e fiadores, demonstrando que as negociações com familiares e vizinhos costumam dispensar procedimentos burocráticos e tornam-se menos onerosas. As terras originalmente pertencentes ao pai de José Marra são hoje propriedade de seu irmão, Jorge Marra, e são limítrofes às terras do primeiro. Segue abaixo Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. Jorge:

⁷⁶ José da Silva Marra, 66 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013 na residência do mesmo.



Figura 7 – Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. José da Silva Marra.

Fonte: Google Maps. Disponível em:

<<https://maps.google.com.br/maps?htl=ptBR&biw=1366&bih=638&q=presidente%20leg%C3%A1rio%20-%20minas%20gerais&ie=UTF-8&sa=N&tab=il>> Acesso em 01/10/2013.

Em certo ponto da entrevista, questionei ao Sr. José Marra sobre o trabalho com a pecuária de leite em sua propriedade. Ele relatou então como esta atividade foi ganhando relevância em seu cotidiano:

Leonardo: O senhor chegou também a tirar bastante leite aqui também?

Sr. José: Tirei, eu tirei leite a vida inteira, quarenta ano eu tirei. Numa ocasião tirava leite... Porque o leite, todo mês cê tinha, um tantinho; cê gastava muito, ou cê gastava pouco, todo mês cê tinha garantido um pouco, era o leite. Quem vendeu leite primeiro aqui fui ieu, aqui na região. Eu tive esse privilégio. Nós fazia queijo, morava ali mais embaixo, e fazia treis, quatro queijinho, tirava leite dumas deiz vaca, as vaca até boa de leite, dava lá quase uma lata de leite... E os queijo dano a inchá. O compradô chegava e oiava os queijo, e falava assim: “esse tá bão, esse tá fraco, esse num presta” e ia encostano os queijo. Aí um dia eu arriei o cavalo... E o Zé Bejo buscava leite na fazenda dele, que hoje é ali do Junio, ele passava ali no Junio, na porta assim. Nessa época ali era uma chácara de café. Aí, eu fui lá e contei ele: “Seu Zé, eu tiro um leite lá e tal...e meus queijo num tá prestano, eu queria te vender o leite”. Aí ele falo assim: “Se ocê trusser o leite aqui eu te compro, eu compro o leite. Pode trazê o leite, eu pago o leite, pago tanto por litro...” Ele era mei doidão. Aí eu levei leite lá quase um ano, lá naquele lugá. Aí, um belo dia ele falô comigo, o leite, acho que melhorô lá, precisô de mais leite, ele falo cumigo: “Se ocê arrumá duzentos litro de leite eu vô lá, eu vô lá de camionete, se ocê arrumá duzentos litro lá eu vô lá”. Eu levava uns cinquenta litro lá, sessenta, era assim... Aí eu conversei com o cumpadi Braiz, que morava ali, morava de lá ali. Os menino da minha mãe morava dilá ali e tirava mais muncadinho... O Antoin Totoin, nois arrumô, arrumô duzentos litro, ou até mais, Num instantim ele [o senhor Zé Bejo] passô a vim cá, vinha cá em casa, ia ali, ia no Jorge... Desse dia por diante, nunca mais parô... deve ter uns quarenta ano.⁷⁷

⁷⁷ José da Silva Marra, 66 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013 na residência do mesmo.

O senhor José da Silva Marra destaca o fato de ter sido pioneiro na comercialização de leite em relação aos vizinhos. Pelos elementos que traz em sua fala, percebe-se que não eram comercializados grandes volumes de leite, e inicialmente, mesmo o transporte do produto ficava a cargo dos produtores locais, ao menos até a propriedade do comprador do leite. Os caminhos da comercialização do leite naquele período eram muito diferentes da situação vivenciada nos últimos anos pelos produtores de Capoirão dos Badús, e uma diferença básica é que naquele período o leite ainda não era vendido para a Coopatos:

Leonardo: Mas ele não revendia pra Cooperativa, é isso?

Sr. José: Ele mesmo é que vendia. Nós vendia o leite pra ele, já era cumbinado, só porque com o decorrer da época, do tempo, da evolução, ele... logo a caminhonete dele num coube o leite. Aí já passô pra outra pessoa e passô a vendê o leite pra cooperativa. Ele vendia o leite era pros docero lá, tinha muito docero lá, em Patos, na época. O leite ele vendia lá pros docero, pras padaria. Mais aí a cominhonete num coube, cabô o jeito dele de buscá o leite. Aí a cooperativa entro, nós associó todo mundo na cooperativa, e passô a vendê o leite pra cooperativa. Até hoje eu sou sócio na cooperativa.⁷⁸

O Sr. José Marra afirma que começou a comercializar leite há cerca de 42 anos atrás, o que remonta ao início da década de 1970, de forma que logo em seguida outros produtores também começaram a vender o leite. Este produto tinha papel basicamente de complemento para renda, não sendo ainda a principal fonte de renda dos produtores, e, além disso, a comercialização inscrevia-se em redes muito diferentes das que são observáveis atualmente. A iniciar pelo comprador do leite, que era também proprietário rural, e que comprava leite de outros produtores e ia revender, juntamente com o leite que ele próprio produzia, na cidade de Patos de Minas. Havia diferentes tipos de compradores do produto, indo de donos de padarias e vendedores de doces, como afirma o Sr. José Marra, mas, em toda essa “cadeia produtiva” – para empregar aqui um termo utilizado em publicações alinhadas com os princípios do agronegócio – percebe-se que não estavam envolvidos grandes empresas, multinacionais, empresas de crédito. Diferentemente, nos últimos anos abarcados pela presente pesquisa, o leite, ordenhado em grandes volumes, é vendido, na maioria das propriedades, para a Coopatos, que tem continuamente criado instalações em diferentes municípios, como em Patos de Minas, Presidente Olegário e Lagoa Formosa, que por sua vez direciona parte do leite coletado para a Cemil, que distribui os derivados do leite para uma quantidade maior de regiões,

⁷⁸ José da Silva Marra. 66 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013 na residência do mesmo.

e também fabrica derivados que a própria Coopatos ainda não produz, como o leite longa vida.

Até a data da entrevista com o Sr. José Marra e a Sra. Ivalda haviam sido entrevistadas três moradoras das redondezas, sendo elas Cleide, Rosa e Nadir. Os questionamentos feitos à Sra. Ivalda tiveram temáticas diferentes pelo fato de que, além do trabalho nas atividades produtivas da fazenda, a mesma tem sido responsável pela catequização de moradores da região:

Leonardo: Dona Ivalda, a senhora agora realiza o trabalho de catequese na região, né? Que ano a senhora começou a catequizar?

Sra. Ivalda: Eu comecei em 2009, início de 2009...

Leonardo: De lá pra cá todo ano tem turma nova?

Sra. Ivalda: Tem, todo ano tem, uma turma de primeira eucaristia e outra de perseverança pra crisma... Todo ano.

Leonardo: E mesmo com as atividades que a senhora vem promovendo... catequização, as missas e tudo mais, mesmo assim a senhora ainda tem que dar conta das tarefas do sítio?

Sra. Ivalda: Eu sou muito animada... Graças a Deus, faço minhas tarefas daqui, dou minha catequese, vou passear, vou pra cidade, vejo tudo né, porque agora que estou fazendo meu ensino médio, pra ver se depois eu faço o supletivo, é tranquilo, a gente tendo fé em Deus e vontade vai...⁷⁹

Ivalda estava com 64 anos na data da entrevista, já aposentada, os quatro filhos todos adultos e com as próprias famílias já constituídas, de forma que talvez isso ajude a explicar como ela pôde se dedicar à variedade de atividades informadas acima: trabalho com catequização, missas e novenas, afazeres da propriedades, estudos; ainda que ela não frequente aulas presenciais. Mas um outro fator é favorável à realização de tais atividades: na data de realização da entrevista o casal já não comercializava leite na propriedade, o que reduzia a quantidade de trabalhos a serem feitos. São criadas atualmente rezes destinadas ao abate, que foram adquiridas por Flávio, filho de José e Ivalda, cuja carne é vendida no açougue do supermercado que o mesmo possui em Presidente Olegário, correndo o risco de ser multado, uma vez que o produto não segue à risca os procedimentos de certificação de origem exigidos. Quando me despedia do casal, na data da entrevista, uma vaca caminhava em direção da sede da propriedade, já próxima ao curral, de forma que o Sr. José Marra disse, com um certo ar de lamentação, mas ainda bem humorado: “ Olha aí, essa é a pecuária que eu tô tendo aqui, só sobrou essa daí”.

⁷⁹ Ivalda dos Santos Marra, 64 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

Um dos irmãos de José da Silva Marra é o Sr. Jorge, cuja propriedade também se localiza em Capoeirão dos Badús. Na sede da propriedade localizam-se, além das instalações utilizadas para as atividades agropecuárias, a residência do próprio Jorge, e, a alguns metros de distância, a casa de Gilmar, o único filho a permanecer no campo. A casa do Sr. Jorge está destacada em amarelo, a residência do Sr. Gilmar, em vermelho, conforme a imagem a seguir:



Figura 8 – Imagem de satélite das residências do Sr. Jorge Marra e do Sr. Gilmar.

Fonte: Google Maps.

em: <<https://maps.google.com.br/maps?htl=ptBR&biw=1366&bih=638&q=presidente%20oleg%C3%A1rio%20-%20minas%20gerais&ie=UTF-8&sa=N&tab=il>> Acesso em 01/10/2013.

Seria realizada uma entrevista com o Sr. Jorge e outra com a esposa, mas tendo em vista que ele não se encontrava em casa, foi realizada uma entrevista apenas com a Sra. Nadir de Freitas Marra, aposentada, e tendo 60 anos na ocasião da entrevista. A entrevistada não pareceu totalmente à vontade para responder meus questionamentos, ainda assim, a entrevista oferece elementos significativos para as discussões que vêm sendo travadas na presente dissertação. O início da entrevista foi baseado em questionamentos sobre a trajetória da família e os trabalhos realizados pela Sra. Nadir e pelos familiares:

Leonardo: Assim que a senhora se casou, a senhora mudou-se para esta casa ou já morou em outro lugar?

Sra. Nadir: Já morei em outros lugares...

Leonardo: Quando a senhora mudou pra cá, quais eram os principais serviços que vocês faziam aqui na fazenda, a senhora e o senhor Jorge?

Sra. Nadir: Já tirava leite, tinha lavoura também...

Leonardo: E logo que a senhora se casou começou a ajudar a tirar leite ou isso foi mais recente?

Sra. Nadir: Não, foi passado uns deiz ano de casada. Mais na época nois mexia só com lavoura, quando nós casou era só lavoura, depois que pegou a tirar leite... Fazia queijo, fazia porvio, eu ajudava ele na roça
Leonardo: O queijo e o polvilho eram para vender?
Sra. Nadir: Era, pra vender...
Leonardo: Os filhos também ajudavam a senhora e o Jorge?
Sra. Nadir: Ajudava... Mais pagava pião também, sempre que precisava pagava os pião, pra ajudar nós na roça.⁸⁰

“Pagar pião”, expressão utilizada pela Sra. Nadir na fala anteriormente citada, refere-se ao trabalho de parentes e vizinhos, geralmente na colheita e/ou plantio de alguma lavoura, sobretudo nas mais extensas, quando os membros do núcleo familiar residente na propriedade estão em número insuficiente para realizar as tarefas em tempo hábil. Como em outras falas já mencionadas aqui, novamente é feita referência a uma inicial concentração dos esforços em torno da agricultura e, posteriormente, o aumento da importância da pecuária de leite nas atividades cotidianas e sua conversão em principal fonte de renda, ainda que muitas outras tarefas não deixaram de ser realizadas:

Leonardo: E como foi que a senhora começou a tirar leite?
Sra. Nadir: Já tem... Vai fazer 44 ano de casado em outubro, deve ter uns trinta ano que eu ajudo a tirar leite. Mas eu também fazia outras coisa, criava galinha, fazia muito crochê, pra vender... assim, fazia pros otro também, pra ajudar na dispesa. Inclusive o enxoval da Gilma foi tudo de crochê que nós fez. Eu mantenho a horta também, e tem os ovos, os ovos que eu vendo, vendo muito ovo, os ovo que eu vendo dá uns cem reais por meis.
Leonardo: Atualmente a senhora está aposentada?
Sra. Nadir: Graças a Deus!
Leonardo: Mas ainda faz o trabalho no curral?
Sra. Nadir: Não, agora eu ajudo só na folga do Gilmar, uma vez por mês, dia que ele sai, dia de domingo, nós tira o leite à tarde, não ajudo direto mais não...
Leonardo: E a senhora recebia salário pelo trabalho no curral?
Sra. Nadir: Nunca tive um mirreis do leite... (risos) eu só tenho meu dinheiro depois que eu aposentei, e dos crochê que eu fazia, mais que isso eu nunca tive.⁸¹

As diferentes etapas da constituição do núcleo familiar residente na propriedade – casamento, nascimento dos filhos – tornam-se marcos na relação destes produtores com o tempo, que se somam a marcos ligados às transformações na propriedade em si. Desta forma, servem de referenciais cronológicos o ano em que se realizou matrimônio e o aniversário de casamento, a data de nascimento de algum filho, um ano excepcionalmente bom, ou ruim, em relação a alguma das atividades produtivas realizadas na fazenda, a instalação de uma determinada benfeitoria na propriedade etc. o

⁸⁰ Nadir de Freitas Marra, 60 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

⁸¹ Nadir de Freitas Marra, 60 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

período pelo qual a Sra. Nadir auxilia na pecuária de leite é significativamente longo, ou seja, considerando que a idade da mesma na data da entrevista era de 60 anos, quase metade de sua vida foi marcada pela lida com a ordenha e trato de gado de leite. Isto não impediu que a Sra. Nadir realizasse outras tarefas, como a criação de animais de menor porte, a exemplo das galinhas, bem como a fabricação de polvilho, mas uma diferenciação em relação à maioria das outras trabalhadoras da região consiste no fato de ela ter se dedicado também ao trabalho com artesanato. Na fala citada anteriormente, a entrevistada afirma que fazia peças de crochê para venda, mas que também fez peças para uso próprio, tendo confeccionado inclusive o enxoval da filha Gilma, casada com José Silva, filho de Antônio José da Silva, já mencionados no presente texto. Ovos e crochê foram apontados como fonte de renda própria pela Sra. Nadir, ao passo que não participava diretamente dos ganhos com o trabalho na lavoura e com a pecuária de leite.

A aposentadoria é referenciada com satisfação pela entrevistada, mas isto não significou o afastamento definitivo em relação às tarefas ligada à pecuária de leite:

Leonardo: E quem trabalha direto no curral hoje em dia?

Sra. Nadir: É um dos meus filho, o filho e a nora, Nós tá pagando salário pros dois, mais quando precisa o Jorge e eu ajuda também... O Jorge ajuda a tratar das vaca tudo, e eu sempre ajudo de manhã também, quando ele chega mais tarde eu ajudo um pouco.

Leonardo: Tinha alguma separação... como vocês dividiam o serviço?

Sra. Nadir: O leite nós tirava junto... Mas quem lavava a ordenha e o tanque era eu. O Jorge nunca lavou a ordenha (risos), o tanque às veiz, algum dia ele lavava, a ordenha ele nem passava a mão.

Leonardo: E agora que a senhora aposentou tem mais tempo dentro de casa?

Sra. Nadir: Agora tem sim, agora é deitar e ver televisão (risos), não faço mais nada... Eu cozinho e tomo conta da casa, só... De vez em quando nós passeia...⁸²

Pelo exposto acima, pode-se perceber que houveram alterações significativas nas relações entre os membros da própria família, na forma de conceber o trabalho dos filhos na propriedade, e mesmo na forma de caracterizar o trabalho feito pela mulher nas tarefas da pecuária de leite. Como afirma a Sra. Nadir, a maior parte do trabalho é feita pelo filho e pela nora, mediante pagamento de salário mensal para ambos, o que não significou um afastamento definitivo da entrevistada em relação às tarefas a serem feitas. De qualquer forma, o pagamento de salário mensal não converteu o regime de trabalho destes sujeitos totalmente no que se poderia chamar de trabalho assalariado nos perfis comumente encontrados nos centros urbanos, ou em grandes propriedades com vários funcionários, pois existe a possibilidade do Sr. Gilmar e a esposa Jeane

⁸² Nadir de Freitas Marra, 60 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

ausentarem-se da propriedade, sem que, para isso, seja estabelecida uma periodicidade fixa, a exemplo de folgas semanais dos assalariados urbanos, e sendo substituídos nos afazeres pelos pais do Sr. Gilmar, que desta forma não desempenha o papel de “patrão” da forma mais amplamente difundida. É uma relação em alguns aspectos paradoxal, pois o dinheiro utilizado para pagamento dos salários do casal é oriundo da própria pecuária de leite praticada na fazenda, que, pelos menos em parte, ao menos do ponto de vista legal, um dia será propriedade do Sr. Gilmar.

Além de Gilmar e Gilma, Sra. Nadir e o Sr. Jorge têm outros dois filhos, Juliana e Gilberto, ambos residem atualmente na cidade de Patos de Minas, trabalhando predominantemente como assalariados, de forma que a primeira trabalhou principalmente em estabelecimentos comerciais e o segundo é trabalhador da construção civil. A Sra. Gilma já residiu no campo, em casa próxima à residência do sogro, o Sr. Antônio José da Silva, mas ela e o marido José acabaram por vender a propriedade para Fabio Marra, filho de José da Silva Marra, já mencionado anteriormente. Conforme já exposto, Gilma e José trabalharam inicialmente como assalariados. Algum tempo depois o Sr. José alugou terras nas proximidades da cidade de Patos de Minas e passou a tirar leite que ele revendia engarrafado, sendo o produto engarrafado manualmente, em garrafas do tipo pet, sem, portanto, a venda do leite para algum laticínio local. Mesmo trabalhando com o gado leiteiro, o Sr. José não se mudou para a propriedade alugada, fazendo diariamente o traslado da fazenda para sua residência em Patos de Minas. Seguem as negociações junto ao pai dele, Antônio José da Silva, bem como junto aos irmãos, para que seja legalmente transferida para o mesmo uma porção da propriedade do pai recentemente adquirida. Desta forma, dos filhos de Nadir e Jorge, Gilmar é o único que continua residindo em meio rural; o marido de Gilma continua a executar tarefas associadas à pecuária de leite, porém, sem o auxílio constante da mesma, que continua a trabalhar como assalariada, ou mesmo dos filhos, que também trabalham em Patos de Minas.

Em certo momento da entrevista, questionei sobre a instalação de equipamentos na propriedade, como o tanque de expansão para resfriamento do leite e a ordenha mecânica:

Leonardo: A ordenha, a senhora tem idéia, mais ou menos, de quando vocês colocaram, aqui na fazenda?

Sra. Nadir: Quantos ano que tem o aniversário da Laís? Ela tá com quantos anos?

Leonardo: Ela tá com 22 anos... Tem sete anos então...

Sra. Nadir: Sete anos? Então, quando ela fez quinze anos, no dia que ela fez quinze anos instalou a ordenha.

Leonardo: O tanque foi instalado antes?

Sra. Nadir: Não, foi depois... Quer dizer, foi antes mesmo, o tanque foi antes.⁸³

Ao perguntar para a Sra. Nadir sobre o período em que teria sido instalado o equipamento de ordenha mecânica na propriedade, fui surpreendido pela pergunta da mesma sobre quando teria ocorrido a festa de quinze anos de Laís. A pessoa a que se refere a Sra. Nadir é Laís de Fátima Rodrigues, por sinal uma de minhas irmãs, e a referida comemoração foi resgatada como referencial cronológico pois, coincidentemente, a realização da festa deu-se no mesmo dia da instalação do equipamento em questão. Percebe-se também que a relação de vizinhança possibilita que momentos que são significativos para os membros do núcleo familiar residente numa propriedade tornem-se de conhecimento dos vizinhos, até porque, o Sr. Vantuir, pai de Laís, tem parentesco com Jorge Marra, ainda que não muito próximo.

Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues é um dos cinco filhos de Maria das Dores e Alceu, ambos já falecidos, sendo os outros filhos Valmir, Antônio, Dilza e Lúcia. Valmir tem uma propriedade rural localizada em Três Barras, mas atualmente ele e a esposa, Rosa, residem em Patos de Minas, e quem trabalha na propriedade são o filho e a nora. Antônio mora na cidade de Vazante, também no estado de Minas Gerais, onde trabalhou em uma mineradora, aposentando-se relativamente cedo por se tratar de ofício de risco e alta insalubridade. Adquiriu terras antes pertencentes ao sogro em Três Barras, mas pelo tamanho reduzido da propriedade e pelo fato de que ele, esposa e filhos ainda residirem em Vazante, a propriedade é utilizada basicamente para descanso e lazer em finais de semana e férias. Dilza, após casar-se, passou a residir na propriedade do marido, também em Minas Gerais, mas fora do município de Presidente Olegário, onde trabalhavam com lavouras de feijão e milho. Atualmente o casal, já aposentado, mora em Patos de Minas e nas terras são criadas cabeças de gado de corte. Já Lúcia trabalha como autônoma em Patos de Minas, nas atividades de cabeleireira e manicure, é solteira, e não chegou a exercer atividades ligadas à agropecuária após deixar a casa dos pais.

Desta forma, o Sr. Vantuir foi o único a permanecer na propriedade originalmente pertencente aos pais; após o falecimento do pai herdou parte da propriedade, onde ergueu uma casa de dois cômodos, onde ele, a esposa e três filhos

⁸³ Nadir de Freitas Marra, 60 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

residiriam por cerca de oito anos. Com a morte da mãe, transferiu-se para a residência da mesma, onde nasceu a última filha do casal, e onde reside até hoje; houve nova partilha das terras e as partes pertencentes aos irmãos foram aos poucos compradas pelo mesmo. Atualmente a propriedade compreende o território antes pertencente aos pais de Vantuir e duas parcelas compradas de dois vizinhos, os senhores José da Silva Marra e João Rosa.

Ainda antes de se casar, o Sr. Vantuir trabalhava na propriedade juntamente com Antônio Franciso, de forma que executavam tarefas como a ordenha diária do gado, ainda pouco numeroso e produzindo uma quantidade modesta de leite; limpeza das pastagens com uso de foices; manutenção de cercas; e plantio de lavouras de feijão e milho que eram destinados à comercialização. A entrevista com o Sr. Vantuir não foi realizada sem dificuldades, o entrevistado se mostrou pouco à vontade para responder aos questionamentos, e talvez um dos motivos tenha sido um estranhamento em relação à realização de perguntas cujas respostas o mesmo julgasse já conhecidas por mim. Ainda assim, as falas do entrevistado vieram a contribuir para as discussões na presente dissertação, de forma que destaco abaixo suas considerações sobre o trabalho com as lavouras de milho e feijão em comparação com o trabalho com a pecuária leiteira:

Leonardo: Tem, mais ou menos quanto tempo que o senhor começou a tirar leite? 24, 25 ou 26 anos?

Sr. Vantuir: é 26 anos

Leonardo: Antes o Sr plantava principalmente milho e feijão?

Sr. Vantuir: É milho e feijão.

Leonardo: E a venda do milho, o Sr tinha que levar o milho e o feijão para vender na cidade ou geralmente vendia para algum vizinho?

Sr. Vantuir: O milho vendia aqui, porque debulhava né, ficava aqui, agora o feijão às vezes levava ou vendia aqui.

Leonardo: Por qual motivo o senhor acredita que as pessoas da região foram deixando de vender feijão e milho e passaram a tirar mais leite e vender?

Sr. Vantuir: É porque o leite foi ficando melhor para vender... e o jeito da terra, terra meio acidentada...

Leonardo: E o senhor igual à maioria começou tirando só uma vez no dia e com o tempo foi aumentando o rebanho e começou a tirar duas vezes?

Sr. Vantuir: É.

Leonardo: Teve o gasto para comprar gado e também pra melhorar as instalação, barracão, ordenha..

...

Sr. Vantuir: O leite, é todo mês aquele gasto, com ração, com remédio, a energia, mas é melhor receber por mês... mais fácil de controlar.

Leonardo: O tipo de gado continua o mesmo?

Sr. Vantuir: (o tipo de gado) mudou bastante, mais apurado para leite...

Leonardo: Pelo que o senhor se lembra, teve algum ano em que a venda do leite foi mais lucrativa?

Sr. Vantuir: Igual 2008 foi bem melhor, a ração tava barata e o preço do leite bem melhor... As despesa que aumentou pra produzi, o preço do leite é até é bom.

Leonardo: E como funciona a assistência veterinária da Coopatos?

Sr. Vantuir: Tem o veterinário lá pra passa as receita, mas pra vir aqui sempre eles cobra.⁸⁴

O feijão e o milho eram plantados e vendidos em sociedade com o irmão Antônio Francisco, mas este, após o casamento, mudou-se para a cidade de Vazante, o Sr. Vantuir também casou-se, antes de Antônio inclusive, mas não se mudou imediatamente da casa da mãe. Por cerca de um ano, ele, a esposa e o primeiro filho residiram ainda na casa de Maria das Dores, mãe de Vantuir; posteriormente, com o auxílio do sogro e de outros familiares e vizinhos, o Sr. Vantuir ergueu sua própria casa, nas terras que se tornaram suas após a partilha da propriedade em função do falecimento do pai do mesmo. Era uma casa simples, com dois cômodos e um banheiro, desprovida de eletricidade e reboco externo, construída basicamente com materiais reaproveitados de uma casa que havia sido desmanchada nas terras de João Rosa, um dos moradores cuja propriedade faz divisa com as terras de Vantuir.

A trajetória de Cleide de Fátima Rodrigues, esposa de Vantuir, tem muitas semelhanças, mas também algumas peculiaridades, a começar pelo fato de que esta não vivenciou a perda precoce do pai como ocorreu com o marido. Assim como o futuro marido, desde a adolescência, a Sra. Cleide teve um papel fundamental nas atividades produtivas da propriedade pois, uma vez que seu irmão mais velho, do sexo masculino, já havia deixado a casa dos pais, era ela quem mais auxiliava ao pai no trabalho. No período em que ainda morava com os pais, seu trabalho com gado de leite não era tão frequente e exaustivo quanto se tornaria após casar-se. Como o rebanho era pequeno, auxiliava basicamente no trato do gado e reunindo as reses para ordenha e separação dos bezerros e vacas ao fim do dia, de forma que a ordenha em si raramente era feita pela Sra. Cleide. Os trabalhos com o plantio e colheita de diferentes gêneros agrícolas, principalmente milho, arroz e feijão, eram constantemente feitos por ela e pelo pai, o Sr. Antônio José da Silva, além de tarefas como recolher lenha, e ainda o auxílio à mãe e à irmã Neuza na execução de trabalhos domésticos.

O casamento e a mudança da Sra. Cleide da localidade de Três Barras para a de Capoeirão significou uma intensificação significativa de sua rotina de trabalho:

Leonardo: Pouco depois que a sra casou a senhora começou a ajudar no curral?

Sra Cleide: Não, demorou um pouco, antes ajudava a apartar bezerro, carregar comida, carregar menino, carregar água lenha,

Leonardo: Aí que a Senhora Começou a tirar leite mesmo...

⁸⁴ Sr Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues , 49 anos. Entrevista realizada dia 17/11/2012

Sra Cleide: Foi... uns oito ano depois de casada, começou a tira leite duas vezes. Depois que a gente mudou pra cá, ajudava, ajudo né, ainda continuo ajudano. Deve ter uns treze ano, catorze que eu ajudo direto né... antes da Letícia nasce eu já ajudava né

Leonardo: Tirar o leite e tratar do gado?

Sra Cleide: E com a lida da casa.

Leonardo: Em mês de trato de gado, mais ou menos que horas a senhora termina de manhã?

Sra Cleide: Hã, mei dia, mei dia né, levanta umas quatro e meia e termina um meio dia

Leonardo: O que a senhora acha que não tem mais tempo pra fazer?

Sra Cleide: Horta já não tem pra cuidar, e quase não tem tempo pra descansar, lazer não tem né ... (na época de solteira) não tirava leite, mais ajudava a tratar, ajudava meu pai na lavoura. Ele plantava mais milho, feijão, arroz essa só pra dispesa... Eu que ajudava ele mais.

Leonardo: Mexendo com o leite, a senhora acha que trabalha bem mais que se fosse pra plantar roça?

Sra Cleide: Trabalho...⁸⁵

Pelo exposto acima, o trabalho intenso nas atividades da pecuária e da agricultura foram sempre uma constante nas vivências de Cleide e Vantuir, porém o casamento e a constituição de um novo núcleo familiar a partir desta união trouxe consigo algumas alterações na divisão das tarefas pelo casal, que veio a modificar-se ainda mais por volta do final dos anos 1990, quando o leite passou a ser ordenhado duas vezes ao dia na propriedade do Sr. Vantuir. A participação da esposa no trabalho com o gado de leite tornou-se mais significativa a partir daí, tanto na tarefa de fornecer trato ao gado quanto na ordenha agora feita duas vezes ao dia, o que não venho acompanhado pela diminuição das tarefas domésticas, pois, com o aumento do número de filhos – que alcançou um total de quatro – e com a mudança para a casa onde antes morava a Sra. Maria das Dores, bem maior que a casa construída pelo casal, os trabalhos domésticos tornaram-se ainda mais exaustivos. Tarefas como “carregar comida, carregar menino, carregar água, lenha” – sendo que a primeira delas consiste em levar as refeições até a lavoura, para que o marido e eventuais ajudantes não precisassem se deslocar até a casa do Sr. Vantuir, o que inclui também o próprio preparo destas refeições – mencionadas pela entrevistada, continuariam a ser realizadas, sendo que a única que foi de fato excluída dessa listagem é a obtenção da água, pois a família passaria a contar com bomba hidráulica para isso.

A instalação do tanque de expansão – em formato cilíndrico, com mecanismo de resfriamento acoplado ao mesmo, de forma que o leite é depositado diretamente no equipamento – que se deu por volta de 2002, e do equipamento de ordenha mecânica em

⁸⁵ Sra Cleide de Fátima Rodrigues – 44 anos – Entrevista realizada dia 18/11/2012

2004, na propriedade do Sr. Vantuir, de um lado significou a liberação em relação a algumas tarefas, mas de outro trouxe também novas tarefas a serem feitas sobretudo pela Sra. Cleide. A substituição do tanque de imersão – onde o leite é colocado em latões, que por sua vez são colocados no interior do tanque com água mantida gelada – pelo de expansão significou o fim do trabalho de lavar os latões ou mesmo de carregá-los até o tanque de imersão, que ficava a alguns metros de distância do curral. Por outro lado, o novo tanque precisa ser lavado a cada vez que o caminhão da cooperativa de leite recolhe o produto, o que ocorre a cada dois dias, e só depois da higienização o tanque pode receber leite novamente. O equipamento de ordenha mecânica, se por um lado dispensou o trabalho de ordenhar manualmente as vacas, inseriu a tarefa de lavá-lo diariamente, duas vezes ao dia, logo após o término da ordenha, e ainda é feita uma desmontagem de parte do equipamento, para higienização, a cada quinze dias, tarefas realizadas quase que exclusivamente pela Sra. Cleide. Um elemento permaneceu constante desde o período em que a mesma era solteira e residia ainda na casa dos pais até o momento atual em que mora com o marido e a filha caçula do casal, a única a permanecer no campo: a Sra. Cleide nunca recebeu diretamente qualquer remuneração pelo seu trabalho, de forma que a administração e acesso ao recurso financeiro adquirido, antes restritos ao pai da mesma, enquanto ela residia na propriedade deste último, passou a ser monopolizada pelo marido após a constituição do novo núcleo familiar.

O irmão mais velho do Sr. Vantuir é Valmir Gonçalves Rodrigues, 57 anos, atualmente residente em Patos de Minas, mas que possui uma propriedade na localidade de Três Barras, onde vivem o filho, nora e neto. Após casar-se com Rosa Maria Rodrigues residiu em diferentes lugares, a começar por uma casa ainda na localidade de Capoeirão dos Badús; mais tarde se mudaria para uma fazenda em Lanhosos, onde trabalharia como assalariado. Em entrevista com a Sra. Rosa Maria Rodrigues ela expôs alguns detalhes sobre o período em que trabalharam na referida fazenda:

Leonardo: O que a Sra. fazia em Lanhosos? Com o que a Sra. trabalhava lá?

Sra. Rosa: Com o que eu trabalhava? Era dona de casa, lavava, passava, cozinhava, fazia doce, queijo, biscoito, cuidava dos filhos...

Leonardo: Tinha mais funcionários além da senhora e do Sr Valmir?

Sra. Rosa: Não, era só eu e o Valmir.

Leonardo: E... cozinhar era apenas pra vocês ou a senhora cozinhava pros peões também?

Sra. Rosa: Eu cozinhava pra patroa quando ela vinha também, fazia doce e biscoito pra eles.

Leonardo: E tinha um salário da senhora e outro do senhor Valmir ou era...

Sra. Rosa: Não, o Valmir... só ele que ganhava, eu não ganhava nada, era incluído, eu fazia tudo mas eu não ganhava nada, ele que ganhava.
Leonardo: E o contrato dele era com carteira?
Sra. Rosa: Não, não era de carteira assinada, era sem carteira...
Leonardo: Em 94 vocês saíram de lá?
Sra. Rosa: É, em 94 nós voltô pra nossa terra. Nós sempre teve ela, volto e começô a tira leite, tirava leite... Morei uns dia com meu irmão, morei uns dia na casa dele. Depois, nois voltô pra casa do vizinho, depois nois construiu a nossa [casa], tem ela até hoje que a gente trabalha lá. Hoje a gente tira leite lá, pranta roça...⁸⁶

As terras do casal foram adquiridas com recursos do Sr. Valmir e da Sra. Rosa, mas não se transferiram para a propriedade logo após casar-se porque ali não havia ainda uma sede construída, não havia a residência, curral, água encanada, a maioria das cercas estava por fazer, entre muitas outras melhorias a serem feitas para que a família pudesse se estabelecer efetivamente no local. Quando deixaram de trabalhar em Lanhosos, moraram, como afirma a entrevistada, temporariamente na casa do irmão da mesma, também moraram em uma propriedade vizinha até que a residência nas terras de Valmir e Rosa ficasse pronta. A construção das instalações foi gradativa, de forma que por muito tempo dependeram de recursos de propriedades vizinhas:

Leonardo: No tempo em que vocês ficaram em Lanhosos, as terras ficaram em que situação?
Sra. Rosa: Os pasto ficava alugado, e foi formando, foi formô ele né. E depois que formô uma parte, fez roça, prantô arroz. Aí depois jogô semente e fez pasto... aí arrumava gado e alugava. Alugo um tempo, aí depois nois foi comprano de pouco a pouco e colocano as criação lá, sabe? E foi colocano as criação lá e essas criação foi crescendo, depois virô vaca...
Leonardo: Desde que começo a tira leite, a senhora já ia ajudar? Ou demorou a começar a ajudar?
Sra. Rosa: Uns tempo eu ajudava assim, buscava vaca, buscava um bezerro, não chegava... não tirava [leite] né. Mas, depois de um certo tempo, ieu e meu marido que tirava o leite, só nois que tirava, nós dois que tirava.
Leonardo: Tem mais ou menos quanto tempo que colocaram a ordenha?
Sra. Rosa: A ordenha deve tê uns cinco ano, antes tirava na mão, uns cinco ano que nois tem ordenha, arrumô ordenha... O tanque foi antes da ordenha... É o tanque foi antes, porque nós levava o leite pra casa dos ôtro né Léo, levava pro Arnaldo, levava pro Zé Maria. Aí depois que arrumô a energia, aí nós compro o tanque e arrumô lá, porque sem energia não tinha como né?... Aí, arrumô lá, arrumô o tanque lá, tirava o leite na mão, mas colocava lá em casa.⁸⁷

Segue abaixo, uma Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. Valmir, também extraída do Google Mapas:

⁸⁶ Sra. Rosa Maria Rodrigues. 51anos. Entrevista realizada dia 03/05/2013 na residência da mesma na cidade de Patos de Minas.

⁸⁷ Sra. Rosa Maria Rodrigues, 51anos. Entrevista realizada dia 03/05/2013 na residência da mesma na cidade de Patos de Minas.



Figura 9 - Imagem de satélite da sede da propriedade do Sr. Valmir Gonçalves Rodrigues.

Disponível em:

<https://maps.google.com.br/maps?htl=ptBR&biw=1366&bih=638&q=presidente%20leg%C3%A1rio%20-%20minas%20gerais&ie=UTF-8&sa=N&tab=il> Acesso em 24/08/2013

Rebanho e instalações da propriedade foram aos poucos sendo adquiridos e incrementados, aos poucos a família deixaria de depender de recursos como água e energia elétrica de vizinhos, conquistando aos poucos a autonomia, para não mais precisar levar o leite “pra casa dos ôtro”. Em seguida, questionei à Sra. Rosa sobre quem estava residindo atualmente na propriedade:

Leonardo: A senhora tem três filhos e um deles continua na fazenda, certo?

Sra. Rosa: É na fazenda... Só porque lá, é, não é só o Ricardo, é nós e ele... sabe, nós tudo fica lá, falá assim: “Ôceis fica só em Patos?” Não, nós fica lá também, sabe?

Leonardo: Criava outras coisas além de gado de leite?

Sra. Rosa: Criava... É, tinha galinha, tinha veiz que tinha porco lá também, porco e galinha, mas mais era pra dispesa, não sobrava muito assim... pra vendê não, era mais pra dispesa mesmo.

Leonardo: Horta também?

Sra. Rosa: Horta sempre teve, uma hortinha lá, sempre teve alguma coisa, pôca mais teve, sabe... uma côve, uma cebola, uma salsa, umas pimenta, alguma coisa assim... pra dispesa mesmo. Mas até hoje a gente veve da renda do leite, até hoje é do leite, a gente sobrevive dele, a única renda que nós tem é essa...

Leonardo: E vendia leite só pra cooperativa?

Sra. Rosa: É... teve alguma vez, mas foi muito pôco, que nós entregava pro Lazo, porque nós não tinha tanque, entregava pro Lazo, mas foi pouco tempo... E depois nós volto pra comperativa de novo.⁸⁸

A casa da sede da propriedade do Sr. Valmir foi construída mais recentemente que as residências dos demais entrevistados, e, em função disso, tem características que diferem da maioria das residências da região. Na maioria das sedes locais existe,

⁸⁸ Sra. Rosa Maria Rodrigues, 51 anos. Entrevista realizada dia 03/05/2013 na residência da mesma na cidade de Patos de Minas.

primeiramente, uma casa maior, com quartos, salas e banheiro, geralmente são quatro quartos, duas salas, raramente existe mais de um banheiro. A quantidade de quartos pode estar relacionada com a quantidade de filhos por casal, já que nas casas dos senhores Vantuir, Jorge, José Marra, foram criados quatro filhos, na casa do Sr. Valmir eram três, na casa do Sr. Antônio José da Silva foram criados sete filhos, e os senhores Valmir e Vantuir tinham mais três irmãos, de forma que na casa em que cresceram foram criados cinco filhos. São comuns também as varandas, chamadas com mais frequência de alpendres, espaços utilizados com frequência cada vez menor uma vez que a intensificação da rotina de trabalho tem diminuído o tempo disponível para o repouso. A cozinha é construída separadamente dos demais cômodos para evitar que o teto destes fique enegrecido pela fumaça expelida pelo fogão de lenha. Costuma-se construir também, um cômodo adjacente à cozinha onde se coloca uma mesa e também uma fornalha de construção rústica junto ao chão – usada geralmente para que ali sejam colocados tachos de zinco ou cobre – sendo que o cômodo em questão costuma ser usado no preparo da carne bovina e suína, no preparo de pamonha e outros derivados de milho, fabricação artesanal de sabão de abacate, ou de banha de porco etc., enfim, preparo de produtos que exigem o uso de recipientes maiores que as panelas usadas na cozinha. Há também um paiol para que seja guardado o milho, rações ensacadas, ferramentas, e ainda um chiqueiro para os porcos. Já não existem as mangas de criar porcos, que eram espaços com tamanho aproximado ao dos campos de futebol, cercados com cerca de madeira ou de pedra, onde os porcos eram criados. Os chiqueiros mais recentes tem uma parte coberta e outra exposta, e o número de porcos raramente chega a meia dúzia deles. Existem ainda o curral; o barracão coberto que permite que o gado seja ordenhado mesmo em condições climáticas pouco favoráveis, como nos dias de chuva; e tem se tornado comum também a construção de um cômodo para abrigar o tanque de expansão responsável pelo resfriamento do leite.

Valmir e Rosa tiveram três filhos, Rodrigo, Ricardo e Roseli; o mais velho, Rodrigo, mora em Vazante, mudou-se para lá ao final do ensino médio, é casado, tem um filho e é trabalhador assalariado; Roseli mora com os pais em Patos de Minas, é formada em Jornalismo; Ricardo, por fim, reside na propriedade rural da família, com filho e esposa, trabalhando com a pecuária de leite e manutenções na propriedade em geral, mediante pagamento mensal pelo pai. A Sra. Rosa faz questão de salientar que, embora ela e o marido tenham se mudado para Patos de Minas, continuam a auxiliar nos

trabalhos da propriedade, até porque, em algumas ocasiões, o filho é dispensado do trabalho, nos seus dias de folga, e novamente é o casal quem assume as tarefas.

As falas das entrevistadas Cleide, Rosa e Nadir têm muitos elementos em comum, como o trabalho constante nas tarefas cotidianas das respectivas propriedades, além dos afazeres domésticos, trabalhos estes que se intensificaram conforme a pecuária de leite foi se tornando cada vez mais importante na obtenção da renda pela família, e mais ainda com a mecanização, tendo em vista que o trabalho de higienização dos equipamentos é feito quase que exclusivamente pelas mulheres. As experiências da Sra. Ivalda têm algumas diferenças em relação às demais entrevistadas pelo fato de que, por algum tempo, ela transferiu-se para a cidade de Presidente Olegário, onde morava com os filhos a fim de que pudessem estudar. No caso das outras famílias, os filhos estudaram na zona rural até onde foi possível, depois, deslocavam-se diariamente para a cidade, fosse ela Patos de Minas ou Presidente Olegário, em transporte escolar fornecido pelas respectivas prefeituras, e, em alguns casos, alguns destes estudantes chegou a morar com familiares que moravam na cidade, mas só no caso da Sra. Ivalda houve o deslocamento de um dos pais para o meio urbano, que, de qualquer forma, não foi definitivo. Outro ponto em comum é o fato de que as entrevistadas, por mais que participassem da execução da maioria das tarefas não recebiam pagamento específico pelo seu trabalho, seja trabalhando nas próprias terras, ou em fazenda de patrões, como ocorreu com a Sra. Rosa. Assim, percebe-se que o trabalho feminino tem conotações diferentes daquelas atribuídas ao trabalho masculino entre as famílias das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús. Por mais que a presença das mulheres nas tarefas tenha se tornado frequente, mais ainda com o crescente papel desempenhado pela pecuária na economia familiar, elas continuariam tendo um papel pouco significativo na tomada de decisões e administração dos recursos adquiridos com as produções agrícola e pecuária, com exceção de trabalhos que realizavam sozinhos, como os frangos que a Sra. Rosa criava, e os crochês e ovos comercializados pela Sra. Nadir.

Ainda assim, é perceptível que a tendência a não destinar pagamento regular às mulheres envolvidas nos trabalhos da propriedade vem se alterando, de forma que as noras de Nadir e Rosa já recebem pagamento mensal pelo auxílio na ordenha das vacas, trato do gado e higienização das instalações. Na medida em que, eventualmente, são concedidas aos filhos folgas esporádicas, o trabalho das noras de Nadir e Rosa não tem a regularidade do trabalho desempenhado por Cleide, e que por anos seguidos foi

realizado por Nadir e Rosa, de forma que, para elas, as tarefas sempre foram diárias, não havendo folgas mesmo em feriados e dias santos. Entre os moradores das localidades, o peso dos dias santos é bem mais significativo que o dos feriados – que geralmente são destinados ao repouso entre trabalhadores assalariados urbanos – e nestes dias santos não são realizadas tarefas como plantio, colheita, limpeza de pastagens e plantações, construção de cercas etc., mas a ordenha das vacas e fornecimento de alimento às mesmas não deixam de ser realizadas, constituindo tarefas diárias. Ora, as tarefas realizadas diariamente são justamente aquelas em que trabalham juntos marido e esposa – e eventualmente os filhos, no caso dos que ainda residem no campo – e, uma vez que o trabalho doméstico também não cessa nestas ocasiões, pode-se dizer que o repouso nos dias santos é bem mais significativo para os homens que para as mulheres.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão, no que ele chama de “comunidades camponesas tradicionais”, haveria uma diferenciação entre as tarefas e espaços marcadamente femininos e outros masculinos, de forma que:

... fora pequenas exceções, cabem aos homens os atos das relações extremas: a domesticação primária da natureza e a comercialização dos produtos do trabalho familiar. Em uma direção, trata-se de incorporar, por uma primeira vez, uma porção do mundo natural ao ambiente cultural de relacionamento entre uma natureza socializada e uma sociedade ainda razoavelmente naturalizada, tal como as pessoas do campo se imaginam a si próprias e ao seu mundo de cultura, quando se comparam com “a gente da cidade”, ou mesmo com os seus neovizinhos “de fora”. Trata-se de atualizar um tal domínio humano sobre o ambiente.

[...]

Em outra direção, muito próxima, trata-se de manter as porções do ambiente conquistadas à pura natureza em um estado de permanente domínio. A “limpa dos pastos”, uma das tarefas mais indispensáveis e mais duras enquanto um tipo de trabalho atual, pode ser uma das mais resistentes à mecanização e por realizar-se através de golpes fortes de foices sobre as “pragas do campo”, poderia ser um bom exemplo. Dela – resíduo do trabalho antigo de derrubada das matas, sua metáfora presentemente mais doméstica – as mulheres estão sempre excluídas.⁸⁹

Já Áureo Ribeiro afirma que a divisão sexual de tarefas em propriedades onde a mão de obra é essencialmente familiar não é sempre rígida, por mais que algumas tarefas sejam realizadas com mais frequência pelos homens que pelas mulheres, e vice e

⁸⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*No rancho fundo*”: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 63. A separação entre “natureza” e “cultura”, entre “espaços naturais” e “espaços” socializados” parece um tanto quanto radical em algumas passagens da obra do autor. Vale destacar que no caso das propriedades rurais tomadas como objeto na presente pesquisa, na maioria delas existem porções de mata virgem, mas mesmos nestes casos existe o ato humano de tornar estas áreas propriedade de alguém. Quando trata-se de uma mata situada na divisa de duas propriedades, existe a demarcação de qual porção pertence a cada um das propriedades, o que delimita também o espaço de usufruto da mata, à qual recorre-se sobretudo para extração de madeira usada para confeccionar cabos para ferramentas.

versa, tudo depende de haver ou não alguém disponível para a realização das atividades. Assim, na ausência de um irmão ou filho que possa auxiliar ao chefe de família na execução das tarefas, o mesmo será feito pela esposa ou filhas:

Ao homem compete o trabalho dito “pesado”, de manejo e trato do gado, de reformas de cercas e estradas, aração, capina e colheita. A mulher faz todo o trabalho “acessório”: o doméstico – como preparo de alimentos e cuidado dos filhos – a produção de queijo e polvilho, até todas as tarefas que o marido precise de auxílio. Não é raro as mulheres participarem da ordenha, da aração, da capina, da colheita e, em alguns casos extraordinários, de trabalhos como amansação de bois de carro, tarefa de homem. A mulher em qualquer tempo, carrega as responsabilidades da casa, da fabricação de queijo para consumo ou venda, ocasional ou sistemática fabricação de polvilho, e o trato dos porcos e das galinhas. Vez em quando é convocada para “dar uma mão” ao marido, sem prejuízo das demais atividades que desenvolve. A divisão sexual de funções não é rígida a ponto de impedir a participação feminina em trabalhos qualificados de masculinos; vai até onde é possível, obedecendo a certos critérios mais ou menos estáveis. De fato para um casal sem filhos, com filhos pequenos ou emancipados, é a mulher a substituta eventual do marido em todas as tarefas da fazenda.⁹⁰

Se levarmos em conta que, aos trabalhos com a pecuária de leite, e eventualmente com a produção agrícola, se somam às tarefas realizadas pelas mulheres o trabalho doméstico, conclui-se que a variedade de tarefas executadas pelas trabalhadoras do sexo feminino é maior que a dos trabalhadores do sexo masculino, mas, ainda assim, isto não tem gerado alterações profundas no status dos indivíduos do sexo masculino enquanto chefes de família. A intensificação da rotina de trabalho decorrente da alteração da fonte de renda das famílias, a partir da qual a pecuária de leite tornou-se atividade central, levou mulheres como as senhoras Nadir, Cleide e Rosa Maria, e mesmo a senhora Ivalda – embora esta tenha auxiliado no trabalho com gado de leite por um período menor que as demais entrevistadas – a auxiliarem com mais frequência nos trabalhos dos esposos e filhos. Ainda assim, permanece a tendência aos maridos afirmarem-se como chefes de família e administradores dos recursos e rendimentos ligados aos bens comercializáveis das propriedades, e, além disso, elas nunca receberam pagamentos pelos trabalhos realizados. Uma alteração neste quadro começa a ser sentida pelas noras de Nadir e Rosa Maria, que já trabalham mediante pagamento mensal.

⁹⁰ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 86.

Capítulo 2

A rotina de trabalho e os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária

Tratar da rotina de trabalho e do processo produtivo tanto na atividade agrícola quanto na lida com o gado de leite pode dar a entender que o objetivo seria apenas produzir uma exposição meramente descritiva destes processos. Contudo, a proposta aqui é compreender, a partir da descrição e análise destas questões, a profundidade das mudanças no cotidiano dos pecuaristas familiares das três localidades rurais tomadas como objeto de estudos, processadas a partir da alteração na fonte de renda das famílias, sem também perder de vista as permanências. Assim, a análise minuciosa destes aspectos pode auxiliar a compreender a profundidade da intervenção nos modos de vida destas famílias operada pelos setores que detêm a tomada de decisões nas empresas que compram o leite produzido nas fazendas.

De um modo geral, pode-se dizer que a alteração da fonte de renda das famílias – até certo momento concentrada na agricultura e posteriormente fixada na pecuária de leite – implicou em mudanças nas técnicas produtivas empregadas, na extensão da jornada de trabalho, e até mesmo na redistribuição dos papéis dos sujeitos envolvidos. Um exemplo disso é o fato de que a participação das mulheres na produção do leite é bem maior que no plantio e colheita de gêneros alimentícios. Em cada um destes momentos, sujeitos específicos detêm saberes específicos, executam tarefas próprias, e o “saber fazer” de cada membro da família está relacionado também com o papel de cada um nas relações no interior do grupo familiar e entre as famílias da região. Vale então questionar quais os conhecimentos de que dispõem homens, mulheres e filhos – estes geralmente começam a auxiliar nas tarefas já no início da adolescência – e em que medida se alteraram conforme as famílias passaram a ter na pecuária de leite suas fontes de renda.

Quando questionei se a Sra. Cleide auxiliava na ordenha dos animais já nos primeiros anos de casamento – a mesma casou-se em 1988, viveu por um ano na casa de Maria das Dores, mãe do senhor Vantuir, e então mudaram-se para uma casa construída

na porção de terra que ele herdou após o falecimento do pai – quando possuíam algumas poucas cabeças de gado, ela assim se pronunciou:

Leonardo: Pouco depois que a senhora casou a senhora começou a ajudar no curral?

Sra Cleide: Não, demorou um pouco, antes ajudava a apartar bezerro, carregar comida, carregar menino, carregar água, lenha...⁹¹

Nesse período a que se refere a entrevistada, na maioria das propriedades a pecuária de leite ainda era uma atividade secundária do ponto de vista da obtenção da renda da família, os rebanhos eram reduzidos e a ordenha era realizada apenas uma vez ao dia, no caso, pela manhã. A casa do Sr. Vantuir e da Sra. Cleide não possuía energia elétrica, de forma que as vacas eram ordenhadas ao clarear do dia; ao longo do dia os bezerros eram deixados juntos às vacas, ao entardecer eram separados das mesmas, procedimento realizado também nas outras propriedades, é a isso que a Sra. Cleide se refere com o termo “apartar bezerro”. Nas ocasiões em que o marido estava envolvido na lida com a lavoura, eram ela e os filhos quem executavam esta tarefa; já “carregar comida” é a forma como ela se refere ao ato de levar as refeições até o local onde o marido estivesse trabalhando sozinho, ou com o auxílio de vizinhos, de forma que, por costume, as refeições sempre ficavam a cargo do dono das terras em que se realizava o trabalho. Cabia às mulheres cozinhar, e a elas e aos filhos, levar o almoço e o lanche da tarde, mais conhecido como “merenda” para o local onde o marido, e em alguns casos vizinhos e parentes, trabalhavam com o cultivo de algum gênero agrícola, construção de cercas, limpeza dos pastos etc.

Conforme afirmado anteriormente, Carlos Brandão⁹² usa termos como “sociedades tradicionais” e “sociedades modernas” sem demarcar cronologicamente estas historicidades, e tampouco qual seria o ponto de vista a partir do qual estes termos

⁹¹ Sra. Cleide de Fátima Rodrigues. Entrevista realizada no dia 18/11/2012, na residência da mesma. Em sua discussão sobre história oral, Danièle Voldman destaca a importância de se diferenciar os sujeitos entrevistados, pois, segundo a autora, haveriam as “grandes testemunhas”, que acreditam que de alguma forma fizeram a história; e as “pequenas testemunhas” que geralmente se colocam como submetidas à história. Haveria também a diferenciação entre as testemunhas que apresentam um discurso pré-estabelecido, mais facilmente identificável na fala das “grandes testemunhas”; e aquelas que relatam lembranças menos ordenadas e com maior espontaneidade, geralmente classificáveis como “pequenas testemunhas”, embora sejam possíveis muitas combinações entre estes quatro tipos de testemunha. A fala da Sra. Cleide é predominante marcada por características que poderiam identificá-la enquanto “pequena testemunha” da mesma forma que se trata de um relato pouco ordenado e aparentemente desprovido de uma sequência pré-concebida. VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“No rancho fundo”: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: Edufu, 2009,

foram definidos. Se um determinado sujeito faz menção a noções como “antigamente”, “naquela época”, faz-se necessário definir o que ele concebe enquanto tal – o que não implica necessariamente numa cronologia minuciosamente demarcada – ao invés de recorrer a termos exteriormente definidos, muitos deles restritos ao âmbito acadêmico, como o conceito de “pós-modernidade”, que se faz presente no livro de Carlos Brandão.

Embora falte em muitos momentos da argumentação de Carlos Rodrigues Brandão uma maior consideração em relação à historicidade dos aspectos das comunidades rurais das quais ele trata, e, sobretudo dos conceitos empregados vale destacar o cuidado que o autor possui no sentido de considerar tanto as mudanças quanto as permanências no cotidiano dos grupos a que se refere. A prática de limpar pastos a foice, mencionada acima, e que os moradores de Três Barras, Lobeira e Capoeirão dos Badús chamam de “bater pasto”, é adotada mesmo atualmente, quando a maioria das famílias já emprega ordenhadeiras mecânicas.

Apesar da importância fundamental do núcleo familiar e sua ligação direta com a propriedade e as atividades nela realizadas, não deixam de existir as ocasiões em que várias famílias se mobilizam e se auxiliam mutuamente, sendo o exemplo mais recorrente a realização de novenas e da folia de reis no início de cada ano, onde entram tanto o auxílio físico quanto a doação de gêneros alimentícios e empréstimo de utensílios a serem utilizados na ocasião. Desta forma, vale questionar de que forma os saberes a que me refiro são socialmente compartilhados, alterados e transmitidos, para além do núcleo familiar e de uma mesma propriedade.

Como já havia mencionado, é também uma questão a ser discutida no presente capítulo a forma como o cotidiano de trabalho dos pequenos proprietários rurais e de seus familiares interfere na relação dos mesmos com o tempo tanto nas atividades voltadas para o cultivo de grãos quanto para a produção leiteira. Da mesma forma, pensar na relação com o tempo implicará aqui na análise de aspectos da rotina diária dos sujeitos investigados, dos significados e funções atribuídos aos períodos da semana, da demarcação das épocas do ano, e das trajetórias dos mesmos nas últimas décadas. Reproduzo abaixo uma fala da Sra. Cleide que nos dá pistas dos fatores evocados na demarcação de diferentes períodos da trajetória dos pequenos proprietários rurais. Vale destaque neste caso a importância das etapas de constituição do núcleo familiar enquanto referencial cronológico, já que a entrevistada utiliza o nascimento de um dos filhos como referencial:

Leonardo: Aí que a senhora. Começou a tirar leite mesmo...

Sra Cleide: Foi... uns oito ano depois de casada, começou a tira leite duas vezes, depois que a gente mudou pra cá, ajudava, ajudo né, ainda continuo ajudano. Deve ter uns treze ano, catorze que eu ajudo direto né... antes da Letícia nasce eu já ajudava né

Leonardo: Tirar o leite e tratar do gado?

Sra Cleide: E com a lida da casa.

Leonardo: Em mês de trato de gado, mais ou menos que horas a senhora termina de ajudar de manhã e volta pra casa?

Sra Cleide: Hã, mei dia, mei dia né. Levanta umas quatro e meia, e termina um meio dia⁹³

A forma de cada grupo social mensurar o tempo, de se relacionar com o mesmo é elemento cultural extremamente significativo, e no caso dos sujeitos aqui destacados, demonstra que eles possuem uma concepção de tempo que se distancia, em muitos aspectos, da lógica empresarial, da lógica do “agronegócio” e de uma divisão técnica e pretensamente racional do tempo voltadas basicamente para noções de produtividade e rentabilidade.

Questionar sobre os saberes envolvidos no cotidiano de trabalho dos pequenos proprietários rurais tomados como objeto, tarefa a ser efetivada no segundo tópico deste capítulo, bem como sobre as relações desse cotidiano com as relações com o tempo vivenciadas e demarcadas por estes sujeitos, é estratégia tomada no sentido de tornar mais complexa e problematizada a definição do período em que a alteração na fonte de renda das famílias se consolidou. Assim, busco nas experiências dos sujeitos analisados elementos para confrontar com dados estatísticos e análises técnicas e diagnósticos sobre a produção agropecuária na região tomada como recorte espacial, visto que isoladamente ofereceriam uma demarcação cronológica apartada das perspectivas das famílias de pequenos proprietários rurais.

2.1. Os homens da terra: experiências, valores, práticas e conceitos.

Um desafio que logo de imediato se impôs sobre o presente estudo diz respeito à forma como nomear os sujeitos tomados como objeto de estudo, de forma que várias possibilidades se mostraram em alguma medida válidas, ao mesmo tempo em que merecessem ressalvas, tais como “agricultores familiares”, “pequenos proprietários rurais”, “pequenos produtores”, “fazendeiros”, “lavradores”, “pecuaristas familiares”, até mesmo o termo “camponeses” auxilia na reflexão. A busca por um conceito que melhor definisse tais sujeitos foi operada a partir do confronto entre elementos presentes

⁹³ Sra. Cleide de Fátima Rodrigues. Entrevista realizada na residência da mesma no dia 18/11/2012.

nas fontes e concepções apresentadas por autores dos campos da História, Sociologia, Antropologia, Geografia; e mesmo os termos encontrados em trabalhos de engenheiros agrônomos e economistas auxiliaram a expandir os horizontes da reflexão sobre como definir tais sujeitos. A complexidade de tal tarefa não a torna menos necessária, sobretudo porque nomear indivíduos, grupos ou classes é uma prática social extremamente significativa, diz muito das relações sociais, e é uma questão que nós historiadores não podemos ignorar, seja na análise dos documentos, seja na escrita historiográfica. Déa Fenelon comenta o quanto estas questões são complexas e essenciais, de forma que ela destaca, em sua discussão, “cultura popular” e “classe”.⁹⁴ O cuidado no uso de termos que utilizamos para designar os sujeitos sobre os quais falamos é mais que uma questão de rigor metodológico e científico, envolve também a preocupação teórica e política de não definir os sujeitos aprioristicamente e nem por meio de estereótipos e conceitos elaborados exteriormente e sem levar em conta as formas pelas quais os próprios atores se definem.

E. P. Thompson em “Senhores e caçadores, também faz menção às implicações da forma de nomear e referir-se aos sujeitos históricos analisados, sem recair na mera reprodução de conceitos encontrados nas fontes e na bibliografia consultada para o estudo de qualquer tema. Da mesma forma que Thompson apresentava as implicações da forma de se denominar os transgressores da Lei Negra, nomear os moradores das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, requer uma análise crítica e criteriosa:

O que vê Rogers é – seguindo a velha tradição do *Newgate Calendar* – a operação de “quadrilhas” de “criminosos”. O método desses “bandidos em liberdade” se assemelha ao das “quadrilhas de Wild e William Field em Londres”. Os Negros estavam engajados numa “forma calculada de crime”, seus membros pertenciam à “subcultura criminosa da Inglaterra georgiana”, eram “chantagistas e vendedores de proteção”, “valentões com uma certa presunção e confiança profissional”.

A confiança, e talvez até mesmo a presunção, não são tanto dos Negros (é a impressão que se tem), mas do Professor Rogers. Ele é capaz, a partir de parcas evidências, e evidências reunidas pelas autoridades e adversários dos Negros, de pronunciar-se com segurança sobre os objetivos, motivações, organizações e valor moral desses esquivos indivíduos. [...] Sabemos alguma coisa sobre os objetivos dos Negros a partir de suas ações, podemos inferir

⁹⁴ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In. : *História e Perspectivas*, n.6, Uberlândia, p. 5-23. Jan./Jun. 1992. No artigo em questão discute-se a dificuldade de delimitação entre cultura popular e cultura dominante, a diferença entre nomeação de classe e a consciência dela, que não necessariamente correspondem entre si, e o recorrente uso da expressão “vontade do povo” como forma de escamotear as diferenças de interesse e reforçar práticas de dominação.

pouca coisa sobre suas motivações, quase nada sabemos de sua organização e deveríamos hesitar antes de nos pronunciar sobre seu valor moral.

O perigo, em parte, está em permitir que um juízo moral se antecipe à plena recuperação das evidências e, de fato, contamine as categorias de nossa própria investigação. Essa contaminação pode ocorrer de várias maneiras, e Rogers pode nos auxiliar, quando nos lembra que – segundo as categorias dos dirigentes da Inglaterra – os Negros não passavam de “criminosos”. O fato de serem assim classificados contribuiria para persuadi-los a agirem como tal – e de muitas maneiras praticamente persuasivas: assim, com espiões à volta, prêmios mercenários pelas suas cabeças e sabendo constantemente que a informação de um colega podia levá-los à força, é provável que tenham sido conduzidos para um submundo grosseiro de violência e chantagem, o qual pode ser facilmente ordenado e classificado como “uma subcultura criminosa”. O fato de podermos mostrar que os infratores estavam submetidos a uma pressão econômica e social e defendiam certos direitos não os converte instantaneamente em bons e dignos criminosos “sociais”, hermeticamente vedados a outros tipos de crime [...].

Assim, Rogers pode empregar utilmente um certo estilo contemporâneo de romantização do crime que, encarando-o apenas em seus aspectos de resistência à opressão por parte dos despossuídos, recusa-se a reconhecer quaisquer outras evidências.⁹⁵

Desta forma, Thompson apresenta as implicações do uso de categorias como “crime”, “quadrilha”, “bandido”, e nas próximas páginas, sobretudo no primeiro capítulo da presente dissertação, serão debatidos os usos de termos como “agricultura familiar”, “pequena propriedade”, “produtor rural” etc.

E, se queremos enxergar existem muitas evidências sobre a brutalização e desmoralização que frequentemente acompanham o estilo de vida de grupos que vivem fora de algumas normas sociais cuja subsistência é precária e parasitária, e cujas vidas podem correr riscos diários. Mas não existe nenhuma prova de que os Negros constituíssem esse tipo de grupo [...]. E, se devemos nos acautelar contra a aceitação de categorias moralistas que oferecem uma apologia fácil da criminalidade, deve-se dizer que as categorias próprias de Rogers são ainda mais invalidantes.

O “crime” em si – quando simplesmente assumimos as definições dos que possuem propriedades, controlam o Estado e aprovam as leis que “nomeiam” o que será crime – é a primeira dessas categorias. Mas como agora muita gente começou a escrever a História do crime, muitas vezes sem uma preparação cuidadosa nem critérios históricos de verificação, pode ser o momento para levantar objeções ainda mais fortes contra as categorias de “quadrilha” e “subcultura criminosa”. O preconceito de classe do século 18 aqui se une ao emprego anacrônico da terminologia (inadequada) de certa criminologia do século XX.

[...]

O que os criminologistas do século 20 descrevem como subcultura, os magistrados do século 18 descreviam como quadrilhas. O que está em questão não é a existência de uma tal quadrilha (elas existiam), mas a universalidade com que as autoridades aplicavam o termo a qualquer associação de pessoas, desde uma sociedade beneficente até um grupo de parentesco ou o salão literário de Fagin, que saísse fora da lei.⁹⁶

⁹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 248-249.

⁹⁶ Idem, *Ibidem*. p. 249 – 251.

Mas antes mesmo de iniciar a discussão sobre a forma pela qual os moradores das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús podem ser definidos, serão feitas algumas considerações sobre os conceitos relativos às atividades que eles desempenham, já que o que fazem é referencial também para a forma como se autodefinem e como são referenciados por outros sujeitos:

... a partir dos anos 1990, se populariza no Brasil o termo agronegócio (tradução literal do termo em inglês agrobusiness) cujo sentido designa, a princípio, um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária. Como o termo foi cunhado para o contexto agropecuário norte-americano, a tradução do conceito trouxe, desde o início, a carga do modelo, designando um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra⁹⁷

No que se refere ao conceito de “agronegócio” Patrícia Matos afirma que:

A concepção deste termo difundida por vários países veio a ser incorporada ao discurso e às análises de alguns estudiosos no Brasil, a partir da década de 1980 e associada ao termo Complexo Agroindustrial. Os primeiros movimentos organizados e sistematizados em torno deste assunto surgiram nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, paralelamente à criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, da Universidade de São Paulo (PENSA/ USP) (ARRUDA, 2007). Desde então, propagou-se o termo agronegócio no território brasileiro para caracterizar a racionalidade do processo produtivo capitalista no campo. Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondente a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produz, enfim, a empresas rurais.⁹⁸

De acordo com Sérgio Sauer, a disseminação do conceito de “agricultura familiar” deu-se no mesmo período em que se consolidou o conceito de “agronegócio”, tendo da mesma forma ligações com o referencial norte-americano, mas diferenciou-se sobretudo pelos setores da sociedade mais empenhados nesta disseminação:

A partir de 1995, esses esforços teóricos levaram à consolidação do conceito de agricultura familiar no seio do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), determinando as formulações teóricas e pautas de negociações subsequentes. O 6º Congresso da Contag, realizado em 1995, enfatizou a importância da reforma agrária como um mecanismo de

⁹⁷ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 14.

⁹⁸ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 25-26.

fortalecimento e ampliação da agricultura familiar e assumiu, definitivamente, essa expressão em suas formulações e pautas de lutas.⁹⁹

Estabeleceu-se, por fim, um antagonismo entre as concepções de “agronegócio” e “agricultura familiar” de forma que este primeiro termo:

[...] expressa, conseqüentemente, um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar ou camponesa, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não-incorporação de certa racionalidade técnica¹⁰⁰.

Sérgio Sauer apoia-se nas concepções de *habitus*, nos moldes propostos por Bordieu, e *representação*, sobretudo pelo viés endossado por LeFebvre, que o mesmo considera importantes no sentido de compreender os processos reais e simbólicos de construção do mundo e apreensão da realidade. Na concepção do autor

[...] a apropriação do conceito de ou noção de agricultura familiar, inclusive em oposição ao agronegócio, teve função semelhante. O objetivo foi construir uma representação, para o segmento social, capaz de distanciá-lo da visão de atraso e ineficiência até mesmo de aversão ao mercado, haja vista a produção apenas de subsistência, atribuições e representações associadas ao campesinato ou ao pequeno produtor.¹⁰¹

Para Sérgio Sauer, teria ocorrido durante o processo de redemocratização política no Brasil, ao longo da década de 1980, uma maior incursão do que ele chama de movimentos sociais agrários no cenário político nacional, de forma a questionarem os parâmetros do modelo de desenvolvimento que se vem experimentando. A ênfase seria na democracia social e materialização da cidadania, de forma que estes movimentos estariam se constituindo cada vez mais enquanto sujeitos do processo político:

As ações e atuações dos movimentos agrários colocaram o campo no cenário nacional, abrindo possibilidades para uma maior participação política das pessoas e grupos envolvidos.

A luta por cidadania exige, segundo D’Inácio (1993) a integração dos sujeitos da luta pela terra; portanto, o esforço deve ser pela construção de uma política agrícola e agrária que permita a inclusão do conjunto do “campesinato marginalizado”, com expansão e fortalecimento da agricultura familiar camponesa, no processo produtivo. Isso em um contexto de enorme assimetria política pois o setor patronal rural possui uma representação muito maior que seu poder econômico real [...]¹⁰²

⁹⁹ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 20 – 21.

¹⁰⁰ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 23.

¹⁰¹ Idem, Ibidem. p. 25

¹⁰² Idem, Ibidem. p. 47.

Contrastam com esse quadro descrito pelo autor dois elementos básicos, sendo o primeiro o fato de que a estrutura agrária no Brasil em quase nada se alterou nas décadas subsequentes à chamada “redemocratização”, e se houve alteração foi no sentido do agravamento da concentração fundiária. O segundo seria o peso da representação política do agronegócio, evidenciada pela complexidade e efetividade da rede de ações e intervenções tanto no cotidiano da população rural quanto no cenário político institucional. Além disso, vale lembrar que os setores que dominam o que vem se chamando de “agronegócio” não são exclusivamente ligados à terra, sendo que muitas das vezes a agropecuária é para os mesmos basicamente a expansão do quadro de negócios de grandes empresas e conglomerados que já atuavam em outras atividades. Assim, um obstáculo às transformações que Sérgio Sauer aponta como necessárias para a democratização do espaço rural é o fato de que o embate não se dá mais apenas entre trabalhadores rurais e proprietários de latifúndios, mas envolvem também empresários que, mesmo quando não possuem terras, influenciam significativamente no cotidiano dos mais diversos grupos sociais que vivem no campo.

Sonia Bergamasco e Exolvildres Queiroz Neto fazem as seguintes considerações sobre o conceito de agricultura familiar:

A ação-reflexão sobre a realidade deve ser dialética e vai além das constatações técnicas e econômicas. O espaço rural é a interface de mundos na modernidade. É o esconderijo da faixa, da zona, do espaço de transição, do limite da fronteira desde a política oficial à produção intelectual, as concepções dos movimentos sociais e a *práxis* de cada lugar. Por isso, classificar os espaços como sendo de Agricultura Familiar é expandir os domínios, um ato de subversão de poderes, mas, também, pode ser a inserção em uma camisa de força conceitual e de políticas públicas.

[...] o termo Agricultura Familiar contextualizado pelas múltiplas variáveis de regime agrário e fundiário, a cultura, o ambiente, a política e a economia é paradoxalmente limitado e, concomitantemente, expande os limites. A interface da Agricultura Familiar numa sociedade capitalista, deveria deixar para trás o seu símbolo (de categoria) sinal impreciso ou suficiente: o limite, a linha de contorno, as características, as contingências e buscar nas possibilidades da fronteira o seu significado real de miscigenação, de interpretação e conceito fugaz.¹⁰³

Surge no rural de Oliveira um ator social que, em termos de extensão do terreno até a faixa de 50 hectares (ha) visto como um fator de diferenciação no regime fundiário, pode ser considerado um produtor rural (conceito mais difundido na comunidade rural entrevistada) na “fronteira-liminar”. Não é “grande” o suficiente para enfrentar o protocolo bancário para acesso ao crédito e nem “pequeno” para enquadrar-se no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse ator social, em uma

¹⁰³ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013. p. 14.

perspectiva familiar, é o cidadão da “fronteira-liminar” que se insere no território, para além de uma perspectiva fundiária, mas está à margem de uma visão oficial, e às vezes acadêmica, sobre os múltiplos significados de Agricultura Familiar a despeito das tentativas bem sucedidas.¹⁰⁴

Contrariando perspectivas que afirmam que a reforma agrária seria, na atual conjuntura, uma medida compensatória anacrônica e ineficiente, e que atestam a ineficiência da pequena propriedade, Sérgio Sauer assegura que a reforma agrária tem sido colocada em prática e tem alcançado resultados expressivos em países desenvolvidos. Assim o autor apoia-se tanto em autores que defendem a necessidade da reforma agrária quanto aqueles que apoiam também o fortalecimento da agricultura familiar:

Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar.¹⁰⁵

Um ponto que merece destaque no trecho reproduzido acima seria a referência à necessidade de distribuir terras aos filhos de pequenos proprietários rurais, o que demonstra uma percepção do problema da sucessão na propriedade familiar. Diante de suas dimensões reduzidas, na pequena propriedade familiar é comum que nem todos os irmãos permaneçam nas terras da família após o falecimento de seus pais. Desta forma, inclusive nas localidades de Três Barras, Lobeira e Capoeirão dos Badús, geralmente apenas um dos filhos seguirá trabalhando a terra e nela constituirá um novo núcleo familiar. Em muitos casos, os demais irmãos dirigem-se aos núcleos urbanos, de forma que o problema da sucessão na pequena propriedade familiar rural torna-se um agravante para o problema do êxodo rural.

Nos processos de organização de assentamentos, quando se trata de decidir sobre a distribuição dos lotes, diferentes fatores parecem influenciar as decisões, de forma que, no Projeto de Assentamento *Nova Santo Inácio Ranchinho*, analisado por Letícia

¹⁰⁴ Idem, Ibidem. p. 14-15.

¹⁰⁵ VEIGA, J. E. da V. Problemas da transição à agricultura sustentável. Estudos econômicos, São Paulo, v. 24, p. 9-29, 1994. Apud SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 56.

Guimarães¹⁰⁶, parece ter prevalecido o interesse de manter próximos indivíduos que tivessem algum grau de parentesco entre si, ou mesmo respeitando laços de afinidade construídos ao longo da trajetória de ocupação da fazenda desapropriada. Na análise de Leandra Silvério, em relação ao Projeto de Assentamento *21 de Abril*, nas falas dos entrevistados nota-se “um desejo entre eles de ter maior privacidade, onde cada um pudesse ter o seu pedaço de chão e viver de forma autônoma”¹⁰⁷, o que a autora interpreta como estando relacionado com a forma pela qual o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) conduziu o processo de luta. Já em relação aos assentados do Projeto de Assentamento *Emiliano Zapata*, prevaleceu o intento de organização a partir de núcleos de afinidade, ou “de base”, o que na concepção da autora pode ser entendido como desdobramento das experiências vividas e compartilhadas no processo social e político criado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no seu cotidiano de lutas.

Fazendo um paralelo com as experiências das famílias de pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário, residentes nas localidades de Capoeirão dos Badús, Lobeira e Três Barras, percebe-se que não existem garantias de que membros de uma mesma família possam ter suas terras próximas umas das outras, ou mesmo da permanência de todos os membros de uma família no meio rural. Residem em uma mesma propriedade, de modo geral, pai, mãe e filhos, de forma que, na medida que os filhos se casam, costumam deixar a propriedade dos pais e constituir um novo núcleo familiar, muitas das vezes em alguma das cidades próximas, como em Presidente Olegário e Patos de Minas, por exemplo. Não raro, apenas um filho de um dado casal permanece na propriedade que originalmente abrigava todos os irmãos, o que em parte está ligado ao tamanho reduzido das propriedades, que inviabilizaria a divisão das mesmas em lotes menores de forma que se tornem igualmente dotadas de recursos como fontes de água, pastagens de qualidade, áreas de plantio etc.

Para Sonia Bergamasco e Exolvildres Queiroz Neto existem duas vertentes predominantes sobre a concepção do espaço rural da Agricultura Familiar, uma

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Letícia de Castro. *Luta pela terra, Cidadania e Novo Território em Construção: o caso da Fazenda Santo Inácio Ranchinho*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

¹⁰⁷ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012. p. 124.

culturalista e a outra progressista/racionalista, sendo que esta última seria a de maior repercussão no que se refere à viabilidade econômica da Agricultura Familiar inserida na cadeia produtiva capitalista. Para os autores, por traz da idéia agregadora de Agricultura Familiar existe uma multiplicidade de contextos e territorialidades, que dificilmente seria contemplada no significado atribuído ao termo nas políticas governamentais. Contudo, mesmo diante da constatação dessa variedade dos “mundos rurais”, os autores insistem na necessidade de um debate mais aprofundado no processo de implementação das políticas governamentais voltadas para o meio rural:

[...] a sedimentação de parâmetros acerca do conceito de Agricultura Familiar, ao mesmo tempo em que permite avançar nas políticas públicas, cria externalidades aos contextos das regiões brasileiras. Isto quer dizer que nos diversos níveis de Estado: municipal, estadual e federal os recortes territoriais elaborados por projetos e programas podem comprometer a integração dos atores sociais.

[...] De fato é praticamente impossível criar projetos específicos para cada escala e interconectá-los a partir dos múltiplos referenciais, mas o atual estado da arte das políticas públicas para o rural da Agricultura Familiar carece, pelo menos, de um debate mais amplo para além das concepções de renda, por exemplo¹⁰⁸.

Retomando os esforços no sentido de definir da melhor forma possível os sujeitos abordados na presente dissertação, as afirmações de Áureo Ribeiro conduzem à necessidade de incorporar à discussão sobre os conceitos para definição dos sujeitos buscar compreender o sentido atribuído pelos proprietários rurais a atividades por eles realizadas:

Esta chamada “resistência à modernização” decorre de um conflito baseado em diferentes compreensões do universo econômico. Os técnicos operam no universo das objetividades econômicas, que compreendem preços, custos e lucros, numa sucessão perfeitamente articulada. Os fazendeiros agem noutras esferas, onde a riqueza não se materializa apenas na produção vendável e seus custos. Eles permitem cálculos intrincados que compreendem dados extra-econômicos culturais e afetivos, sempre regidos pela estratégia maior da sobrevivência, como família, como produtores e principalmente, como proprietários.¹⁰⁹

Continuando a tratar mais diretamente da questão de nomear os sujeitos aqui analisados, é essencial levar-se em conta a historicidade dos conceitos, seus diferentes

¹⁰⁸ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013. p. 19-20.

¹⁰⁹ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 161.

usos e apropriações nos mais variados espaços e contextos, e, desta forma, de acordo com Munir Jorge, os conceitos de agricultor familiar e camponês teriam sofrido profundas transformações a partir dos anos 1990, o que repercutiu numa intensificação do debate acadêmico em torno dos mesmos. Desta forma, o autor traz para a discussão dois outros pesquisadores, sendo o primeiro deles Fátima Silveira, que identifica uma gama muito grande de tipos de camponeses, cujos extremos seriam o camponês que “racionaliza” ao máximo sua produção, e o posseiro, que se restringiria a satisfazer suas necessidades mais básicas. Munir Jorge também dialoga com R. A. Espanhol, que refuta o uso do termo “camponês”, pelo fato deste ter perdido seu poder explicativo, e por ter sido gradativamente substituído pelo conceito de “agricultura familiar”. A ascendência do termo estaria ligada a alterações recentes na agricultura brasileira, que teriam convergido para a valorização do segmento familiar. O conceito operaria também no sentido de substituir concepções como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência e produção de baixa renda. Munir Jorge considera significativos os elementos que ambos os autores trouxeram para a discussão, mas atesta que nas Ciências Humanas, de um modo geral, as duas concepções ainda não teriam sido satisfatoriamente diferenciadas. Para o autor, uma questão a ser tomada como central neste debate é a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista.¹¹⁰ Algumas ponderações merecem ser feitas em relação às afirmações de Munir Felício e seus interlocutores; sendo que a mais evidente delas é a de que a problematização dos conceitos deve ultrapassar os limites do debate acadêmico, de forma que se deve atentar para os contextos em que são empregados, tanto no meio acadêmico quanto em qualquer outro setor das sociedades. Assim, “agricultor familiar” e “camponês” terão significados específicos a depender do onde, quando e por quem são empregados. Um dos autores mencionados acima chega a falar em “valorização do segmento familiar” no contexto atual, mas o que se tem observado é uma dificuldade cada vez maior para que os pequenos proprietários rurais que empregam basicamente os membros do núcleo familiar residencial no processo produtivo possam permanecer no mercado.

Áureo Ribeiro afirma que haveriam diferentes concepções de “fazendeiro”, oriundas de diferentes meios, mas que, ainda assim, não dariam conta da diversidade e

¹¹⁰ FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, ago. 2006. Uberlândia, 2006. p. 14-17.

complexidade dos modos de vida desses sujeitos, ainda que o autor não empregue necessariamente a expressão “modos de vida”. Numa vertente que ele denomina como sendo “política”, o fazendeiro seria sempre o inimigo do campesinato e dos trabalhadores empenhados na luta pela reforma agrária, o latifundiário, o explorador de grandes extensões de terra. Haveria ainda uma vertente “técnica” que identifica dois tipos de fazendeiro: o empreendedor e o tradicional, sendo este último contrário à inovação técnica e à racionalização da produção. Na contramão dessas definições lineares e estereotipadas o autor afirma que:

No entanto, quem se der ao trabalho de observar poderá notar que a maioria dos fazendeiros “tradicionais” escapa aos esquemas formais que tentam capturá-los. De forma alguma são personagens lineares: não são inteiramente “racionais”, como os querem muitos teóricos, tampouco “irracionais” como os imaginam os técnicos do campo, nem perseguidores de camponeses conforme pregam os “políticos”. São, na verdade, proprietários dotados de uma racionalidade singular, ditada pela especificidade dos seus sistemas de produção, pela combinação possível de seus recursos, pela experiência histórica de produção e pela cultura desenvolvida e adaptada à região. Não são, em sua maioria, personagens avessos às relações capitalistas, muito menos integrados inteiramente a elas. Imprimem à sua ação produtiva e comercial uma lógica própria, que não é sempre aquela do empresário rural ou urbano, nem sempre é formada de comportamentos e práticas da economia camponesa (que quase sempre tem na terra um fator limitante). Mas os fazendeiros “tradicionais” participam do jogo do mercado, embora, grande parte das vezes, de forma subordinada.¹¹¹

Munir Felício identifica dois paradigmas básicos de análise da questão rural, atuantes sobretudo sobre os intelectuais da América Latina:

O RIMISP¹¹² está vinculado ao Banco Mundial enquanto que a CLACSO¹¹³ vincula-se a Via Campesina.

Há diferentes concepções teóricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, dentre elas se destacam dois paradigmas, entendendo paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade.

O paradigma do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do RIMISP, entende que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência ao camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo sua produção.

Portanto, para esse paradigma, o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias. O paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da CLACSO, entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da

¹¹¹ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 2.

¹¹² RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural.

¹¹³ CLACSO – Centro Latino Americano de Ciencias Sociales.

criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir.¹¹⁴

Munir Felício busca, em seu artigo, referenciais teóricos para a definição de camponês inclusive em autores considerados essenciais para o pensamento marxista, como Lênin e Kaustsky, mas também em autores que não estavam necessariamente vinculados com o pensamento marxista. O movimento de buscar tais definições nas bases teóricas do pensamento marxistas é válido, mas desde que não seja feito no sentido de impor um modelo de “camponês” aos sujeitos que supostamente podem ser nomeados desta forma. A maioria destes autores operou tanto uma análise das condições de vida e de trabalho dos camponeses em locais como a União Soviética, quanto da definição de qual seria o papel desses grupos no processo revolucionário e na consolidação da sociedade comunista.

Nesse sentido, é fundamental a contribuição de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pois o autor denuncia o pouco interesse dispensado aos trabalhadores rurais por parte de autores e partidos políticos que se afirmam apoiados no marxismo:

[...] a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Alguns acham mesmo que os camponeses são reacionários, que “sempre ficarão do lado dos latifundiários” etc. [...] Certamente, os camponeses não têm encontrado respaldo político nesses partidos, aliás, “*não fazem parte da sociedade*”, para esses autores e partidos.¹¹⁵

Ariovaldo também atenta-se para a complexidade social da estrutura agrária brasileira, e recorre a Marx para afirmar que o campesinato constitui um setor da sociedade diferente do operariado e da burguesia urbanos, ocupando posição específica na sociedade capitalista, e que o estudo deste setor não seria menos importante que o dos grupos urbanos:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de

¹¹⁴ FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, ago. 2006. Uberlândia, 2006. p. 18.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto. 1999. p. 71.

terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.¹¹⁶

Se os “camponeses” – termo que já foi empregado para designar trabalhadores assalariados do campo, membros dos movimentos de luta pela terra, posseiros, trabalhadores efetivamente assentados após procedimentos de reforma agrária – teriam sido, muitas das vezes negligenciados em análises que se auto-afirmavam enquanto embasadas no marxismo, o que dizer então dos moradores do campo possuidores da propriedade familiar? Conforme já mencionado, o emprego do termo “camponês” merece muitas ressalvas, até porque costuma ser buscado em análises de contextos e lugares muito diferentes da sociedade brasileira, e automaticamente aplicado no estudo da mesma. Importa dizer que, a compreensão da sociedade capitalista, amparada nos pressupostos do materialismo histórico, e empenhada na análise crítica dos processos de exploração, dominação, construção de hegemonia e expropriação é perfeitamente compatível com o estudo das experiências de agricultores familiares.

Paul Singer oferece elementos que enriquecem o entendimento da configuração social brasileira nas últimas décadas por considerar as nuances das divisões em grupos e classes sociais. O autor considera, por exemplo, que pode-se falar em “assalariados proletários” e “assalariados burgueses”, de forma que os primeiros seriam o grupo mais facilmente identificável com o operariado fabril – por muito tempo considerado o grupo social mais digno de atenção, numa relação paradoxal com a distribuição da mão de obra assalariada brasileira ao longo do século XX e início do século XXI, cada vez mais concentrada no chamado “setor terciário” – e os segundos seriam os grandes executivos de multinacionais, gerentes bancários, consultores etc. Os “assalariados burgueses” podem atingir facilmente faixas de renda muito superiores àquela obtida por uma família de trabalhadores rurais produzindo em seu próprio “pedaço de chão”, ou mesmo àquela obtida por um “micro-empresário”¹¹⁷.

Segundo Paul Singer, é comum também o uso da expressão “classe trabalhadora”, para referir-se às pessoas que vivem do próprio trabalho, e dentre eles poderiam ser apontados, inclusive, trabalhadores possuidores dos seus próprios meios

¹¹⁶ MARX, Karl. *O capital*. Volume III – livro terceiro – tomo 2 – Coleção *Os economistas* – Volume V – São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 317. Apud: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto. 1999. p. 72.

¹¹⁷ SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Coleção discutindo a História. São Paulo: Atual Editora. 4ª Ed. 1994.

de produção. Os apontamentos do autor constituem uma análise pormenorizada da composição social da sociedade brasileira, embora haja também por parte deste autor a insistência no uso do termo “camponês”:

[...] o camponês que cultiva a própria terra ou terra arrendada com seus próprios instrumentos e animais de trabalho; o artesão que confecciona ou repara com suas próprias ferramentas e matérias-primas; o comerciante que transaciona mercadorias que são dele ou que lhe foram confiadas; o médico e o dentista que têm seu próprio consultório; o professor que dá aulas particulares etc.

[...] Quem vive única, ou principalmente do próprio trabalho dificilmente pode ser rico. Por isso, a noção de “povo trabalhador” ou “classes populares” faz sentido. Trata-se da grande massa, que representa a grande maioria da população e sofre, em geral, dos mesmos problemas decorrentes da carestia, da insuficiência dos serviços públicos nos bairros periféricos, da especulação imobiliária etc.¹¹⁸

A discussão em torno dos conceitos por meio dos quais os sujeitos de que trato na presente pesquisa são nomeados passa pelo debate entre perspectivas de diferentes áreas do saber. Assim, considero de grande relevância as considerações de Carlos Brandão¹¹⁹, uma vez que contribuem para a presente discussão, pois, no entrecruzamento entre Antropologia e geografia, o autor busca valorizar questões relativas à cultura das comunidades rurais estudadas em seu livro, entendendo o conceito enquanto conjunto de práticas, valores, costumes e significados, muito próximo da concepção de “modos de vida” presente em Edward Thompson. Quando Brandão fala das questões de relação com o “espaço”, não o traz enquanto categoria pré-concebida, neutra, e enfoca o papel intrinsecamente humano na construção, nomeação e delimitação de espaços. Por outro lado, coloco algumas ressalvas oriundas de uma preocupação mais acentuada com a questão das temporalidades, mais aproximada do campo da História, mas que não deveria ser menos significativa em discussões de outras áreas, e também no que diz respeito a uma construção de hierarquias entre grupos sociais e sociedades. O autor em questão usa termos como “sociedades tradicionais” e “sociedades modernas” sem uma preocupação mais acentuada com a historicidade destes termos, o que não se restringe a estabelecer cronologias sobre a emergência de tais conceitos, devendo abarcar também o questionamento sobre quem estabelece os termos, para quem, com que interesse etc. A tendência em hierarquizar as sociedades é observável também em obras de autores com

¹¹⁸ SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Coleção discutindo a História. São Paulo: Atual Editora. 4ª Ed. 1994. p. 4-5.

¹¹⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“No rancho fundo”*: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009,

os quais Carlos Brandão dialoga em seu livro, como, por exemplo, Antônio Candido: “nas sociedades rústicas, menos embora que nas primitivas, é acentuada a homogeneidade dos indivíduos, principalmente se nos colocarmos do ponto de vista dos padrões ideais”¹²⁰.

O livro de onde foi extraído o trecho acima surgiu do desejo do autor no sentido de analisar relações entre literatura e sociedade, a partir de uma pesquisa anterior sobre poesia popular como se manifesta no “caruru” – dança cantada do caipira paulista. Assim, às transformações nas letras e na dança, bem como variações regionais das mesmas, corresponderiam transformações na própria sociedade e diferentes configurações das relações sociais. As investigações teriam se iniciado em 1947, envolvendo visitas a diferentes comunidades, ultrapassando limites do estado de São Paulo, chegando a áreas que o autor considera de “influência paulista”, inclusive a comunidades mineiras. O autor defende que o estudo nas transformações nas condições de vida do homem do campo brasileiro não devem limitar-se a enunciados políticos, ou a investigações especializadamente econômicas e agronômicas, devendo incluir o estudo de sua cultura e sociabilidade.

Ao descrever a metodologia utilizada, Antônio Candido afirma que buscou um equilíbrio entre a Antropologia (que ele associa à descrição de casos individuais mais ou menos homogêneos) e a sociologia (que, para o autor, trataria de sociedades diferenciadas ao extremo, amplos territórios e população vasta). A História daria a 3ª dimensão da investigação, ainda que o autor se queixasse de uma carência de documentos sobre “condições da vida caipira tradicional”. O autor trabalhou com dois tipos básicos de fontes: documentos e relatos de viajantes do séc. XVIII e início do XIX, e entrevistas realizadas junto a velhos caipiras de lugares que Candido considerava isolados. Para o autor, seria uma metodologia e procedimento por meio do qual

[...] o sociólogo desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias, daí o apego ao qualitativo, cujo estudo sistemático foi empreendido sobretudo pelos especialistas das sociedades primitivas¹²¹.

¹²⁰ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982. 6ª Ed. p. 18.

¹²¹ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982. 6ª Ed. p. 19.

Haveria, além disso, o esforço “por localizar um aspecto da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerado não só como tema sociológico, mas também como problema social”¹²².

Em sua explanação dos conceitos que utiliza, Antônio Candido afirma que “rústico” não seria rural, rude, tosco, ainda que englobando tais categorias, mas também não traduz *folk-culture* ou *folk-society*: cultura ou sociedade de *folk* (barbarismo dispensável), presentes em autores como Redfield, estando mais próximo de “cultura camponesa” empregado por alguns arqueólogos, etnógrafos e historiadores europeus. Em nível nacional estaria próximo do termo “caboclo”, mas este último, muitas das vezes, restringiu-se ao mestiço próximo ou distante do branco e do índio predominante na formação étnica da população paulista.

Já “caipira” seria empregado para designar aspectos culturais, exprimindo tanto um modo de ser quanto um tipo de vida, nunca um tipo racial, mas esse termo teria a limitação de ter uso quase exclusivo em referência à área de influência histórica paulista. Dialogando com Cornélio Pires, Antônio Candido lembra que este falava na existência de caipiras branco, caboclo, preto e mulato, termo que seria viável por sugerir a incorporação de vários tipos étnicos ao universo de “acaipiração” que os integrou num conjunto supostamente bastante homogêneo.

É significativa a contribuição de Antônio Candido no sentido de guiar-nos a observar os diferentes valores e significados atribuídos aos recursos “naturais” e às necessidades humanas inerentes aos grupos sociais, mas não se deve ignorar que o autor orienta-se por uma perspectiva evolucionista e tende a sobrepor o meio ao homem:

No entanto, à medida que as fontes de abastecimento alimentar vão se modificando ou ampliando – como ocorre em todo processo civilizatório – vamos assistindo a transformações radicais na estrutura e função da caça... O animal, que antes era uma espécie de comparsa antagonico num drama, alvo de solicitações, propiciações, verdadeiros entendimentos em que o homem se incorpora ao mundo natural, passa agora a integrar uma realidade bem diferente, a que o homem se opõe. As novas fontes de abastecimento levaram a uma articulação das relações com o meio, em que a posição do alimento é outra.¹²³

O exemplo da caça é realmente emblemático, e mereceu destaque também no livro de Edward Palmer Thompson, “Senhores e Caçadores”, que trata do contexto de

¹²² Idem, Ibidem. p. 20.

¹²³ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982. 6ª Ed. p. 30.

criação e aplicação da chamada “Lei Negra”, publicada na Inglaterra em 1723¹²⁴. Nesse exemplo, podemos identificar os diferentes significados que a caça podia assumir na concepção de diferentes atores sociais. Se para os moradores da floresta podia assumir o caráter de fonte de alimento, direta e indiretamente pois estes moradores podiam tanto consumir a carne dos animais caçados quanto vendê-la, para a nobreza britânica e seus agregados, dependentes, detentores de títulos etc., assumia papel mais ligado ao lazer, ao esporte e à recreação.

Voltemos agora à questão da satisfação das necessidades humanas, primeiramente estabelecendo um diálogo com Antônio Candido que afirma:

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções, mais ou menos adequadas e completas [...] As soluções por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico.

Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se as manifestações primárias são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar [...] de tal modo podemos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos e os recursos de que dispõem para satisfazê-las.¹²⁵

Antônio Candido atribui a Karl Marx a faceta de ter alargado os horizontes da compreensão da solidariedade profunda entre o mundo físico e o da cultura humana, imbricados num mesmo processo dialético. Desta forma, História da natureza e História dos homens se condicionariam mutuamente. Para o autor, seria necessário destacar também,

de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade.¹²⁶

Num outro ponto o autor fala das conotações sociais da alimentação, afirmando que elas incidem tanto sobre a definição dos itens adequados à alimentação quanto sobre a distribuição dos alimentos e dos recursos destinados à sua obtenção:

Do ponto de vista social, a alimentação só se torna inteligível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la [...]

¹²⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹²⁵ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982. 6ª Ed. p. 23.

¹²⁶ Idem, Ibidem. p. 24.

Assim, o meio natural aparece de início como grande celeiro potencial, que não será utilizado indiferentemente, em bloco, mas conforme as possibilidades de operação do grupo; pois os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade [...]. Há com efeito, para cada cultura uma técnica de viver de que a alimentação faz parte, e a que deve submeter-se a fome para ser satisfeita, não obstante o seu caráter inelutável. Além disso, ela se torna o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos, representações.¹²⁷

A utilização dos recursos do meio natural não deve ser observada enquanto condicionada apenas às “possibilidades de operação do grupo”, como afirma o autor. Para além dos significados da alimentação, e no caso específico da presente dissertação, para além dos significados da agropecuária, para um mesmo grupo, deve-se pensar nos diferentes interesses e significados inerentes a diferentes grupos, que se influenciam mutuamente seja em termos de oposição e conflito, ou de conformação e complementaridade. Tornando estas questões ainda mais complexas, deve-se pensar na atribuição de valor de mercadoria aos alimentos, de um modo geral, e aos gêneros agropecuários, num contexto mais diretamente ligado ao da presente dissertação.

Diante do exposto acima, pode-se dizer que a forma como a relação entre alimentação e relações sociais é aqui analisada apresenta divergências em relação ao viés proposto por Candido, e está mais próximo daquilo que Thompson propõe:

A “relação das pessoas com os alimentos” envolve sistemas de poder, propriedade e leis. O conflito sobre o direito de acesso aos alimentos no mercado poderia ser visto como um fórum de luta de classes se a maioria dos historiadores não fosse hoje demasiado afetada para usar o termo. Também pode ser visto como um fórum para o conflito de interesses, “cidade” versus “campo”, quando os trabalhadores das manufaturas e dos lanifícios ou os mineiros de carvão se confrontavam com os fazendeiros e negociantes.¹²⁸

Surpreende que Antônio Candido, ao mesmo tempo em que defende que se pense nas implicações sociais da satisfação das necessidades humanas e da distribuição dos recursos, deixe de considerar que as relações intra e inter-grupais também devem ser investigadas, atentando-se para sua historicidade, para as mudanças e permanências nas mesmas, para o seu dinamismo enfim. Conseqüentemente, a forma como os pequenos proprietários rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús concebem o trabalho, a relação com a terra, a pecuária, a agricultura, dentre outros elementos, deve ser tratada em sua historicidade, o que significa considerar que estes significados e

¹²⁷ Idem, Ibidem. p. 28-29.

¹²⁸ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral revisitada. In.: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 223.

valores se transformam, ao menos em parte, em função de pressões exercidas por outros estratos sociais e âmbitos mais alargados.

Após o diálogo com os autores acima e com os conceitos de que fazem uso, levando-se em conta também o fato de que se tratam de estudiosos de diversos campos do saber, ainda permanece a questão sobre como fazer menção aos moradores das localidades de Capoeirão dos Badús, Três Barras e Lobeira: camponeses, pequenos proprietários rurais, agricultores, agricultores familiares, pecuaristas, pequenos produtores rurais? “Camponeses” é provavelmente o termo que mais se distancia das experiências e formas de auto-afirmar-se dos moradores das três localidades em questão. O termo tem ligações íntimas com a militância ligada à luta pela terra, bem como seu emprego foi recorrente em obras tidas como clássicas entre teóricos marxistas, por exemplo, mas as pessoas definidas como camponeses em tais experiências experimentaram condições de vida e trabalho muito diferentes daquelas vivenciadas nas três localidades do município de Presidente Olegário supracitadas. São experiências distintas do ponto de vista social, cultural, econômico, inseridas em contextos que se distanciam em termos de tempo, espaço e conjuntura. Além disso, o termo não é empregado na vivência cotidiana dos produtores rurais de que venho tratando, ou mesmo em suas falas no momento das entrevistas realizadas.

Falar em “pequenos proprietários rurais” seria incorporar uma definição não raro presente em textos de leis ligadas à questão da propriedade e uso da terra, mas que tem o caráter de atribuir ao tamanho da propriedade um papel central e determinista no sentido de caracterizar o espaço, os sujeitos e as práticas aí realizadas. Ora, a depender do tipo de atividade a ser desempenhado em uma propriedade, ainda que ela tenha tamanho consideravelmente reduzido, pode-se observar a utilização de mão de obra assalariada, emprego intensivo de técnicas e equipamentos considerados modernos. Um exemplo disso seriam as fazendas onde se criam animais de pequeno e médio porte, como as aves e suínos, ou mesmo na criação de gado bovino em regime de confinamento. Desta forma, a dimensão da propriedade rural é um referencial significativo, mas não pode ser tomado isoladamente para definir os sujeitos, suas práticas, valores, o tipo de atividades que exercem etc.

“Agricultores” é um termo pertinente à presente discussão, mas isoladamente também não é suficiente para a nomeação dos sujeitos em análise tendo em vista que o conjunto dos saberes que dominam e das tarefas que executam ultrapassam os limites da produção agrícola e envolve também o trabalho com espécies animais. Ainda quando a

venda de alimentos, como milho e feijão era a principal fonte de renda, havia a criação de gado bovino para produção de leite – fosse ele destinado ao consumo na propriedade, ou vendido, ainda que em pequeno volume – e obtenção de carne, além do emprego de tração animal nos trabalhos agrícolas. Conforme crescia a relevância da pecuária de leite enquanto fonte de renda, estes produtores rurais continuaram a praticar a agricultura, seja para abastecimento da propriedade com gêneros a serem consumidos pelos seus moradores, seja no plantio das lavouras destinadas ao preparo de silagem que alimentará o gado de leite em períodos de estiagem quando as pastagens tornam-se consideravelmente escassas. Pecuária e agricultura coexistem nas propriedades de que se vem tratando, tanto em termos de alternância e complementaridade entre uma e outra, ainda que, em muitos aspectos, as formas das relações entre estas atividades sofram alterações ao longo dos anos, já que, a partir do exemplo do plantio de lavouras para preparo de silagem, pode-se pensar numa recente sujeição da agricultura à pecuária, de forma que a primeira passa a ser um meio para que se alcance os objetivos e expectativas associados à segunda.

O termo “agricultura familiar” traria também esta limitação – a de não comportar a variedade das atividades exercidas e experimentadas pelos produtores rurais – mas tem relevância no sentido de que aponta para uma característica fundamental inerente às atividades produtivas praticadas nas pequenas propriedades: o emprego quase exclusivo da mão de obra familiar. Contudo, em textos relativos à legislação sobre a propriedade da terra, estrutura fundiária e crédito rural, “agricultura familiar” está predominantemente associado às atividades realizadas em terras onde se consolidaram projetos de reforma agrária. Assim, agricultor familiar é um termo muitas das vezes usado para designar produtores assentados, emergidos de processos de ocupação de terras por meio do movimento dos Sem Terra, e que conseguiram seu lote no assentamento. Mas seriam então a agricultura e pecuária praticadas em pequenas propriedades adquiridas por meio de compra ou herança menos “familiares” apenas por não terem o vínculo com os movimentos sociais em prol da reforma agrária? Não necessariamente, até porque a “Reforma Agrária” não deveria limitar-se ao imperativo de conceder terra a quem não a possui, mas deveria incluir medidas no sentido de tornar a produção em pequena escala viável, seja a propriedade onde ela é empreendida originária de compra, herança ou projeto de assentamento, como já o disse Sérgio Sauer:

Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar.¹²⁹

Falar em “pecuaristas” ou “pecuaristas familiares” redundaria nas mesmas limitações acima apontadas em relação aos termos “agricultores” e “agricultores familiares”, mas tendo em mente que os dois primeiros termos são mais recorrentes na bibliografia consultada até o momento. É interessante observar que boa parte da nomenclatura aplicada a elementos das atividades produtivas do meio rural, bem como a instituições ligadas às mesmas, sugerem uma hierarquização de forma que a agricultura viria em primeiro plano se comparada à pecuária. Um primeiro exemplo disso seria o próprio termo “agropecuária”, que tem como prefixo justamente o radical “agro”, conseqüentemente, no nível do poder executivo federal temos um “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. Os produtores rurais mencionados ao longo do presente texto são, em sua maioria, cooperados da Coopatos, sigla que se refere ao nome “Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda.”, onde mais uma vez subentende-se uma sobreposição da agricultura, embora na prática, a principal atividade empreendida pela referida cooperativa seja a coleta, beneficiamento e comercialização do leite. A principal política de crédito e assistência a pequenos produtores, criada em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e em vigor atualmente, é o “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, e no nome do programa não consta o termo “pecuária”, ainda que este termo subsidie atividades tanto agrícolas quanto pecuárias. Em muitas avaliações de desempenho de setores econômicos, contudo, tem se tornado cada vez mais comum o emprego do termo “agropecuária”, designando um segmento como um todo, ao invés da análise individual da pecuária e da agricultura:

A economia brasileira cresceu 1,5% no segundo trimestre deste ano [2013], em relação ao trimestre anterior, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País, totalizou R\$ 1,2 trilhão no período de abril a junho. Na comparação com o segundo trimestre de 2012, o PIB teve crescimento de 3,3%. A economia também cresceu 2,6% no acumulado do ano e 1,9% no acumulado de 12 meses.

¹²⁹ VEIGA, J. E. da V. Problemas da transição à agricultura sustentável. Estudos econômicos, São Paulo, v. 24, p. 9-29, 1994. Apud SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 56.

Os segmentos da agropecuária e da construção civil, com altas de 3,9% e 3,8%, respectivamente, foram os destaques da economia brasileira no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. No entanto, todos subsetores da economia tiveram crescimento. A indústria da transformação e o comércio tiveram alta acima da média, ambos com 1,7%.

Os demais subsetores tiveram as seguintes taxas de aumento: intermediação financeira, previdência complementar e serviços relacionados (1,1%); indústria extrativa mineral (1%); transporte, armazenagem e correio (1%); serviços de informação (0,9%); produção e distribuição de eletricidade, gás e água (0,8%); outros serviços (0,7%); atividade imobiliária e aluguel (0,7%); e administração, saúde e educação públicas (0,1%).

Na comparação com o segundo trimestre de 2012, a agropecuária também foi o principal destaque, com alta de 13%. Também cresceram acima da taxa de 3,3% do PIB, os setores da indústria da transformação (4,6%); construção civil (4%); e comércio (3,5%). No primeiro trimestre, o PIB havia crescido 0,6% em relação ao trimestre anterior.¹³⁰

Desde o período colonial no Brasil tem sido comum o destaque a gêneros agrícolas em detrimento de produtos da pecuária, inclusive em narrativas históricas tidas como “clássicas”, como em “A formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, e o principal critério para tal ênfase consiste numa maior participação dos gêneros agrícolas nas transações de exportação no Brasil. Mas o que interessa salientar aqui é que, na concepção dos produtores de que venho tratando, não é significativa a separação entre pecuária e agricultura enquanto “setores econômicos” distintos, uma vez que plantar e colher fazem parte do cotidiano e conjunto de saberes e práticas desempenhados pelos sujeitos aqui enfocados tanto quanto alimentar, ordenhar e tratar da saúde do gado bovino. A lavoura e as rezes constituem igualmente parte do patrimônio dos produtores rurais, igualmente resultado e objeto de sua ação contínua e de seu trabalho, por mais que até determinado momento a agricultura tenha sido mais significativa em termos de fonte de recurso financeiro, e posteriormente este papel tenha se transferido para a pecuária de leite.

A junção do adjetivo “pequeno” aos termos produtor, pecuarista, proprietário, agricultor etc., não é totalmente desprovida de vínculo com o conjunto dos referenciais e experiências de sujeitos sociais como os moradores de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, mas é também uma restrição a aspectos quantitativos, tais como extensão das propriedades e renda auferida com as atividades produtivas, que não são suficientes se queremos encontrar subsídios para nos referir a estes sujeitos sem o fazer

¹³⁰ PIB brasileiro cresce 1,5% no 2º trimestre; agricultura se destaca. Terra: Economia. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/pib-brasileiro-cresce-15-no-2-trimestre-agricultura-se-destaca,b2288f411f211410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.htm>> Acesso em 18/10/2013.

de forma estereotipada ou com base exclusivamente na discussão acadêmica em torno dos conceitos empregáveis.

No sentido de buscar elementos que respaldem uma definição dos sujeitos em análise que não sejam apenas referenciais externos ao seu cotidiano, valores e práticas, vale salientar que o trabalho é categoria recorrente na fala dos entrevistados, sendo elemento de sua autodefinição e agente da transformação da terra e dos seus próprios moradores. Os entrevistados fizeram questão de enumerar as tarefas desempenhadas por eles mesmos e demais membros dos núcleos familiares, as dificuldades enfrentadas, o caráter extenuante das jornadas de trabalho, mas não necessariamente no sentido de uma queixa, mas sim no esforço de autoafirmação e enaltecimento desse mesmo trabalho contínuo. Esta não é uma característica exclusiva dos moradores das localidades supracitadas tendo sido identificada também entre produtores rurais de outros lugares, como no caso daqueles de que fala Áureo Ribeiro:

Esse fazendeiro é assim: uma pessoa antes de tudo ligada ao trabalho. Os atos de sua vida são relacionados ao trabalho produtivo, às operações concretas realizadas por suas mãos. Foi através do trabalho que se fez pessoa e cidadão. Com seu esforço, sustentou, na juventude, a mãe e os irmãos, assumindo a principal das funções do pai, o trabalho diário de fazer continuar existindo a família. Substituindo o pai, deixando ser ajudante e aprendiz, ele entra na idade adulta por meio do trabalho. O seu próprio trabalho é também a fonte de distinção dos outros, os não trabalhadores. Esse esforço dimensiona ao mesmo tempo o seu mundo, o do trabalho, e o mundo de uns outros, o do não-trabalho. Mas é, sobretudo, a forma de se localizar no mundo, como indivíduo que se construiu através da atividade produtiva.¹³¹

Concluindo a questão da terminologia adotada para se referir aos sujeitos, fica claro que muitos conceitos analisados expressam elementos da experiência destes mesmos sujeitos, como é o caso de “agricultor familiar”, “agricultor”, “pequeno proprietário rural”, “pecuarista familiar”, “trabalhador” e “pequeno produtor”, ainda que, nenhum deles, isoladamente, dê conta da complexidade das experiências daqueles moradores das localidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras. Desta forma, estes termos serão usados nas próximas páginas, o que não invalida as ressalvas feitas em relação a cada um deles e o fato de que expressam sempre, apenas parte das experiências vivenciadas pelos atores sociais em questão. A questão se torna ainda mais complexa pelo fato de que o status destes sujeitos também se altera diante dos processos históricos em que estão envolvidos e transformam significativamente suas vivências

¹³¹ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 56-57.

cotidianas. O caso mais evidente é o da agricultura, prática que foi perdendo espaço no dia-a-dia dos trabalhadores supracitados, na medida em que a pecuária de leite tornou-se a principal fonte de renda. Eles não deixaram de dominar os saberes envolvidos nesta atividade, ainda plantam, mas o plantar assume um papel diferente, uma vez que, a maior parte do plantio destina-se, atualmente, ao preparo de silagem para alimentar o gado bovino.

Seria o caso de afirmar que os produtores rurais aqui mencionados constituem uma “classe social”? O “trabalho” consiste em elemento intrínseco à vivência dos sujeitos a que se tem feito referência, mas isto não autoriza a identificação com a expressão “classe trabalhadora”, o que seria mais uma manobra linguística que um esforço analítico e teórico metodológico. Conforme afirmou Paul Singer, “a totalidade dos trabalhadores constitui, desta maneira, um conjunto demasiado heterogêneo para ser denominado de ‘classe’”¹³². Mas, nesse caso, as “classes” teriam de se constituir em grupos homogêneos? A reflexão em torno deste conceito não é tarefa fácil, mas nem por isso deve ser deixada de lado, mas são preferíveis as concepções menos engessadas do termo, nas quais “classe” aparece enquanto categoria histórica que define a forma pela qual determinados sujeitos construíram a si mesmos e identificaram-se coletivamente num contexto de relações e vivências específicas, marcadamente influenciadas por suas lutas:

A desgraça dos historiadores marxistas (que é sem dúvida a nossa própria desgraça, hoje) é que alguns de nossos conceitos são moeda corrente num universo intelectual mais amplo, são adotados em outras disciplinas, que lhes impõem sua própria lógica e os reduzem a categorias estáticas, não-históricas. Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores.¹³³

A concepção de classe de que trata Thompson está intimamente ligada à forma como ele concebe o termo “experiência”, que “foi em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’”¹³⁴. Ainda de acordo com Edward Thompson:

¹³² SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Coleção discutindo a História. São Paulo: Atual Editora. 4ª Ed. 1994. p. 5.

¹³³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 78.

¹³⁴ Idem, Ibidem. p. 189.

Ampliamos muito o conceito de classe, que os historiadores da tradição marxista empregam comumente – de maneira deliberada e não por uma “inocência” teórica – com uma flexibilidade e indeterminação desautorizadas tanto pelo marxismo como pela sociologia ortodoxa. E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo no Marx de *O Capital*, visa excluir): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de *classe* peculiares) sua pressão sobre o conjunto.¹³⁵

Num esforço no sentido de definir em poucas linhas a concepção de “experiência”, o autor supracitado afirma que:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres” mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹³⁶ (grifos do autor).

Sem adentrar ainda a discussão em torno do termo “cultura”, façamos um esforço no sentido de confrontar os conceitos de “experiência” e “classe” ao contexto específico vivenciado e no qual atuam os proprietários rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús. No caso do primeiro destes conceitos, sua disseminação no campo historiográfico tem enriquecido enormemente as discussões teórico-metodológicas e o ofício do historiador, e pressiona-nos no sentido de concentrar nossa atenção nas experiências humanas apreensíveis por meio das evidências com que lidamos, de forma que, ao invés de ser um conceito rígido, unificador e homogeneizante, propõe a consideração da especificidade e historicidade de cada evidência, contexto, espaço e sujeitos de que tratamos. Dessa forma, o esforço no sentido de nomear os sujeitos de que tratamos deve passar justamente pela consideração de suas experiências, ou, ao menos, daqueles elementos destas experiências que nos for

¹³⁵ Idem, Ibidem. p. 188-189.

¹³⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.182.

possibilitado apreender, já que conhecer plenamente a experiência de grupos e indivíduos possa se apresentar como objetivo um tanto quanto utópico.

Quando se fala em “classe”, Thompson nos lembra que um elemento fundamental para que um dado grupo se perceba e se defina enquanto classe estaria na consciência de sua relação antagônica com outros grupos. Em certa medida, esta percepção pode ser identificada em meio aos proprietários rurais até então mencionados, já que percebem, por exemplo, as diferenças das condições em que pequenos e grandes proprietários produzem e comercializam sua produção:

Leonardo: Mas por quê desse desânimo com o leite?

Sr. José: O que aconteceu é que com a modernidade da produção de leite o pequeno produtor ficou disprotigido, porque não consegue volume, né, e não consegue qualidade, e nem consegue preço... Então, ele ficou muito disprotigido, enquanto o grande tem volume, tem qualidade e tem preço, porque ele tem volume tem mais facilidade pra conseguir... E o pequeno cada vez mais fica mais pequeno.

Leonardo: Mesmo sendo uma cooperativa?

Sr. José: Mesmo sendo sócio, como se ele fosse um fornecedor grande... Cê tem a discriminação, a mesma coisa. Isso é a realidade, né? A gente não tá mintindo, é verdade. Se, suponhamos, você tira dois mil litro de leite por dia... você vai receber um real, por litro, eu entrego só uns oitenta litro de leite, ou só um cem litro, eu vou receber, o meu é de setenta centavo, setenta e cinco, não vou receber mais não.

Leonardo: E isso se atingir todos os indicadores num patamar bom...

Sr. José: Justamente, se tiver aqueles requisito tudo ainda, pra mim conseguir, senão eu num consigo nem isso, essa é a realidade...¹³⁷

Podemos dizer que os sujeitos até então aqui referenciados *experimentam* vários elementos e situações em comum, dentre os quais poderia apontar: a condição de proprietário das terras onde vivem, o fato de trabalharem a mesma juntamente com sua família, o fato de serem propriedades que dificilmente ultrapassam 60 hectares de extensão, a incerteza quanto à permanência dos filhos jovens no trabalho com a propriedade, uma rotina de trabalho árdua – que se tornou mais intensa desde que a pecuária de leite tornou-se gradativamente sua principal fonte de renda, uma competição desigual com grandes proprietários etc. Por mais que não tenham aderido a formas institucionais de luta – como o partido e o sindicato -, por mais que não tenham criado organismos institucionais coletivos – como centros comunitários, estes sujeitos adotam formas de enfrentamento coletivo às adversidades que se colocam diante da produção em pequena escala e compartilham um senso de pertencimento comunitário.

Dentre as estratégias coletivas estariam o costume de buscar e oferecer empréstimos a familiares e vizinhos, negociando taxas de juros menores que aquelas

¹³⁷ José da Silva Marra. 66 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013 na residência do mesmo.

impostas por instituições financeiras. Quando ainda assim um proprietário rural das três localidades opta por recorrer a financiamentos bancários, são sempre os familiares e vizinhos das três localidades os avalistas para a liberação dos empréstimos. Desta forma, nas ocasiões em que um proprietário não disponibiliza os valores que outro proprietário necessita, para a aquisição de vacas ou reformas na propriedade, por exemplo, cede-lhe o nome, coloca-se financeiramente em risco em relação aos bancos na condição de avalista. Além disso, existe a mobilização em torno da realização de eventos como a Festa de Reis, o que envolve oferecer recursos materiais e o próprio esforço físico para a realização da festividade.

Desta forma, a classe pode perfeitamente existir sem necessariamente estar vinculada a mecanismos institucionais e formas ditas “organizadas” de luta, sem que seus representantes tenham cunhado um termo único para se referirem a eles mesmos:

Esto viene a destacar, no obstante, que clase, en su uso heurístico, es inseparable de la noción de lucha de clases. En mi opinión, se há prestado una atención teórica excesiva (gran parte de la misma claramente ahistórica) a “clase” y demasiado poca a “lucha de clases”. En realidad, lucha de clases es un concepto previo así como mucho más universal. Para expresarlo claramente: las clases no existen como entidades separadas, que miran em derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran em una sociedad estructurada em modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, em relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y em el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico.¹³⁸

Desta forma, pelos saberes, valores, experiências, estratégias e costumes compartilhados, é válido afirmar que os proprietários rurais das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús são parte de uma “classe social”, que não é, evidentemente, a classe dos latifundiários ou dos empresários rurais. Porém, é necessário evitar uma visão romântica dos mesmos, pois, a exemplo do que ocorre com os grupos assalariados, não se trata de um segmento extremamente coeso e organizado.

Em alguns aspectos, pode-se dizer que os produtores rurais têm chegado mesmo a competir entre si, principalmente no caso daqueles que fornecem leite para a Coopatos, e que almejam pagamentos cada vez mais altos pelo litro de leite fornecido. Isto não é, contudo, uma “acusação” dirigida aos pequenos proprietários rurais que supostamente deveriam unir-se e enfrentar os grupos em posição antagônica a eles. Não

¹³⁸ THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y conciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica. 1984. p. 37.

deve ser objetivo do historiador, ao verificar como quaisquer sujeitos agiram , determinar como deveriam ter agido. E como compreender então os motivos que levam os proprietários rurais em questão a elaborarem estratégias que envolvem principalmente a atuação dos membros da própria família, como o pagamento de salário a filhos jovens que de outra forma dificilmente permaneceriam no campo? Seria essa tendência um tanto quanto individualista, uma vitória do “capitalismo” no sentido de construção de hegemonia? Mas nesse caso, então, cairíamos num já desgastado equívoco de atribuir a categorias como “capitalismo”, “mercado”, “capital”, o status de sujeitos históricos, o que eles definitivamente não são.

A grande questão é que, tanto a formação da “classe” quanto os processos históricos e esforços por construção de hegemonias contrários a ela, são dinâmicos, contraditórios, seguem ritmos e sequências imprevisíveis, variáveis, e não necessariamente lineares, onde cabem o avanço, e o retrocesso, o paradoxo, o consenso e a negociação, a mudança e a permanência etc. Existe aí uma dialética do tempo – as pressões do “agronegócio” nem sempre existiram, possuem contexto específico de formação e nem sempre operaram da mesma forma – e do espaço, de forma que os processos que se operam dentro e fora das localidades rurais se influenciam mutuamente, ainda que de forma desigual e assimétrica.

Pela importância que a dimensão do trabalho possui nas experiências dos sujeitos de que se vem falando, torna-se pertinente sua identificação enquanto “trabalhadores”, pois independentemente do patrimônio material e meios de produção que possuam, seu próprio esforço físico e das pessoas que compõem o núcleo familiar residente em cada propriedade é algo de que dificilmente poderiam dispor, já que a implementação de mão de obra assalariada seria um custo a mais para uma atividade produtiva que tem se tornado cada vez mais cara para tais famílias. Mas denominá-los enquanto integrantes da “classe trabalhadora” já seria uma operação controversa pelos motivos já apontados por Paul Singer, ou seja, a multiplicidade de experiências dos trabalhadores brasileiros.

Além da referência constante ao trabalho como elemento de autoafirmação, uma outra categoria importante ao se tratar dos proprietários rurais de que se vem falando é a busca constante pela autonomia. Tanto nos apontamentos sobre o campesinato europeu feitos pelos interlocutores de Munir Felício, quanto nas considerações do próprio autor, está presente de forma significativa a concepção de “autonomia”, ainda que relativa, como sendo algo almejado, e em alguns casos alcançado, pelos agricultores familiares e

grupos de agricultores familiares. A relevância da autonomia dentre os valores e significados compartilhados pelos sujeitos analisados na presente pesquisa é bastante significativa e se aproxima das concepções que Munir Felício aponta, como se pode perceber na fala abaixo:

Sr. José: Foi, foi mais recente, tanque resfriador... Nós tirou leite foi na munheca mesmo, muitos ano, Aí, que nós comprou mesmo o tanque e a ordenha foi coisa de quatro ano pra cá mesmo, né.

Leonardo: Era o senhor e a família que tirava o leite?

Sr José: É, sempre foi, quase que a vida inteira. Eu tive argum funcionário, alguma pessoa que me ajudô, mais foi assim muito por acaso, sabe, coisa passageira, nunca tive gente diretamente comigo, não.

Leonardo: Muita gente está perdendo o interesse de trabalhar na roça, não é mesmo?

Sr. José: Pois é, tem muita gente que larga a terra e vai trabalhar pros outros... prefere ir *trabalhar pros outros* na cidade do que ficar por aqui.¹³⁹

A fala do entrevistado, quando associa a saída do campo e sujeição ao trabalho assalariado, revela que a questão da autonomia é de grande importância para estes proprietários rurais, de forma que o trabalho traduz-se em esforço da família e para a família, o que também não exclui as várias formas de esforço coletivo por parte das famílias de pequenos proprietários rurais. A busca pela autonomia revela-se das mais variadas formas, como, por exemplo, no esforço do senhor Antônio José da Silva, no sentido de buscar sempre plantar uma grande variedade de alimentos, ainda que obtendo a renda da família basicamente do leite:

Leonardo: Além de tirar leite, com o que mais o senhor mexe hoje em dia?

Sr. Antônio: Mexo com capinar, mexo com tudo, faço de tudo... Plantei um punhado de coisa também. Nós faz de tudo. Plantei cana, batata, inhame, de tudo quanto há...

Leonardo: O senhor também mexe com carro de boi né?

Sr. Antônio: Pois é, ainda mexo. Mexê com carro de boi eu aprendi com meus pai, desde uns deiz ano de idade eu mexo com carro de boi. Eu já amansei boi, sei guiar eles, já fiz carro de boi também, pego pra consertar se for preciso, faço as canga, as esteira, tudo quanto há.

Leonardo: O senhor tem um engenho de fazer rapadura também, não é?

Sr. Antonio: Tenho... Tem uns quatro ano que eu arrumei engenho de novo, porque eu sempre gostei de fazê rapadura. Aí nós vende rapadura, um muncado é pros vizinho, mais é pra vendê, pra fazer cumercio mesmo. E desde pequeno nós mexia com engenho, até ficou um tempo sem mexer, porque teve um que estragô... Mais nós sempre teve... sempre mexia...¹⁴⁰

A estratégia do senhor Vantuir no sentido de renovar o rebanho leiteiro com animais nascidos na propriedade do mesmo também pode ser entendida como um esforço com o objetivo de diminuir a dependência da compra de animais de outras

¹³⁹ Sr. José da Silva Marra. 66 anos. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 06/05/2013.

¹⁴⁰ Sr. Antônio José da Silva. 70 anos. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 11/05/2013.

propriedades, e também associa-se ao ideal de conquista da autonomia. Este é justamente um ponto no qual as perspectivas destes trabalhadores rurais contrapõem-se àquelas inerentes ao agronegócio, cuja ênfase recai na interdependência dos diferentes setores envolvidos na produção de um mesmo gênero – no caso específico do leite, seriam os produtores rurais, estabelecimentos de beneficiamento e distribuidores, por exemplo – bem como uma imposição verticalizada do modo como tal gênero alimentício será produzido. Assim, haveria a imposição de algumas condições em função do mercado externo, que por sua vez determinaria a criação de mecanismos como as leis sanitárias, resultando num conjunto de métodos e condições de produção considerados ideais e pretensamente legitimados pelo aparato técnico-científico. Não seguir tais determinações significaria, dentre outras coisas, a exclusão do produtor da “cadeia produtiva” do “agronegócio leite”.

Conforme foi dito antes, o fazendeiro autodefine-se em primeiro lugar por não trabalharem, ele e a mulher, para os outros. São bastante enfáticos ao afirmarem sua própria autonomia, que compreende a si próprio, a mulher e os filhos menores.

[...] Antes de mais nada, é inconcebível para o fazendeiro que as terras de cultura não mais suportem uma fragmentação progressiva, que sua fazenda não dê mais ocupação para toda a família. E o trabalho para outros, a-dia, é visto como desonra. Não maior que a do filho ficar desocupado dentro de casa, mas sempre desonra. Dificilmente os filhos casados dedicam-se a esse trabalho. São geralmente os solteiros e mesmo assim com objetivos definidos.¹⁴¹

Pelo exposto até aqui, já é possível traçar algumas características relativas à forma como os moradores das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús – sobretudo os pequenos proprietários rurais e membros de suas famílias residentes em suas terras – relacionam-se com a terra e com o trabalho nela realizado. Em primeiro lugar, a terra é o lar, espaço onde se fixaram desde longa data, parte do patrimônio material da família, e mesmo que, com o passar do tempo, alguns dos membros de um mesmo núcleo familiar deixem a terra, busca-se sempre mantê-la nas mãos de algum familiar, geralmente algum dos irmãos que ali cresceram. Em segundo lugar, a terra geralmente herdada, e em parte também comprada, é encarada como passível de receber melhorias constantes, que são orientadas tanto pelo objetivo de diminuir o esforço braçal necessário para manter a propriedade produzindo, quanto pelo de aumentar a rentabilidade da mesma. Intimamente ligada a esta questão, está o fato de

¹⁴¹ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 90.

que são estas mesmas pessoas que trabalham a terra, ainda que eventualmente possam pagar pelo trabalho de terceiros ou receber seu auxílio. As falas dos entrevistados estão marcadas pela referência ao quanto trabalharam e trabalham no campo, de forma que o trabalho é dimensão extremamente significativa do conjunto de valores e concepções destes sujeitos. A alteração da fonte de renda das famílias, gradativamente associada à pecuária de leite, da forma como tem ocorrido e diante das pressões externas que têm recebido, tem representado tanto uma intensificação da rotina de trabalho, um embate entre os saberes tradicionalmente recebidos e elaborados por estes trabalhadores e o saber técnico-científico, um encarecimento do custo das atividades produtivas, e, ainda, um desafio à busca pela autonomia, já apontada como valor significativo para os mesmos, na medida em que nem mesmo podem definir o preço do principal produto comercializado, no caso o leite.

Porém, a “autonomia” não deve, nesse caso, ser interpretada como mera aspiração a uma independência individualizante. Os moradores das localidades supracitadas estão habituados a sujeitarem-se a normas coletivas, a concepções de certo e errado, justo e injusto, que independente de terem ou não respaldo legal, fazem parte de seus valores, de sua cultura. A sua insatisfação dirige-se a uma imposição de normas, valores, saberes e práticas, por agentes que, se eles não consideram exatamente como “opponentes” lhes são estranhos e falam de um lugar afastado de suas experiências cotidianas.

2.2. Os saberes envolvidos na produção agrícola e pecuária

Em seu cotidiano, as famílias de pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário percebem e manipulam historicidades e durações de formas complexas e múltiplas, mas que expressaram características específicas no período em que ainda predominava a agricultura enquanto fonte de renda, que em grande medida alteraram-se com a fixação da pecuária de leite enquanto fonte de renda. A proposta aqui é fazer uma análise considerando as demarcações cronológicas em ordem crescente, ou seja, partindo da divisão das tarefas ao longo de um dia; em seguida pensando-se os diferentes significados para os dias da semana; a percepção da passagem dos meses; os períodos chuvosos e de estiagem; até alcançar a periodização da alteração da fonte de renda da agricultura para a pecuária. Colocar os elementos nessa ordem não

significa necessariamente uma hierarquização das temporalidades vivenciadas e construídas pelos sujeitos históricos, até porque, em muitos contextos existem a sobreposição e a confrontação dialética entre historicidades de maior e menor duração, entre marcos específicos do contexto local e outras definidas em âmbitos mais amplos, como a definição dos calendários de vacinação do gado e da declaração de Imposto Territorial Rural.

Costumes, religiosidade, valores e hábitos de entretenimento não fazem parte do principal enfoque deste capítulo, ou seja, a dinâmica da produção do leite e de gêneros agrícolas, uma vez que estes pontos serão aprofundados mais adiante. Mas nem por isso deve-se pensá-las como dimensões da vivência dos sujeitos históricos de que se tem falado aqui que não estabelecem relações com o processo produtivo em si. Uma Sexta-feira Santa dificilmente terá a mesma configuração de qualquer outra sexta-feira do calendário para as famílias da região e haverão especificidades que vão dos pratos preparados para as refeições até a forma dada à execução das tarefas ligadas à fonte de renda das mesmas.

A questão das relações entre o trabalho no campo e as diferentes historicidades também foi uma preocupação de Renata Silva em sua dissertação de mestrado. No caso do trabalho da autora, a mudança que ela percebe como mais nítida no cotidiano dos proprietários rurais de que trata seria um crescente direcionamento dos gêneros produzidos nas propriedades para o mercado, em detrimento da produção voltada para a subsistência. Um dos proprietários entrevistados pela autora afirma, dentre outras coisas, que “a vida ficou mais corrida”, “o tempo ficou curto”, e ao analisar a fala do entrevistado, Renata Silva afirma que:

Seu Rubens sabe que sua vida mudou e diz não conseguir explicar o porquê, mas ele próprio, de certa forma, arrisca uma interpretação dessa mudança: “*num sei se é porque aumentou mais o serviço pra gente, de primeiro a gente tinha prazo*”. O excesso de trabalho talvez seja, para ele, a causa dessa *falta de tempo* que aflige não só a ele mas à sociedade atual como um todo. O Seu Rubens produz milho para a comercialização e também exerce a pecuária de leiteira. Diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais como, por exemplo, o preço do adubo, da semente e também da baixa lucratividade obtida com a produção, acredito que o trabalho se torne mais estafante ainda, pois o produtor trabalha e não tem os retornos de seu esforço, só vê o tempo passando e a situação ir se agravando. Tendo que produzir para o mercado e não tendo o retorno esperado, esses produtores acabam precisando trabalhar

cada vez mais rápido. Logo eles não têm tempo para se dedicar a outras atividades como o passeio, tal como lembra Seu Rubens¹⁴².

Na fala da Sra. Cleide também existem elementos que apontam para um aumento da quantidade de tarefas realizadas na propriedade e do tempo gasto nas mesmas:

Sra Cleide: Foi... uns oito ano depois de casada, começou a tira leite duas vezes, depois que a gente mudou pra cá, ajudava, ajudo né, ainda continuo ajudano, deve ter uns treze ano, catorze que eu ajudo direto né... Antes da Letícia nasce eu já ajudava né

Leonardo: Tirar o leite e tratar do gado?

Sra Cleide: E com a lida da casa.

Leonardo: Em mês de trato de gado, mais ou menos que horas a senhora termina de manhã?

Sra Cleide: Hã, mei dia, mei dia né, Levanta umas quatro e meia e termina um meio dia

Leonardo: O que a senhora acha que não tem mais tempo pra fazer?

Sra Cleide: Horta, já não tem pra cuidar. E quase não tem tempo pra descansar, lazer não tem né

(na época de solteira) não tirava leite, mais ajudava a tratar, ajudava meu pai na lavoura. Ele plantava mais milho, feijão, arroz esse só pra dispesa... Eu que ajudava ele mais.¹⁴³

Para Carlos Brandão a questão das temporalidades está intimamente ligada à questão dos espaços, de forma que os sujeitos experimentam e constroem tempos-espacos:

Tempos-espacos existem em si mesmos, fora e além de nós. Existiram no Universo antes da Terra; existiram na Terra antes da vida; existiram na vida antes de nós. Se a espécie humana deixar de existir sobre este planeta errante, em algo entre um e dois milhões de anos é provável que sinal algum dos tempos de nossa passagem entre os espacos naturais da Terra reste como sinal de nossa presença, de nossa vivência deles e de nossas interações com eles. Inclusive as ações essenciais de labor e de trabalho com que ao longo dos milênios os transformamos.

No entanto, desde que existimos e nos constituímos como comunidades que agem interagindo e que interagem pensando, espacos existem em nós, para nós e entre nós. Não habitamos “espacos em si mesmos”, mas apenas tempos-espacos que se dão a nós: que percebemos, que tornamos uma realidade vivida e pensada, que transformamos, transformando-nos a nós próprios, para habitar e sobreviver como indivíduos, grupos humanos e a espécie humana (a dimensão do labor), e para socializarmos a natureza e a realizarmos para nós, como cultura (a dimensão do trabalho)¹⁴⁴.

Pensar a caracterização do dia de trabalho no que diz respeito à agricultura familiar envolve sua estreita associação com a separação dia/noite em termos astronômicos. O trabalho na lavoura é viabilizado pela claridade do dia, já que no caso

¹⁴² SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia- MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006. p. 73.

¹⁴³ Sra. Cleide de Fátima Rodrigues. Entrevista realizada na residência da mesma no dia 18/11/2012.

¹⁴⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*No rancho fundo*”: espacos e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 27.

das propriedades investigadas não se observa, por exemplo, o trabalho agrícola sob a luz de tratores, ou praticamente na ausência de claridade, que pode ser observada no cotidiano de boias-frias que lidam com determinadas lavouras. O nascer e o pôr do sol são os extremos que definem o início e o fim do dia de trabalho na lavoura, e, enquanto o rebanho das propriedades raramente ultrapassava duas dezenas de animais, o leite era rapidamente tirado, sem adiar muito o início dos trabalhos na lavoura. O trabalho na lavoura era interrompido no horário de almoço, refeição geralmente feita na própria plantação, e também para que fosse consumido o lanche da tarde. Muitas das vezes o proprietário da lavoura nem se dava ao trabalho de interromper o cultivo para apartar os bezerros de suas mães, tarefa não raro executada pela esposa e filhos do proprietário.

Conforme a pecuária de leite tornou-se central na geração de renda para as famílias e os rebanhos e quantidade de leite produzido aumentaram, o início do dia de trabalho foi antecipado, e começa ainda de madrugada, já que a iluminação de currais e barracões permite que o trabalho seja realizado com a ausência de luz solar. Além disso, o horário de passagem do caminhão de leite também acabava por produzir o efeito de levar as famílias a começarem a ordenha mais cedo, a fim de que fosse encerrada antes da passagem do leiteiro, com exceção daquelas propriedades em que o caminhão recolhia o leite muito antes do por do sol. Se por um lado os proprietários rurais continuam a praticar a agricultura, seja plantando gêneros de consumo humano ou aqueles que farão parte da silagem; o trabalho na lavoura só começa após a conclusão da ordenha, limpeza das instalações e trato do gado. Vizinhos eventualmente chamados para trabalhar na lavoura, atividade dificilmente realizável apenas pelos familiares de um mesmo núcleo residencial, também ficam impossibilitados de iniciar o trabalho na plantação logo no início do dia, pois eles também dirigem-se à propriedade onde estão sendo solicitados após realizarem as tarefas matutinas e diárias ligadas à pecuária de leite.

De um modo geral, para todos os membros da família o dia começa bem cedo, por volta das cinco horas da manhã, ou mais cedo que isso, em função da ordenha, ou no caso das crianças em idade escolar, devido ao fato de que os ônibus que levam até as escolas da cidade, diariamente, iniciam seu trajeto ainda de madrugada. Para os adultos e jovens que já não estudam, reunir o gado e tirar o leite são as primeiras tarefas do dia, e só depois disso outros trabalhos são realizados. Onde ainda existem hortas, estas são regadas após a ordenha, e o mesmo se dá com o trato de animais como porcos e galinhas, que no geral são criados para consumo interno nas fazendas. Na divisão das

tarefas entre os componentes do grupo familiar, o trabalho com hortaliças, porcos e galinhas é feito quase exclusivamente pelas mulheres com o auxílio dos filhos. Como já havia observado na fala da Sra. Cleide, o trabalho doméstico só é iniciado após a conclusão das tarefas junto ao rebanho, o que torna a jornada de trabalho feminina extenuante e dividida em duas dimensões básicas: o barracão de ordenha e a casa da propriedade.

O “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” aponta uma presença pouco significativa das esposas dos proprietários nas atividades ligadas à pecuária de leite, bem como nos cursos técnicos ministrados nas propriedades¹⁴⁵. Contudo, no caso das famílias que residem nas comunidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras, a participação das mulheres na ordenha e alimentação dos animais é uma característica comum à maioria das propriedades. Assim, a rotina diária destas mulheres divide-se entre o tempo dedicado à pecuária de leite e o tempo voltado para os afazeres domésticos, tornando a jornada diária de trabalho estendida, uma vez que acordam muito cedo, e estafante pela quantidade de tarefas realizadas. De um modo geral, a limpeza das instalações onde se realiza a ordenha, bem como de equipamentos como a ordenha mecânica e o tanque de armazenamento do leite, é feita pelas mulheres, consideradas inclusive mais aptas para este tipo de tarefa. A crescente participação das mulheres no processo produtivo ainda não se fez acompanhar por uma proporcional participação nos rendimentos financeiros da atividade, uma vez que a administração dos recursos ainda é uma função predominantemente masculina.

No que se refere aos significados atribuídos aos dias da semana, tanto na atividade agrícola quanto na pecuária de leite, os dias considerados tipicamente de trabalho vão de segunda a sábado, diferentemente do meio urbano onde muitos trabalhadores assalariados não trabalham aos sábados e domingos ou têm jornada reduzida nestes dias. Sendo a ordenha uma atividade diária, nem mesmo o domingo configura-se como dia exclusivamente dedicado ao repouso, sobretudo a partir dos anos em que a pecuária de leite passou a configurar como principal atividade das propriedades, ao menos do ponto de vista econômico. Em períodos de seca, além da ordenha das vacas, o trato com rações, silagem ou cana-de-açúcar é igualmente realizado em todos os dias da semana, e atividades menos frequentes, como vacinação e pulverização do gado bovino, podem também ser reservadas para o domingo. Os finais

¹⁴⁵ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 47.

de semana são também o momento de maior envolvimento de crianças e adolescentes, já que, por não irem para a escola nestes dias, ficam à disposição dos pais para auxiliar nas atividades da propriedade, ao passo que, durante os “dias úteis” sua participação acontece de forma mais efetiva no período da tarde.

Em relação às formas de conceber a passagem dos dias do mês merece destaque o fato de que a centralização da pecuária de leite enquanto fonte de renda levou à fixação do dia do mês em que a cooperativa paga aos cooperados. Por alguns anos, o pagamento era realizado no dia 10 de cada mês, e, caso o mesmo caísse em um final de semana, os produtores receberiam no dia útil subsequente ao dia 10. Atualmente, o pagamento do leite é feito no dia 15 de cada mês, e neste dia, os produtores rurais dirigem-se à cidade para receber, fazer compras, efetuar o pagamento de contas, de forma que, apesar de não serem assalariados, possuem um dia fixo para recebimento pelo leite, e precisam programar seus gastos e pagamento de contas em função desta data específica. O valor recebido pelo leite raramente é o valor bruto correspondente à quantidade de leite fornecido à cooperativa ao longo do mês, já que muitos gastos dos produtores, como compra de produtos na loja agropecuária da Coopatos e pagamento de parcelas de compra de equipamentos, são descontados no pagamento do leite, o que é afirmado como uma suposta facilidade para os produtores rurais.

A divisão do ano em quatro estações é algo de pouca repercussão na forma como os pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário relacionam-se com as diferentes historicidades, não tanto por desconhecerem os conceitos de outono, inverno, primavera e verão. Na verdade, estes conceitos permeiam seu cotidiano através de calendários geralmente ganhos nas lojas agropecuárias e também através dos meios de comunicação, sobretudo o rádio e a televisão, pelos quais também têm acesso a previsões climáticas. Uma divisão básica seria entre os meses de estiagem e o período das águas, o primeiro compreendido entre maio e outubro e o outro indo de novembro a abril do ano seguinte, igualmente significativa para a agricultura e para a pecuária de leite.

Na prática da agricultura, tanto a falta quanto o excesso de chuvas podem ser sinônimo de colheitas perdidas, ou no mínimo pouco produtivas. Como existem variações sobre o começo do período de chuvas, os produtores precisam ficar atentos aos sinais de mudança climática para decidirem-se sobre quando arar a terra e plantar as sementes. Se o plantio for realizado e as chuvas tardarem a iniciar-se, logo que germinarem, as novas plantas poderão secar ao sol, ou no mínimo amarelar-se e

enfraquecerem-se. No início do período chuvoso, as chuvas costumam ser esparsas, e este seria o período ideal para início dos trabalhos, pois quando as chuvas começam a concentrar-se e tornar-se mais frequentes, torna-se inviável trabalhar sob a chuva, e a transformação da terra em barro dificulta o trabalho com as ferramentas de uso manual, como enxadas, e com os equipamentos puxados por cavalos e bois.

Quando as plantas alcançam certo tamanho, sobretudo o milho, costuma-se até os dias de hoje aplicar na lavoura o fertilizante conhecido como “cobertura”, que fortalece e recupera o vigor dos gêneros cultivados. Contudo, se a cobertura, que é muito parecida com grãos de açúcar cristal, é colocada na lavoura em dias de muito sol, e não ocorrem precipitações após a aplicação do produto, este pode sublimar-se e o trabalho da aplicação da cobertura estará perdido. Se, por outro lado, após a aplicação ocorrem chuvas fortes, o fertilizante é arrastado pelas enxurradas, deixando da mesma forma de fazer efeito pretendido. Assim, o produtor precisa observar o tempo da planta, pois tal fertilizante não pode ser aplicado quanto ainda estão muito jovens; e também as alterações nas condições do clima para que a tarefa tenha os efeitos esperados.

Na pecuária de leite a questão da diferenciação entre períodos de chuva e seca é fundamental na medida em que, conforme avançam os meses sem chuvas, o gado fica cada vez mais desprovido de pastagens. As propriedades, devido à sua extensão, não possuem pastagens que possam ser reservadas a longo prazo, de forma que logo se faz necessário alimentar o gado com cana-de-açúcar, capim elefante triturado, ou silagem, sendo que esta última é a forma de alimentação empregada por mais meses. O gado “solteiro”, ou seja as vacas que desmamaram recentemente e as novilhas ainda não paridas, é transferido para pastos alugados e os animais que permanecem na fazenda receberão trato diário. Porém, como existe variação no início e término do período chuvoso, e como após as primeiras chuvas é necessário aguardar os pastos se recuperarem para depois introduzir o gado nos mesmos, nem sempre a silagem armazenada é suficiente. Quando isso ocorre, os produtores rurais precisam buscar alternativas, como comprar excedentes de silagem de grandes fazendas, comprar caroço de algodão, comprar cargas de cana-de-açúcar, caso alguém nas redondezas a tenha para vender, enfim, buscar alternativas de alimentação para o gado e esperar até que se iniciem logo as chuvas.

A sazonalidade da produção de leite já havia sido abordada pelo “Diagnóstico da Pecuária Leiteira”, que destaca que a maior produtividade no verão seria reflexo do papel fundamental das pastagens na produção. Os custos da produção seriam menores

no verão pois há mais pasto disponível nesse período, o que reduz o consumo tanto de alimento volumoso, como no caso de silagem e cana-de-açúcar moída, quanto de rações concentradas. A sazonalidade reflete-se também nos preços, mais baixos nos períodos de maior oferta de leite, e segundo o documento, em outros países a sazonalidade não afetaria de forma tão significativa os preços na medida em que os excedentes da produção são exportados. No Brasil teriam sido observados sistemas de cota e excesso, que os cooperados da Cooperativa Mista Agropecuária Ltda. de Patos de Minas chegaram a vivenciar, mas no diagnóstico aposta-se nos avanços tecnológicos e maior especialização dos produtores e rebanhos como fatores que contribuirão para a diminuição da sazonalidade, que contudo não desaparecerá. A comparação entre a pecuária de leite no Brasil e em outros países foi uma constante no texto do “Diagnóstico da Pecuária Leiteira”, de forma que as características da produção em países como os Estados Unidos da América são muitas das vezes tomadas como parâmetro¹⁴⁶.

Áureo Ribeiro já mencionava a idealização do produtor rural inerente a falas de engenheiros agrônomos, veterinários, economistas etc.:

O que os técnicos pretendem, segundo seu ponto de vista, é tornar os fazendeiros mais endinheirados e as fazendas mais produtivas. Para eles, algumas medidas racionalizadoras de alta eficácia e custo relativamente baixo em relação ao patrimônio total, tornariam maior a renda dos fazendeiros e melhores seus padrões de vida e consumo. A análise do técnico é urbana, e para ele correta.¹⁴⁷

É perfeitamente observável no discurso do técnico que seu “tipo ideal” de fazendeiro não é aquele com que lidam. Seu sonho é o proprietário revolucionário que incorpora ao diário da roça a técnica, a máquina, a pesquisa e a administração racional. As referências ao seu universo de trabalho não são marcadas pelo que ele é, mas pelo que poderia ser. Por isso as descrições das fazendas ganham conotações extremamente negativas do tipo “irracional”, “atrasado”, “ineficiente”, e outros termos semelhantes.¹⁴⁸

Como em quase tudo o que fazem as pessoas da região incluem significados e referenciais religiosos, em anos que o período sem chuvas se estende mais que o costumeiro, é comum que se façam reuniões para oração e colocação de flores ao pé de crucifixos. Existe um na estrada que corta a propriedade do Sr. Vantuir, ali colocado em função de um falecimento no local décadas atrás, e outro na comunidade de Lobeira, um

¹⁴⁶ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 31.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 155.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem. p. 156.

grande cruzeiro instalado à beira da estrada e próximo à antiga capela da localidade, frequentada também pelos moradores das outras localidades próximas, hoje transformada em residência. De modo geral, predominam as mulheres nestas ocasiões, que também são as organizadoras de novenas e cultos na região, de forma a dar continuidade a ritos religiosos na região, uma vez que a capela que antes recebia padres e onde eram realizadas missas não cumpre mais essa função.

Os períodos chuvosos trazem alívio em relação às incertezas sobre como os animais iriam alimentar-se, também significam uma relativa redução na jornada diária de trabalho, já que, depois de recuperados os pastos, já não é necessário persistir com o fornecimento diário de silagem ou capim triturado. Contudo, é o período de iniciar os trabalhos de preparação das lavouras que garantirão justamente a alimentação do gado no ano seguinte. Ainda assim, o período das águas não deixa de trazer novos desafios, sendo os principais deles as dificuldades de acesso até a região, visto que as estradas de chão ficam muito comprometidas pelos buracos e atoleiros causados pelas enxurradas; e as constantes quedas de energia durante as tempestades, o que inviabiliza o uso dos aparelhos de ordenha mecânica e dos tanques de resfriamento do leite. Quando o problema do fornecimento de energia elétrica demora a ser solucionado, pode ocorrer que o leite já ordenhado tenha de ser descartado, já que, dependendo do período ao longo do qual o mesmo fica sem armazenamento, pode azedar e perder as características exigidas pela cooperativa para que seja coletado. Os problemas relacionados às estradas degradadas pelas chuvas também dificultam a própria coleta do leite, já que os caminhões tanques podem ficar impossibilitados de trafegar na região, e também o fornecimento de rações e insumos agrícolas, cujo transporte é feito em caminhões de grande porte que também encontram dificuldades de acesso nos períodos mais chuvosos.

Uma peculiaridade no que se refere às concepções relativas à passagem do ano diz respeito à pouca relevância dos feriados oficiais sobre o cotidiano das famílias de pequenos proprietários rurais, visto que no máximo são ocasiões em que recebem a visita de familiares e amigos que moram nas cidades, mas não são datas em que repousam do trabalho. Costuma-se destinar ao repouso, ou pelo menos restringir-se à realização das atividades diárias, como ordenha e alimentação do gado, os chamados “dias-santos”, que nem sempre coincidem com os feriados oficiais seguidos a nível nacional. Mas as alterações na dinâmica produtiva também acarretaram em mudanças na relação das famílias com as práticas religiosas, costumes, práticas de lazer etc., tendo

em vista que a pecuária de leite colocou a necessidade da presença constante do proprietário e dos membros do núcleo familiar na propriedade o ano todo, porque, atualmente, no máximo conseguem ausentar-se no intervalo entre a ordenha feita de manhã e a ordenha realizada ao final do dia.

As famílias de pequenos proprietários também fazem referência a temporalidades mais prolongadas, recorrendo a expressões do tipo “nos meus tempos de solteiro (a)”, “quando eu só tirava leite uma vez”, “no tempo do meu sogro (a) vivo (a)”, “quando eu morava com meu pai e minha mãe”, “quando colocaram energia aqui”, “no nosso tempo de menino” etc. São referenciais que combinam aspectos do desenvolvimento biológico pessoal, mudanças no cotidiano de trabalho, mudanças relacionadas à composição do grupo familiar, sejam elas óbitos ou nascimentos; e não raro existe a diferenciação quanto a épocas consideradas melhores ou piores em relação aos resultados da atividade produtiva realizada na propriedade. Quando questionei ao Sr. Vantuir se ele recordava-se de algum ano em que a venda do leite tenha sido particularmente satisfatória, ele assim se pronunciou: “igual 2008 foi bem melhor a ração tava barata e o preço do leite bem melhor... as despesa que aumentou pra produzi, o preço até é bão”¹⁴⁹. Na fala do Sr. Vantuir percebe-se que a grande queixa não recai exatamente sobre o preço do leite, que raramente chega a R\$ 0,80 por litro de leite fornecido à cooperativa, mas sim sobre o custo da produção que teria aumentado nos anos posteriores a 2008. O curioso é que a venda do leite e a compra de remédios, rações, sementes, vacinas, enfim, que quase todos os recursos necessários à produção, são feitos na própria cooperativa, que define tanto os preços dos produtos vendidos ao produtor rural, quanto do leite comprado do mesmo. O valor dos produtos e equipamentos adquiridos na loja agropecuária da Coopatos, bem como em alguns outros estabelecimentos da cidade de Patos de Minas que possuem convenio com a cooperativa, como no caso de alguns supermercados, é descontado na folha de pagamento do leite, de forma que muitas das vezes o produtor dirige-se à cidade no dia do pagamento para averiguar quanto ainda tem a receber depois de muitos gastos.

O impacto do preço da ração sobre a produção leiteira também foi abordado pelo Diagnóstico da Pecuária Leiteira, sendo que no documento se afirma que, em períodos em que o preço pago pelo leite ao produtor esteve em queda, aumentar a produtividade por meio do aumento do fornecimento de ração leiteira ao gado seria uma estratégia

¹⁴⁹ Sr. Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 17/11/2012.

recorrente. Também é mencionado o comportamento sazonal da variação do preço do leite pago ao produtor em função de dois fatores principais: uma maior oferta de leite no período das águas e a sazonalidade do custo da produção nos sistemas à base de pasto¹⁵⁰.

Discutir a questão dos saberes envolvidos na atividade agrícola envolve elementos que ultrapassam os limites da sequência preparo da terra, plantio, manutenção da lavoura e colheita, ou seja, trata-se de uma discussão que ultrapassa o âmbito das técnicas produtivas.

Um primeiro ponto para o qual chamo a atenção é o das características dos locais onde se pratica a agricultura nas regiões de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús. Os terrenos são predominantemente acidentados, existem porções de mata virgem e vegetação nativa em várias propriedades, e em muitas áreas não há fontes de água próximas, sendo que algumas destas características são observáveis na figura abaixo:

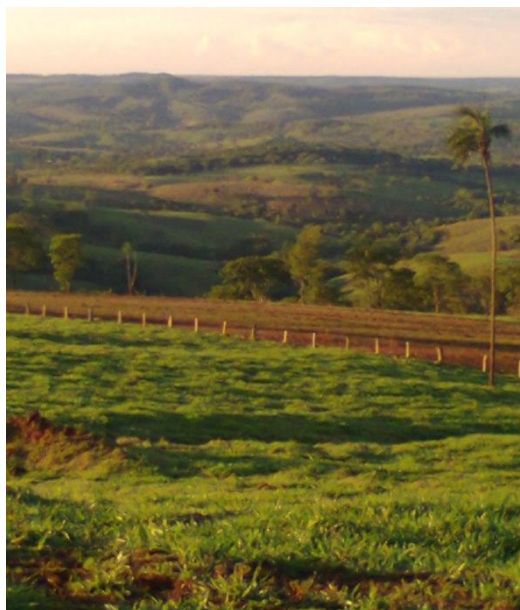


Figura 10 – Imagem contendo partes das localidades de Capoeirão dos Badus e de Três Barras. Acervo do autor. Fotografia em formato digital, de maio de 2013

A fotografia em questão foi tirada a partir de uma das propriedades localizada em Capoeirão dos Badus, mas ao fundo da imagem estão terras que fazem parte da localidade de Três Barras; as propriedades que formam Lobeira, caso tivessem sido captadas na foto, estariam no lado esquerdo da imagem. Assim, logo de início percebe-

¹⁵⁰ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 26-27.

se que, da maioria das propriedades, é possível visualizar porções das três localidades rurais; elas predominam na paisagem que os moradores têm ao alcance da vista, a olho nu, quando olham para o horizonte, mesmo alternando a direção do olhar. As sedes dos municípios de Presidente Olegário e Patos de Minas estão fora do alcance da visão dos moradores em praticamente toda a extensão das três localidades; da mesma forma não é possível ver a rodovia asfaltada que liga uma cidade à outra.

Interessa aqui o fato de que um primeiro saber que os proprietários precisaram dominar e desenvolver, tanto pela transmissão através das gerações, quanto através da vivência cotidiana, diz respeito às características dos terrenos e dos solos onde plantariam os gêneros a serem comercializados. Reservar as regiões mais íngremes para pastagem era tanto uma forma de evitar as dificuldades para aragem e plantio nestes locais bem como a degradação do solo pelas enxurradas. Dentro de uma mesma propriedade pode ser observada a variação dos tipos de solo presentes, nem tanto pela extensão das mesmas, que raramente ultrapassam 65 hectares, mas pelo fato de que apresentam partes mais ou menos elevadas, sendo que os solos nas partes mais altas costumam ser mais avermelhados, em alguns casos entremeados de cascalho, e nas partes mais baixas, próximas a córregos e nascentes, costumam ser mais escuros e arenosos. Diferentes solos implicavam numa maior ou menor produtividade de cada tipo de vegetal cultivado, o que influencia na decisão sobre o que e onde plantar.

O uso de tratores na aragem do solo e plantio tem se tornado cada vez mais frequente entre os pequenos proprietários rurais aqui considerados, porém nenhum deles teve, até o momento, recursos suficientes para adquirir um trator, de forma que contratam este serviço em períodos de aragem, plantio e colheita, pagando por hora trabalhada pelo tratorista. Mas esta prática é relativamente recente, de forma que nos anos em que a agricultura constituiu a principal fonte de renda das famílias predominou o uso da tração animal, seja de bois ou cavalos, no preparo do solo; sendo que o plantio era feito por sementeira manual ou com as chamadas “matracas”, manuseadas por um indivíduo, de forma a abrir uma cova no solo arado e deixar cair-lhe alguns grãos. Assim, fazia-se necessário o conhecimento do manuseio deste equipamento, da condução dos bois e cavalos, nos arados e carpideiras; valendo lembrar que guiar os bois não era uma prática igualmente dominada por todos, mais restrito ainda era o conhecimento de como treinar estes animais até tornarem-se aptos ao trabalho, de como fazer manutenções nos carros de bois, de como confeccioná-los etc. O que vale destacar aqui é que existia uma relativa autossuficiência das famílias em relação a estas técnicas,

pois um detentor de cada uma delas poderia ser encontrado em alguma das três localidades rurais, ou mesmo nas proximidades, sem a necessidade de buscar o meio urbano para tal. Algum vizinho sabia castrar bois, cavalos e porcos; alguém adestrava bois de carga; havia também quem “amansasse” cavalos, éguas e potrinhos; mais raros eram aqueles que confeccionavam carros de boi e acessórios usados com os bois de carga. Também é importante destacar que os serviços destes “especialistas” nem sempre eram pagos monetariamente; a negociação poderia envolver a troca do serviço por algum produto, os bois de carga, que não existiam em todas as propriedades, poderiam ser emprestados, e quem fosse utilizá-los comprometia-se a alimentá-los com seus próprios recursos.

Um exemplo disso é a fala do Sr. Antônio José, anteriormente reproduzida na página 67, que, além de plantar e criar gado leiteiro, também possui um engenho para preparo de rapaduras; faz reformas em carros de boi, além de confeccionar muitos dos instrumentos e acessórios relacionados com bois de carga; e também já trabalhou com a confecção de móveis.

A análise dos instrumentos empregados no cotidiano rural recebeu atenção crucial em escritos de Marc Bloch, de forma que em determinado artigo o autor iniciava a discussão apontando a impossibilidade de que duas técnicas diferentes de debulha do trigo fossem empregadas simultaneamente no cotidiano rural como havia sido apresentado em uma determinada pintura. Em seguida o autor chama a atenção para a importância de se tratar dos instrumentos de trabalho no estudo de populações rurais:

Assim, desde esse século XVI, tão atento a todas as realidades humanas, interessávamo-nos pelas diversas formas dos utensílios rurais. Conhecíamos suas variedades. É a mesma tarefa à qual convidamos hoje os observadores. Tarefa duplamente urgente, na verdade. Primeiramente – e nem há necessidade de insistir nesse ponto – porque na base dos gêneros de vida característicos de nossos campos, as preocupações e os hábitos técnicos sempre ocuparam um lugar preponderante; porque numa palavra, estudando o camponês, tanto no presente quanto no passado, não se pode esquecer – ainda que às vezes o tenhamos feito – que ele é antes de tudo um cultivador. Entretanto há mais. Se quisermos conhecer os instrumentos dos quais, durante séculos, serviu-se o homem trabalhando incansavelmente na terra, se queremos conhecê-los de verdade, não como peças de museu, para sempre dissociados da mão humana que lhes transmitiu seu calor, mas fazendo-nos ao contrário de seu uso e de sua razão de viver a mais exata e viva imagem, importa não perder tempo.¹⁵¹

O Sr. Antônio faz questão de destacar a variedade de saberes que ele detém, a variedade de tarefas que sabe realizar, e também menciona a aquisição destes

¹⁵¹ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 107.

conhecimentos junto a membros da própria família. Mas também é perceptível um certo tom de pesar quando o mesmo fala de atividades que não mais executa, ao menos não com a mesma frequência, como na fabricação de móveis, quando ele afirma que tal atividade “agora num ta resorveno”. Esta afirmação está relacionada ao fato de que, da confecção e comercialização de móveis, o entrevistado já não consegue obter ganhos que considerasse satisfatórios e, além disso, existe o fato de que as condições de saúde e faixa etária dificultam o manuseio das máquinas e trabalho com a madeira. Nenhum dos filhos do Sr. Antônio se interessou pelo trabalho com os móveis, de forma que esta seria uma tarefa a ser realizada praticamente sem auxílio. Percebe-se que o Sr. Antônio José diferencia-se do ideal de produtor rural veiculado em textos de teor técnico, ou em periódicos como o Informativo Coopatos, publicado pela Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda.; sobre os quais serão feitas algumas considerações mais adiante, mas que de um modo geral endossam um perfil de produtor amparado no saber técnico-científico, especializado, orientando-se pela busca da lucratividade etc.

Na presente discussão interessam-nos os saberes envolvidos na produção agrícola dos pequenos proprietários rurais, e, conseqüentemente, isto envolve o manuseio e manutenção, em alguns casos fabricação, de diferentes utensílios. E vale salientar também que a relação dos trabalhadores com os utensílios empregados na agricultura não é a mesma relação estabelecida com os utensílios usados na pecuária de leite. As diferenças tornam-se ainda mais drásticas se levarmos em conta a crescente pressão exercida pelos laticínios e pela fala supostamente autorizada de técnicos, veterinários e engenheiros agrônomos no sentido de priorizar a mecanização do processo produtivo. Um exemplo dessas diferenças está na forma como os utensílios são adquiridos, sendo que no caso das ferramentas empregadas na agricultura em pequena escala havia, e de certa forma ainda persiste, uma variedade de estabelecimentos de diferentes dimensões que comercializam machados, enxadas, matracas, enxadões, foices, arados puxados a cavalo etc.; além do fato de que estes materiais podem ser encontrados também na loja agropecuária da Coopatos, mas sem que ela seja a única opção. Já no caso das ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento do leite, são quase exclusivamente vendidos, ou revendidos, pela Coopatos, de forma que o valor dos mesmos costuma ser debitado, em parcelas, no pagamento do leite.

O conhecimento relacionado ao manuseio de enxadas, matracas, machados, enxadões é apreendido basicamente no contato cotidiano entre familiares e vizinhos,

transmitido, muitas das vezes, de pai para filho. Já o conhecimento necessário ao trabalho com ordenhadeiras e tanques de resfriamento de leite, por exemplo, costuma ser adquirido por meio de orientação técnica e de cursos ministrados nas próprias localidades rurais.

A minúcia e variedade de informações e conhecimentos mobilizados no ato de plantar são enormes, incluindo, além dos fatores mencionados acima, o espaçamento entre as covas para cada planta, a quantidade de sementes em cada cova, o espaçamento entre as fileiras de pés de milho, por exemplo, se há a possibilidade de cultivo de dois gêneros diferentes no mesmo terreno etc. Além do plantio, existem vários outros cuidados com a lavoura, que incluem a eliminação de outras plantas que competem com aquelas cultivadas pelo agricultor, absorvendo parte dos nutrientes do solo, e no caso de plantas de pequeno porte, como o feijão, obstruindo a absorção da luz solar. A prática da “capina” das roças ainda é muito comum na região, e, além de saber capinar, o agricultor precisará saber também como confeccionar e cuidar das ferramentas de que faz uso, sobretudo as enxadadas, o que envolve desde a escolha da madeira mais adequada para o cabo da ferramenta até as formas de manter-lhes o corte afiado.

O conhecimento das condições climáticas, de suas variações, e das características típicas de cada época são também questões essenciais para a prática da agricultura, e que, no caso dos sujeitos analisados aqui, esteve predominantemente mais ligado a conhecimentos transmitidos e construídos cotidianamente do que a consultas a previsões meteorológicas. Carlos Rodrigues Brandão, em suas considerações sobre moradores da região da Serra da Mantiqueira, na comunidade de Pretos de Baixo, município de Joanópolis, em São Paulo, também tomou como foco agricultores familiares e observou a complexidade dos elementos do conhecimento sobre o clima e suas mudanças:

Colhido o milho seco, o feijão das águas e o da seca; colhidos outros produtos de iguais períodos e menores importâncias, depois da breve vacância entre as festas juninas e os frios de julho, com os primeiros dias mais quentes de agosto, começos de setembro, o tempo seco sugere os prenúncios das chuvas [...] Os olhos veem nos céus, acima das montanhas, as primeiras nuvens “carregadas” e, mesmo antes delas, as árvores que perderam as folhas nas flores, campos e pomares recuperam depressa o seu verde.

[...]

Com a passagem do frio ao calor e do seco à água, inúmeros sinais entre os bichos e as plantas assinalam mudanças e regularidades esperadas todos os anos.¹⁵²

¹⁵² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*No rancho fundo*”: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 70.

Parece haver grandes semelhanças entre as características climáticas da região analisada por Carlos Brandão e as três localidades rurais sobre as quais venho tratando, mas vale lembrar que, no geral, neste segundo caso, o período sem chuvas é um pouco mais longo, sendo que o mês de outubro pode transcorrer com apenas algumas chuvas isoladas, e, em alguns anos, esse quadro se repete no início do mês de novembro. Quanto à relevância da percepção destes sinais para a programação dos trabalhos ligados à agricultura, o autor afirma o seguinte:

É preciso ler na soma e na lógica de todos e de cada um dos sinais da natureza os presságios dos dias e meses seguintes. Pois a cada vez há sempre um risco em se plantar logo após as primeiras chuvas, ou esperar que elas “firmem”, para que não se perca uma sementeira de milho, de feijão ou de arroz. Enquanto uma dependência bastante grande da variação do clima persiste nas atividades da agricultura e da pecuária, a decifração dos inúmeros sinais do ambiente a cada período do ano continua a ser uma chave quase única nas estratégias de orientação familiar do trabalho, principalmente na agricultura de conhecimento de lavouras temporárias.¹⁵³

Escolha do terreno, escolha do vegetal a ser cultivado, e da variedade do mesmo, preparo do solo, plantio, manutenção da plantação, colheita..., em qualquer uma destas etapas são muitos os saberes envolvidos, por exemplo, conforme já dito, o próprio conhecimento do ambiente em que se vive. No caso do milho, a colheita recebe o nome de “quebrar milho” no vocabulário dos pequenos proprietários rurais, que consiste em recolher a espiga da planta e deitar ao chão o pé de milho, trabalho feito manualmente no caso dos pequenos proprietários de que venho tratando, tanto pela ausência de colheitadeiras nas propriedades quanto pela inviabilidade do uso das mesmas nos terrenos irregulares.

O feijão depois de arrancado precisa ser “batido”, ou seja, separado da vagem, tarefa realizada com o instrumento que os agricultores chamam de “pilungo”, hoje raramente encontrado nas propriedades, já que o feijão só é plantado para consumo próprio e nem todos os proprietários continuam plantando-o. Mas em épocas em que o feijão era um dos produtos comercializados, o instrumento estava presente nos paióis e varandas e o uso do mesmo exige prática e habilidade. Basicamente, trata-se de um cabo de madeira, com cerca de um metro e meio de comprimento e cinco centímetros de diâmetro, com uma faixa de couro de cerca de quinze centímetros de comprimento na ponta, e na outra extremidade da mesma uma haste de ferro com comprimento similar

¹⁵³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“No rancho fundo”*: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 70.

ao do cabo de madeira. O cabo de madeira é segurado e movimentado de forma a fazer a haste de metal girar sobre a cabeça de quem manuseia o instrumento e fazer um movimento de descida em direção aos montes de pés de feijão amontoados no solo forrado, que receberão as fortes pancadas do metal que farão as vagens abrirem-se. Após a sequência de golpes o feijão é separado manualmente da palha, ficando misturado ainda às partículas menores de folhas e vagens, que serão separados do feijão no que os moradores locais chamam de “soprar o feijão”, tarefa que, para ser realizada necessita de auxílio do vento e da observação da direção do mesmo.

Mais uma vez nota-se a íntima relação entre os aspectos naturais da região onde vivem os pequenos proprietários rurais, o conhecimento que detêm sobre os mesmos e a prática da agricultura, relação esta que esteve mais marcante quando a atividade em questão era a fonte de renda para as famílias. Ainda assim, esse conhecimento não pode ser pensado como dotado de infalibilidade, pois nem sempre foi possível prever com exatidão quando ocorreriam as chuvas e de que forma se distribuiriam, de modo que lavouras recebessem uma exposição exagerada de sol enquanto as plantas estivessem muito novas poderiam precisar ser replantadas. O excesso de chuvas na fase final de desenvolvimento do feijão poderia inviabilizar a colheita e fazer com que os grãos germinassem ainda na vagem, acarretando perda de grande parte do que foi plantado. Ao entrevistar o Sr. Vantuir o mesmo afirmou que produziu gêneros agrícolas sobretudo enquanto ainda era solteiro, quando viviam na sede da propriedade da família sua mãe, Maria das Dores, e o irmão mais novo Antônio Francisco. Segundo ele, o trabalho e a renda da venda das colheitas eram compartilhados, sobretudo como o irmão e os produtos cultivados eram principalmente milho e feijão:

Leonardo: Tem, mais ou menos quanto tempo que o senhor começou a tirar leite?

Sr. Vantuir: tem uns 26 anos.

Leonardo: Antes o Sr plantava principalmente milho e feijão?

Sr. Vantuir: É milho e feijão.

Leonardo: E a venda do milho, o Sr tinha que levar o milho e o feijão para vender na cidade ou geralmente vendia para algum vizinho?

Sr. Vantuir: O milho, vendia aqui, porque debulhava né, ficava aqui, agora, o feijão, às vezes levava ou vendia aqui.¹⁵⁴

Quando o Sr. Vantuir afirma que o “o milho vendia aqui”, referia-se ao fato de que em alguns casos o milho era vendido na própria região, para algum outro morador local que depois o revenderia na cidade. Tanto no caso do milho quanto do feijão parte

¹⁵⁴ Sr. Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 17/11/2012.

do que era colhido era mantido na propriedade para consumo interno, sobretudo humano, no caso do feijão, e animal no caso do milho. Logo após casar-se o Sr. Antônio Francisco deixou a propriedade da mãe, por mais que já possuísse uma porção das terras recebida como herança paterna, e o Sr. Vantuir foi o único dos cinco irmãos a permanecer nas terras. Ao casar-se com a Sra. Cleide construiu para si uma casa de dois cômodos e um banheiro em sua porção da herança paterna, desprovida de energia elétrica, onde residiu por sete anos, até o falecimento de Maria das Dores, sua mãe. Então, o Sr. Vantuir, a esposa e os filhos transferiram-se para a sede onde ele e os irmãos haviam sido criados, e, aos poucos, comprou dos irmãos as terras que receberam como herança materna.

Por mais antigas que fossem as práticas utilizadas na agricultura familiar, não se pode pensar a questão dos saberes concebendo-os de forma estática, menosprezando assim seu dinamismo e constante readaptação diante das incertezas e elementos imprevisíveis. Não se tratava, portanto, da mera reprodução de técnicas cuja origem perde-se de vista, mas sim da sua utilização combinada à incorporação de novos saberes advindos tanto do contato com outros grupos e meios sociais, como no caso das orientações recebidas de agrônomos, quanto da experimentação cotidiana que eventualmente dava as pistas do que funcionaria ou poderia ser melhorado. A variedade de feijão predominante na região sempre foi o chamado “feijão carioca”, mas o Sr. Antônio José da Silva, pai da Sra. Cleide, por exemplo, sempre buscava variar o tipo de feijão plantado, a fim de testar sua produtividade, adaptabilidade à região, e mesmo se o produto agradaria ao ser incorporado na alimentação cotidiana. Carlos Brandão parece defender uma perspectiva diversa, na medida em que percebe nas “comunidades tradicionais” uma quase ausência de transformações e nas sociedades ditas modernas um dinamismo vertiginoso:

Vistas de cima e de passagem, às vezes parece que as comunidades rurais tradicionais são enfocadas a partir do espaço e da cultura, ao passo que as frentes pioneiras ou de expansão, as áreas de conflito agrário, os acampamentos e assentamentos da reforma agrária são estudadas a partir do tempo e da História. Teremos então, de um lado, um excesso de cultura (espaço) sem História e, do outro, um excesso de História (tempo) sem cultura. Há muitos espaços sem tempos de um lado e muitos tempos sem espaços do outro. E é difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões, que tanto na natureza quanto nas sociedades humanas não existem nunca em separado.

Com a atenção talvez centrada demais naquilo que se transforma e moderniza no mundo rural da atualidade global e brasileira, Milton Santos quase descreve o campo através do que nestes últimos anos ele deixou de ser, para ser aquilo em que vertiginosamente e, não raro, de maneira lastimável, ele se transforma.

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Esta racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho, altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção.¹⁵⁵

As concepções de Carlos Brandão atestam o peso da Antropologia em sua formação – o autor graduou-se em Psicologia, fez mestrado em Antropologia e doutorado em Ciências Sociais – e além disso as referências a autores como Peter Berger, Antônio Candido, Philippe Descola, Edward Evans Evans-Pritchard, Malinowski e Geertz são constantes. Mas, para além disso, nota-se a ênfase que o autor reserva às permanências, praticamente lamentando o desaparecimento do que considera “tradicional”, em detrimento da mudança e a identificação entre as mesmas e a cultura. Levada ao extremo, esta posição poderia levar à ideia de que cultura é exatamente o que não muda, concepção que não é exclusiva de antropólogos, estando presente também entre historiadores. No campo da historiografia seria praticamente inconcebível a ideia de contextos com “mais” ou menos “História”, visto que atualmente se concebe que qualquer atividade humana é passível de tornar-se objeto da História. Também vale lembrar que nas sociedades que nos são mais familiares, incluindo a própria sociedade brasileira, mesmo entre as pessoas que não estabeleceram contatos com o conhecimento histórico academicamente produzido, possuem suas próprias percepções de temporalidade, passado e presente, antigo e novo, cronologia etc. Além das concepções de tempo e narrativas que chegam aos sujeitos por meio dos atores sociais do seu entorno, não podemos nos esquecer da intervenção de meios de comunicação, instituições privadas e poderes públicos na formação de referenciais históricos.

Marc Bloch também critica as perspectivas que apontam contextos que estariam supostamente à parte do movimento da História, postura muito comum quando se trata do espaço rural:

Pois tudo muda muito rápido à nossa volta, nas nossas aldeias e nos campos. Na verdade, a mudança não é em si uma coisa nova. Eu não conheço mito mais falso nem mais insuportável que a pretensa imobilidade da vida rural. O francês do começo do século XVIII não cultivava nem as mesmas plantas, nem com os mesmos meios, nem segundo o mesmo ritmo de rotação que seu ancestral em épocas romanas. Mas no decorrer das últimas décadas, o desenrolar do filme acelerou-se prodigiosamente.¹⁵⁶

¹⁵⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“No rancho fundo”*: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 34.

¹⁵⁶ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 107-108.

O trabalho de Carlos Brandão tem sua relevância na presente discussão pois, por mais que os sujeitos considerados na obra não compartilhem do mesmo recorte temporal e espacial daqueles que vivem no município de Presidente Olegário; possuem em comum o fato de serem predominantemente pequenos proprietários rurais e dedicarem-se a atividades muito semelhantes. A obra traz também aquilo que de um modo geral a Antropologia tem oferecido como contribuição para a História: a ampliação do campo dos objetos de estudos e problemáticas, bem como uma percepção mais aguçada de valores, significados, símbolos e concepções dos sujeitos tomados como objeto de pesquisa, ainda que haja a supervalorização das permanências.

Sidney Chalhoub já alertava para o fato de que, por mais que a aproximação da historiografia com a Antropologia fosse enriquecedora, esbarrava nas dificuldades de considerar o movimento da História ao se pensar o campo da cultura pois em muitas das metodologias empregadas em Antropologia, que também repercutiram na história, careciam do “*movimento da História*, a preocupação com uma teoria explicativa das mudanças históricas”¹⁵⁷

Uma das preocupações de Sidney Chalhoub, na introdução de “Visões da Liberdade” era encontrar uma conceituação que abarcasse e explicasse as mudanças históricas. Assim, o autor considera que “processo histórico”, por exemplo, é uma expressão que possibilita recuperar justamente a indeterminação e imprevisibilidade vivenciadas pelos sujeitos, ao invés de operar “como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais”.¹⁵⁸ Mais adiante, ainda na introdução de “Visões da Liberdade”, Chalhoub mostra que Edward Thompson tinha preocupações semelhantes relativas à aproximação entre a História e Antropologia:

Trata-se da análise das possibilidades de diálogo entre a História social e a Antropologia social, uma disciplina que possui sólida tradição de reflexão sobre o conceito de cultura. E. P. Thompson explorou o tema já há mais de dez anos, e sugeriu na ocasião algumas condições para que o intercâmbio fosse efetivamente proveitoso para os historiadores.

É evidente, de início, que sendo a História a disciplina da contextualização e da interpretação das transformações sociais, os historiadores sejam cautelosos em relação a conceitos ou categorias de análise que possuam supostamente uma validade transcultural – isto é, que impliquem a construção de modelos e que postulem a recorrência provável ou necessária, em sociedades distintas no tempo e / ou no espaço, de funções ou significados sociais historicamente específicos.

¹⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 18. (grifo do autor).

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*. p. 19.

[...]

De qualquer forma, para Thompson o que o historiador podia buscar na Antropologia era fundamentalmente o alargamento de seus horizontes de reflexão.¹⁵⁹

Voltando às considerações de Carlos Brandão, ao invés de falar em contextos que careceriam de História, acredito que devemos considerar as diferenças nos ritmos das transformações, as diferentes temporalidades vivenciadas e construídas pelos sujeitos históricos. O próprio autor reconhece que mesmo nos espaços e tempos em que se observa a incursão drástica dos valores associados ao agronegócio haveriam resistências e continuidade de práticas e concepções “tradicionais”:

Devemos, no entanto, desconfiar desta expansão sem limites e não questionável ou fracamente questionadas da lógica do capital flexível conduzido sobretudo pelas unidades de expansão do agronegócio em suas diferentes fases e faces. Em primeiro lugar porque há frente a ela, por toda a parte, uma resistência ativa de grupos e comunidades expropriados por ela.¹⁶⁰

A disseminação do conceito de agronegócio deve ser entendida, segundo Sérgio Sauer, como parte da imposição de um modelo específico de modernização por uma minoria capitalizada sobre a maioria da população rural, e teria desdobramentos tanto econômicos quanto ideológicos. Sauer aponta as considerações de Alentejano a esse respeito:

[...] esta imposição ideológica da modernização passa pelo conhecimento do agricultor no que diz respeito à superioridade das formas de produzir frente às tradicionais, dominadas pelo campesinato, e seu impacto é expressivo, pois, além de reforçar a expropriação econômica, representa uma forma de expressão do saber pois torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e processos produtivos¹⁶¹

Criar gado bovino e produzir leite não são novidades no cotidiano das famílias de Lobeira, Três Barras e Capoirão dos Badús, mas a forma como estas atividades são realizadas tem se alterado significativamente na medida em que a pecuária de leite tornou-se a principal fonte de renda na três localidades. Até meados dos anos 1990, para a maioria das famílias, o leite produzido era voltado para consumo interno e fonte de renda complementar à venda de produtos agrícolas. Os rebanhos eram pequenos, o volume produzido diariamente quase sempre era inferior a 100 litros de leite, os gastos com ração e com adaptações nas instalações voltadas para a lida com o rebanho eram pouco expressivos.

¹⁵⁹ Idem, Ibidem. p. 22-23.

¹⁶⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*No rancho fundo*”: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009, p. 36.

¹⁶¹ ALENTEJANO, P.R.R, Apud SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 18 – 19.

As pastagens eram predominantemente nativas, formadas principalmente por grama, e não haviam muitas divisões em piquetes, o que tornava a simples tarefa de reunir o gado bovino algo difícil e demorado. As vacas eram ordenhadas uma vez ao dia, no caso pela manhã, e permaneciam ao longo do dia com seus bezerros que eram apartados ao final da tarde, para que na passagem da noite pudesse ser acumulado mais leite nos úberes das rezes. A ordenha acontecia logo de manhã, e o leite armazenado em latões de 20, 30 ou 50 litros era transportado até a cooperativa em caminhões de carroceria, que em algumas ocasiões transportavam também pessoas que quisessem ir até a cidade, já que na maioria das propriedades não havia automóveis e nunca houvera linhas de ônibus para transporte de passageiros na região.

Diante da fragilidade da grama nativa em relação aos períodos de estiagem os proprietários da região passaram a fazer o que chamam de “formar os pastos”, o que também era uma forma de atender às necessidades alimentícias dos rebanhos agora cada vez maiores. Para tal, o primeiro passo era limpar as pastagens, retirar-lhes os arbustos e árvores de pequeno porte que poderiam obstruir o trabalho com os arados de bois. Na maioria das propriedades esta tarefa foi feita manualmente, com o emprego de ferramentas como foices, enxadões e machados, sendo que em muitos casos os arbustos eram arrancados para evitar que brotassem. Logo após a limpeza da área, o solo era arado e as sementes das novas variedades de pastagem eram semeadas, muitas das vezes utilizou-se brachiaria. Em muitos casos, além das sementes de pastagem era plantado milho, que se desenvolvia, e, após colhidas as espigas, seu caule e folhas serviam de adubo para a pastagem ainda em desenvolvimento. Um cuidado sempre observado entre os produtores era o de só liberar as pastagens recém formadas aos animais quando as plantas já tivessem alcançado certa maturidade e coberto praticamente todo o solo, pois se os animais pastassem quando as plantas ainda estivessem muito jovens estas seriam arrancadas, já que as raízes não seriam ainda suficientemente firmes.

A pecuária de leite envolve conhecimentos ligados ao cuidado com as pastagens; alimentação complementar do gado; cuidados com a saúde animal; manejo do rebanho, construção e reparos em cercas; currais e barracões; ordenha, armazenamento e transporte do leite; fornecimento de água para o rebanho; que se alteraram ao longo do processo de centralização da pecuária de leite enquanto fonte de renda para os pequenos proprietários das localidades rurais de que venho tratando. As alterações nos saberes ligados à pecuária de leite foram marcadas pela decisiva intervenção de sujeitos e grupos sociais externos, sobretudo médicos veterinários, agrônomos, instituições

privadas e governamentais, e órgãos envolvidos na fiscalização e criação de leis sanitárias. Como veremos a seguir, apesar da intensidade da investida contra os saberes tradicionalmente empregados na produção, a favor do conhecimento técnico e científico, pretensamente legítimo e o único eficaz, muitas práticas continuaram a existir e os saberes colocados na prática cotidiana são na verdade o resultado da confrontação dialética entre conhecimento técnico e conhecimentos que os produtores já detinham.

Antes, porém, vale descrever algumas das mudanças mais significativas na forma como o leite era produzido e nas formas de lida com os animais do rebanho. Uma prática que se difundiu pela região, mesmo quando o volume de leite produzido ainda era inferior àquele observável nos anos 2000, foi a criação de “piquetes”, ou seja, a subdivisão das áreas de pastagem em pastos menores, delimitados pelas cercas, até certo momento quase exclusivamente feitas de arame farpado, aos poucos substituído pelo arame liso. Dividir os pastos atende a duas necessidades básicas: interditar alguns deles no início do período das chuvas, para que a pastagem pudesse recuperar-se das secas e crescer até um certo tamanho; e facilitar o manejo do rebanho nos momentos em que era necessário reuni-lo, pois num espaço reduzido, seria mais difícil a dispersão dos animais. Como boa parte da madeira utilizada na construção das cercas era originária das propriedades, colocava-se a necessidade de que o proprietário dominasse também o conhecimento de como construir e fazer manutenções nas cercas.

A fim de aumentar a produção os proprietários rurais da região passaram a selecionar melhor o gado, buscando tornar predominante na composição do rebanho raças que costumam produzir maior volume de leite, de forma que animais da raça “nelore”, por exemplo, eram pouco comuns na região já que são animais de engorda mais rápida e menor potencial leiteiro, o que os torna mais atrativos para a pecuária de corte. Mas, além disso, as vacas passaram a ser ordenhadas duas vezes ao dia, e os bezerros já não passavam mais que alguns minutos junto às matrizes; eram colocados junto à mãe para estimular-lhe a descida do leite do úbere às tetas, depois amarrados novamente, e depois do animal ordenhado era lhes deixado alguma sobra de leite para mamarem. Isso implicou uma alteração também na forma de armazenamento do leite que agora se dava por meio de equipamentos de resfriamento elétricos, que faziam baixar a temperatura da água em seu interior dentro da qual eram mergulhados os latões de leite, ali permanecendo até a passagem do leiteiro no dia seguinte. Nesse caso específico, o aumento do volume produzido fez-se acompanhar pelo gasto com

eletricidade e aquisição de aparelhos usados no condicionamento da temperatura de armazenagem do leite.

A questão da alimentação do gado leiteiro, antes representada quase exclusivamente pela pastagem e sal bovino, também incrementou-se em duas direções que não deixam de complementar-se: a aquisição de rações industrializadas e o preparo de silagem. Muito provavelmente por influência de técnicos ligados aos laticínios, os produtores de leite da região incorporaram a ideia de que o recurso à ração leiteira seria uma forma eficaz de aumentar a produtividade, de forma que a ração aos poucos passou a ser fornecida aos animais diariamente, independentemente da falta ou fartura de pastagens, ou seja, estando-se no período de secas ou das águas. A silagem cumpre o papel de substituir, ao menos em parte, a pastagem durante os períodos de estiagem, sendo que é também fornecida diariamente aos animais. Trata-se de vegetais como milho, sorgo e capim elefante, que são triturados, compactados sob o peso de cavalos, e mais tarde de tratores, cobertos com lona e terra, cujo preparo ocorre geralmente nos meses de março e abril, e que são reabertos geralmente a partir de fins do mês de maio, dependendo do período até quando estenderam-se as chuvas e da situação das pastagens. O preparo da silagem é uma das tarefas que demandam o esforço coletivo de sujeitos de diferentes propriedades, e, dependendo do tamanho da silagem a ser feita, pode ocupar uma semana inteira. Em muitos casos, as plantas a comporem o silo são cortadas manualmente, da mesma forma que se corta a cana-de-açúcar, e são transportadas no ombro dos trabalhadores até o ponto em que se encontra a “siladeira”. São tarefas que geralmente não contam com a presença feminina, que terá o papel de preparar as refeições para aqueles que estão trabalhando no preparo da silagem. Como elementos recentemente incluídos nessa atividade, destaco a crescente utilização de tratores no corte do milho e sorgo, bem como no transporte do material triturado até o ponto onde será feito o silo; e a crescente monetarização no pagamento do serviço prestado pelos vizinhos, antes negociado à base de troca de dias de serviço entre uma propriedade e outra.

Plantio voltado para silagem e formação dos pastos são momentos em que agricultura e pecuária encontram certa complementaridade na dinâmica produtiva e de trabalho nas propriedades, onde se colocam em prática saberes construídos, adquiridos e interiorizados pelas famílias de pequenos proprietários no que tange às duas atividades. Nesse sentido, torna-se cada vez mais complexa a denominação destes sujeitos na medida em que defini-los exclusivamente como agricultores ou pecuaristas

empobreceria a compreensão das dinâmicas cotidianas que vivenciam e dos múltiplos saberes de que são dotados. Além do mais, o cultivo de gêneros para consumo humano na propriedade, por mais que venha perdendo espaço, nunca deixou de ser praticado, e também atende à necessidade de alimentar outros animais como porcos e galinhas. O milho, por exemplo, só é cortado para silagem quando os grãos estão num estágio de maturação avançado, já duros, e, antes disso, aproveita-se o cereal na medida do possível para a produção de derivados como pamonha, mingaus e bolos.

O cuidado com a saúde dos animais é outro elemento da pecuária de leite que envolve o domínio de amplos saberes, que também se constituem pela transmissão de técnicas entre gerações de moradores do campo, pela intervenção de sujeitos e instituições externos, e pela experiência cotidiana que permite o aprendizado e readaptações constantes. Várias atividades realizadas pelos pequenos produtores de leite, em seu cotidiano de trabalho, voltam-se para a questão da preservação da saúde animal, e dentre elas pode-se destacar: cuidados com a alimentação; controle de parasitas; vacinação; cuidados com os ambientes em que os animais costumam ficar por tempo prolongado, como no caso das instalações onde as vacas são ordenhadas, no sentido de não criar um ambiente favorável à aquisição e transmissão de doenças; limpeza dos pastos a fim de evitar que se tornem espaços propícios à proliferação de animais peçonhentos, como cobras; prevenção e controle de doenças que comprometam a locomoção dos animais, pois caso tenham dificuldade para andar, as rezes alimentam-se com menor frequência e perdem peso.

Um problema de saúde do gado bovino, que se agravou na medida em que os rebanhos foram aumentados e passaram a ser compostos por raças com perfil genético mais voltado para a produção de leite, é a chamada “mastite”. Trata-se de uma doença contagiosa, em que a base da teta do animal fica inflamada, e é possível observar inclusive partículas de pus sendo eliminadas junto com o leite. Quando a doença é identificada, inicia-se o tratamento com aplicações de medicamentos por cerca de cinco dias, existe a necessidade de higienização de utensílios usados no animal doente, antes que tenha contato com outro animal, e, além disso, o leite da vaca em tratamento precisa ser descartado ao longo do mesmo. Assim, esta patologia traz prejuízo tanto pelo gasto que demanda quanto pelo fato do leite precisar ser descartado. Os produtores da região costumam afirmar que a doença tem adquirido maior relevância conforme os rebanhos foram aumentados, o que estaria associado ao aumento das possibilidades de contágio entre os animais.

Quando questionei ao Sr. Vantuir sobre como funcionava o atendimento do médico veterinário aos cooperados, este afirmou que “tem o veterinário lá pra passa a receita, mas pra vir aqui sempre eles cobra”¹⁶², ou seja, pela descrição dos sintomas que um animal apresenta junto aos veterinários da Coopatos, os produtores recebem o receituário com os medicamentos a serem utilizados e na maioria das vezes compramos na loja de produtos agropecuários da própria cooperativa. Se desta forma o quadro de saúde do animal não apresenta melhora, costuma-se solicitar a ida do médico veterinário à propriedade, que será custeada pelo proprietário rural.

Um elemento a ser destacado diz respeito à continuidade de práticas de caráter místico e religioso na busca pela conservação da saúde dos animais, que convive lado a lado com o uso de medicamentos, ração industrializada e orientação técnica. É comum encontrar nas fazendas, mais especificamente em um dos mancos que formam a cerca do curral da sede, uma caveira de bovino, que em alguns casos é pintada, cuja finalidade seria espantar maus-olhados e doenças. Também existe o costume de solicitar os serviços de benzedeiros no sentido da conservação da saúde dos animais, por mais que nas próprias comunidades não existam mais indivíduos considerados detentores de tais conhecimentos; ainda assim, eles são procurados nas cidades e comunidades rurais próximas. Guardar os “dias santos”, limitar-se a fazer nestes dias apenas as tarefas diárias, como a ordenha, é uma prática considerada de grande relevância para as famílias de pequenos proprietários e desrespeitar tal costume é encarado como algo que poderia inclusive comprometer a prosperidade da propriedade e a saúde dos animais.

Os proprietários rurais de que venho tratando convivem diariamente com os animais que compõem o rebanho, de forma que para eles, são mais que simplesmente “rezes” ou “cabeças de gado”, e ao invés da prática de colocar brincos enumerados na orelha do animal a fim de identifica-lo, prática comum em grandes propriedades, os pequenos proprietários rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús atribuem nomes individuais aos animais. Quando há a necessidade de separar uma vaca das demais e introduzi-la no curral ou no estreito corredor onde elas ficam posicionadas no momento da ordenha mecânica, as mesmas são chamadas pelo nome, e muito raramente não reagem a este estímulo. Os animais, com o tempo, conseguem identificar que estão sendo chamados, quando seu nome é pronunciado e também os proprietários, esposas e filhos identificam cada animal pelo nome escolhido. Os animais recebem

¹⁶² Sr. Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 17/11/2012.

caracterizações individuais, e nos relatos de episódios dos mais diversos tipos, desde a forma como uma vaca foi negociada com um vizinho até sua produtividade ou alguma doença contraída, a menção a elas é feita pelo nome próprio atribuído. Assim, os sujeitos que permeiam as narrativas não são simplesmente uma vaca ou outra, mas sim Rainha, Malhada, Serena, Bordada, Camponesa etc. Uma outra situação em que a atribuição de nomes individuais aos animais é de extrema relevância seria o trabalho com bois de carga, que da mesma forma são condicionados a atenderem pelo nome a eles atribuído pelo proprietário.

Os moradores das três comunidades acima mencionadas não têm comprado animais com frequência nos últimos doze ou treze anos, de forma que a reprodução entre os animais de uma mesma propriedade constitui elemento de grande importância para a renovação do rebanho. Boa parte das vacas é mantida nas fazendas por várias crias e, por mais que nenhum dos proprietários locais tenha estudado genética, a observação das características transmitidas a cada nova cria de uma mesma matriz é fundamental quando se faz necessário decidir entre a venda ou permanência do animal no rebanho. Mas, para além das características reprodutivas de um determinado animal, ou mesmo para além da quantidade de leite que é capaz de produzir, interessa também se o animal “dá muito trabalho”. O comportamento das rezes não é homogêneo, de forma que algumas delas parecem nunca adaptar-se completamente à domesticação e oferecem resistência em situações como a vacinação, seja quando são laçadas ou introduzidas nos troncos; presença, no barracão ou curral, de pessoas que não fazem parte do grupo que cotidianamente realiza a ordenha; ou mesmo no momento da ordenha.

Conforme prolonga-se o período sem chuvas, muitos moradores locais acabam por alugar pastagens, geralmente de grandes proprietários que não necessitam de toda a extensão da propriedade para manutenção de seu rebanho, ou que reservam pastos especificamente para esta função. No geral, o proprietário que necessita direcionar parte do rebanho – geralmente animais que concluíram o período de aleitamento e já estão prenhes, ou que ainda não alcançaram a faixa etária para procriação – escolhe um local que não seja muito distante de suas terras, pois o gado no pasto alugado precisará de acompanhamento constante. Como não dispõem de caminhões para transporte do gado, o mesmo é guiado a cavalo ou mesmo a pé, e não é raro que alguns animais ofereçam resistência a esse deslocamento e tentem repetidamente retornar à propriedade onde são criados. Tendo em vista que vender o animal que ofereça tais dificuldades não costuma

ser a primeira opção, um dos saberes que se faz necessário é o de como superar estas formas de resistência, o que muitas das vezes acontece a partir da identificação do que exatamente incomodaria determinada vaca.

O uso de recursos e orientações de origem técnico-científica não exclui o recurso a crenças e práticas religiosas na concepção dos pequenos proprietários, e os aprendizados ligados à vivência cotidiana também não são menosprezados. Além disso, é também considerada de grande relevância a colaboração mútua e trocas de experiências, sendo que em alguns casos, antes de consultar qualquer veterinário, um dado produtor pode consultar a opinião de parentes e vizinhos na busca da solução de algum problema relacionado à saúde dos animais. Experiências, opiniões e técnicas são compartilhadas, e mesmo utensílios, remédios e produtos químicos costumam ser emprestados entre vizinhos e familiares a fim de diminuir a necessidade de deslocamento até os centros urbanos para adquiri-los. Se por um lado os moradores da região tomada como recorte espacial para a presente pesquisa ainda não desenvolveram formas institucionalizadas de enfrentamento coletivo dos desafios que se colocam diante do cotidiano da agricultura e pecuária familiares, se ainda não constituíram associações de moradores, por exemplo, isso não significa que não existam formas de solidariedade, resistência e colaboração mútua. Estas formas de colaboração mútua, além de envolverem o empréstimo de produtos e de dinheiro, o auxílio em atividades que exigem a participação de um número maior de pessoas que aquele correspondente aos familiares de uma mesma residência, o esforço coletivo no sentido de manter costumes como a Folia de Reis e a Festa de Reis, mesmo quando sua execução é dificultada pela extensa jornada de trabalho exigida pela pecuária de leite, envolvem, da mesma forma, o compartilhamento de experiências e saberes.

O periódico com o qual os cooperados têm maior contato é o jornal mensal “Informativo Coopatos”, produzido pela Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda.; e distribuído gratuitamente entre os cooperados na versão impressa, mas é publicado também na versão on-line desde 2011. O periódico em questão divulga eventos de capacitação e treinamento, feiras, leilões de gado leiteiro e de corte, dados estatísticos referentes à produção na cooperativa, tendências do “agronegócio leite”, cronograma de vacinação dos rebanhos, um ranking dos maiores produtores em volume, um outro ranking relativo à qualidade do leite verificada a partir de exames

laboratoriais, além de tópicos como aniversariantes do mês e listagem de novos cooperados.

Pelas matérias analisadas até então, percebe-se um alinhamento da diretoria da Coopatos com tendências relativas à pecuária leiteira vigentes inclusive no exterior, e, de certa forma, impostas ao mercado brasileiro. Seriam pontos principais destas tendências o incentivo à produção em larga escala, à inovação tecnológica e o estabelecimento de critérios técnicos para a avaliação da qualidade do leite, sempre apontando a entrada de produtos brasileiros no mercado exterior como um objetivo do “agronegócio leite”, pontos anteriormente destacados no “Diagnóstico da Pecuária Leiteira no Estado de Minas Gerais em 2005”. Várias destas tendências podem ser observadas no trecho abaixo:

O Brasil dispõe de técnicas e recursos de qualidade. No conjunto somos seguros do nosso enorme potencial, não somente para namorar os mercados lácteos dos países avançados, mas principalmente para supri-los. É evidente que para isso, um passo decisivo [...] é aderir decisivamente à qualidade. [...] A qualidade implica custos, rotinas e deve fazer parte do planejamento estratégico do empreendimento. Envolve também decisões de longo prazo.¹⁶³

Ao expor os objetivos principais de sua pesquisa, a autora Ana Carla Vidor afirma o seguinte:

Considerando-se o crescente interesse do Brasil no mercado internacional, bem como a exigência de normas sanitárias cada vez mais rigorosas na produção alimentar e a eminente mudança das “regras do jogo” no setor lácteo brasileiro, buscou-se analisar a legislação brasileira à luz das legislações internacionais. Percebeu-se uma lacuna importante para a discussão e para o esclarecimento das principais mudanças na produção, transporte, processamento e comercialização do leite fluído, assim como da sua contextualização no cenário mundial.¹⁶⁴

O trecho da dissertação de Ana Carla Vidor tem elementos que em muito se aproximam do artigo do “Informativo Coopatos” que compara a produção de lácteos à fabricação de aviões no Brasil. Em ambos os casos, os autores endossam a destinação do leite à exportação, e isto é apontado como um “interesse do Brasil”, e não de sujeitos específicos.

¹⁶³ JOSÉ MARIA SOLIS. Qualidade internacional dos aviões brasileiros é exemplo na busca pela Qualidade do Leite. *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, nov. 2010. Ano XXI. nº 278. p. 5

¹⁶⁴ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 19.

A desvalorização dos saberes inerentes às pessoas tidas como “comuns” pode alcançar até mesmo a prática historiográfica, de forma que Edward Thompson já alertava para esta tendência elitista empobrecedora da análise das experiências dos sujeitos históricos:

Talvez se pudesse argumentar que a experiência é realmente um nível muito inferior de mentação; que ela só pode produzir o mais grosseiro “senso comum”, “matéria-prima” ideologicamente contaminada [...] considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõem que os comuns mortais são estúpidos. Em minha opinião, a verdade é mais nuançada: a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites: o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.

[...]

Mas fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso, não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homes e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico.¹⁶⁵

A questão dos parâmetros para produção de um “leite de qualidade” é certamente aquela em que existe a imposição mais significativa de saberes, técnicas e conhecimentos em detrimento das práticas que vinham sendo efetivadas pelos proprietários rurais desde longa data. Estes parâmetros são impostos via realização de cursos, como já mencionado; através de palestras e atendimento por agrônomos e veterinários na própria cooperativa; e por meio dos periódicos “Leite Sustentável” e “Informativo Coopatos”. Não existem formas de fiscalização por parte de órgãos governamentais nas próprias fazendas no sentido de avaliar as condições de produção do leite, de forma que, na região, apenas as campanhas de vacinação são acompanhadas de forma mais sistemática pelos poderes públicos. O principal mecanismo desenvolvido pela Coopatos no sentido de assegurar a efetivação das condições de produção e características de um leite de qualidade reside na definição do preço a ser pago por litro de leite a partir do resultado de análise laboratorial de amostras de leite colhidas nas propriedades até quatro vezes ao mês.

Porém, a consolidação de uma legislação sanitária voltada para a produção de leite está associada a processos históricos que antecedem inclusive o próprio recorte temporal estabelecido para a presente pesquisa. Ana Carla Vidor apresenta uma divisão

¹⁶⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 16-17.

do “sistema agroindustrial do leite” brasileiro em dois períodos distintos. O primeiro corresponderia a 1945 e início de 1991, tendo sido marcado por ações do governo referentes a instrumentos de crédito, investimento em pesquisa e extensão rural e, sobretudo, mediante tabelamento dos preços pagos ao produtor e dos preços pagos pelo consumidor final. Como resultados de tais medidas a autora menciona baixa produtividade, alta sazonalidade da produção, baixo dinamismo empresarial por parte dos produtores, e alta capacidade ociosa em estabelecimentos de processamento. Num segundo momento, que a autora não chega indicar cronologicamente a localização, teria ocorrido o fim do tabelamento dos preços, a abertura econômica, a consolidação do Mercosul e estabilização monetária advinda do Plano Real. No que se refere ao Mercosul, o mesmo teria tido papel fundamental na fixação de parâmetros de qualidade e identidade dos produtos lácteos de maior consumo, e, na perspectiva da autora acima mencionada, o estabelecimento de padrões internacionais de qualidade seria elemento intrínseco ao processo de globalização. Ana Carla Vidor ainda destaca que, em consequência das características do agronegócio leite a partir do início dos anos 1990, muitos produtores rurais teriam sido excluídos do setor e haveria também um monopólio dos grandes laticínios.¹⁶⁶

A fixação de instruções normativas referentes a exigências de qualidade do leite incluem-se no chamado “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite”:

Percebendo a fundamental importância desse fator, a partir do final de 1996, se reuniram nas instalações da EMBRAPA – CNPLG, em Juiz de Fora, diversos representantes da comunidade científica e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com o objetivo de estabelecer um diagnóstico preciso das condições que impediam ou dificultavam o desenvolvimento harmônico do setor produtivo nacional de leite. A análise englobou desde a área primária até a colocação dos produtos à disposição do consumidor, passando pela modernização da legislação sanitária. Dessa iniciativa nasceu o “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite” – PNQL.

[...] Mediante esse processo, em dezembro de 1999, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, representado na figura do Secretário de Defesa Agropecuária, Luís Carlos de Oliveira, submeteu à consulta pública a Portaria nº 56, durante noventa dias, com diversos regulamentos técnicos a saber:

- Produção, Identidade e qualidade de Leite tipo A;
- Produção, Identidade e qualidade de Leite tipo B;
- Produção, Identidade e qualidade de Leite tipo C;
- Produção, Identidade e qualidade de Leite Cru Resfriado;
- Identidade e qualidade de Leite Pasteurizado;
- Produção, Identidade e qualidade de Leite de Cabra;

¹⁶⁶ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 16-17.

- Coleta de Leite Cru Resfriado e seu transporte a Granel.

[...] A criação dessa portaria tem gerado uma discussão intensa no setor. De um lado percebe-se o esforço de algumas entidades e do governo em melhorar a qualidade do leite, e de outro a dificuldade dos pequenos produtores e das agroindústrias de pequeno e médio porte de adaptarem-se aos novos regulamentos técnicos.¹⁶⁷

No jornal “Informativo Coopatos” costuma-se realizar um acompanhamento detalhado das mudanças em torno da legislação relativa à qualidade do leite, como pode ser observado nos trechos abaixo:

A dias da entrada em vigor da próxima etapa da IN 51, que passaria a estabelecer novas exigências para a produção e para qualidade do leite no Brasil, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou no Diário Oficial da União (DOU), no último dia 30 de dezembro, a Instituição Normativa nº 62, legislação que vem substituir a anterior. Os novos parâmetros que entraram em vigor no dia 1º de janeiro deste ano nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, e em 2013 passarão a valer também no Norte e Nordeste, vêm de encontro às solicitações dos produtores brasileiros que não conseguiram cumprir o prazo para a redução dos níveis de Contagem Bacteriana Total (CBT) de 750 mil UFC/ml para 100 mil UFC/ml e o do teto de Contagem de Células Somáticas (CCS) de 750 mil UFC/ml para 400 mil UFC/ml. Na tentativa de alinhar os interesses do governo e do setor produtivo, a nova norma instituiu uma tolerância padrão de 600 mil UFC/ml em ambos os casos.

[...]

Em nove anos, segundo o Ministério, foram constatados avanços significativos para a consecução dos objetivos da legislação sanitária do Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, constituída pela Instrução Normativa nº 51. Foi verificado, contudo, que algumas outras ações intersetoriais eram necessárias para a adequação de um maior número de produtores às novas exigências, como investimentos em eletrificação rural, na melhoria das estradas rurais de forma a facilitar o escoamento da produção, no treinamento dos produtores em boas práticas de manejo e no controle sanitário e, principalmente, no início, nas relações entre produtor, indústria e mercado, de uma cultura de pagamento baseada em parâmetros de qualidade do leite.¹⁶⁸

No trecho reproduzido acima vale destacar o fato de que o termo “setor produtivo” é empregado no sentido de homogeneizar o quadro dos produtores rurais que fornecem leite para a Coopatos e ainda colocá-los junto a vários outros atores sociais, como por exemplo acionistas e gestores da Coopatos, como se formassem um bloco com interesses uníssomos. No mesmo trecho, contudo, fala-se em adequar “um maior número de produtores às exigências”, o que pressupõe que na prática nem todos os produtores alcançarão os resultados esperados e a própria cooperativa já previa estas dissonâncias. Fala-se também em fortalecer “uma cultura de pagamento baseada em

¹⁶⁷ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 18-19.

¹⁶⁸ MAPA atualiza normas para produção do leite. *Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 290. Patos de Minas. Janeiro de 2012. p. 03.

parâmetros de qualidade”, dando a entender que este seria um elemento de melhoria das relações entre os produtores e os laticínios, mas, em outro trecho, reproduzido mais adiante, o periódico da Coopatos fala abertamente em “penalização” dos produtores que não alcançassem os resultados esperados por meio do preço a ser pago por litro de leite fornecido à cooperativa. A importância de parâmetros legais para a fiscalização da qualidade do leite também havia sido destacada no “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” que também celebrava como avanço a publicação da Instrução Normativa nº 51¹⁶⁹.

O texto da Instrução Normativa nº 51, publicada em 2002, estabelecia, dentre outras questões, os critérios de diferenciação do leite tipos A, B, C; critérios estes que estariam intimamente relacionados com as condições de produção, armazenamento, transporte e comercialização do produto:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Exclui-se das disposições desta Instrução Normativa o Leite de Cabra, objeto de regulamentação técnica específica.

Art. 2º A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA expedirá instruções para monitoramento da qualidade do leite aplicáveis aos estabelecimentos que se anteciparem aos prazos fixados para a vigência da presente Instrução Normativa.¹⁷⁰

¹⁶⁹ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Coedição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 63.

¹⁷⁰ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013. O texto da Instrução normativa nº 51 não foi acessado, durante a presente pesquisa, diretamente nas publicações dos órgãos responsáveis pela sua publicação, mas, sim, no site da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, que adota o nome fantasia “Leite Brasil”. No site da instituição define-se como objetivo da mesma: “Defender institucionalmente os produtores de leite nas esferas pública e privada, nacional e internacional, mediando conflitos e estabelecendo diretrizes que valorizem a atividade e o produto leite. Suas metas prioritárias são melhorar a qualidade do leite, fomentar o consumo, proteger o mercado brasileiro, fazer marketing, defender o produtor formal e aumentar o quadro associativo. A fundação da Leite Brasil decorreu da necessidade de se organizar uma entidade moderna, contemporânea e plenamente capacitada para enfrentar as grandes transformações que estão ocorrendo no mundo.

Especificamente tratando do Leite Tipo A, a legislação acima mencionada estabelece, dentre outros pontos, os seguintes:

REGULAMENTO TÉCNICO DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE TIPO A

1. Alcance

1.1. Objetivo

Fixar os requisitos mínimos que devem ser observados para a produção, a identidade e a qualidade do leite tipo A.

1.2. Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento se refere ao leite tipo A destinado ao comércio nacional.

2. Descrição

2.1. Definições

2.1.1. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas. O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda;

2.1.2. Entende-se por Leite Pasteurizado tipo A o leite classificado quanto ao teor de gordura em integral, padronizado, semidesnatado ou desnatado, produzido, beneficiado e envasado em estabelecimento denominado “Granja Leiteira”, observadas as prescrições contidas no presente Regulamento Técnico;

2.1.2.1. Imediatamente após a pasteurização o produto assim processado deve apresentar teste qualitativo negativo para fosfatase alcalina, teste positivo para peroxidase e enumeração de coliformes a 30/35°C (trinta/trinta e cinco graus Celsius) menor do que 0,3 NMP/mL (zero vírgula três Número Mais Provável / mililitro) da amostra.

3. Classificação e Características do Estabelecimento

3.1. Classificação: “Granja Leiteira” é o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite Pasteurizado tipo A para o consumo humano, podendo, ainda, elaborar derivados lácteos a partir de leite de sua própria produção.¹⁷¹

Conforme percebe-se no texto acima, o Leite Tipo A seria aquele com menor contato humano direto desde a ordenha até o beneficiamento do mesmo, de forma que também está excluído o transporte do mesmo como etapa intermediária ao envasamento do leite, ou seja, uma mesma unidade produtora concentraria todas as etapas do processo produtivo. Conforme o trecho reproduzido a seguir, percebe-se também a definição de uma série de exigências relativas ao estabelecimento destinado à produção do Leite Tipo A:

3.2. Localização: localizada fora da área urbana, a Granja deve dispor de terreno para as pastagens, manejo do gado e construção das dependências e

Todas essas transformações estão diretamente vinculadas à atividade: disputa acirrada do mercado interno e externo, maciça concentração do capitalismo industrial e financeiro, advento de tecnologias revolucionárias e a obsessiva exigência da qualidade alimentar pelos consumidores.

É nesse desafiador cenário que a Leite Brasil desenvolve suas ações de defesa intransigente dos interesses de todos os produtores de leite do país, independente da localização, do volume de produção, do tipo de leite produzido ou de qualquer outra característica.”

Disponível em: < <http://www.leitebrasil.org.br/quemsomos.htm> > Acesso em 20/03/2013.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

anexos, com disponibilidade para futura expansão das edificações e aumento do plantel. Deve estar situada distante de fontes poluidoras e oferecer facilidades para o fornecimento de água de abastecimento, bem como para a eliminação de resíduos e águas servidas. A localização da Granja e o tratamento e eliminação de águas residuais devem sempre atender as prescrições das autoridades e órgãos competentes. Deve estar afastada no mínimo 50 m (cinquenta metros) das vias públicas de tráfego de veículos estranhos às suas atividades, bem como possuir perfeita circulação interna de veículos. Os acessos nas proximidades das instalações e os locais de estacionamento e manobra devem estar devidamente pavimentados de modo a não permitir a formação de poeira e lama. As demais áreas devem ser tratadas e/ou drenadas visando facilitar o escoamento das águas, para evitar estagnação. A área das instalações industriais deve ser delimitada através de cercas que impeçam a entrada de pequenos animais, sendo que as residências, quando existentes, devem situar-se fora dessa delimitação. É vedada a residência nas construções destinadas às instalações da Granja, como também a criação de outros animais (aves, suínos, por exemplo) na proximidade das instalações.

3.3. Instalações e Equipamentos

3.3.1. Currais de espera e manejo: de existência obrigatória, devem possuir área mínima de 2,50 m² (dois vírgula cinquenta metros quadrados) por animal a ser ordenhado, pavimentação de paralelepípedos rejuntados, lajotas ou piso concretado, cercas de material adequado (tubos de ferro galvanizado, correntes, réguas de madeira etc.) e mangueiras com água sob pressão para sanitização. Destinados aos animais a serem ordenhados, o conjunto deve ser situado estrategicamente em relação à dependência de ordenha. Quando a Granja possuir outras instalações destinadas a confinamento, abrigo de touros etc., que exijam a existência de currais específicos, devem ser separados dos currais dos animais de ordenha.

3.3.2. Dependência de abrigo e arração: destinada somente para os fins mencionados, deve observar às seguintes exigências:

3.3.2.1. Estrutura coberta bem acabada e de material de boa qualidade. Paredes, quando existentes, em alvenaria, com acabamento e pintadas com tintas de cor clara. Como substitutivos das paredes podem ser empregados tubos galvanizados, correntes ou outro material adequado;

3.3.2.2. Piso impermeável, revestido de cimento-áspero ou outro material de qualidade superior, com dimensões e inclinação suficiente para o fácil escoamento de águas e resíduos orgânicos;

3.3.2.3. Sistema de contenção de fácil limpeza e sanitização;

3.3.2.4. Manjedouras (cochos) de fácil limpeza e sanitização sem cantos vivos, revestidas com material impermeável, de modo a facilitar o escoamento das águas de limpeza. Os bebedouros devem igualmente ser de material de bom acabamento, côncavos e de fácil limpeza, recomendando-se o uso de bebedouros individuais. Instalação de água sob pressão para limpeza.

3.3.3. Dependências de Ordenha: a ordenha, obrigatoriamente, deve ser feita em dependência apropriada, destinada exclusivamente a esta finalidade, e localizada afastada da dependência de abrigo e arração, bem como de outras construções para alojamento de animais. Devem observar às seguintes condições:

3.3.3.1. Construção em alvenaria, com pé-direito, iluminação e ventilação suficientes;

3.3.3.2. Recomenda-se o emprego de parede ou meia-parede para proteção contra poeira, ventos ou chuva. Estas podem ser revestidas com material que facilite a limpeza;

3.3.3.3. Piso impermeável, antiderrapante, revestido de cimento ou outro material de qualidade superior, provido de canaletas de fundo côncavo, com dimensões e inclinação suficientes para fácil escoamento de águas e resíduos orgânicos;

3.3.3.4. O teto deve possuir forro em material impermeável de fácil limpeza. Em se tratando de cobertura em estrutura metálica com telhas de alumínio ou tipo “calhetão”, é dispensado o forro;¹⁷²

Pela complexidade das características definidas para produção do Leite Tipo A percebe-se que a mesma seria demasiado onerosa para produtores de pequeno porte, sendo assim uma alternativa inviável para os pequenos proprietários de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús no município de Presidente Olegário. Como será destacado mais adiante, o Informativo Coopatos incentiva o emprego da ordenha mecânica, por mais que o tipo de leite produzido pela Coopatos a partir da captação nas fazendas não seja o de Tipo A. No caso específico deste tipo de leite, o uso da ordenha manual estaria definitivamente excluído:

3.3.3.8. Possuir, obrigatoriamente, equipamento para a ordenha mecânica, pré-filtragem e bombeamento até o tanque de depósito (este localizado na dependência de beneficiamento e envase) em circuito fechado, não sendo permitida a ordenha manual ou ordenha mecânica em sistema semi-fechado, tipo “balde-ao-pé” ou similar. O equipamento referido, constituído de ordenhadeiras, tubulações, bombas sanitárias e outros, deve ser, conforme o caso, em aço inoxidável, vidro, fibra de vidro, ou outros materiais, desde que observado o Regulamento Técnico específico. Deve possuir bom acabamento e garantir facilidade de sanitização mecânica e conservação. Recomenda-se a instalação de coletores individuais de amostra no equipamento de ordenha.¹⁷³

São alguns dos quesitos apontados para a produção do leite de tipo B, ainda no texto da Instrução Normativa nº 51:

REGULAMENTO TÉCNICO DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE TIPO B

1. Alcance

1.1. Objetivo

Fixar os requisitos mínimos que devem ser observados para a produção, a identidade e a qualidade do Leite Cru Refrigerado tipo B e Leite Pasteurizado tipo B;

2. Descrição

2.1.2. Entende-se por Leite Cru Refrigerado tipo B o produto definido neste Regulamento Técnico, integral quanto ao teor de gordura, refrigerado em propriedade rural produtora de leite e nela mantido pelo período máximo de 48h (quarenta e oito horas), em temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius), que deve ser atingida no máximo 3h (três horas) após o término da ordenha, transportado para estabelecimento industrial, para ser processado, onde deve apresentar, no momento do seu recebimento, temperatura igual ou inferior a 7°C (sete graus Celsius).

2.1.3. Entende-se por Leite Pasteurizado tipo B o produto definido neste Regulamento Técnico, classificado quanto ao teor de gordura como integral, padronizado, semidesnatado ou desnatado, submetido à temperatura de 72 a 75°C (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) durante 15 a 20s (quinze a vinte segundos), exclusivamente em equipamento de pasteurização a

¹⁷² Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

placas, dotado de painel de controle com termo-registrador computadorizado ou de disco e termo-regulador automáticos, válvula automática de desvio de fluxo, termômetros e torneiras de prova, seguindo-se resfriamento imediato em equipamento a placas até temperatura igual ou inferior a 4oC (quatro graus Celsius) e envase no menor prazo possível, sob condições que minimizem contaminações.¹⁷⁴

No caso do Leite tipo B também são especificadas várias exigências referentes às instalações da propriedade rural destinada à sua produção, bem como algumas exigências relativas à sanidade do rebanho, dentre as quais se destacam as seguintes:

3. Características do Estabelecimento

3.1. Estábulo:

3.1.1. Deve estar localizado em área distante de fontes produtoras de mau cheiro, que possam comprometer a qualidade do leite;

3.1.2. Deve dispor de currais de espera de bom acabamento, com área mínima de 2,50 m² (dois vírgula cinqüenta metros quadrados) por animal do lote a ser ordenhado. Entende-se como bem acabado o curral dotado de piso concretado, blocos de cimento ou pedras rejuntadas com declive não inferior a 2% (dois por cento), provido de canaletas sem cantos vivos, e de largura, profundidade e inclinação suficientes, de modo a permitirem fácil escoamento das águas e de resíduos orgânicos;

3.1.3. Os currais devem estar devidamente cercados com tubos de ferro galvanizado, correntes, régua de madeira, ou outro material adequado e possuírem mangueiras com água sob pressão para sanitização.

3.1.4.5. Abastecimento de água: Recomenda-se que a fonte de abastecimento assegure um volume total disponível correspondente à soma de 100 l (cem litros) por animal a ordenhar e 6 l (seis litros) para cada litro de leite produzido. Deve ser de boa qualidade e apresentar, obrigatoriamente, as características de potabilidade fixadas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA. Deve ser instalado equipamento que assegure cloração permanente, como medida de garantia de sua qualidade microbiológica, independentemente de sua procedência;

3.1.5. Todas as dependências do estábulo devem possuir mangueiras com água sob pressão;

3.1.6. Possuir rede de esgoto para escoamento de águas servidas e dos resíduos orgânicos, canalizados a uma distância tal que não venham a constituir-se em fonte produtora de mau cheiro. As áreas adjacentes devem ser drenadas e possuir escoamento para águas pluviais;

3.1.7. Ter dependência apropriada para o leite, denominada Sala de Leite, quando a ordenha for realizada no estábulo, que também deve servir para a guarda e higiene dos utensílios e equipamentos, os quais não devem ter contato direto com o piso;

3.2. Dependência para Ordenha

3.2.1. Deverá ser dotada de Sala de Leite, onde deve ser instalado o equipamento de refrigeração do leite em placas ou por expansão direta. Nessa dependência, a ordenha pode ser manual ou mecânica. Quando manual, deve ser provida de paredes na altura mínima de 2 m (dois metros);

3.2.2. Deve estar afastada de fonte produtora de mau cheiro e/ou construção que venha causar prejuízos à obtenção higiênica do leite. Deve atender, ainda, às seguintes condições: ser suficientemente ampla, apresentar áreas de iluminação e ventilação adequadas, forro, piso impermeabilizado, paredes impermeabilizadas até altura adequada e possuir mangueiras com água sob pressão. É facultativa a instalação de telas e basculantes;

4. Sanidade do Rebanho

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

A sanidade do rebanho leiteiro deve ser atestada por médico veterinário, nos termos discriminados abaixo e em normas e regulamentos técnicos específicos, sempre que requisitado pelas Autoridades Sanitárias.¹⁷⁵

Pelos trechos da Instrução Normativa nº 51 expostos até percebe-se que a produção do leite tipo A estaria além das condições financeiras e dos recursos humanos e naturais à disposição dos produtores rurais tomados como objeto na presente pesquisa, de forma que os mesmos não poderiam produzi-lo, ao menos individualmente. No texto que tange ao Leite Tipo B em vários momentos fala-se na necessidade de disponibilidade de grande volume de água tanto para consumo do gado quanto para higienização das instalações destinadas à produção leiteira, o que estaria fora da realidade dos produtores rurais das localidades sobre as quais venho tratando na medida em que enfrentam grandes dificuldades de disponibilidade de água nos períodos sem chuvas.

Por mais que existam muitas diferenças entre os critérios de identificação do leite tipos A, B, e C, seriam pontos de semelhança aqueles que referem à questão da sanidade do rebanho, de forma que a legislação determina, dentre outras questões:

3. Sanidade do Rebanho

A sanidade do rebanho leiteiro deve ser atestada por médico veterinário, nos termos discriminados abaixo e em normas e regulamentos técnicos específicos, sempre que requisitado pelas Autoridades Sanitárias.

3.1. As atribuições do médico veterinário responsável pela propriedade rural incluem:

3.1.1. Controle sistemático de parasitoses;

3.1.2. Controle sistemático de mastites;

3.1.3. Controle de brucelose (*Brucella bovis*) e tuberculose (*Mycobacterium bovis*), respeitando normas e procedimentos estabelecidos no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal;

3.1.4. Controle zootécnico dos animais.

3.2. Não é permitido o envio de leite a Posto de Refrigeração de leite ou estabelecimento industrial adequado, quando oriundo de animais que:

3.2.1. Estejam em fase colostrar;

3.2.2. Cujo diagnóstico clínico ou resultado positivo a provas diagnósticas indiquem presença de doenças infecto-contagiosas que possam ser transmitidas ao homem através do leite;

3.2.3. Estejam sendo submetidos a tratamento com drogas e medicamentos de uso veterinário em geral, passíveis de eliminação pelo leite, motivo pelo qual devem ser afastados da produção pelo período recomendado pelo fabricante, de forma a assegurar que os resíduos da droga não sejam superiores aos níveis fixados em normas específicas.

3.3. É proibido o fornecimento de alimentos e alimentos com medicamentos às vacas em lactação, sempre que tais alimentos possam prejudicar a qualidade do leite destinado ao consumo humano.

3.4. Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade sanitária do leite, constatada durante ou após a ordenha, implicará condenação imediata desse leite e do conjunto a ele misturado. As fêmeas em

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

tais condições serão afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo, de acordo com a gravidade da doença.

3.5. É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar os animais lactantes ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição substâncias estimulantes de qualquer natureza, não aprovadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, capazes de provocarem aumento de secreção láctea.¹⁷⁶

Em linhas gerais as características que definem a produção do leite de tipo C estão ligadas a um maior contato humano ao longo do processo produtivo, visto que a ordenha é manual; não há a obrigatoriedade de resfriamento na propriedade; são reduzidas as exigências relativas às instalações onde se realiza a ordenha; estabelece-se o limite de tempo transcorrido entre a ordenha e descarregamento do leite no laticínio responsável por seu beneficiamento; não são dispensados os procedimentos de higienização e desinfecção das tetas dos animais antes e depois da ordenha; prevê-se que o leite seja depositado em vasilhame de capacidade de até 50 litros, que geralmente são latões de plástico ou metal; e recomenda-se a filtragem do leite a ser adicionado a este vasilhame. Vale destacar, em relação ao texto da legislação voltado para a produção do leite de tipo C, o fato de que se supõe que a produção deste tipo de leite não teria continuidade a longo prazo:

Em se tratando de Leite Cru tipo C, obtido em segunda ordenha, deve o mesmo sofrer refrigeração na propriedade rural e ser entregue no estabelecimento beneficiador até as 10:00 h (dez horas) do dia seguinte à sua obtenção, na temperatura máxima de 10oC (dez graus Celsius), enquanto perdurar a produção desse tipo de leite.¹⁷⁷

O objetivo aqui, ao se fazer referência à legislação sanitária e à forma como ela é tratada no “Informativo Coopatos”, não é necessariamente afirmar que a elaboração de leis deste tipo não seja válida ou necessária, até porque vários outros tipos de alimento industrializado passam por rigoroso controle de qualidade. A questão é que, da forma como a legislação se apresenta, opera uma supervalorização dos saberes científicos em detrimento dos saberes da experiência, sendo estes últimos excluídos da elaboração do texto legal. Por outro lado, sobretudo pela forma como o periódico supracitado diferencia os produtores que “já se adequaram” às normas daqueles que ainda não atingiam os objetivos determinados em torno das mesmas, cria-se uma fala que traduz a adequação às exigências como uma questão de escolha dos produtores rurais:

Nadando contra essa corrente, contudo, muitos produtores ainda continuam a questionar a validade desse quesito, por acharem que ele configura-se como

¹⁷⁶ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

uma barreira desnecessária, que impede uma maior remuneração, já que a exportação brasileira de lácteos ainda não é expressiva.¹⁷⁸

Vale mencionar aqui o trabalho de Ana Carla Martins Vidor, por meio do qual é possível apreender algumas das razões pelas quais tem se falado tanto em exportação de lácteos e como isso se relaciona com as recentes alterações na legislação sanitária referente à produção leiteira. O objetivo do referido trabalho foi analisar a legislação brasileira de leite fluído frente às legislações internacionais, situando o padrão de qualidade do Brasil no contexto mundial. A autora verificou grande preocupação governamental em assegurar qualidade e inocuidade do leite em todas as etapas produtivas:

O mundo trilha o caminho da globalização no seu sentido mais abrangente: aspectos comerciais, produtivos, tecnológicos e financeiros.

[...] Ainda que de forma e intensidade diferentes, esses aspectos da globalização exercem influência sobre as políticas públicas adotadas em diversos países, inclusive no Brasil onde o binômio substituição de exportações-protencionismo deixou espaço para o binômio integração competitiva-abertura comercial. Esse novo cenário representa uma economia mais voltada a promover a capacitação competitiva das empresas e a evitar o isolamento e o distanciamento em relação aos movimentos mais dinâmicos da economia mundial com origem nos países mais avançados.¹⁷⁹

A questão da desvalorização dos saberes da experiência cotidiana e supervalorização dos saberes técnico-científicos também foi abordada por Renata Silva em sua dissertação de Mestrado que toma como objeto de estudos proprietários rurais do distrito de Martinésia, no Município de Uberlândia, Minas Gerais. O trabalho da autora concentrou-se em analisar os modos de vida de proprietários rurais que permaneceram no campo apesar de transformações no mesmo que se mostraram desfavoráveis à permanência destes sujeitos naquele espaço. Mas além das falas dos proprietários rurais a autora também analisou artigos publicados em periódicos da imprensa uberlandense para compreender como os mesmos se posicionavam diante das transformações em curso e da relação campo/cidade em si. Uma das matérias analisadas por Renata Silva dizia respeito à divulgação do “Plano Nacional de combate à febre aftosa”, que recebeu o título de “Era uma vez o benzedor”, que afirmava que a doença se combatia unicamente com vacinação e que seria aconselhável encontrar outra

¹⁷⁸ LOPES, Luis Oliveira. Informe técnico. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 292. Patos de Minas. Março de 2012. p. 4.

¹⁷⁹ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 12.

ocupação para o benzedor e mantê-lo afastado do rebanho¹⁸⁰. Em relação a esta matéria a autora supracitada afirma:

A racionalidade da ciência e da técnica é, então, evocada com ares de total superioridade em relação aos saberes da experiência. É certo que a vacinação do gado contra a febre aftosa é de fundamental importância para o rebanho, entretanto, acredito que o tipo de apelo utilizado na propaganda seja desqualificador e, de certo modo, desmoralizador daqueles homens e mulheres que têm na reza uma forma de resolver os seus problemas práticos. Logo, o enfoque da propaganda tem um tom de desmerecimento dessas pessoas, que estariam “ultrapassadas” e “atrasadas”¹⁸¹.

Mesmo levando-se em consideração o fato de que a matéria do *Jornal Correio de Uberlândia* analisada por Renata Silva tenha sido publicada décadas antes do estabelecimento da IN nº 51 e das publicações no *Informativo Coopatos* subsequentes por sua vez à criação da legislação, percebe-se o alinhamento daquele órgão de imprensa com a desqualificação dos saberes tradicionais que, ao que tudo indica, também vinha sendo efetuada por órgãos governamentais. Vale destacar que o *Jornal Correio* não é um periódico que tem como público alvo um setor específico da sociedade, como o faz o *Informativo Coopatos*, voltado especificamente para os cooperados da Coopatos; e mesmo circulando predominantemente no meio urbano, no caso a cidade de Uberlândia, de origem e ainda fortemente influenciada pela produção rural, e por isso inserida nos debates relativos ao meio rural.

Os sujeitos responsáveis pela elaboração do “Diagnóstico da Pecuária Leiteira”, pela publicação do “*Informativo Coopatos*” e da “*Revista Leite Sustentável*”, autores que no seu cotidiano de atuação fazem a ponte entre o âmbito acadêmico e o setor produtivo, como Edmundo Benedetti, que é professor na Universidade Federal de Uberlândia, mas também atua em instituições como Sociedade Brasileira de Zootecnia e trabalhou na Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia, os responsáveis por ministrar cursos técnicos nas propriedades, o setor administrativo da Coopatos; são sujeitos que atuam socialmente enquanto intelectuais; isto tendo como base as considerações de Antônio Gramsci no que diz respeito ao papel dos intelectuais na sociedade. Seriam intelectuais predominantemente “orgânicos”, visto que são oriundos

¹⁸⁰ Era uma vez o benzedor. In.: *Jornal Correio de Uberlândia*. 19/11/1971, p. 07. Apud SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia- MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006. p. 90.

¹⁸¹ SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia- MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006. p. 91.

das próprias classes para as quais atuam na condição de intelectual e cujos interesses são na maioria das vezes defendidos e legitimados por meio das atividades que exercem.

Gramsci chamava a atenção para a relação intrínseca entre a formação dos intelectuais e as características das relações produtivas em cada época e em cada espaço¹⁸². Não por acaso, os cursos de graduação e pós-graduação, e cursos técnicos, voltados para a agropecuária e para a agroindústria, tem um peso significativo na região do Alto Paranaíba, senão em todo o estado de Minas Gerais. Dos 47 cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, listados na página da Unipam – Centro Universitário de Patos de Minas –, 14 são facilmente identificáveis enquanto direcionados para o setor agropecuário, isto tendo em vista que esta é a instituição de ensino superior privado mais importante do município de Patos de Minas.¹⁸³ Tendo em vista que no município de Presidente Olegário a abertura de cursos de ensino superior é ainda incipiente, estudantes deste município, e de outras pequenas cidades e povoados próximos confluem para o município de Patos de Minas que abriga vários cursos particulares e começa a contar também com cursos da Universidade Federal de Uberlândia.

Na medida que existe amplo consenso entre periódicos até o momento citados, as publicações de órgãos como a Faemg, o teor dos cursos técnicos ministrados para os pequenos proprietários rurais e trabalhadores assalariados, bem como entre publicações acadêmicas, no sentido de defender a intensificação da participação do Brasil no mercado internacional de lácteos; operar uma desqualificação dos saberes tradicionalmente construídos; não questionar os elementos que constituem textos legais como a Instrução Normativa nº 51; insistir na importância da especialização tanto regional quanto das propriedades no sentido da especialização em torno da pecuária de leite, ponto cuja análise será aprofundada mais adiante; responsabilizar o produtor individualmente pela adequação ou não aos pressupostos estabelecidos para a qualidade do leite; primazia do conhecimento técnico-científico como chave para aumentar a produtividade, lucratividade e qualidade da atividade pecuária, pode se falar num esforço pela construção de uma hegemonia ancorada nos princípios e interesses do “agronegócio leite” e dos setores da sociedade intimamente ligados a ele.

¹⁸² GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In.: _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 2ª ed. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001. p.19.

¹⁸³ Disponível em: <<http://www.unipam.edu.br/public/curso/lista.unipam>> ; acesso em 21/02/2013.

Aplicado às relações entre Estados, o conceito de “hegemonia”, tradicionalmente significou poder ou domínio político, como afirma Raymond Williams. Segundo o autor, a definição teria sido ampliada para as relações de classe sobretudo na obra de Antônio Gramsci, de forma mais incisiva nos trabalhos publicados entre 1927 e 1935. Em Gramsci, *hegemonia* seria uma combinação complexa de forças políticas, culturais e sociais. Definida desta forma, hegemonia inclui e ultrapassa os conceitos de *cultura* – neste caso encarado como todo processo social em que os homens definem e modelam todas as suas vidas – e *ideologia* – onde um sistema de significados e valores é a expressão ou projeção de dado interesse de classe. Afirmar que os “homens” definem e modelam suas vidas só seria válido como abstração uma vez que, em qualquer sociedade concreta há desigualdades nos meios e na capacidade de realizar esse processo. Gramsci, de acordo com Williams, introduziu o reconhecimento do domínio e subordinação naquilo que ainda deve ser reconhecido como todo um processo¹⁸⁴.

Williams lembra que, no caso da ideologia, um sistema de ideias pode ser abstraído do processo social, da “consciência relativamente mista, confusa, incompleta ou inarticulada do homem real”¹⁸⁵, via estudo dos “ideólogos principais” ou típicos, por exemplo. As obras tenderiam a ser consideradas variantes da ideologia decisiva abstrata, ou como variantes afetadas por ela.

Uma classe dominante teria essa ideologia de formas relativamente puras e simples, sistematizada; ao passo que as subordinadas têm, numa versão apenas essa ideologia como sua consciência, já que a produção das ideias encontra-se nas mãos daqueles que controlam os meios primários de produção. Ora, justamente, os sujeitos e grupos articulados em torno do chamado “Agronegócio Leite” têm acesso aos recursos que permitem publicar livros, revistas e jornais; veicular suas proposições nos mais diferentes veículos midiáticos; influenciar a concepção e execução dos cursos voltados para pequenos proprietários rurais e trabalhadores rurais assalariados. Embora a documentação reunida na presente pesquisa não permita aprofundar na análise de debates políticos que resultaram na aprovação de medidas como a Instrução Normativa nº 51, pelas características inerentes à mesma pode-se afirmar que em alguma medida os grupos que dirigem o que se tem chamado de “Agronegócio Leite” têm também forte influência sobre o Estado.

¹⁸⁴ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In.: _____. *Marxismo e Literatura*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem. p. 112.

As várias formas pelas quais as famílias de pequenos proprietários rurais são pressionadas reforçam a afirmação de Williams de que *hegemonia* inclui as relações de domínio e subordinação, em suas formas como consciência prática, como efeito de saturação de todo o processo de vida, de toda a substância de identidade e relações vividas. É todo um sistema de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida. Constitui um senso da realidade, absoluta porque vivida, para além da qual é difícil movimentar-se para a maioria das pessoas. É uma cultura que também precisa ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes.

Vale destacar aqui também o caráter dinâmico dos projetos de construção de hegemonia pois, como afirma Raymond Williams, uma hegemonia é sempre um processo, não apenas um sistema ou estrutura, não existe apenas passivamente como forma de dominação. Precisa ser constantemente renovada, recriada, defendida e modificada. Sofre uma resistência continuada, refinada, alterada, desafiada. A realidade prática de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que mesmo sendo por definição *dominante*, jamais será total ou exclusiva.

Tanto o texto da Instrução Normativa nº 51 quanto as matérias do “Informativo Coopatos” desconsideram o fato de que a adequação ou não aos quesitos impostos para a produção leiteira não depende apenas de uma questão de aceitação da parte dos pequenos proprietários rurais e da aquisição dos conhecimentos técnicos envolvidos no tipo de produção leiteira defendido em ambas as fontes. Associam-se a esta conjuntura as condições financeiras das famílias de pequenos proprietários; as características climáticas, geológicas e hidrográficas das terras onde vivem e trabalham; as condições de acesso ao crédito rural; o grau de eficiência dos poderes públicos na prestação de serviços como a manutenção das estradas e rodovias através das quais é transportado o leite; os limites representados pela extensão das propriedades a uma expansão dos rebanhos, dentre tantos outros elementos que são ignorados nas falas a respeito da adequação ou não ao conjunto de condições que se propõe para a produção de um leite dito “de qualidade”.

A responsabilização única e exclusiva dos produtores rurais no tocante à adequação ao que estabelecia a Instrução Normativa nº 51 relaciona-se com o modelo de “modernização do campo” posto em execução no Brasil desde períodos anteriores àquele estabelecido como recorte temporal para a presente pesquisa. Renata Silva, dialogando com Luciana Miranda, afirma que as propostas de reforma agrária e modernização do campo postas em prática desde meados dos anos 1960, deixaram de

vislumbrar a alteração da estrutura fundiária como saída e apostaram na interiorização na região Norte do Brasil, bem como na exploração das regiões do cerrado, além de uma ênfase cada vez mais acentuada na base técnica da produção. O modelo de desenvolvimento acima descrito teria sido colocado em prática de forma incisiva ao longo da ditadura militar, tendo como desdobramentos o aumento da produção em contraste com grandes custos sociais. O impacto social seria visível diante da enorme quantidade de famílias que deixaram o campo e da intensificação da concentração fundiária nesse período, o que traria a intensificação dos debates em torno da reforma agrária na década de 1980, inclusive no município de Uberlândia¹⁸⁶.

Na concepção de Patrícia Matos, a modernização da agropecuária está intrinsecamente ligada à modernização do território, o que envolveria investimentos em infraestrutura, meios de comunicação e difusão do conhecimento técnico-científico, objetivando viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Na perspectiva do capital, a adequação do território para a obtenção de fluxos deve ser constante, e a fluidez de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro torna-se ao mesmo tempo uma causa, uma condição e um resultado. Consequentemente são afetadas as relações políticas, sociais, econômicas e culturais do território¹⁸⁷. Em relação ao objeto da presente pesquisa, podem ser compreendidos como elementos do esforço dos setores pretensamente hegemônicos no sentido da modernização do território a criação de filiais da Coopatos em diferentes municípios; as parcerias entre setores público e privado no sentido de promover os cursos técnicos (de vaqueiro, ordenha mecânica, inseminação artificial etc.); a criação da Cemil em 1992; eventos como a Semana Coopatos, que em 2013 chega à sua 10ª edição, contando inclusive com um site específico na internet¹⁸⁸ e chamadas em canais de televisão de ampla cobertura para divulgação do evento etc. De acordo com a autora supracitada:

O discurso ideológico do agronegócio é incorporado, aceito e apoiado pela mídia, por pesquisadores, por políticos e por muitos outros sujeitos da sociedade que utilizam justamente os dados quantitativos para defender o agronegócio. Por isso faz-se necessário apreender que a apropriação do

¹⁸⁶ SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia- MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006. p. 73.

¹⁸⁷ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 24-25.

¹⁸⁸ Disponível em < <http://semanacoopatos.com.br/2013/>> Acesso em 23/07/2013.

território por essa atividade produtiva visa, sobretudo, a reprodução do capital no campo brasileiro.¹⁸⁹

Os autores com os quais Patrícia Matos dialoga apontam a ênfase no saber técnico-científico como característica dos projetos de modernização agropecuária vigentes desde a chamada “Revolução Verde”, além da perspectiva de que essas tendências superariam as barreiras nacionais e se imporiam como modelo hegemônico de modernização:

A chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes a doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações à caminho da transnacionalização.¹⁹⁰

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo do desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas à agroindústria do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementado seu valor, como para aumentar a produção do maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres.¹⁹¹

Elementos como ênfase na especialização e no saber técnico-científico não se restringem às orientações do Informativo Coopatos para a produção de leite entre os cooperados da Coopatos. São parte constituinte de tendências de amplo alcance espacial e já incluídas no que ficou conhecido como Revolução Verde. Podem ser apontadas como algumas noções básicas agregadas aos projetos de desenvolvimento agropecuário pretensamente hegemônicos:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento

¹⁸⁹ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 26.

¹⁹⁰ BRUM, A. J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis Vozes, 1988. p. 44. Apud. MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 76-77.

¹⁹¹ GOMEZ, M. J. R. Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006. p. 185. Apud. MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 77.

da heteronomia; (c) noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento da especialização da produção, da dependência à montante e à justante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.¹⁹²

No “Informativo Coopatos” a ênfase no imperativo da adesão às exigências da legislação sanitária para a produção de leite, e sua caracterização enquanto questão de “conduta” dos produtores, foi retomada em matéria que analisava desdobramentos de novas determinações legais que entraram em vigência em 2012. O trecho abaixo foi extraído da cessão “Palavra do Presidente”, parte do Informativo Coopatos que tem função semelhante àquela exercida pelos editoriais em outros periódicos:

Passado o primeiro mês de vigência da Instrução Normativa nº 62, já é possível tecer alguns comentários a respeito do impacto da sua implantação para a cadeia produtiva. Para aqueles produtores que não vinham se esforçando para melhorar a qualidade da sua produção, a instituição das novas regras veio em boa hora. Afinal, com a mudança eles acabaram ganhando mais tempo para se adequarem aos padrões de contagem bacteriana total (CBT) e de contagem de células somáticas (CCS) recomendados. Em contrapartida, para aqueles produtores que vinham cumprindo o seu dever e fazendo sua lição de casa, o estabelecimento das novas regras não trouxe qualquer alteração na rotina, na remuneração e na qualidade da produção. Na Coopatos o trabalho de incentivo à adoção das boas práticas não deixou de ser realizado. Dando sequência a todos os esforços até aqui empreendidos, continuamos a alertar vocês, produtores cooperados, a respeito da importância dos cuidados com a qualidade do leite captado. Visando a adequação do nosso Programa de Pagamento, contudo, fizemos algumas modificações na tabela de remuneração no quesito CCS. Antes, o nosso sistema penalizava o leite que apresentava índices de contagem de células somáticas a partir de 400 mil UFC/ml. A partir de janeiro, contudo, a penalização começou a ser aplicada em leites com níveis de CCS acima de 600 mil UFC/ml.¹⁹³

Pelo exposto na matéria publicada em seu periódico, a Coopatos coloca-se enquanto incentivadora “das boas práticas”, ao invés de promover uma representação democrática dos interesses dos cooperados, o que envolveria discutir a viabilidade da aplicação das instruções normativas para os produtores dos mais variados portes e dos prazos estabelecidos para que o cumprimento das mesmas fosse exigido. Da mesma forma, poderiam ser abordadas também as possíveis soluções para a superação das

¹⁹² ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento rural sustentável. In.: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 39. Apud. MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 78.

¹⁹³ FERREIRA, Pedro Francisco. *Palavra do Presidente. Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 291. Patos de Minas. Fevereiro de 2012. p.2.

dificuldades que se impõem aos pequenos proprietários no sentido de adequar-se àquilo estabelecido na legislação. Mais que “incentivar a adoção das boas práticas” e “alertar” os produtores, a cooperativa na prática exerce mecanismos de punição para aqueles que não se adequam às condições expostas em lei e endossadas pela Coopatos via penalização no pagamento do leite aos produtores. No trecho abaixo a crítica aos produtores cujo leite não alcançava os índices de Contagem Bacteriana e de Contagem de Células Somáticas exigidos é ainda mais radical:

Nos últimos meses, devido à novela que se criou em torno da instituição das regras da Instrução Normativa nº 51 e, posteriormente, em torno da entrada em vigor da IN 62, todas as atenções dos membros da cadeia produtiva do leite se voltaram para a importância da qualidade. Nadando contra essa corrente, contudo, muitos produtores ainda continuam a questionar a validade desse quesito, por acharem que ele configura-se como uma barreira desnecessária, que impede uma maior remuneração, já que a exportação brasileira de lácteos ainda não é expressiva. Essas pessoas parecem se esquecer que a qualidade é sim um quesito essencial e obrigatório na produção de alimentos. Afinal, tais produtos afetam diretamente na saúde dos consumidores que o ingerem, assim como na sua qualidade e na sua expectativa de vida. Por isso, é fundamental o cuidado com a higiene e com o trato dos animais, para a eliminação de quaisquer resíduos nos produtos alimentícios.¹⁹⁴

Até mesmo na estrutura e vocabulário empregados na construção das frases do trecho acima reproduzido percebem-se elementos que reforçam o ataque aos produtores cujo leite fornecido à Coopatos não atendia a todas as exigências sanitárias. Neste e em outros textos publicados no Informativo Coopatos, os cooperados que não alcançavam os resultados esperados no tocante aos quesitos de mensuração da qualidade do leite são sempre referenciados na terceira pessoa do plural, e a sua não adequação é interpretada como incapacidade, como segregação proposital em relação a um bloco supostamente homogêneo formado por produtores dos mais diversos portes e a própria Cooperativa. Aqueles que não alcançaram os resultados exigidos estariam “nadando contra a corrente” do agronegócio, ao contrário dos demais, que “vinham cumprindo seu dever, fazendo a lição de casa”, aos quais, o texto do informativo chega a direcionar-se usando o pronome “vocês”, provavelmente buscando afirmar uma pretensa relação de proximidade entre a cooperativa e os cooperados.

Na distinção que o “Informativo Coopatos” estabelece entre o “vocês” – aqueles que supostamente se enquadram nas exigências sanitárias de produção leiteira - e o “eles” – aqueles que “nadam” contra esta corrente, pode-se perceber um elemento de

¹⁹⁴ LOPES, Luis Oliveira. Informe técnico. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 292. Patos de Minas. Março de 2012. p. 4.

resistência, ainda que uma resistência silenciosa e resignada, mas ainda assim significativa, uma vez que impactava nas expectativas de atingimento de metas da Coopatos e incomodava seus líderes a ponto de levá-los a produzir o artigo sobre tal impasse.

Desta forma, pode-se dizer que o “Informativo Coopatos” faz muito mais que informar; o periódico dita procedimentos a serem adotados no cotidiano da produção leiteira, busca mediar a relação entre cooperativa e produtores rurais, estabelece metas e objetivos a serem alcançados – sem no entanto especificar que tais metas e objetivos associam-se a interesses específicos inerentes a sujeitos específicos – caracterizando-os praticamente como melhorias de alcance universal e que proporcionariam benefícios indiscriminadamente, inclusive aos consumidores finais do leite e de seus derivados.

O “Diagnóstico da Pecuária de Leite” posiciona-se favoravelmente à bonificação do leite a partir de parâmetros de qualidade, mas detecta que esta prática ainda não teria se tornado generalizada no estado de Minas Gerais, sendo pouco comum sobretudo em regiões em que predominam laticínios de pequeno porte: “a adoção da bonificação pela qualidade depende, exclusivamente, da indústria de laticínios, pois o produtor tem pouco poder de influência na adoção desse e de outros critérios de pagamento do leite”¹⁹⁵.

De acordo com Edmundo Benedetti, as perspectivas para as próximas décadas apontam para uma redução no número de produtores de leite, de forma que o autor interpreta isso como um desdobramento “natural” do desenvolvimento e das transformações que vêm sendo operadas no campo, sem enxergar aí um projeto social e político pautado na exclusão e intensificação da concentração fundiária:

As reduções significativas no número de produtores e nos postos de trabalho podem significar um pesado custo social na atual conjuntura da economia brasileira, com séria crise de desemprego. Este é o preço da inovação tecnológica.¹⁹⁶

O aumento da competição, ao reduzir as margens de lucro unitário, força os produtores a investirem não só na elevação da produtividade como também do volume de produção. Assim, aqueles que não se ajustam à nova realidade são, fatalmente, eliminados do mercado. Diante dessa nova realidade, o setor leiteiro está sendo obrigado a repensar suas estruturas e seus mecanismos de

¹⁹⁵ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 65.

¹⁹⁶ BENEDETTI, Edmundo. *Bases práticas para produção de leite a pasto*. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 31.

funcionamento, não havendo lugar para produtores com baixas produtividades, com altos custos, com pouca tecnologia e sem eficiência.¹⁹⁷

Mais adiante em seu livro, o autor “suaviza” a previsão de redução drástica do número de produtores, afirmando que, dependendo da forma como as transformações no campo forem conduzidas, esta redução não será tão significativa quantitativamente falando:

Mas, no Brasil, a especialização na atividade leiteira não vai levar, necessariamente, à redução do número de produtores em nosso País. Por enquanto, longe disso, visto os atuais índices de produtividade, se acontecer, a redução se dará de forma ordenada (espera-se) e resultante da adoção consciente de tecnologia e não por imposição temporal de outros segmentos do setor. A estrutura cooperativista nacional deve desempenhar significativo papel neste segmento, intensificando e maximizando os recursos, multiplicando a oferta de produtos e dando sustentabilidade às famílias envolvidas no segmento primário (único meio social dos pequenos produtores).¹⁹⁸

Contudo, no caso específico dos pequenos proprietários rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, que fornecem leite para a Coopatos, a estrutura cooperativista não cumpre o papel previsto pelo autor acima. Na verdade, a Coopatos acaba por criar um ambiente de competição entre os produtores na medida em que estampa mensalmente nas páginas de seu informativo a listagem dos produtores com maior pontuação em qualidade do mês, bem como aqueles que entregaram os maiores volumes de leite. Da mesma forma, são realizados sorteios, geralmente de toneladas de ração, justamente entre os produtores que entregaram os maiores volumes de leite, bem como entre aqueles com melhores resultados na análise laboratorial de qualidade do leite.

Dados apresentados pelo “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” apontam para uma significativa diminuição do número de produtores de leite, de forma que o grupo com redução mais significativa seria o daqueles que produziam até 50 litros de leite por dia. Os produtores de grande porte estariam ganhado maior destaque no cenário da pecuária, de forma que, em 1980, os produtores com volume diário acima de 500 litros representavam 25% do total; já em 2005 respondiam por 62% do volume de leite produzido no Estado de Minas Gerais:

A tendência de concentração da produção de leite nos maiores produtores tem raízes nas imperfeições do mercado da terra, na pequena disponibilidade

¹⁹⁷ Idem, Ibidem. p. 32.

¹⁹⁸ Idem, Ibidem. p. 62.

de crédito rural, no elevado custo da inovação tecnológica e nas imperfeições do mercado de leite¹⁹⁹.

Tanto nas afirmações de Edmundo Benedetti quanto no trecho acima percebe-se que a crescente concentração da pecuária de leite nas mãos de grandes e médios produtores é atribuída a elementos inerentes à própria dinâmica desse ramo produtivo, de forma que não haveriam responsáveis identificáveis por este quadro e a falência de pequenos produtores seria fator previsto e tratada de forma a naturalizar-se. Contudo, levando-se em conta as evidências apontadas por Renata Faria de Melo, é possível perceber que existem ligações entre a concentração da produção agropecuária e da terra em Minas nas mãos de grandes e médios produtores e o modelo de desenvolvimento rural que orientou as políticas para o campo por várias décadas:

Nos anos de 1960, tem início o processo de modernização da agricultura brasileira, que acarretará profundas transformações tanto na base produtiva quanto nas relações sociais de produção. Embora esse processo tenha resultado em ganhos elevados de produção, produtividade e superação, em grande medida, do entrave que os condicionantes naturais representam ao desenvolvimento capitalista na agricultura, sua difusão foi parcial e seletiva: beneficiou, na maior parte, grandes produtores e alguns produtos, e se estendeu, em especial à região Centro-Sul.

Tendo em vista a diferenciação acarretada pela mudança da base técnica de produção agrícola, pretendemos investigar essas mesmas diferenciações na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: uma das primeiras áreas dos cerrados a passarem pelo processo de modernização da agricultura e cujos diferentes níveis de desenvolvimento rural abordaremos. Motivou nossa escolha o fato de que, mesmo sendo esta uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do País, é possível constatar um grande problema ao se analisar pormenorizadamente a dinâmica do desenvolvimento rural do conjunto dos municípios que a compõem: a existência de um padrão desenvolvimentista heterogêneo²⁰⁰.

Para a autora, o desenvolvimento na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba teria sido “heterogêneo”, adjetivo que aqui cabe ser substituído por desigual, e conforme avança-se na leitura da dissertação de Renata Melo percebe-se que a forma como o Estado conduziu as políticas de desenvolvimento tinha caráter excludente pelo menos até o final dos anos 1980. A autora cita a caracterização feita por Guedes Pinto para as políticas de modernização, sobretudo no que dizia respeito ao crédito rural:

- 1- Os produtos mais favorecidos pelo crédito rural foram aqueles que são considerados dinâmicos, no sentido de se relacionarem fortemente com

¹⁹⁹ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 28.

²⁰⁰ MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2005. p. 11.

- as indústrias que se situam a montante e a jusante do processo produtivo [...], entre os produtos mais favorecidos temos: algodão, café, cana, soja, trigo e inclusive arroz em algumas regiões;
- 2- Os produtos chamados “de mercado interno”, voltados para a alimentação, e que são a base da subsistência das populações de menor renda, foram aqueles que menos recursos receberam, em termos relativos, através da política de crédito rural [...];
 - 3- A desigual distribuição dos recursos de crédito rural entre as diversas regiões do país – em favor daquelas mais desenvolvidas e em prejuízo daquelas mais atrasadas, notadamente o Nordeste – sem dúvida alguma vem contribuir para o aprofundamento das desigualdades regionais;
 - 4- Na medida em que há uma concentração do crédito rural entre os produtores, em favor dos maiores; dos produtos, em favor dos mais dinâmicos; entre regiões, em favor das mais desenvolvidas, o que se verifica é uma política de crédito comandada por aqueles setores mais integrados ao processo de acumulação do capital na economia brasileira. Os financiamentos estão dirigidos, principalmente para aqueles produtores, produtos e regiões que utilizam mais intensamente os insumos e equipamentos ditos “modernos”²⁰¹.

O caráter historicamente excludente e intensificador das desigualdades dos projetos de modernização rural parece não ter passado despercebido na elaboração da Instrução Normativa nº 51, uma vez que na mesma existe uma diferenciação entre o prazo para adequação às exigências, de forma que Sul, Sudeste e Centro-Oeste teriam de antecipar-se ao Norte e Nordeste. Além disso, como afirma Renata Melo, houve uma diferenciação na distribuição dos recursos entre municípios de Minas Gerais, e mesmo no interior das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Um dos exemplos seria o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – criado em 1972, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que tinha como objetivo assegurar maiores níveis de produtividade e lucro ao empresário rural pela adaptação de culturas às melhores condições do solo da gleba, concentrando a produção:

Mesmo na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, uma das áreas dos cerrados mais beneficiadas pela atuação dos programas, nem todos os municípios o foram. No caso do PCI, só Campina Verde, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia foram abrangidas pelo programa. Segundo dados do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais apresentados por Salim (1986), esses municípios, incluindo os de Paracatu e Unaí, tiveram 95.917 hectares de área plantada via PCI, dos quais 54.965 correspondem a novas terras incorporadas, e 40.942, a terras recuperadas que agora produzem em condições mais vantajosas²⁰².

²⁰¹ PINTO, Guedes. Apud MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2005. p. 24.

²⁰² MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2005. p. 39.

Uma outra tendência apontada por Renata Melo em relação aos projetos de modernização da agricultura é o fato de que, tradicionalmente, se buscou desenvolver conhecimentos e insumos capazes de diminuir o impacto de aspectos naturais, fossem eles ligados ao clima, solos ou biodiversidade, operando-se uma artificialização dos processos produtivos. Assim, à falta de nutrientes dos solos, à falta de chuvas, à presença de pragas, seja na plantação ou no rebanho, às inundações, sempre priorizou-se responder com o uso de adubos, com a instalação de equipamentos de irrigação, aplicação de pesticidas e agrotóxicos e com a construção de sistemas de drenagem, respectivamente. Do ponto de vista das relações de trabalho, tem-se caminhado para a gradativa substituição das formas de trabalho familiar, parcerias, trabalho em regime de meeiros, pelo trabalho assalariado²⁰³.

Também de acordo com Renata Melo, dados alarmantes revelam a dimensão do impacto ambiental gerado pelo modelo de desenvolvimento rural empreendido no Brasil nas últimas décadas, dando destaque para a degradação dos solos e a substituição da vegetação nativa por outras espécies, seja de lavouras de monocultura, de árvores originárias de outros ecossistemas e adotadas para exploração madeireira, como os eucaliptos, ou pela introdução de novas espécies de gramíneas para a formação de pastagens. A artificialização dos processos produtivos teria seus impactos também na composição genética das espécies e representaria uma desvalorização do conhecimento dos sujeitos que trabalham no campo em torno das variedades vegetais e animais, em nome do conhecimento resultante de pesquisas em laboratórios:

A artificialização exacerbada do meio ambiente e a homogeneização dos processos produtivos inerentes à industrialização da agricultura respondem também por um acelerado processo de “erosão genética”, decorrente da introdução de variedades de alto rendimento e híbridos de grande fragilidade genética e altamente dependentes de insumos químicos. Com isso, vão sendo eliminados cultivares de grande variedade genética, mais resistentes, adaptados à diversidade dos ecossistemas, e que materializam o resultado de experiências seculares (GTAMA, 1992). De acordo com GTAMA (1992), este fato é revelador de uma das dimensões mais nefastas do paradigma tecnológico no qual se assenta a modernização agrícola: a ruptura com o saber empírico acumulado pelos produtores ao longo de gerações no manejo de ecossistemas diversificados e na utilização de processos biológico-vegetativos altamente complexos de produção agrícola e de criação animal²⁰⁴.

²⁰³ Idem, Ibidem. p. 15.

²⁰⁴ MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2005. p. 34.

Patrícia Matos destaca como parte do processo recente de modernização da agricultura os investimentos no desenvolvimento das sementes transgênicas e a sua crescente inserção no mercado. Como lembra a autora, a produção de sementes transgênicas está restrita a algumas poucas empresas multinacionais, e no ato da compra das sementes é comum o estabelecimento de um contrato, em que uma das cláusulas proíbe o plantio destas semente na safra posterior. Assim, desde a “Revolução Verde” intensificou-se o status de mercadoria das sementes:

A semente transformada em mercadoria é ecologicamente incompleta e desintegrada em dois níveis: 1) não se **reproduz** a si mesma, ao passo que, por definição, a semente é um recurso regenerador. Portanto, por meio da tecnologia, os recursos genéticos são transformados, deixando de ser renováveis. 2) não **produz** sozinha. Precisa da ajuda de insumos para produzir. À medida que as empresas de sementes e de produtos químicos se fundem, a dependência dos insumos vai aumentar, não diminuir. E, ecologicamente, quer um produto químico seja acrescentado externa ou internamente, continua sendo um insumo externo no ciclo ecológico da reprodução da semente. (grifos do autor)²⁰⁵

Patrícia Matos chama a atenção para o papel das sementes “crioulas” no sentido de preservar características genéticas das plantas ainda não submetidas ao suposto melhoramento genético, além disso, a preservação destas sementes significaria também uma valorização dos saberes e perspectivas ligadas às formas pelas quais os pequenos produtores rurais cultivam tais sementes. Segundo a autora, o incentivo ao plantio destas sementes tem sido feito por entidades governamentais de ensino e de pesquisa, que objetivam também estudar as variedades não transgênicas e os modos pelos quais elas são cultivadas.

Se a “artificialização” dos processos produtivos tem sido marcante na atividade agrícola norteadas pelas perspectivas do agronegócio – visível no emprego de herbicidas e agrotóxicos para combater insetos e ervas daninhas, de irrigadores para contornar a falta de chuva em determinados períodos, no uso de fertilizantes para alterar características do solo, de sementes geneticamente modificadas, é também expressiva na pecuária leiteira. As subseqüentes normas de produção, transporte, armazenamento e beneficiamento almejam tornar homogêneo um alimento que, sem a interferência que se propõe que seja efetuada desde a produção até a comercialização e consumo, teria características intrinsecamente heterogêneas. São numerosas as variáveis que incidem

²⁰⁵ SHIVA, V. Monocultura da mente: perspectiva da biodiversidade e da tecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003, p. 172. Apud. MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 114.

nas características finais do leite, e dentre elas poderíamos citar as mais diversas raças bovinas e a ampla gama de miscigenação entre elas; as diferenças na alimentação animal que podem ser observadas de propriedade para propriedade, ou mesmo de região para região; as propriedades climáticas de cada região; as características climáticas específicas de cada época do ano, que podem levar os animais a consumir diferentes quantidades de água, de pastagem e de ração ao longo do ano etc. Da forma como a produção de leite é normatizada na legislação e nos vários canais pelos quais se expressam as pretensões do agronegócio no tocante à pecuária leiteira, sobretudo com base nas determinações publicadas a partir de 1999, o que se propõe é a homogeneização do leite, de forma que as variáveis ainda restantes o tornem classificável em alguns poucos tipos de leite, como A, B, C, pasteurizado etc.

Entre os proprietários rurais das localidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras, as sementes de milho e sorgo, cultivos voltados sobretudo para a alimentação animal, são compradas nas lojas agropecuárias de Patos de Minas e Presidente Olegário, de forma que o cultivo destes gêneros está sujeito às tendências apontadas por Renata Melo em relação ao que ela chamou de “erosão” genética. Já no caso de cultivos voltados para o consumo humano na propriedade, como no caso de frutos cultivados nos quintais, feijão, plantas ornamentais, plantas medicinais e hortaliças, é predominante a extração de sementes e mudas nas propriedades e troca das mesmas entre vizinhos. Nesses casos persiste a aplicação de conhecimentos transmitidos de geração para geração, bem como a experimentação sem necessariamente seguir parâmetros científicos. Em relação à pecuária de leite, não se observa o uso de inseminação artificial na região, de forma que, quando algum proprietário decide alterar as características das próximas rezes que nascerão na propriedade, opera a substituição do touro reprodutor, ao invés de empregar técnicas de inseminação que hoje permitem determinar inclusive o sexo dos embriões.

Outra situação em que as famílias de proprietários rurais empregam basicamente os saberes construídos e acumulados ao longo de gerações é a criação de outros animais que não seja o gado bovino, e que cumprem tanto a função de fonte de alimentos para consumo interno quanto de força de tração no caso dos cavalos. São criados porcos, galinhas, cavalos, e, em algumas propriedades, existem também outras espécies de aves, tais como patos e galinhas d'angola. Nestes casos, as famílias trocam entre si ovos para diversificar o conjunto das espécies de aves de uma mesma propriedade; o suíno

reprodutor de uma propriedade é posto para cruzar com a matriz de uma outra; e de forma semelhante o mesmo é feito com equinos.

O “Diagnóstico da Pecuária Leiteira”, mais que simplesmente identificar características de como a pecuária leiteira tem sido conduzida em Minas Gerais, em muitos aspectos afirma os procedimentos e concepções considerados mais “adequados” de um ponto de vista técnico-científico, ou seja, o documento tem uma forte dimensão de intervenção no contexto da pecuária de leite. Em muitos aspectos, pode ser caracterizado como defensor da “erosão genética” e da “artificialização da natureza” de que falava Renata Melo. De acordo com o documento em questão, na alimentação volumosa suplementar, em 2005, predominou o uso da cana-de-açúcar, seguida do capim elefante e por último, o uso do milho. O sorgo seria menos utilizado, o que segundo o “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” é pouco justificável, já que se afirma que é mais resistente à falta de chuvas e apresentaria um rendimento por hectare mais elevado. Também se concluiu que o uso de hormônios, alimentação à base de rações concentradas e a inseminação artificial seriam mais frequentes entre produtores com volume diário acima de 1.000 litros²⁰⁶.

Na matéria do Informativo Coopatos anteriormente citada²⁰⁷ afirma-se que as alterações na legislação vinham de encontro a solicitações dos produtores, mas vale questionar sobre de quais produtores se está falando, certamente não se tratam dos pequenos proprietários rurais que lutam para sobreviver em um mercado cada vez mais propício à produção em larga escala. Também fala-se nas melhorias necessárias para o avanço no cumprimento das normas, de forma que a eletrificação já é uma realidade para os moradores de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, no município de Presidente Olegário, porém há que se questionar sobre a qualidade do fornecimento de energia diante das quedas frequentes em períodos chuvosos. Quanto à manutenção das estradas, esta ainda deixa em muito a desejar, tendo em vista que não costumam ser feitos reparos em meio ao período chuvoso, o que só ocorre depois do mesmo. Por fim, a questão do pagamento do leite por meio de parâmetros de qualidade é afirmada enquanto medida sugerida pelo próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma que a Coopatos exime-se de ter qualquer iniciativa própria em relação a isso. Também é comum a cooperativa, por meio de seu periódico, justificar as

²⁰⁶ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 58-59.

²⁰⁷ LOPES, Luis Oliveira. Informe técnico. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 292. Patos de Minas. Março de 2012. p. 4.

variações no preço do leite pago ao produtor basicamente em função de pressões externas do “mercado”:

As perspectivas de remuneração ao produtor em 2012, por sua vez, ainda são uma incógnita. Isso porque até momento não se sabe ao certo quais serão os reflexos da crise europeia na demanda global de alimentos e na economia dos países emergentes. Por essa razão, neste ano será necessária muita cautela para não sermos pegos de surpresa.²⁰⁸

Contrariando todas as expectativas dos membros da cadeia produtiva do leite, que apontavam para o começo da recuperação dos preços dos lácteos no mercado, o mês de abril se mostrou bastante atípico. Fatores como a retração da produção brasileira de leite, o avanço das importações de matéria-prima, a estagnação da demanda por queijos e por leite longa vida e a alta das cotações do farelo de soja desencadearam um período de incertezas que muito tem nos assustado.

Tentando disseminar a euforia entre os pecuaristas, algumas indústrias vêm divulgando preços, a serem pagos pelo fornecimento da matéria-prima, nada condizentes com o cenário atual [...] Cabe a vocês, cooperados, não se iludirem com ofertas oportunistas, que não têm garantias a longo prazo. Vale lembrar que a Coopatos pagou no ano de 2011 o melhor preço da região. No sul do país, por exemplo, os preços já caíram e boatos dão conta de que, muitas indústrias já estudam uma redução de R\$ 0,07, R\$ 0,08 nos preços pagos ao produtor²⁰⁹.

O alerta do Informativo Coopatos para que os cooperados não se iludissem com “ofertas oportunistas” aponta para preocupação da cooperativa no sentido de não perder fornecedores, que poderiam optar por outros laticínios em decorrência da insatisfação com o preço pago pelo seu leite. Se em muitos momentos a baixa dos preços é justificada pela conjuntura econômica nacional e internacional, ao reportar-se ao ano de 2011 o periódico da Coopatos reposiciona a cooperativa como sujeito ativo na definição do preço do leite pago ao produtor ao afirmar que este teria sido o melhor preço da região. A “euforia entre os pecuaristas” a que se refere acima não é compartilhada pelos pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário aos quais tenho me referido; entre estes predominam as preocupações com o estoque de silagem preparado para o período sem chuvas, já que caso este se prolongasse seria necessário encontrar outras formas de alimentar o gado; a incerteza sobre o fechamento das contas ao final do mês; a preocupação em relação à saúde do rebanho, pois volta e meia, algum animal adoece e nem sempre é possível salvá-lo, mesmo com orientação do médico veterinário.

²⁰⁸ FERREIRA, Pedro Francisco. *Palavra do Presidente. Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 290. Patos de Minas. Janeiro de 2012. p.2. Disponível em: <<http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012>> Acesso em 15/03/2013.

²⁰⁹ FERREIRA, Pedro Francisco. *Palavra do Presidente. Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 294. Patos de Minas. Maio de 2012. p.2. Disponível em: <<http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012>> Acesso em 15/03/2013.

Além disso, é de suma importância que você associado, continue a investir no seu aperfeiçoamento técnico. Somente por meio da aquisição de conhecimentos e do trabalho duro conseguiremos promover mudanças nesse cenário. Uma excelente oportunidade é o 4º Tecnoleite, Encontro Coopatos sobre a Qualidade do leite. O evento será realizado no dia 28 de maio, no Parque de Exposições. Venha nos prestigiar, Como sempre, contamos com sua presença.²¹⁰

Observando os resultados obtidos pelo setor no período de janeiro a março deste ano, é possível destacar algumas variáveis mercadológicas que vêm causando preocupação em toda a cadeia produtiva. Em primeiro lugar, no que concerne às importações, no mês de janeiro foi registrado um déficit na balança comercial de US\$ 60 milhões. Segundo as informações às quais tivemos acesso, mais de 6 mil toneladas de leite em pó foram importadas, resultado que deverá se repetir em fevereiro [...].

Além disso, como já era esperado, o consumo de produtos lácteos nesses primeiros meses do ano registrou uma queda em decorrência do período que compreende as férias escolares e o carnaval. Apesar dos pesares, a redução da produção, típica da nossa região nessa época do ano, veio minimizar os efeitos dessa queda.

Outro ponto que vem tirando o sono de muitos pecuaristas por aí é o que se refere aos insumos. Nós, produtores de leite, dependemos diretamente de duas commodities básicas para a fabricação da ração, que são o milho e o farelo de soja. Como se sabe, a produção do primeiro tem sido bastante comprometida, devido ao excesso de chuvas em algumas regiões do país e à seca em outras.²¹¹

São apresentados elementos do mercado do leite que teriam grande peso sobre os preços do mesmo, tanto no que diz respeito ao preço pago ao produtor quanto ao custo do leite para o consumidor final, porém uma vez mais a responsabilidade no sentido de diminuir o impacto destes fatores sobre a rentabilidade da pecuária de leite recai sobre o produtor. A única forma de se precaver em relação às flutuações seria, na concepção do trecho do Informativo Coopatos reproduzido anteriormente, o aprimoramento técnico do produtor; sem que haja qualquer menção ao fato de que a maioria deles compra a ração leiteira fabricada pela própria Coopatos. É questionável que se conceba a definição do preço da ração como desdobramento apenas do comportamento das bolsas de valores e cotação das *comodities* dos ingredientes da mesma, sem considerar que haveria aí a intervenção da gestão da própria cooperativa. Se, por um lado, a Coopatos não assume, ao menos em suas publicações periódicas, que tenha qualquer controle na definição dos preços do leite pago ao produtor e das rações que ele adquire da própria cooperativa, é ela que aponta caminhos no sentido da superação de tais desafios e o espaço do periódico é utilizado para divulgação do evento

²¹⁰ FERREIRA, Pedro Francisco. *Palavra do Presidente. Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 294. Patos de Minas. Maio de 2012. p.2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²¹¹ FERREIRA, Pedro Francisco. *Palavra do Presidente. Informativo Coopatos*. Ano XXIII, Nº 292. Patos de Minas. Março de 2012. p.2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

denominado “Tecnoleite”, que no ano de 2012 estava em sua quarta edição. Pela forma que a cooperativa se posiciona no periódico diante do difícil equilíbrio entre o custo e a rentabilidade da pecuária de leite, conclui-se que a ideia que se pretende passar é a de que a Coopatos não é parte do problema, mas oferece as soluções. A própria posição de passividade diante das alterações nos preços do leite e dos insumos que se pretende transmitir é contrariada pelo fato de que a cooperativa assume que o rebaixamento dos preços é adotado como penalização para a não obtenção de certos resultados em termos de qualidade no próprio espaço do Informativo Coopatos, ainda que em outro número do periódico.

As “orientações” que chegam ao produtor envolvem questões relativas à conservação e limpeza das instalações onde é feita a ordenha; à alimentação animal no sentido de garantir determinados aspectos nutritivos do leite; higienização de tanques refrigeradores e ordenhas mecânicas; higienização das tetas dos animais; e conservação da temperatura ideal para manutenção de determinadas características químicas do leite. Os caminhões que carregavam latões foram substituídos pelos caminhões tanques, sob o pretexto de que estes últimos ofereceriam melhor isolamento térmico do leite. Os leiteiros são orientados a não coletar volumes de leite que apresentem temperatura superior a 7 ° C no momento da coleta, o que levou os produtores a comprarem tanques de resfriamento onde o leite é depositado diretamente, é constantemente monitorado quanto a variações de temperatura e o equipamento liga-se automaticamente quando a temperatura do leite ultrapassa 4°C.

A diferença entre o tanque de imersão e o tanque de expansão consiste no fato de que, no primeiro, o interior do equipamento é preenchido com água, e o leite é colocado em latões que serão submergidos na água ao passo que, nos segundos, o leite é colocado diretamente no tanque. O tanque de expansão também caracteriza-se por possuir um termômetro integrado a ele, e geralmente é colocado para funcionar de forma automática, sendo que, sempre que a temperatura do leite ultrapassa os 4°C, o tanque liga-se e resfria o leite novamente. Além disso, o tanque de expansão é feito de aço inoxidável e funciona como isolante térmico, de forma que, mesmo numa eventual queda de energia, a temperatura do leite em seu interior se mantém por horas. No caso do tanque de imersão, geralmente não há dispositivo de funcionamento automático e o acionamento é feito manualmente.

Estas diferenciações, para além de suas implicações técnicas, consistem em reflexos das diferenças de poder aquisitivo entre os proprietários rurais, muito mais que

uma mera questão de grau de especialização, que é o que afirma Ana Carla Vidor. Possuir ou não o tanque de expansão, ou mesmo a ordenhadeira mecânica, não se trata apenas de questão de escolha, ou de grau de especialização, mas principalmente de poder aquisitivo e de oferta de crédito, ambos sempre mais abundantes para os grandes proprietários rurais. Acrescente-se a isso o custo associado ao consumo de energia elétrica que o tanque de expansão e o equipamento de ordenha, e também o custo inerente às mudanças nas instalações da propriedade rural que a aquisição destes equipamentos exige. A instalação de um tanque de expansão e de um equipamento de ordenha mecânica pode ser dificultada até mesmo por características naturais do local onde se encontra a propriedade. Tais equipamentos, bem como os locais onde são instalados, necessitam de higienização constante - no caso da ordenhadeira faz-se necessária a lavagem da mesma a cada vez que o rebanho é ordenhado, e, no caso do tanque, este precisa ser lavado assim que o leite é retirado do seu interior – o que por seu turno exigirá abundância de água. Em períodos de estiagem, nas comunidades de Lobeira, Capoeirão dos Badús e Três Barras, na maioria das propriedades, faz-se necessário o racionamento da água, mesmo naqueles casos em que a água utilizada pelos animais e a água de consumo humano não são extraídas do mesmo poço. Não raro, os animais são direcionados para os piquetes que possuem córregos e nascentes, pois a água encanada dos cochos precisa ser racionada para que os poços de onde é extraída geralmente por meio de bombas não sequem por completo. Poços artesianos, que poderiam amenizar tal quadro, inexistem nas pequenas propriedades rurais das três localidades.

É preciso fazer uma ressalva à afirmação de Ana Carla Vidor de que para a maioria dos pequenos proprietários rurais a pecuária de leite não se constitui na principal fonte de renda e por isso não investiriam em instalações e aprimoramentos técnicos. Ora, todas as famílias aqui tomadas como objeto de estudo tem na pecuária de leite a principal fonte de renda, mas nem todas as propriedades possuem as instalações consideradas ideais para a produção de leite supostamente de qualidade, e as que as possuem o fizeram de forma gradativa e às custas de financiamentos e endividamento a longo prazo.

Capítulo 3

Estado, setores privados e produtores rurais: embates em torno da produção agropecuária.

3.1. Diferentes historicidades na transformação dos saberes

Até aqui, a relação entre o cotidiano de trabalho e as concepções de tempo vivenciadas e construídas pelos pequenos proprietários rurais e suas famílias foi tratada de um ponto de vista que prioriza o universo da propriedade rural, em sua inserção no conjunto formado pelas localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, e em alguns momentos também levou-se em conta as inter-relações com a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. Da mesma forma, não foram desconsideradas as implicações dos elementos climáticos, dos tempos da natureza, nas vivências cotidianas dos sujeitos analisados na pesquisa. Contudo, para uma caracterização mais aprofundada e complexa do recorte temporal de que trata a pesquisa é preciso considerar também temporalidades que dizem respeito a espaços mais ampliados, como os municípios de Presidente Olegário e Patos de Minas, além da inserção dos mesmos na região do Alto Paranaíba e no estado de Minas Gerais. São significativos, neste caso, o processo de globalização econômica, a formação dos blocos econômicos, e dentre eles o próprio Mercosul, pois a criação do mesmo fortaleceu as pretensões de exportar lácteos por parte de latifundiários e empresários do agronegócios que atuavam no Brasil e no exterior. O objetivo neste caso é pormenorizar os recortes temporal e espacial no sentido de identificar mudanças e permanências tanto internas às localidades priorizadas na pesquisa quanto aquelas observáveis em contextos mais amplos, mas que tenham conexões entre si. Não se trata de elaborar uma contextualização que simplesmente enumere acontecimentos e conjunturas considerados relevantes *a priori* a nível nacional e regional, para em seguida adentrar o microcosmos da pesquisa apenas para trazer à tona a simultaneidade de processos que ocorreram dentro e fora dos limites das localidades rurais, mas sim de identificar as interseções entre os mesmos.

Um primeiro exemplo nesse sentido é o do estabelecimento da Instrução Normativa nº 51 no ano de 2002, sobre a qual já foram feitas algumas considerações acima. A criação daquele conjunto de normas não contou com a participação dos pequenos proprietários rurais das localidades aqui estudadas, mas iria interferir significativamente em suas vivências e na forma como conduziriam a pecuária de leite em suas propriedades, que naquele momento já constituía a principal fonte de renda das famílias. O fato de que a Coopatos era a responsável pela coleta e encaminhamento de amostras de leite para análise laboratorial, ao invés dessa tarefa ser cumprida por algum órgão governamental já era previsto na própria legislação:

11. Colheita de Amostras

Devem ser seguidos os procedimentos padronizados recomendados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de Instrução Normativa, ou por delegação deste à Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite ou Instituição Oficial de Referência.

12. Laboratórios credenciados para realização das análises de caráter oficial:

As determinações analíticas de caráter oficial previstas nas tabelas 1 e 2 do presente Regulamento devem ser realizadas exclusivamente pelas Unidades Operacionais integrantes da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite, constituída através da Instrução Normativa no 37/2002, de 18 de abril de 2002 (D.O.U. de 19.4.2002), ou integrantes da Coordenação de Laboratório Animal (CLA), do Departamento de Defesa Animal (DDA), vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou por este credenciada.

13. Disposições Gerais

13.1. A coleta de amostras nos tanques de refrigeração individuais localizados nas propriedades rurais e nos tanques comunitários, o seu encaminhamento e o requerimento para realização de análises laboratoriais de caráter oficial, dentro da frequência e para os itens de qualidade estipulados na Tabela 2 deste Regulamento, devem ser de responsabilidade e correr às expensas do estabelecimento que primeiramente receber o leite de produtores individuais²¹².

Esta disposição incluída na Instrução Normativa nº 51 teve impacto significativo para os pequenos produtores, visto que, para alguns, diante das mudanças na relação entre cooperativa e cooperados, levou à decisão de desvincularem-se da Coopatos, buscando outros meios de comercialização do leite, e para os que se mantiveram como cooperados, fez-se necessário operar mudanças na forma como o leite era produzido em suas propriedades. Assim, essa medida tomada em nível nacional teve impacto direto sobre as famílias de pequenos proprietários rurais, ainda que seus reflexos não tenham sido observados já em 2002, até porque a própria legislação estabelecia prazos para a adequação às novas determinações e diminuição gradativa da tolerância dos níveis de Contagem de Células Somáticas, por exemplo, como observado na tabela abaixo:

²¹² Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

Índice medido (por propriedade rural ou por tanque comunitário)	Prazos e Níveis de Tolerância			
Contagem Padrão em Placas (CPP), expressa em UFC/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 03 meses) Método FIL 100 B: 1991	Até 01.7. 2005 Regiões: S / SE / CO Até 01.7. 2007 Regiões: N / NE	De 01.7. 2005 Até 01.7. 2008 Regiões: S / SE / CO De 01.7. 2007 até 01.7.2010 Regiões: N / NE	A partir de 01.7. 2008 Até 01.7. 2011 Regiões: S / SE / CO A partir de 01.7. 2010 até 01.7. 2012 Regiões: N / NE	A partir de 01.7.2011 Regiões: S / SE / CO A partir de 01.7.2012 Regiões: N / NE
Contagem de Células Somáticas (CCS), expressa em CS/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 03 meses) Método FIL 148 A : 1995	Máximo 1,0 x 10 ⁶ , para estabelecimentos que se habilitarem antecipadamente aos termos do presente RTIQ	Máximo 1,0 x 10 ⁶ , para todos os estabelecimentos, nos termos do presente RTIQ	Máximo de 7,5 x 10 ⁵	Máximo de 1,0 x 10 ⁵ (individual) Máximo de 3,0 x 10 ⁵ (leite de conjunto)
Pesquisa de Resíduos de Antibióticos/outras Inibidores do crescimento microbiano: Limites Máximos previstos no Programa Nacional de Controle de Resíduos – MAPA	Máximo 1,0 x 10 ⁶ para estabelecimentos que se habilitarem antecipadamente ao presente RTIQ	Máximo 1,0 x 10 ⁶ para todos os estabelecimentos, nos termos deste RTIQ	Máximo de 7,5 x 10 ⁵	Máximo de 4,0 x 10 ⁵
Temperatura máxima de conservação do leite: 7oC na propriedade rural /Tanque comunitário e 10oC no estabelecimento processador.				
Composição Centesimal: Índices estabelecidos na Tabela 1 do presente RTIQ. Métodos Analíticos de Referência: Matéria Gorda, g /100 g (FIL 1 C: 1987); Extrato seco desengordurado, g/100 g (FIL 21 B: 1987); Índice Crioscópico (FIL 108 A: 1969); Proteínas, g /100g (FIL 20 B:1993).				
Prazos de vigência Leite tipo C, Cru ou Pasteurizado, conforme descrito em RTIQ específico:				
			Até 01.7.2005, nas Regiões:S / SE / CO e Até 01.7. 2007, nas Regiões: N / NE	

Tabela 1 : Requisitos microbiológicos, físicos, químicos, de CCS, de resíduos químicos a serem avaliados pela Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite.
Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

Apesar da aplicação da Instrução Normativa nº 51 em nível nacional, existe uma diferenciação regional no que diz respeito aos prazos para adequação às normas, de forma que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste teriam menor prazo para adequar-se, sendo que os municípios destacados na presente pesquisa encontram-se na região Sudeste; enquanto que as regiões Norte e Nordeste teriam um maior prazo para adequar-se.

Concentremo-nos em um dos pontos mais básicos da produção de leite: a ordenha. A ordenha manual exige que se conheça como pressionar as tetas das vacas; como posicionar-se ao lado das mesmas, com a ajuda de “banquinhos” ou simplesmente abaixado; como amarrar-lhes os membros traseiros, que no vocabulário local chama-se “pear”; e ainda uma certa habilidade para que o balde de leite - recipiente mais utilizado para captar o leite – não derrame e que não caiam ciscos e sujeira em seu interior. Na entrada dos latões costumavam ser colocados coadores para evitar que partículas que caíssem nos baldes fossem transferidas para os latões. Como dito anteriormente, costumava-se colocar os bezerros amarrados junto às rezes no momento da ordenha, mas, com o aumento da quantidade de animais e crescente necessidade de alternativas que tornassem a ordenha mais rápida, adotou-se a prática de ordenhar as vacas enquanto estas alimentam-se de ração leiteira, o que gradativamente dispensou a presença dos bezerros, que só mais tarde seriam alimentados com mamadeiras.

A adoção de ordenhadeiras mecânicas pode ser entendida tanto como estratégia na busca por diminuir o esforço físico e o tempo gastos para ordenhar os animais quanto resultado de pressões externas. A ordenha manual sempre foi duramente atacada por técnicos, engenheiros e médicos veterinários, sempre caracterizada como prática comprometedora da qualidade do leite. Por meio de cursos ministrados na região logo no início dos anos 2000, entidades ligadas aos laticínios e a instituições governamentais passaram expor as formas pelas quais deveria ser operada a ordenha mecânica e o manejo dos rebanhos de um modo geral.



Figura 11 – Fotografia tirada na conclusão do “Curso de Vaqueiro”, ministrado em 2001.
Acervo do autor.

Convergir para os cursos ministrados tanto pequenos proprietários rurais quanto trabalhadores assalariados de propriedades maiores; ao final do curso foram distribuídos materiais como camisetas e bonés, como é possível verificar na imagem acima, e as fotografias tiradas e entregues a todos os participantes parecem ter sido orientadas pelo objetivo de registro do fato de que tais cursos eram ministrados e familiarização dos proprietários rurais e trabalhadores assalariados com slogans e símbolos cujo significado eles até poderiam não conhecer de forma aprofundada, mas que se tornariam recorrentes nos contatos com a cooperativa para a qual vendiam o leite, no período distribuído entre cooperados, o “Informativo Coopatos”, e nas incursões no meio urbano.

O cartaz do lado direito da foto menciona órgãos dos governos estaduais e federais, presentes na concepção e financiamento deste e de outros cursos, já que estes continuam a ser ministrados, além de palestras e encontros no meio urbano; e estão amplamente alinhados com princípios de eficácia, produtividade e qualidade do leite endossados pelos sujeitos e instituições que enquadram a pecuária entre os muitos campos de negócios do campo considerados viáveis. O fato é que existe uma forte desvalorização dos saberes tradicionalmente compartilhados entre os pequenos proprietários rurais em cursos com significativa participação de órgãos públicos, o que contrasta com falas difundidas nos meios de comunicação que afirmam a valorização da agricultura e da pecuária familiares por parte do Estado.

No que se refere à capacitação tecnológica e gerencial o “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” apontou como principais fontes de informação dos entrevistados, na pesquisa de 1995, em primeiro lugar o técnico da cooperativa, ou laticínio, mencionado em 28,54% dos casos; em segundo os próprios vizinhos, representando 26,17%; e por fim o técnico da EMATER, citado por 14,5% dos entrevistados. No ano de 2005, o técnico da cooperativa, vizinhos, técnico da EMATER e programas de TV, representaram, respectivamente, 22,95%, 25,65%, 6,21% e 23,05% das fontes de informação dos entrevistados. Ainda segundo o documento, a qualidade do leite seria tema frequente nos cursos ministrados no meio rural, de forma que o proprietário seria quem, com mais frequência, participaria dos treinamentos, sendo insignificante a participação de empregados assalariados e familiares do proprietário. No caso específico das famílias do município de Presidente Olegário aqui analisadas, este quadro não se confirma tendo ocorrido a participação de mulheres de proprietários nos cursos.

Além disso, o documento desconsidera o compartilhamento e circulação dos saberes no interior do núcleo familiar envolvido na pecuária de leite, uma vez que diante da inviabilidade da participação de todos os seus membros nos cursos, os conhecimentos são repassados entre os membros da família. Também é apontado que o médico veterinário seria a forma de assistência técnica à qual se recorre com mais frequência, apresentando uma tendência mais curativa que preventiva. Ainda é comum entre os proprietários rurais do município de Presidente Olegário de que venho tratando a persistência de práticas como solicitar a benzedeiros a proteção para o rebanho, o que poderia ser interpretado como mera desconfiança em relação ao conhecimento científico de que é dotado o médico veterinário. Mas, na verdade, tanto estas práticas mais tradicionais quanto o recurso a estes profissionais com formação específica são mantidas simultaneamente na contemporaneidade, e muitas das vezes o recurso a práticas como benzer a propriedade são subsequentes a tentativas frustradas no sentido de salvar algum animal com saúde comprometida via emprego de medicamentos e orientação médico-veterinária²¹³.

É possível encontrar a defesa do emprego de ordenhadeiras mecânicas em matérias do Informativo Coopatos, periódico mensal da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos De Minas Ltda.:

Sempre marcada por momentos de altos e baixos, nos últimos anos a pecuária leiteira passou a se configurar como uma atividade voltada para as pessoas com coração forte, para resistir às oscilações do mercado, e, acima de tudo, com coragem para encarar as mudanças que se fizeram necessárias. Pessoas como o cooperado Odir Paulo Caixeta (45), que após cerca de 25 anos captando leite utilizando a técnica da ordenha manual, decidiu mudar, passando a adotar a ordenha mecânica.

[...] o produtor herdou a propriedade e o espírito cooperativista do seu progenitor, Osvaldo Pereira Caixeta, que também cooperado, sempre o incentivou a buscar por uma sociedade amiga, justa e fraterna. Aos 67 anos, Osvaldo Pereira partiu desse mundo, deixando no filho marcas como amor pela atividade leiteira e pelo cooperativismo. Alguns anos após o falecimento do pai, Odir Paulo decidiu se tornar um cooperado e hoje vê a Coopatos como a sua segunda família: “lá eu consigo vender o leite que capto, comprar os insumos necessários para o meu negócio, aperfeiçoar os meus conhecimentos e me relacionar com outros produtores”.

Atuante e participativo, Odir Paulo, no ano de 2010, conquistou o prêmio Qualidade do Leite ao atingir a melhor média de Contagem Bacteriana Total (CBT) e de Contagem de Células Somáticas (CCS) daquele período.²¹⁴

²¹³ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 46-47.

²¹⁴ Nossa Gente: Faça o certo e arrisque para prosperar. *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, março de 2012. Ano XXIII. nº 292. p. 5

Além das críticas à persistência do uso da ordenha manual em algumas propriedades, em documentos como o “Diagnóstico da Pecuária Leiteira” existe a insistência na melhoria da administração da propriedade rural, que, da forma como estaria sendo feita tradicionalmente, seria um obstáculo à produtividade e lucratividade da pecuária. O fato de que a contratação de um técnico administrador é pouco frequente dentre os entrevistados para a elaboração do Diagnóstico é apontado como um dado preocupante, e demonstra que, na concepção deste documento, o proprietário rural, apesar de muitas das vezes residir em sua propriedade e participar diretamente do processo produtivo, como no caso dos produtores familiares, seria menos capaz de administrar a propriedade que um técnico com formação específica. Aqui o conhecimento técnico científico é supervalorizado em detrimento dos saberes da experiência, e um dos pontos onde se questiona a capacidade do proprietário rural no sentido de gerir a produção em suas terras seria a pouca frequência com que se adota o controle da produção leiteira de cada animal:

Embora recomendado pelos técnicos, o controle leiteiro não é muito praticado pelos produtores, apesar de ser uma ferramenta importante na seleção das vacas que devem permanecer no rebanho e as que devem ser descartadas.

Os dados por região mantiveram a mesma tendência dos estratificados por produção, com predominância dos registros de data de cobertura e de nascimento de bezerros.²¹⁵

O planejamento da atividade leiteira é outro instrumento essencial na busca da eficiência. Um dos principais componentes do planejamento é o estabelecimento de metas de produção, produtividade e resultados financeiros. Além de orientar o produtor, essas metas funcionam como desafio: “quem não sabe aonde ir, não chega a lugar algum”.

Os dados [...] revelam um quadro sombrio da administração da empresa rural produtora de leite, já que a maioria dos produtores, em 2005, não tem metas para produção de leite, produtividade e receitas²¹⁶.

No primeiro trecho acima reproduzido vale destacar a forma como a seleção de animais é tratada como elemento simples, orientado simplesmente pelas perspectivas de ganho monetário, fator que não está excluído do conjunto dos referenciais dos pequenos proprietários rurais, mas que não é o único a se levar em conta. De um lado, “descartar” animais não é tarefa simples pois em momentos em que se faz necessário reduzir o rebanho, como nos anos em que o período sem chuvas estende-se mais que o costumeiro, os pequenos proprietários de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús enfrentam o obstáculo de que a maioria dos vizinhos está na mesma situação, ou seja,

²¹⁵ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006. p. 45.

²¹⁶ Idem, Ibidem. p. 44.

com dificuldades para comportar o rebanho em sua propriedade e mantê-lo bem alimentado. Além disso, pela proximidade e constância da relação com o rebanho, esta envolve também elementos afetivos, além de um senso de responsabilidade pelo bem estar dos animais, de forma que o descarte de alguns deles é uma alternativa reservada para períodos muito críticos. Chama a atenção também a denominação “empresa rural produtora de leite”, termo em dissonância com os significados que a terra assume para as famílias que nela residem, já que, bem mais que fonte de renda, esta assume papéis de residência, patrimônio familiar, legado para as futuras gerações etc.

Na concepção e condução dos cursos fornecidos aos pequenos proprietários rurais, bem como em trabalhos acadêmicos e publicações bibliográficas de engenheiros agrônomos, veterinários e economistas, os sujeitos diretamente envolvidos no cotidiano do trabalho no campo são tratados como tabula rasa, de forma que seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo são desconsiderados:

O Programa da Melhoria da Qualidade do Leite, como o próprio nome diz, deve contribuir, **de forma racional e gradativa**, para a melhoria substancial da qualidade do leite. Entretanto, esta melhoria deve ser iniciada pelo homem e não pela máquina (automação). Princípios de higiene pessoal e educação em saúde pública devem ser as principais ações educativas sobre qualidade. Para isso é importante a valorização da mão-de-obra, de forma simples e objetiva, gerando mudanças na atual mentalidade do produtor. Afinal a conservação do leite mal obtido de nada vale. Ao educar os produtores, eles próprios sentirão o valor e a importância das mudanças, principalmente na área de gerenciamento da propriedade (reflexos imediatos no incremento da produtividade e, por consequência, maior rentabilidade).²¹⁷ (Grifo do autor).

O autor do trecho reproduzido acima, Edmundo Benedetti, tem formação em Medicina Veterinária, atua na Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia (CALU), e também é docente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia. O autor não atua diretamente na Coopatos, mas as concepções defendidas em seu livro estão em consonância com trabalhos de economistas, engenheiros agrônomos e com perspectivas apontadas em periódicos que chegam até os pequenos proprietários rurais e que possuem, entre seus objetivos, a legitimação e ênfase na primazia dos saberes técnicos e científicos em detrimento dos saberes tradicionalmente construídos e adquiridos pelos produtores rurais. Em 2010 foi criada a revista “Leite Sustentável”, que apesar de ser comercializada, teve exemplares distribuídos gratuitamente entre cooperados da Coopatos. No editorial da primeira edição são explicitados os principais objetivos da revista:

²¹⁷ BENEDETTI, Edmundo. *Bases práticas para produção de leite a pasto*. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 61 – 62.

O momento não poderia ser melhor para o nascimento de **LEITE SUSTENTÁVEL**. O acirramento da competitividade mundial no setor lácteo, que praticamente tirou o Brasil do mercado externo no segundo semestre de 2009, situação que ainda perdura nestes primeiros meses de 2010, coloca mais uma vez a produção nacional em xeque. Não há outro caminho para o País voltar a ser competitivo a não ser a melhoria da qualidade, com redução de custos e cuidados ao meio ambiente.

Este cenário exige, cada dia mais, uma postura ativa dos produtores e do setor lácteo como um todo. Uma das chaves para a solução desse tripé que envolve qualidade, custos e meio ambiente é ampliar o nível de informação que chega às fazendas. É neste nicho que **LEITE SUSTENTÁVEL** vai atuar. (Grifos no original) ²¹⁸

As perspectivas destacadas em relação ao “Informativo Coopatos”, à Revista “Leite Sustentável” e ao livro de Edmundo Benedetti, podem ser claramente percebidas também em trabalhos acadêmicos de áreas como a Economia, Engenharia Agrícola e Medicina Veterinária, bem como em documentos resultantes de pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas. Um exemplo disso é o “Diagnóstico da Pecuária Leiteira em Minas Gerais em 2005”, resultado de uma parceria entre Ocemg, Faemg, Senar-Minas Gerais e Sebrae²¹⁹. Havia sido publicado um outro diagnóstico em 1995, e a publicação de 2006, amparada em resultados coletados em 2005, teria o objetivo de quantificar e qualificar as transformações nos dez anos que separam os dois diagnósticos. Segundo o documento, a pesquisa seria importante no sentido de fortalecer a pecuária de leite no Estado de Minas Gerais, já que o diagnóstico de 1995 teria servido de referência para produtores rurais, lideranças do setor, governos municipais e estadual, servindo inclusive de modelo para outros estados. Assim, o documento propõe-se a analisar as mudanças, suas causas e seus efeitos; apontar perspectivas para o futuro; e contribuir para futuras intervenções. A publicação acima mencionada também defende a busca constante pela qualidade do leite via aprimoramento tecnológico:

O outro problema diz respeito à qualidade do leite que, apesar de ter melhorado com o resfriamento na fazenda, está longe dos padrões internacionais. A inserção crescente do país no mercado mundial como exportador de lácteos, exige também um grande esforço na melhoria da qualidade do leite, o que já vem sendo feito. A aprovação da Instrução Normativa 51 criou condições legais de exigência de qualidade do leite.²²⁰ Aumentou consideravelmente, o uso de ordenha mecânica pelos entrevistados, o qual passou de 4,48%, em 1995, para 17,20%, em 2005. Isto

²¹⁸ LEITE SUSTENTÁVEL. Ano I. .n. 1. Jul. / Ago. 2010. p. 6.

²¹⁹ FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006.

²²⁰ Idem, Ibidem. p. 63.

retrata queda no custo relativo da ordenha mecânica e maior exigência de qualidade do leite.

O uso do trator, que, no passado era o símbolo da modernização, cresceu pouco; passou de 19%, em 1995, para 23%, em 2005. Isto reflete a pouca disponibilidade de crédito rural, com taxas de juros compatíveis com a lucratividade da produção de leite.²²¹

As situações vivenciadas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, estão, em grande medida, atreladas aos projetos de modernização para o campo, que concentram-se no aprimoramento tecnológico sem alterações significativas da estrutura fundiária, e sendo voltado para a questão tecnológica, se torna um processo excludente. Também não houve alteração significativa da distribuição geográfica da concentração de terras e recursos, de forma que regiões com “tradição” de grande produção e produtividade mantiveram este status, e regiões consideradas “atrasadas”, “improdutivas”, na sua maioria, continuaram excluídas da onda “modernizantes”. O quadro reproduzido abaixo, apresentado por Patrícia Matos, traz as principais características dos processos de modernização para o campo colocados em prática nas últimas décadas:

1- Centralização da produção.	As empresas rurais passam a especializar sua produção em culturas de demanda internacional ou para as indústrias de processamento do mercado interno. A centralização também ocorre a nível de produtores, visto que a produção é “controlada” por um número muito reduzido.
2 – Concentração de terras.	Embora a modernização da agricultura não seja o fator principal do processo de concentração de terras no Brasil, fez aumentar o processo de concentração de terras e consequentemente, as desigualdades sócio-econômicas no campo.
3 – Produção voltada para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno.	Historicamente no Brasil, é motivada a produção de monoculturas voltadas para o mercado externo. Após 1950, propagaram-se com mais acuidade os incentivos do Estado para o cultivo de lavouras voltadas para a exportação em detrimento da produção para o mercado interno. Desde então, algumas culturas se consolidaram no <i>ranque</i> da produção agrícola do país, como a soja, algodão, cana-de-açúcar, café e laranja.
4 – Dependência da agricultura com a indústria.	A inserção das inovações técnicas nas atividades agropecuárias coseguiu implantar uma nova organização social e técnica do trabalho, de modo a

²²¹ Idem, Ibidem. p. 85.

	<p>aumentar a produtividade, ampliar a produção e também encurtar o ciclo produtivo. As inovações tecnológicas fazem com que, cada vez mais, a produção se torne menos dependente da natureza, pois as técnicas passam a subordinar a natureza ao gosto do capital, (re) produzindo artificialmente várias condições necessárias à produção agrícola. As inovações físico-químicas, mecânicas, agronômicas, biológicas e da informática concorrem cada vez mais para a superação das barreiras impostas pelas condições naturais .</p>
5 – Novas relações campo-cidade.	<p>A modernização da agricultura não modificou apenas o espaço rural, mas também o espaço urbano. A modernização da agricultura tem acabado gradativamente com a separação entre a cidade e o campo, o rural e o urbano, unificando-os em uma unidade dialética, no processo produtivo, no processo de lutas por melhores salários e preços para os produtos agrícolas e, principalmente, na luta pela Reforma Agrária.</p>
6 – Perda relativa da importância da produção local/ regional.	<p>Nas áreas atingidas pela agricultura moderna, há uma reestruturação produtiva à partir de novos métodos de produção e novas culturas. Com isso, culturas de tradição local perdem importância no cenário da produção, uma vez que há substituição de culturas.</p>
7 – Implantação de complexos agroindustriais.	<p>A consolidação efetiva do processo de modernização do campo brasileiro ocorreu com a implantação dos complexos agroindustriais a montante e a jusante. O elo da agricultura com a indústria foi reforçado e os dois setores se tornam cada vez mais dependentes.</p>
8 – Precarização das relações de trabalho.	<p>Com as inovações tecnológicas alavancadas pela ciência e incorporadas ao processo produtivo agrícola, as relações de trabalho vêm sofrendo profundas modificações, com a diminuição da quantidade de trabalhadores, a especialização da mão de obra, a precarização das condições de trabalho, o que implica uma nova subordinação do trabalho ao capital.</p>
9 – Impactos ambientais.	<p>O modelo de implantação da agricultura moderna no Brasil não economizou/a os recursos naturais. O uso “descontrolado” dos recursos naturais por essa atividade tem comprometido a biodiversidade dos biomas brasileiros. Os impactos negativos mais notáveis são: desmatamento, compactação e erosão dos solos, eutrofização dos rios, poluição das águas e a extinção da flora e da fauna.²²²</p>

²²² MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. pp. 83 – 84.

Tabela 2 - Consequências da modernização agrícola brasileira.

Fonte: Adaptado de REBORATTI, C. 2007. Org.: MATOS, P. F., 2009.

Apud: MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 83 – 84.

Na pecuária de leite a questão da diferenciação entre períodos de chuva e seca é fundamental na medida em que, conforme avançam os meses sem chuvas, o gado fica cada vez mais desprovido de pastagens. As propriedades, devido à sua extensão, não possuem pastagens que possam ser reservadas a longo prazo, de forma que logo se faz necessário alimentar o gado com cana-de-açúcar, capim elefante triturado, ou silagem, sendo que esta última é a forma de alimentação empregada por mais meses. O gado “solteiro”, ou seja as vacas que desmamaram recentemente e as novilhas ainda não paridas, é transferido para pastos alugados e os animais que permanecem na fazenda receberão trato diário. Porém, como existe variação no início e término do período chuvoso, e como após as primeiras chuvas é necessário aguardar os pastos se recuperarem para depois introduzir o gado nos mesmos, nem sempre a silagem armazenada é suficiente. Quando isso ocorre, os produtores rurais precisam buscar alternativas, como comprar excedentes de silagem de grandes fazendas, comprar caroço de algodão, comprar cargas de cana-de-açúcar, caso alguém nas redondezas a tenha para vender, enfim, buscar alternativas de alimentação para o gado e esperar até que se iniciem logo as chuvas.

Voltemos à questão das leis sanitárias estabelecidas para a produção leiteira. Elas se inserem num contexto histórico específico, com peculiaridades socioeconômicas e políticas, e as pressões exercidas no sentido de garantir o cumprimento do que se estabelece na Instrução Normativa Nº 51, influenciam na relação dos produtores rurais com o tempo. As características do leite estão atreladas a características genéticas dos animais, sua alimentação, disponibilidade de água, estágio da lactação em relação à próxima cria etc. de forma que, este alimento teria, ao longo do ano, variações em suas características químicas. Ocorre que o leite também é alvo do foi chamado de “artificialização” da produção agropecuária, de forma que, o que se espera, com medidas como a Instrução Normativa Nº 51 é a homogeneização deste produto orgânico independentemente de condições climáticas ou características do rebanho.

A legislação em questão foi implantada em 18 de setembro de 2002, e publicada no Diário Oficial da União no dia 20 do mesmo mês e ano, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o Ministro da Agricultura era Marcus Vinícius Pratini de

Moraes, economista que já prestou consultoria a grupos como a JBS S.A., uma das maiores indústrias de alimentos do mundo, que opera no beneficiamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. O grupo controla marcas como Swift, Friboi, Maturatta, Cabana Las Lilas, Pilgrim's, Gold Kist Farms, Pierce e 1855. A companhia atua em 22 países de cinco continentes (entre plataformas de produção e escritórios) e atende mais de 300 mil clientes em mais de 150 nações. O então Minsitro da Agricultura era amplamente favorável à abertura de mercados internacionais à partir de projetos das empresas privadas, o que pode ser percebido em falas do mesmo na posse de Mendes Ribeiro, tornado Ministro da Agricultura no governo Dilma Rousseff²²³. Desta forma, a busca em alinhar o Brasil a parâmetros sanitários internacionais de produção do leite foi, além de respostas às pressões decorrentes da formação do Mercosul, desdobramento de uma política de governo interna muito específica.

Segue o texto da Instrução Normativa Nº 51 que, na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, antecede os anexos com os regulamentos técnicos de produção, identidade, e qualidade dos leites tipo A, B, C; e do leite cru refrigerado, do leite pasteurizado, além do regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte:

Instrução Normativa Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

Situação: Vigente

Publicado no Diário Oficial da União de 20/09/2002 , Seção 1 , Página 13

Ementa: Aprova os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.

MINISTÉRIO AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II da Constituição e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta

²²³ Conforme matéria publicada no portal G1. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/08/ex-ministro-pratini-de-moraes-aconselha-mendes-ribeiro.html>> acesso em 29/07/2014.

de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Exclui-se das disposições desta Instrução Normativa o Leite de Cabra, objeto de regulamentação técnica específica.

Art. 2º A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA expedirá instruções para monitoramento da qualidade do leite aplicáveis aos estabelecimentos que se anteciparem aos prazos fixados para a vigência da presente Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, observados os prazos estabelecidos na Tabela 2 do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite Cru Refrigerado.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES²²⁴

No Brasil, o Estado tem tido um papel significativo na manutenção do quadro de concentração fundiária e das desigualdades no campo, já que, até então, não foi realizada uma reforma agrária abrangente e os projetos de modernização agrícola tem beneficiado, sobretudo, grandes produtores e empresários rurais. Além disso, a elaboração de leis sanitárias cada vez mais rígidas para os produtos agropecuários tem se configurado como elemento de pressão sobre pequenos produtores, pois torna o processo produtivo mais oneroso e a jornada de trabalho mais exaustiva para os mesmos. Em relação ao papel da legislação atual na manutenção da concentração fundiária José Luiz Alcântara Filho afirma que:

Durante o processo de democratização, a partir de 1985, retoma-se a pauta da reforma agrária, sendo instituído o I Plano Nacional de Reforma Agrária, cuja a meta era assentar 1,4 milhão de famílias em cinco anos de governo. Entretanto, cumpriu-se apenas 6% do objetivo, isto é, somente 85 mil famílias foram assentadas.

A Constituição de 1988, que poderia ter sido um marco na normatização das leis voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. Segundo Stédile (2002), pode-se dizer que até houve retrocessos, pois a nova Constituição acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras superiores ao limite máximo de módulos fiscais. Além disso, a desapropriação de terras por improdutividade, tal como explicitado na função social da terra, está comprometida, visto que não houve atualização dos níveis mínimos de produtividade agropecuários por unidade de área. Logo os parâmetros utilizados pelos técnicos do INCRA para caracterização de terras improdutivas datam de 1964.

Embora do ponto de vista legal e político as ações voltadas à desconcentração de terras durante a década de 90 tenham sido pouco significativas, no campo econômico a expansão do agronegócio, fruto da globalização e reabertura econômica, muito contribuiu para o aumento da concentração de terras, de

²²⁴ Disponível em: < <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932> > acesso em 29/07/2014.

modo que hoje tem se reduzido drasticamente o número de estabelecimentos agropecuários.²²⁵

José Luiz Alcântara Filho traz o seguinte balanço sobre a atuação dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no que se refere à questão fundiária:

Se por um lado, as políticas agrárias do governo FHC visavam a neutralização dos movimentos sociais e estimulavam uma reforma agrária de mercado concentrada no crédito fundiário, por outro, o governo Lula, contraditoriamente, buscou uma política de fortalecimento da agricultura familiar sem realizar alterações na estrutura fundiária e também apossou-se da política do governo anterior centrada no crédito fundiário e pequenos projetos de colonização.²²⁶

Os autores consultados até então são praticamente unânimes ao determinar que a resolução do problema da questão fundiária deve passar necessariamente pelo crivo da atuação estatal, não sendo portanto, uma transformação que se poderia esperar à partir de transformações no próprio “mercado”. Desta forma, a reforma agrária seria uma medida estratégica, e em relação à mesma Sérgio Sauer afirma que:

A democratização da propriedade da terra, mediante a reforma agrária, deverá representar a eliminação do persistente padrão de dominação social e do clientelismo, bases da reprodução oligárquica e entraves do desenvolvimento econômico, social, político e cultural do País. Essas mudanças são fundamentais porque permitem a construção de alternativas, tendo a sustentabilidade como premissa fundante de um desenvolvimento de um desenvolvimento rural sustentável.

As noções e conceitos em torno desse “desenvolvimento sustentável” fazem parte de um processo de construção teórica relativamente recente. Independentemente de todo o debate, é possível afirmar que as alternativas ao atual padrão de desenvolvimento devem ser social, política, cultural e ambientalmente sustentáveis.²²⁷

Façamos aqui um breve intervalo para discutir a concepção de “mercado” como sujeito das mudanças, concepção esta perceptível em parte da bibliografia consultada para a presente pesquisa, ainda que nem sempre de forma explícita.

Suspeito que a “economia de mercado” é muitas vezes uma metáfora (ou máscara) do processo capitalista [...] a forma mais ideologicamente convincente do mito está na noção de que o mercado é uma entidade supostamente neutra, mas (por acaso) benéfica; ou, se não é uma entidade (

²²⁵ ALCANTARA FILHO, José Luiz. *Análise exploratória dos fatores determinantes da estrutura fundiária em Minas Gerais*. 2010. 99 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – 2010. pp. 12-13.

²²⁶ ALCANTARA FILHO, José Luiz. *Análise exploratória dos fatores determinantes da estrutura fundiária em Minas Gerais*. 2010. 99 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – 2010. p. 13.

²²⁷ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 53.

pois não se pode encontrá-lo em nenhum lugar a não ser na mente), seria um espírito energizador – de diferenciação, mobilidade social, individualização, inovação, crescimento, liberdade [...] Esse “mercado” pode ser projetado como uma força consensual benéfica, que involuntariamente maximiza os melhores interesses da nação. Pode até parecer que é o “sistema de mercado” que “produz” a riqueza da nação – quem sabe não foi “o mercado” que cultivou todos os grãos?

Um exemplo claro da manipulação da ideia de um mercado por si só regulador de preços e condições de comercialização dos mais diferentes gêneros é o recurso à cotação de moedas estrangeiras, sobretudo o dólar, e variação dos valores das *comodities*, por parte de empresas, intelectuais e mesmo da imprensa para justificar a queda de preços pagos a produtores primários, o aumento de preços pagos pelos consumidores dos produtos agropecuários. O aumento da cotação da soja, por exemplo, é sempre sinal de alerta, pois, o grão é ingrediente fundamental das rações oferecidas a bovinos, suínos e aves. Ora, não é segredo que cotações de ações de empresas e valores de *comodities* podem subir ou cair graças a manobras intencionais, e ainda assim estes dados continuam a gozar de legitimidade raramente discutida, apenas porque se baseiam em aparato técnico-científico supostamente neutro. Thompson já apontava para a necessidade do historiador atentar para este tipo de concepção de mercado:

[...] o mercado é, na verdade, para as energias liberadas e para as novas necessidades (e opções) abertas pelas formas capitalistas de troca, uma soberba e mistificadora metáfora. Quando visto sob esse aspecto, o mercado é uma máscara usada pelos interesses particulares que não coincidem com os da “nação” ou da “comunidade”, mas que querem, acima de tudo, ser confundidos com esses interesses coletivos. Aos historiadores que supõem ser realmente possível encontrar esse mercado, cabe a tarefa de nos mostrar as evidências nas fontes. Uma metáfora, por mais grandioso que seja seu pedigree intelectual, não é o suficiente.²²⁸

Da mesma forma que as flutuações de preços não devem ser interpretadas como resultado de “comportamento específico do mercado”, os impasses em relação à implementação da reforma agrária no Brasil não devem ser avaliados apenas como resultado de ineficiência administrativa. Sérgio Sauer identifica alguns dos empecilhos que já de longa data têm obstruído a efetivação da reforma agrária no Brasil:

Historicamente, os pactos e alianças políticas e os arranjos institucionais têm impedido que a questão agrária se transforme em verdadeira questão política. A questão agrária não chega, portanto, a ser um empecilho ao crescimento capitalista, o que exigirá soluções políticas. Isso permite que ela seja relegada a um mero problema social e os programas de redistribuição fundiária

²²⁸ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral revisitada. In.: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 235.

reduzem-se a mecanismos governamentais voltados para aliviar a pobreza rural e amenizar os conflitos agrários²²⁹.

No trecho acima reproduzido há que se questionar inicialmente a forma como o autor percebe o campo político, percepção esta que parece restringir a política à esfera institucional e aos embates partidários. É perceptível também uma divisão das experiências reais em campos como o político, social e cultural, contra a qual vemos nos opondo no âmbito da historiografia; além do fato que o autor opera uma hierarquização entre tais campos, já que, enquanto a questão da reforma agrária for uma “mera” questão social, e não alcançar o patamar de questão política, não encontrará soluções efetivas. Na perspectiva de Leandra Domingues, a questão da reforma agrária é sim questão política, porém tem sido tratada de forma conservadora, de modo a não alterar significativamente a estrutura fundiária:

Observa-se ao analisar a realidade que na perspectiva política de governantes da União sobre assentamento, questão e os conflitos agrários, pautada por interesses e compromissos de diferentes partidos e governos, sempre predominou a representação do capital financeiro configurado pelas forças do agronegócio. O MST há tempos aponta que a política de assentamento tem sido muito mais uma tentativa de abafar conflitos pontuais (em muitos casos esses conflitos têm ganhado dimensões de massacres e grandes tragédias) do que romper com a estrutura fundiária concentradora. Com o passar dos anos as metas de governos federais para a reforma agrária têm se revelado conservadoras.”²³⁰

Agravando o quadro de concentração fundiária, percebe-se que a área que, pela legislação atual atende às condições para a desapropriação e implementação de assentamentos de reforma agrária e expressivamente maior que a área que vem sendo de fato destinada à reforma agrária no estado de Minas Gerais:

De acordo com Araújo Jr. Et. Al. (2006), o módulo fiscal médio no estado de Minas Gerais situa-se em torno de 33 hectares. (...) é considerado latifúndio todo e qualquer estabelecimento rural com mais de 15 módulos rurais. Ou seja, em Minas Gerais, propriedades com mais de 500 hectares estão dentre as passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, a área destes imóveis ultrapassa 13 milhões de hectares, isto é, corresponde a 40% da área total do estado e representa dezenove vezes mais terra que o somatório das propriedades distribuídas em forma de assentamentos rurais. Sendo assim, são claras as

²²⁹ SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 44.

²³⁰ SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012. p. 154.

evidências de disparidades na estrutura fundiária, bem como de contradição entre a existência da lei e sua execução.

Nota-se ainda que, apesar de o montante da área destinada a assentamentos rurais ser baixo, a maior parte deles se concentra no Triângulo Mineiro, Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, sendo as microrregiões de Unaí, Paracatu e Januária as mais expressivas.²³¹

Além da própria questão da distribuição da terra, é preciso refletir também sobre os projetos de modernização para o campo concebido pelo Estado Brasileiro nos últimos anos. Para o autor José Luiz Alcântara Filho, as concepções que têm orientado os projetos estatais de modernização agrícola também tem sido significativas no sentido de preservar a concentração fundiária uma vez que priorizam a grande propriedade:

Segundo Silva (1980) e Castro (1982), os avanços das transformações capitalistas na agricultura, somados à manutenção de políticas governamentais voltadas às grandes propriedades em detrimento dos pequenos estabelecimentos, foram elementos preponderantes para a intensificação da concentração fundiária no Brasil. De acordo com Guanziroli et. Al. (2001), a opção por projetos de modernização agrícola com base na grande produção resulta não apenas ineficiência social, como também econômica.

[...]

Sem ignorar a gênese da má distribuição de terra e da estrutura fundiária brasileira, bem como o impacto da modernização agrícola, é possível afirmar que a existência da pobreza e da desigualdade no meio rural evidencia a incapacidade do mercado em superar esse tipo de distorção, rebaixando a eficiência econômica e o bem estar social.²³²

No trecho supracitado há uma identificação do “mercado” como sujeito, já que fala-se em incapacidade do mesmo no sentido de superar determinados aspectos da estrutura fundiária no Brasil. Mas de qualquer forma, as considerações do autor auxiliam no sentido de perceber que, de várias formas, existe um esforço deliberado por expropriar o trabalhador assalariado do campo, o agricultor familiar, os trabalhadores sem terra, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas etc. Até então não houve reforma agrária que alterasse o quadro geral da estrutura fundiária no Brasil; ainda existem obstáculos ao cumprimento das leis trabalhistas no campo; o crédito rural ainda é restrito e burocrático; e quando não ocorrem as investidas diretas pela tomada da terra por grandes empresas ou latifúndios, adotam-se mecanismos como o arrendamento para plantio de cana-de-açúcar e a imposição de regras, parâmetros e leis sanitárias para

²³¹ ALCANTARA FILHO, José Luiz. *Análise exploratória dos fatores determinantes da estrutura fundiária em Minas Gerais*. 2010. 99 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – 2010. pp. 50-51.

²³² ALCANTARA FILHO, José Luiz. *Análise exploratória dos fatores determinantes da estrutura fundiária em Minas Gerais*. 2010. 99 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – 2010. pp. 16-17.

a produção de gêneros agropecuários. De formas mais ou menos sutis vão sendo criadas condições cada vez mais favoráveis ao agronegócio e à grande propriedade rural, e dificuldades cada vez maiores para a permanência de pequenos produtores neste ramo da economia. Ao mesmo tempo, são estudadas freneticamente formas de substituir ao máximo possível a mão de obra assalariada no meio rural. No final de tudo isso, fica a impressão de que o esforço hegemônico maior opera no sentido de estabelecer um consenso de que a produção rural só é viável em larga escala e amparada na mecanização.

Patrícia Matos caracteriza da seguinte forma os projetos para modernização agrícola colocados em prática no Brasil à partir da segunda metade do século XX.

A modernização das atividades agropecuárias visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em conta todas as repercussões sociais e ambientais advindas, desse modelo. Também não foram levados em consideração os velhos problemas da estrutura fundiária do país, como a questão da concentração de terras, e portanto, a implantação da reforma agrária não era projeto prioritário para o governo, embora em 1964, tenha sido aprovado o Estatuto da Terra para viabilizar a reforma agrária no país. Entretanto, ao invés de viabilizar a reforma agrária, o modelo optado para o desenvolvimento do campo brasileiro, via modernização do campo, reforçou a concentração de terras e substancialmente a exclusão social. Thomaz Junior (2001) afirma que o Estado, ao promover a modernização da agricultura, o fez à base de exclusão social, deixando de lado a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis, até hoje, pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira.²³³

De acordo com Patrícia Matos, o modelo de desenvolvimento agropecuário colocado em prática no Brasil foi influenciado pela chamada Revolução Verde, que teria ocorrido à partir da década de 1950, nos Estados Unidos e em alguns países Europeus, e que posteriormente se difundiria por outros países. A mesma foi marcada por iniciativas no sentido do progresso técnico, de forma que a ideia de desenvolvimento rural intrínseca a ela se restringia à produção, ou seja, o crescimento da produção era o indicador para mensurar o grau de desenvolvimento econômico no campo²³⁴.

A exemplo do que ocorreu na União Européia, os países do Mercosul também acordaram na redução de barreiras não tarifárias como restrições de ordem fitossanitária. No entanto, para que isso fosse viável, os países tiveram que buscar igualdade de normas higiênico-sanitárias para assegurar que os produtos comercializados dentro do bloco econômico apresentassem idêntica

²³³ MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. pp. 78-79.

²³⁴ Idem, Ibidem. p. 76.

qualidade e inocuidade. Ainda hoje, a harmonização das legislações é um desafio para o Mercosul.

O Grupo Mercado Comum dispõe de 14 subgrupos de trabalho, incluindo o subgrupo de Agricultura, criado pela Resolução 20/95, e o subgrupo de Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade, criado pela Resolução 77/98. Esse último subgrupo é composto por diversas comissões e grupos Ad Hoc que trabalham no sentido da harmonização dos regulamentos técnicos. Dentre eles encontramos a Comissão de Alimentos e o grupo Ad Hoc de Produtos Lácteos que faz parte da referida comissão.

Em acordo com esse esforço, os quatro países do bloco aprovaram em 1994 o Regulamento Técnico Geral do Mercosul para a identidade e a qualidade do leite fluído em quantidade de uso industrial, Resolução 94/80, que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1995. A Resolução foi incorporada na Argentina em 4 de abril de 1995 pela Resolução 110/95, no Brasil pela Portaria 146/96 de 7 de Março de 1996, no Paraguai Decreto 17056/97 de 29 de abril de 1997, e no Uruguai não foi incorporada por dificuldades técnicas.²³⁵

... a inclusão da agricultura nas negociações da Rodada do Uruguai foi um grande avanço na questão da regulamentação do comércio agrícola internacional. Segundo a SPA, a Rodada do Uruguai pode ser considerada a mais ampla e a mais ambiciosa negociação multilateral já ocorrida no mundo. A consolidação de todos os tipos de barreiras protencionistas em equivalentes tarifários, a criação de normas bem definidas para manter as relações comerciais entre os países, e principalmente, a definição de se realizar novas rodadas de negociações para reduzir ainda mais as barreiras alfandegárias, podem trazer, principalmente no comércio agrícola, ainda mais mudanças na estrutura e organização do comércio mundial.

No acordo relativo às medidas sanitárias e fitossanitárias foram introduzidos novos elementos visando reduzir práticas discriminatórias e seus efeitos adversos ao comércio. Antes do acordo, exigia-se apenas que o país não discriminasse produtos agrícolas importados por meio da aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias que não fossem aplicadas em produtos nacionais. Essa regra mostrou-se evasiva, e permitia toda sorte de interpretações. Usando-se de medidas sanitárias e quarentena como pretexto, barreiras ao comércio eram impostas de forma indiscriminada. Por razões que vão do combate à inflação doméstica a segurança alimentar, passando pelo uso do suprimento de alimentos como forma de pressão política e pelo protencionismo puro e simples, os governos sempre encontraram formas de intervir diretamente nas importações e exportações agrícolas.²³⁶

Até a aprovação da Portaria 56, submetida à consulta pública em dezembro de 1999, valiam as determinações do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA), criado por meio do decreto 30.691, de 29 de março de 1952. Posteriormente, esta legislação sofreria alterações, sendo inclusos alguns decretos e revogados inúmeros artigos. Os tipos de leite apresentados até então eram o leite tipo A, ou de granja; B, ou de estábulo; tipo C, ou padronizado; leite magro; leite desnatado; leite esterilizado e leite reconstituído.

²³⁵ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. pp. 97-98.

²³⁶ Idem, Ibidem. p. 34.

Quanto à classificação dos estabelecimentos produtores discriminava-se três categorias: (a) propriedades rurais; (b) postos de leite e derivados; e (c) estabelecimentos industriais. Na primeira categoria estavam incluídas fazendas leiteiras, estábulos leiteiros, e granjas leiteiras; na segunda, postos de recebimento, postos de refrigeração, postos de coagulação e queijarias. Por fim, os estabelecimentos comerciais estavam subdivididos em usinas de beneficiamento, fábrica de laticínios, entrepostos-usinas e entrepostos de laticínios. Conforme estabelecido no RIISPOA, as fazendas leiteiras estavam associadas à produção do leite tipo C; os estábulos leiteiros, que poderiam localizar-se na zona rural ou suburbana, à produção do leite B; e as granjas leiteiras produziam o leite A, sendo que no mesmo local seriam feitos a ordenha, refrigeração, pasteurização e engarrafamento do leite.

O uso dos caminhões tanques teria se disseminado no Brasil com mais intensidade a partir da inserção de empresas multinacionais tais como Nestlé, Parmalat, Elegê, Fleishmann & Royal e Itambé, influentes também na produção de leite longa vida no Brasil. Pelo RIISPOA também eram descritas as condições em que deveria ser beneficiado o leite longa vida, submetido ao processo de Ultra Alta Temperatura (UAT, ou UHT, em língua inglesa). Ana Carla apresenta, resumidamente, como se dá o processamento do leite longa vida, também conhecido como leite esterilizado:

O leite esterilizado conquistou significativa parcela do mercado consumidor somente na década de noventa com a entrada de grandes empresas multinacionais no Brasil, alterando substancialmente o ambiente competitivo do leite fluído por promover sua nacionalização. Leite esterilizado é definido no RIISPOA como o leite homogeneizado, submetido durante 2 a 4 segundos, a uma temperatura entre 130 e 150° C, mediante processo térmico de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32° C e envasado sob condições assépticas em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas. Esse processo diferentemente da pasteurização, elimina todos os microorganismos e os seus esporos, inclusive os saprófitos, sendo esse o motivo principal de sua longa vida. No entanto, a alta temperatura provoca desnaturação de parte das proteínas e a inativação das vitaminas, de forma que perde parcialmente seu valor nutricional. Apesar disso, o leite longa vida atende satisfatoriamente a necessidade humana de nutrientes.²³⁷

Publicada no Diário Oficial da União em 11 de março de 1996, a Portaria 146 aprova Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Produtos Lácteos no intuito de padronizar os métodos de elaboração dos produtos de origem animal e em consideração as Resoluções Mercosul/GMC números 69/93, 70/93, 71/93, 72/93, 82/93, 16/94, 43/94, 63/92, 76/94, 78/94, e 79/94.

²³⁷ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 44.

Em acordo com a afirmação do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura (DAS/MA), as normas estabelecidas no Mercosul forçaram a modernização e a adequação das normas brasileiras no tocante à produção de alimentos de origem animal.

[...] No que diz respeito aos requisitos físico-químicos não há praticamente diferenças com relação às exigências do RIISPOA. Consta no Regulamento que o leite destinado à comercialização como leite fluido à granel de uso industrial deve ser submetido ao resfriamento e manutenção na temperatura máxima de 5°C, bem como a higienização por métodos mecânicos adequados. Quando transportado deve apresentar temperatura de 6°C, admitindo-se como a temperatura mais alta 8°C.²³⁸

No que se refere à portaria nº 56 de 07 de dezembro de 1999, Ana Carla Vidor afirma que:

A consequência de maior impacto da nova legislação será a substituição, dentro de determinados prazos, do leite cru tipo C por matéria-prima resfriada na propriedade rural e transportada a granel até a indústria que o beneficiará. Esse “novo leite” terá, desde o início de sua produção e diferentemente do leite tipo C, padrões de qualidade progressivos, tanto no sentido de sua aplicação pelas diferentes regiões do país, quanto aos valores mínimos ou máximos dos diferentes parâmetros a medir. Pode-se estimar que esse leite deverá atingir ou superar, dentro de pouco tempo, os índices de qualidade já tradicionalmente estabelecidos para o leite cru tipo B [...].²³⁹

Na concepção da autora acima mencionada, as diferenças nas condições de produção do leite de propriedade para propriedade seriam uma decorrência da presença de produtores especializados e não especializados no campo. Os primeiros, têm a pecuária de leite como atividade principal, enquanto que os segundos, encontram no leite uma atividade de “subsistência” e aplicam de forma pouco expressiva recursos financeiros no incremento de sua produção. Um das consequências seria as variações nas formas de resfriamento e conservação do leite:

Muitos produtores utilizam tanques de resfriamento para o armazenamento do leite, mantendo-o na temperatura aproximada de 7-10°C, quando em tanques de imersão, e de 4°C quando em tanques de expansão. No entanto, estes últimos não são viáveis economicamente para a produção em pequena escala (menos de 50 litros/dia), dificultando sobremaneira o enquadramento dos pequenos produtores rurais na nova norma de resfriamento do leite na propriedade rural e podendo significar a exclusão de grande parte deles da atividade com o aumento do processo de concentração da produção rural.²⁴⁰

Pela forma que Ana Carla Vidor se posiciona, fica a impressão de que a exclusão de pequenos proprietários rurais da produção de leite e derivados é mera consequência inevitável de transformações no mercado de lácteos e da necessidade de inserção da

²³⁸ Idem, Ibidem. pp. 50-51.

²³⁹ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p.54.

²⁴⁰ Idem, Ibidem. pp. 56-57.

produção brasileira no comércio internacional destes produtos. Ou seja, em momento algum são consideradas as dimensões de projeto social e politicamente excludente inerentes à modernização do campo e busca por mercados internacionais:

[...] a generalização da coleta a granel de leite refrigerado poderá, a médio prazo, provocar o desaparecimento de pelo menos um terço dos produtores brasileiros, o que significa dizer que aproximadamente 400 mil pecuaristas serão excluídos da atividade.

Esse processo de especialização e seleção na pecuária e no processamento de leite é muito semelhante ao vivido pelos Estados Unidos em meados dos anos 60. A mudança da legislação sanitária estadual norte americana obrigou os produtores a investirem pesadamente em sistemas de refrigeração, equipamentos de ordenha mecânica e outros itens, o que provocou o desaparecimento de quase metade das propriedades rurais em apenas três anos, ao mesmo tempo em que intensificou o processo de fusão das cooperativas de leite.²⁴¹

A forma como tem se dado o acesso ao crédito rural no Brasil, ou em muito dos casos a inacessibilidade do mesmo, também reforçam o caráter desigual e excludente das relações de produção no meio rural, que não deixam de estar interligadas a fenômenos que ultrapassam a mera, raramente sustentável, separação entre campo e cidade como setores política e economicamente independentes entre si. Ao mesmo tempo em que destaca a criação do Pronaf como desdobramento de lutas sociais, Sergio Sauer menciona as armadilhas da contração de dívidas de financiamento rural:

Outro elemento importante, nesse processo de construção e apropriação de conceitos, noções e representações, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995. Esse programa governamental foi uma resposta às demandas históricas do movimento sindical rural, que exigia políticas públicas diferenciadas para os setores empobrecidos do campesinato – ou menos capitalizados – e historicamente excluídos dos programas governamentais de crédito rural.²⁴²

Obrigados a modernizar, os fazendeiros tiveram de recorrer ao crédito. O fracasso das primeiras safras levou, em alguns casos, à venda de parte das fazendas, para sanear o endividamento forçado. A soja leva alguns anos para alcançar, nas terras de cerrado, a plena produtividade.

[...] A grande maioria dos fazendeiros, quando forçada a modernizar suas explorações, fracassou. E isto redundou parte das vezes em venda de terra. Alguns perderam com isso a melhor parte de suas fazendas. Outros, que plantaram brachiária, ganharam uma área de cerrado aproveitável²⁴³.

²⁴¹ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 59.

²⁴² SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008. p. 22.

²⁴³ RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986. p. 129.

As bases da legislação sanitária referente à produção leiteira vigente atualmente foram lançadas já com a Portaria nº 56 de 07 de dezembro de 1999. O que se viu em seguida foi um grau de exigência cada vez maior em torno de características químicas, físicas e microbiológicas do leite, de forma que já estava pré-estabelecido que periodicamente os níveis de gordura, contagem bacteriana e células somáticas seriam alterados no sentido de uma exigência crescente. Nota-se também que aumenta o grau de exigência em relação ao leite coletado nas propriedades, sendo que pelo RIISPOA, as atenções estavam mais voltadas para o leite já beneficiado. Assim sendo, o ônus da adequação aos padrões de qualidade foi transferido de forma significativa para o proprietário rural:

O RIISPOA não determina limite para a contagem microbiana antes da pasteurização, ou seja, não importa o número de germes por mililitro para o leite cru tipo C. Pelas novas regras, a partir de 2002 para as regiões sul, sudeste, e centro-oeste, e 2004 para norte e nordeste, o leite cru resfriado deverá ter no máximo um milhão de unidades formadoras de colônias por mililitro. A partir de 2005 e 2008 (para as mesmas regiões), esse número baixa para 750 mil e em 2008 e 2011, para 100 e 300 mil, ficando bem abaixo do parâmetro estipulado para o leite cru resfriado tipo B.²⁴⁴

Corroborando a idéia de que no final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000 as medidas tomadas em relação à legislação sanitária regulamentadora da produção de leite envolveram a gradativa transferência da responsabilidade sobre a “qualidade” do leite para os proprietários rurais, cito aqui a Normativa 37 de abril de 2002. Por meio desta foi instituída a Rede Brasileira de Laboratórios de Controle de Qualidade do Leite, onde seriam submetidos à análise clínica amostras de leite oriundas tanto das propriedades rurais, quanto dos laticínios. Dessa forma, os laticínios, cooperativas e unidades beneficiadoras do leite não precisam arcar com a instalação e manutenção de laboratórios, restringindo-se a custear a coleta e transporte de amostras e o preço dos testes em si.

De acordo com Ana Carla Vidor, o estabelecimento das mais diferentes portarias e instruções normativas, ao longo do período por ela analisado, dividiu opiniões e provocou discussões, o que a autora atribui a um desencontro de informações. Mas para a autora, o processo de elaboração e implementação dos regulamentos em si teria sido

²⁴⁴ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 65.

democrático, já que tais regulamentos foram submetidos à consulta pública por noventa dias para que fossem expressas opiniões e sugestões. Já em 10 de abril de 2001 foi criada a portaria nº 18 que estabelecia quesitos para a instalação e funcionamento dos tanques de refrigeradores de leite a granel. Esta portaria teria o sentido de reafirmar pontos estabelecidos na Portaria nº 56, e estaria

em acordo com as exigências atuais de busca incessante de qualidade e padronização nos processos de produção alimentar. Um ciclo de modernização e adequação em todos os elos da cadeia produtiva láctea se iniciou após a formação do Mercosul. A inserção no mercado internacional torna-se evidente e importante para a economia brasileira. Para tanto é preciso que o Brasil disponha de uma legislação capaz de garantir produtos que estejam dentro dos padrões exigidos pelos mercados compradores em potencial.²⁴⁵

Num mesmo sentido, foi implementada a portaria nº de 18 de janeiro de 2002, que estabelecia o Regulamento Técnico de Equipamentos de Ordenha, o que na concepção de Ana Carla Vidor, reflete uma acertada preocupação com todas as etapas da cadeia produtiva do leite, que convergiria para a obtenção do produto final de qualidade.

Ao mesmo tempo em que fala em um “inevitável” desaparecimento de produtores não especializados da cadeia da pecuária de leite, Ana Carla aponta a criação do PROLEITE como medida tomada pelo governo supostamente no sentido de possibilitar a permanência de pequenos e médios produtores no mercado. O programa em questão foi instituído pela Resolução 2.618 de 1999 e normatizado pela Resolução 2.857 de 2001, ambas do Banco Central. Em linhas gerais, o programa seria voltado para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária de leite, de forma que o limite de crédito seria de 60 mil reais por produtor, com taxa de juros de 8,75% ao ano, prazo de cinco anos, acrescidos de dois anos de carência e amortizações semestrais. Teriam sido liberados na ocasião 200 milhões de reais para serem aplicados até 30 de junho de 2002.²⁴⁶

Tendo como referencial a discussão de Edward Thompson sobre as falas de legitimação da Lei Negra, e das práticas decorrentes dela, discussão desenvolvida em “Senhores e Caçadores”, vale questionar aqui: Qual é o discurso legitimador das leis

²⁴⁵ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p. 68-69.

²⁴⁶ Idem, Ibidem. 69-70.

sanitárias voltadas para o leite? No trecho abaixo, podem ser verificados alguns elementos deste discurso:

A segurança alimentar, o “dumping” e a proteção ao emprego doméstico têm sido, normalmente, as justificativas mais apresentadas para a imposição de barreiras alfandegárias. Dentro do novo acordo selado na Rodada do Uruguai os países só podem impor essas medidas com base em métodos científicos internacionalmente aceitos.²⁴⁷

[...] na comercialização dos produtos agroalimentares existem externalidades negativas e informações assimétricas, uma vez que os consumidores correm o risco de ingerir um produto inadequado e que dispõem de menos informações que os produtores sobre o produto final. Dessa forma, justifica-se a intervenção governamental por meio da elaboração de uma legislação higiênico sanitária adequada para garantir a saúde pública e a proteção dos consumidores.

Não obstante, uma prática que tem gerado grande preocupação por parte do governo é a comercialização de produtos de origem animal sem qualquer tipo de inspeção sanitária. O mercado informal do leite responde por quase 40% do volume de leite comercializado, representando um grande risco à saúde pública. As normas sanitárias mais rigorosas podem contribuir para a comercialização de leite informal, haja vista que, inicialmente, grande quantidade de matéria prima será rejeitada. Entretanto, o governo, ciente de tal situação, entende que o combate sistemático do “leite clandestino” é um aspecto de vital importância para a modernização do setor produtivo de leite e derivados.²⁴⁸

A retórica em prol das leis sanitárias apela para uma suposta segurança alimentar e preocupação com a saúde do consumidor final, mas podem ser feitas inúmeras objeções a estes argumentos. Exige-se muito do produtor rural em termos de qualidade do leite, mas seu gado é medicado com substâncias desenvolvidas pelas multinacionais produtoras de medicamentos veterinários cujas consequências para a saúde humana nem sempre são explicitadas. O mesmo gado é alimentado com rações industrializadas a base de grãos, muitas das vezes, transgênicos, e oriundos de plantações em que os agrotóxicos são amplamente adotados. Assim, mesmo uma fala ligada a um esforço de legitimação, que se apoia no aparato técnico e científico, e portanto, supostamente neutro, pode ser desconstruída e questionada.

3.2. Produtores rurais e os embates em relação à “cooperativa”

²⁴⁷ Idem, Ibidem. p. 34.

²⁴⁸ VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002. p.111.

O “Informativo Coopatos” é, até o momento, a publicação periódica com maior potencialidade para auxiliar na elucidação dos questionamentos aqui expostos no que se refere às relações entre cooperativa e cooperados. Pelas matérias analisadas até então percebe-se um alinhamento da diretoria da Coopatos com tendências relativas à pecuária leiteira vigentes inclusive no exterior, e de certa forma, impostas ao mercado brasileiro.

A análise irá se concentrar nos números publicados entre julho de 2011 e dezembro de 2012, pois as edições deste período estão disponíveis no site da Coopatos. Tendo em vista que os cooperados entrevistados não costumam arquivar o jornal da cooperativa, resgatar as edições anteriores tornou-se inviável, com exceção de alguns números isolados. Nas referências, a data de acesso é sempre 15 de março de 2013, pois nesta data foi feito o download de todas as edições aqui analisadas e do material disponibilizado via internet, por outro lado, foi possível cobrir um período de dois anos de publicações, o que corresponde, dentro do recorte temporal da presente pesquisa como um todo, à configuração mais recente das relações entre produtores rurais e cooperativa. Os investimentos na própria produção do Informativo, que incluíram a sua disponibilização on-line e impressão em cores, são parte do quadro geral de iniciativas da Coopatos que têm caracterizado suas relações para com os produtores. Desde já é importante ressaltar que, apesar do nome, o periódico em questão busca apresentar as condições nas quais o leite deve ser produzido, os objetivos que os produtores devem ter em mente, além de buscar criar uma concepção de unidade entre os fornecedores de leite, ao recorrer a expressões como “família cooperativista”, fazendo, portanto, bem mais que simplesmente “informar”.

São algumas especificidades do “Informativo Coopatos” o fato do mesmo dirigir-se a um público específico, ou seja, os cooperados; o fato do jornal ser distribuído gratuitamente, ao invés de comercializado; e a periodicidade do jornal e suas relações com o projeto editoria, que em vários aspectos assume um papel de balanço mensal das atividades da cooperativa.

As matérias da revista “Leite Sustentável” têm caráter predominantemente técnico, e a linguagem empregada nos textos também trazem esta marca, sobretudo em comparação com o “Informativo Coopatos”. A revista também possui características gráficas distintas, contando com volume significativo de ilustrações, fotografias, gráficos e tabelas, bem como maiores espaços para publicidade, o que provavelmente

está relacionado com a periodicidade da mesma e o fato de constituir-se enquanto mercadoria. No caso dos dois periódicos, uma questão a ser aprofundada seria qual a efetiva influência dos mesmos em relação aos produtores rurais de pequeno porte, uma vez que, tanto a disponibilidade de tempo quanto o grau de alfabetização da maioria deles são restritos.

Sob a expansão do capitalismo contemporâneo, e de seus desdobramentos no meio rural, associáveis às noções de “agroindústria” e “agronegócio”, várias formas de organização coletiva têm se redefinido e caminhado na direção da maximização das formas de acumulação e exploração. Em um dos cartazes da fotografia anteriormente reproduzida, existe a menção à participação do “Sindicato Rural de Patos de Minas”, do qual nenhum dos fotografados jamais fez parte ou participou das reuniões e assembleias. Menciona-se também a Coopatos, que gradativamente monopolizou a captação do leite nas localidades rurais de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, entidade com a qual os pequenos produtores relacionam-se com as possibilidades de participação na tomada de decisões praticamente anuladas. “Sindicato”, que em outros contextos referia-se a uma forma de organização e luta de trabalho assalariado, no caso acima configura-se enquanto entidade de defesa dos interesses de latifundiários e empresários do agronegócio. “Cooperativa”, em muitos casos uma forma de organização coletiva da produção em pequena escala, dos mais diversos tipos de produtos, objetivando diminuir gastos com a produção e melhorar a logística e condições de comercialização, no caso específico da Coopatos, assume cada vez mais conotações empresariais, e também recebe a marca do monopólio dos mais abastados.

Uma matéria publicada no “Informativo Coopatos”, em novembro de 2011, fornece elementos que reforçam a configuração da mesma mais enquanto entidade privada do que enquanto cooperativa:

Como forma de reconhecimento pelo relevante trabalho empreendido pela Coopatos ao longo dos seus 54 anos de atuação, as principais organizações do segmento de produção animal (Nutrition for Tomorrow Alliance – Nutron, MSD Saúde Animal, e Serrana) em parceria com os organizadores da Feileite 2011 (5ª Feira Internacional da Cadeia Produtiva do Leite) prestaram uma homenagem à cooperativa com a entrega do Troféu Balde de Ouro durante a realização do evento. Considerado o “Oscar do Leite” o prêmio vem enaltecer as empresas e as pessoas que fazem a diferença no setor da pecuária leiteira nacional.²⁴⁹

²⁴⁹ Coopatos recebe “Troféu Balde de Ouro 2011” durante 5ª Feileite. *Informativo Coopatos*. Ano XXII, Nº 288. Patos de Minas. Novembro de 2011. p. 08.

Quando a matéria faz referência às pessoas que teriam feito a diferença no setor da pecuária leiteira, certamente não se reporta aos pequenos produtores rurais, que apesar de representarem parcela significativa dos cooperados, têm pouca participação na administração da cooperativa até mesmo pelo fato de estarem diretamente envolvidos no cotidiano de trabalho de suas propriedades.

O periódico geralmente tinha 12 páginas por edição, sendo suas seções fixas: “Palavra do Presidente”, “Capa”, “Informe Técnico”, “Aconteceu”, “Nossa Gente”, “Os melhores”, “Cooperados Aniversariantes”, “Últimas” e “Loja Agropecuária”. Os números anteriores a 2011 eram impressos em preto e branco, sendo que apenas as capas eram coloridas, e estas edições não estão disponíveis via internet. O investimento no aprimoramento do periódico é parte das estratégias da diretoria executiva, eleita 29 de março de 2005, tendo como diretor presidente Pedro Francisco Ferreira, que permanece até os dias atuais.

Seriam pontos principais destas tendências o incentivo à produção em larga escala, à inovação tecnológica e o estabelecimento de critérios técnicos para a avaliação da qualidade do leite, sempre apontando a entrada de produtos brasileiros no mercado exterior como um objetivo do “agronegócio leite”. Várias destas questões podem ser observadas no trecho abaixo:

O Brasil dispõe de técnicas e recursos de qualidade. No conjunto somos seguros do nosso enorme potencial, não somente para namorar os mercados lácteos dos países avançados, mas principalmente para supri-los. É evidente que para isso, um passo decisivo [...] é aderir decisivamente à qualidade. [...] A qualidade implica custos, rotinas e deve fazer parte do planejamento estratégico do empreendimento. Envolve também decisões de longo prazo.²⁵⁰

A Coopatos, por meio de seu informativo, inclui alcançar o mercado internacional como uma de suas metas, o que parece destoante em relação às experiências e expectativas dos pequenos proprietários rurais do município de Presidente Olegário, muitos deles fornecedores da cooperativa em questão. Vivenciávamos uma luta cotidiana para sustentar a família, de forma que as gerações mais velhas tentavam conquistar para os filhos e netos o que acreditavam ser condições de vida mais favoráveis. Contudo, a Coopatos reforça, por meio de sua publicação

²⁵⁰ JOSÉ MARIA SOLIS. Qualidade internacional dos aviões brasileiros é exemplo na busca pela Qualidade do Leite. *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, nov. 2010. Ano XXI. nº 278. p. 5

periódica, a defesa dos interesses dos cooperados com princípio norteador de suas práticas, o que dependeria, em grande medida, da fidelidade dos associados:

Outro ponto destacado pelo consultor e que deve estar sempre em conformidade com o ideal da cooperativa refere-se à fidelidade dos associados, no sentido da manutenção do padrão de fidelização [...] Segundo Carlos Claro, “existem associados extremamente fiéis, que têm o sangue cooperativista nas veias, e têm uma forte atuação no sentido da cooperação, mas como vivemos em um mundo extremamente competitivo [...] muitos associados acabam olhando somente o lado pessoal [...] É importante para o associado também ter em mente que os resultados positivos da cooperativa são revertidos para a sua conta capital, ou mesmo na distribuição eventual de sobras. Este é um ganho adicional que não teria fornecendo matéria-prima para outras empresas onde ele não tem acesso e é considerado apenas como mero fornecedor.”²⁵¹

O periódico produzido pela Coopatos informa com frequência novas estratégias de mercado adotadas pela cooperativa, como a inclusão de novos produtos dentre aqueles já fabricados e produzidos por ela, como se pode perceber no trecho abaixo:

Ainda que o cenário não fosse o melhor, contudo, podemos dizer que 2012 foi um ano relativamente bom. Afinal, mesmo em meio a tantos transtornos, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que os preços do leite se mantivessem, garantindo uma remuneração justa a você, produtor cooperado. Em 2012, ainda, demos continuidade ao trabalho de melhoria iniciado em 2004, com a reforma e ampliação da indústria. Para isso, adquirimos equipamentos, incorporamos novos processos e iniciamos os estudos para o lançamento de novos produtos que ainda não temos no nosso mix.²⁵²

Conforme pode ser observado no trecho reproduzido acima, existe um esforço do periódico em estabelecer uma relação de proximidade com o cooperado, com o uso do pronome “você”, por exemplo; e pode-se apontar ainda o estabelecimento de um marco cronológico, o ano de 2004, ano à partir do qual Pedro Francisco Ferreira tornou-se presidente da instituição. Porém, noticiar novas “conquistas” alcançadas pela Coopatos não significa que haja uma postura de transparência em relação aos cooperados. Não são fornecidos dados precisos sobre custo / benefício atrelados ao lançamento de novos produtos, ou criação de novas unidades das lojas agropecuárias, por exemplo, e não há nenhuma menção de perspectivas de alteração do preço pago pelo leite ao produtor rural. Na prática, se a Coopatos abre novas lojas agropecuárias, se

²⁵¹ O GRANDE papel do associado. *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, Ago. 2008. Ano XX. nº 251. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁵² FERREIRA, Pedro Francisco. Palavra do presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, dezembro de 2012. Ano XXIII. nº 301. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

a área coberta por seus caminhões de captação de leite é ampliada, ou se são lançados novos produtos, não há alteração nos preços pagos pela mesma pelo leite vindo do meio rural de forma que tais “conquistas” não podem ser interpretadas como vantagens para os fornecedores de leite, embora os textos do Informativo se esforcem por apontar o contrário.

Passemos então a uma análise pormenorizada da estrutura do periódico em questão. As edições entre agosto de 2011 e dezembro de 2013 tiveram em média 12 páginas; tanto a capa quanto as demais páginas internas foram editadas em cores; existe abundância de fotografias, tanto nas matérias produzidas quanto nos anúncios; e ao longo do período houveram também publicações especiais como o Informativo de setembro de 2011, dedicado a estabelecer um balanço da Semana Coopatos realizada naquele ano.

A capa da edição de Julho de 2011 anuncia a oitava edição da Semana Coopatos, evento realizado no Parque de Exposições Sebastião Alves do Nascimento, em Patos de Minas, na qual são realizadas palestras, leilão de gado leiteiro, estandes de venda de insumos agropecuários, etc. A manchete da capa na ocasião era “Negócios e conhecimento gerando resultados para você”, ilustrada com uma imagem elaborada à partir de computação gráfica, e que trazia uma pastagem ocupada por duas vacas, de forma a criar a impressão de que teriam sido feitas por meio de dobradura em cédulas de cinquenta reais e cem reais. No canto superior esquerdo da imagem, foi inserida a logomarca do evento, estampada em uma carteira, conforme pode ser observado abaixo:



Figura 12 – Capa do Informativo Coopatos. Edição de Julho de 2011.

Na secção “Palavra do Presidente”, parte fixa do periódico, presente em todas as edições, destacou-se a prorrogação do prazo para implementação de novos patamares para os itens que compõem o controle de qualidade adotado pela cooperativa:

Prezados cooperados,
 Às vésperas da entrada em vigor da próxima etapa da Instrução Normativa nº 51, que estava prevista para acontecer no último dia 1 de julho, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – divulgou a prorrogação por seis meses da cobrança das novas exigências. A notícia já era esperada por todos os membros da cadeia produtiva do leite, devido à grande pressão que vinha sendo exercida por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e por parte dos pequenos produtores advindos principalmente do sul do país, para o adiamento dos prazos estabelecidos. Nós da Coopatos, entretanto não vemos essa decisão com bons olhos. Afinal, a prorrogação pode gerar um relaxamento daqueles produtores que fizeram o dever de casa e conseguiram se adequar aos novos parâmetros da IN 51. Caso isso aconteça, todo o esforço que vinha sendo realizado, para diminuição dos níveis de contagem bacteriana total (CBT), para 100 mil UFC/ml e do teto da contagem de células somáticas (CCS), para 400 mil UFC/ml poderia ir por água abaixo.

Para não correremos esse risco, daremos continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado desde 2002, visando a melhoria da qualidade do leite captado.²⁵³

Na secção “O mercado / Classificados” receberam destaque as ações da cooperativa no sentido de conter o avanço do preço das rações:

Apesar das oscilações das cotações do milho e da soja verificados no mercado internacional, no último mês de junho, o setor de rações passou a sinalizar a estabilização dos preços praticados. Graças à ampliação da capacidade de armazenamento da Fábrica de Rações, que possibilitou a compra e a estocagem das commodities utilizadas para composição do produto, a Coopatos passou a ter condições de reter o crescimento dos custos de produção.

(...)

De acordo com o Vice-Presidente da Coopatos, Ricardo César Machado Braga, a nova capacidade de armazenamento tem sido utilizada estrategicamente para que o consumidor não saia prejudicado com a instabilidade dos preços. “Temos buscado comprar milho e farelo de soja, em quantidade suficiente para quatro meses de produção, nos períodos em que eles se encontram mais baratos. Assim, conseguimos garantir uma ração com custo interessante para o produtor”.²⁵⁴

Narciso, então, construiu sua própria estrutura, que foi projetada para que os animais se deslocassem o mínimo possível, entre o local de alimentação e a sala de ordenha, para que sombras fossem proporcionadas e para que água, de boa qualidade, fosse fornecida em abundância para o rebanho. A partir daí o cooperado conseguiu avançar bastante no quesito “qualidade do leite”, tornando-se um modelo a ser seguido por todos os membros da família cooperativista.

Para Narciso, a Coopatos contribuiu bastante para que conseguisse se manter na atividade. “Mais do que ninguém, sei da importância do trabalho realizado pela cooperativa, no atendimento às necessidades dos seus cooperados.”²⁵⁵

Ainda na edição de Julho de 2011 foi publicada uma secção específica para divulgação dos eventos que iriam fazer parte da Semana Coopatos naquele ano, com suas respectivas datas e um resumo descritivo de cada evento. Dentre outros, foi divulgada a “8ª Mostra de Fornecedores”, de forma que, o valor apontado como total faturado em negócios – venda de insumos agrícolas, de vacinas, medicamentos veterinários, equipamentos, etc. – permite apreender o quanto o evento pode ser lucrativo para alguns setores do agronegócio:

A Mostra de fornecedores é um espaço para realização de bons negócios, com preços e condições de pagamento diferenciadas, criado pela cooperativa

²⁵³ FERREIRA, Pedro Francisco. Palavra do presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁵⁴ SETOR de rações sinaliza preços mais estáveis. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁵⁵ COOPERATIVISMO: uma herança de família. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 4. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

dentro da Semana Coopatos. No último ano, o evento registrou um faturamento total acima de R\$ 6.000.000,00. Nesta edição, entretanto, a expectativa é de superar esse número.²⁵⁶

Em “Os melhores” o Informativo Coopatos traz uma listagem dos maiores fornecedores de leite no mês anterior, em termos de volume de leite fornecido – ou seja, no caso do Informativo de julho de 2011, os números referiam-se ao mês de junho – e dos produtores que alcançaram os melhores resultados em qualidade do leite. Desta forma, percebe-se que fornecer uma grande quantidade de leite, e com resultados de teste de qualidade de acordo com os parâmetros exigidos na legislação sanitária, e até mesmo acima destes, é destacado pela cooperativa como resultados aos quais todos os cooperados devem almejar. Além de proprietários rurais, também fornecem leite para a Coopatos, fazendas que constituem-se enquanto empresas, inclusive com CNPJ registrado, e algumas associações de produtores rurais. Importante notar que, no “ranking” dos maiores fornecedores, as associações são apontadas, mas separadamente dos produtores individuais e das fazendas, como se o fornecimento de leite por um grupo de produtores não tivesse a mesma legitimidade do fornecimento individual.

A seção “Os melhores – fique por dentro” continua uma exposição de resultados dos fornecedores que seriam supostamente “os melhores”, relação de novos cooperados, bem como de sorteios de ração realizados no mês anterior, de forma que participam do sorteio justamente os maiores fornecedores de leite e aqueles que alcançaram os melhores resultados em qualidade. Foi apresentado um cronograma para entrega de rações ensacadas, e de mercadorias adquiridas na loja agropecuária, além de uma agenda para “Reuniões nas Comunidades Cooperativistas” para o mês de agosto de 2011, que por sinal não inclui as localidades rurais de “Lobeira”, “Capoeirão dos Badús” e “Três Barras”. Também foram divulgados os números referentes ao volume de leite total captado pela Coopatos em Julho de 2011, a média diária de leite, o número de cooperados que forneceram leite no período em questão e o preço médio efetivamente pago ao produtor por litro de leite.

Em uma parte do Informativo intitulada “Aconteceu” são apresentados eventos realizados pela Coopatos, ou ligados a ela, e que teriam ocorrido no mês anterior, de forma que houve referência ao “Encontro Estadual de OQS das Cooperativas Agropecuárias de Minas Gerais”, promovido pelo Sistema OCEMG/SESCOOP-MG. O

²⁵⁶ ESTÁ chegando a hora de reunir toda a cadeia produtiva do leite. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 5. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

evento ocorreu no Hotel Fazenda Canto da Siriema, em Jaboticatubas, região metropolitana de Belo Horizonte, entre 15 e 17 de junho de 2011. Teriam participado do evento, representando a Coopatos, os cooperados: Paulo Batista dos Reis, José Justino André, Vicente Piau Tolentino, Wanderlei Queiroz Flor (verif. Se aparecem na lista “Os melhores dos demais números”), Valdomiro José Gonçalves, Pedro Domingos de Paula, Mauri Marra de Queiroz, Marcos Antônio Caixeta, Clóvis Teixeira da Mota e José Simão Pereira.²⁵⁷ O evento dificilmente contaria com a participação de pequenos produtores, até porque, tendo sido realizado na região metropolitana de Belo Horizonte, exigiu um deslocamento viável apenas para produtores com funcionários assalariados, que dariam continuidade aos trabalhos nas propriedades, o que não ocorre com os pequenos proprietários que são os trabalhadores em suas terras; além da própria questão dos gastos com este deslocamento.

No espaço do Informativo Coopatos denominado “Marketing – Vendas”, foi anunciada a expansão da área de distribuição de leite e derivados produzidos pela cooperativa com a incorporação de algumas cidades do Centro-Oeste mineiro. Após estudos dos técnicos da Coopatos, chegou-se à conclusão de que a região

se mostrou carente no que diz respeito ao mercado de laticínios. Isso porque as indústrias da já não conseguem suprir a demanda por produtos lácteos, que teve um crescimento considerável nos últimos anos.

Somando tudo isso ao fato de que, com a abertura do Centro de Distribuição de Belo Horizonte, a cooperativa conseguiria reduzir os custos de logística para atender às cidades localizadas nas proximidades da capital mineira, o investimento tornou-se garantia de sucesso.²⁵⁸

Diante do acima mencionado, percebe-se que a Coopatos tem por objetivo expandir continuamente a área de venda de seus produtos, que na verdade seria ainda maior se o artigo do Informativo mencionasse a área de venda dos produtos da Cemil, que recebe boa parte do leite captado pela Coopatos e foi criada à partir da união desta com outras cooperativas da região. Levando-se em conta que a Coopatos é a maior acionista da Cemil, o faturamento da mesma, bem como a área de comercialização de seus produtos também poderiam ser considerados, ao menos em parte, como resultados que interferem nos negócios da própria Coopatos.

²⁵⁷ ENCONTRO de OQS enfatiza a importância da participação. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 8. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁵⁸ COOPATOS aumenta equipe de vendas e leva o seu mix de produtos para uma nova região. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 9. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

O Informativo Coopatos de Julho de 2011 trouxe também a secção “Cooperados Aniversariantes – Coopatos Informa”, com os aniversariantes do mês de Julho e respectivas datas de aniversário; além de informar fases da lua para o mês de julho, telefones de contato de veterinários e técnicos que fazem manutenção em equipamentos de ordenha e tanques, e datas para coleta de amostras de leite para análise laboratorial. Assim, por mais que o enfoque do Informativo como um todo está predominantemente baseado no saber técnico-científico, houve a preocupação em informar as fases da lua, questão significativa para criadores de gado e agricultores, porém ligados substancialmente a saberes historicamente elaborados em suas vivências cotidianas e transmitidos através das gerações.

No espaço intitulado “Espaço Cooperativismo – Receitas – Funrural”, é apresentada a definição de cooperativismo sobre a qual atua a Coopatos; uma receita que leva leite entre seus ingredientes e que teria sido enviada pela esposa de um cooperado; e considerações de ações judiciais movidas por cooperados empregadores, ou seja, que mantêm trabalhadores assalariados em suas propriedade, no sentido de não pagar a contribuição social rural que se tornou conhecida como “Funrural”. O cooperativismo foi assim definido no periódico em questão:

O que é cooperação?

É o método de ação pelo qual indivíduos, famílias ou comunidades, com interesses comuns, constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre seus integrantes, na proporção de sua participação nas atividades da organização.²⁵⁹

Por fim a última página do Informativo Coopatos de Julho de 2011 foi reservada a anúncios da Loja Agropecuária, incluindo utensílios, e produtos veterinários, com predominância destes últimos, sobretudo de medicamentos veterinários fabricados por grupos multinacionais.

A capa da edição de agosto de 2011 anuncia uma “contagem regressiva” para a Semana Coopatos, que aconteceria entre 23 e 27 de agosto, a imagem da capa traz um homem caminhando no interior de uma plantação de trigo, de costas para a câmera, com braços erguidos, num gesto que sugere comemoração. Os dizeres da capa eram “Começou a contagem regressiva: 8ª Semana Coopatos, a hora e a vez do produtor”²⁶⁰, quando na

²⁵⁹ O QUE é cooperação?. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, julho de 2011. Ano XXII, nº 284. p. 11. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁶⁰ COMEÇOU a contagem regressiva. Capa. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 1. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

verdade, o evento revela-se enquanto oportunidade de altos lucros para os expositores nos *stands*, em sua maioria, vendedores de insumos e equipamentos agropecuários, fabricados por grandes grupos multinacionais; além da venda de animais no leilão de gado leiteiro, onde as vacas são vendidas a preços exorbitantes. Assim sendo, para pequenos proprietários rurais trata-se de um momento propício ao endividamento, até mesmo de futura redução de ganhos, pois a maioria dos negócios prevê o pagamento por meio de desconto de parcelas dos produtos e animais adquiridos no evento, no pagamento do leite dos próximos meses.

Em “Palavra do Presidente”, foram mencionados os objetivos que nortearam a criação da Semana Coopatos:

A Semana Coopatos foi criada com o intuito de integrar, ao Encontro do Comitê Educativo e ao Torneio Leiteiro, que já eram realizados há muitos anos, novos eventos, de forma a possibilitar a participação de toda a família cooperativista. Na sua primeira edição, os cooperados que compareceram ficaram um pouco arredios e receosos com aquela nova experiência. Eles participaram, mas não de forma ativa. Da segunda em diante, contudo, tudo mudou. O evento passou a ser encarado como uma oportunidade única para a aquisição de conhecimentos e para a realização de bons negócios. A participação, desde então, ficou cada vez maior.

Hoje, a alguns dias da realização da sua oitava edição, sinto que conseguimos cumprir com a missão que nos foi atribuída: a de contribuir com o desenvolvimento do nosso cooperado, defendendo-o de todas as adversidades do mercado.²⁶¹

Na edição de Agosto de 2011 também foi reservada uma seção para a divulgação da 8ª Semana Coopatos. Como na edição anterior do informativo, faz-se referência à previsão de maiores lucros do que nos negócios do evento realizado em 2011, mas destaco aqui as menções a palestras anunciadas para o evento:

Espaço para aquisição de conhecimentos

Assim como acontece todos os anos, a Coopatos escalou um time de profissionais renomados para ministrar as palestras dos eventos que acontecerão durante a Semana. Após a análise dos currículos de diversos palestrantes, os diretores da cooperativa escolheram, de forma unânime, os três que virão até Patos de Minas para transmitir aos cooperados, um pouco dos conhecimentos adquiridos ao longo de toda a carreira.

Para o 20º Encontro do Comitê Educativo, o professor José da Paz Cury trará a palestra “Cooperativismo: a moeda do 3º milênio (sobrevivência com dignidade)”, na qual abordará a importância do sistema para o mundo atual.

²⁶¹ PALAVRA do Presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

O palestrante passará todas as perspectivas do cooperativismo para os participantes, fazendo um comparativo entre o sistema e o capitalismo.²⁶²

No trecho acima mencionado, o cooperativismo é contraposto ao capitalismo como sistemas que supostamente se opõem, mas provavelmente isto não se aplica ao cooperativismo praticado na Coopatos. No canto inferior direito da mesma página que trata das palestras, foi disponibilizada a programação completa da 8ª Semana Coopatos. O que vale destacar é que a programação foi incluída numa imagem, de cartões magnéticos, num total de cinco cartões, guardados em uma carteira de couro, no local geralmente destinado aos cartões de crédito e débito. Nesse caso específico, cada um dos cartões traz a programação de um dos dias de realização da Semana Coopatos. Também recebeu destaque a realização de uma palestra específica sobre qualidade do leite:

Já no 8º Seminário Técnico Leite em Debate o tema da vez será a Instrução Normativa 51. O professor Marco Veiga, principal nome em qualidade do leite no Brasil hoje, apresentará a palestra “ Como produzir leite com CCS abaixo de 400.000 células/ml?”, durante a qual irá expor as técnicas e os cuidados necessários para que os cooperados consigam diminuir o teto da contagem de células somáticas e se adequar às exigências que passarão a ser cobradas no começo do próximo ano.²⁶³

Em uma secção inserida apenas na edição de agosto de 2011 do Informativo Coopatos, que recebeu o título “Laticínios”, fez-se referência à aquisição de novas máquinas para fabricação de embalagens para a industrialização do leite e dos derivados. Foi incluído também um anúncio da multinacional Monsanto, falando dos esforços da empresa no sentido de fornecer produtos a serem empregados na lavoura de milho, indo das sementes aos agrotóxicos, afirmando que tais esforços se baseariam no fato da empresa conhecer o valor que o produtor atribui à sua safra e que já faria parte do DNA da empresa.²⁶⁴

(...) alguns produtores rurais, em busca da redução de gastos, acabam optando pela compra de rações mais baratas que aquelas produzidas pela Coopatos. O que eles não compreendem, contudo, é que nem sempre essa economia é benéfica. Afinal, enquanto os produtos da cooperativa são feitos com matérias-primas de altíssima qualidade, muitas marcas concorrentes utilizam

²⁶² EXPECTATIVA de crescimento impulsiona últimos preparativos. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁶³ EXPECTATIVA de crescimento impulsiona últimos preparativos. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁶⁴ A META é a industrialização. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 4. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

sub-produtos para reduzir os preços e aumentar a lucratividade. Com isso, acabam diminuindo, substancialmente, os padrões nutricionais das rações comercializadas.²⁶⁵

Vários dos produtos fabricados pela Monsanto são vendidos nas lojas agropecuárias da Coopatos, desde as sementes da marca Agrocere, ao herbicida da marca Roundup, o mais vendido no mundo desde 1970. A Monsanto vem desenvolvendo projetos gigantescos (em termos de alcance territorial e de recursos envolvidos) relativos a organismos geneticamente modificados, sobretudo sementes de milho e soja, mas o que nem sempre é divulgado é o fato de que a empresa enfrenta processos por intoxicação de multidões e poluição de grandes áreas ao redor do mundo. Soa estranho uma cooperativa que exige tanto de seus fornecedores em termos de qualidade do leite, sob pretextos de garantir a higiene do produto e saúde de seus consumidores, tenha como uma de suas grandes parcerias uma empresa que já causou estragos enormes, do ponto de vista ecológico, e vem manipulando sementes de alimentos com o intuito de monopolizar sua produção, sendo que as consequências do consumo dos transgênicos para o organismo humano ainda não são suficientemente claras.²⁶⁶

As seções “Os melhores” e “Fique por dentro” tiveram lugar nas páginas 6 e 7 do Informativo de agosto de 2011, trazendo os mesmos pontos verificados na edição de julho. Foram então incluídas as relações dos maiores produtores em volume, dos produtores que alcançaram melhores índices de qualidade, dos prêmios sorteados entre os “melhores” e dos cooperados contemplados no sorteio, no primeiro caso; no segundo, novamente os números da coleta de leite no mês anterior, ou seja, mês de julho, novos associados, classificados, fases da lua, calendário de entrega de mercadorias e listagem de contatos de médicos veterinários e técnicos especializados em manutenção em ordenhadeiras.

Em “Aconteceu” receberam destaque a avaliação positiva da participação da Coopatos no 14º Sevar (Super Encontro Varejista), ocorrido em Uberlândia-MG, nos dias 12 e 13 de junho de 2011; a entrega de alimentos arrecadados como forma de inscrição de cooperados no evento Tecnoleite para a “Casa das meninas”, instituição

²⁶⁵ PREÇO ou qualidade: o que é mais importante. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 5. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁶⁶ Para maiores informações sobre os processos que a Monsanto enfrenta nos mais diversos países, verificar ROBIN, Marie-Monique. *O mundo segundo a Monsanto: da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem*. São Paulo: Radical Livros, 2008.

beneficente mantida em Patos de Minas; e a visita de uma comitiva do estado do Pará, representando uma cooperativa recém-criada naquele estado, a Cooperleite, com o intuito de verem uma cooperativa em pleno funcionamento, já que os paraenses pretendiam adotar modelo administrativo semelhante para sua cooperativa.

Na parte do Informativo denominada “Nossa Gente” recebeu destaque a trajetória de um cooperado chamado João Heráclito Queiroz, com ênfase na adoção da inseminação artificial pelo mesmo:

Cooperado há apenas 6 anos, João Paulo Heráclito Queiroz já se tornou um modelo a ser seguido no quesito qualidade do leite. Com a ajuda da assistência técnica da Coopatos, o jovem pecuarista conseguiu implantar, na sua propriedade, a inseminação artificial, que promoveu melhorias, consideráveis, no padrão genético de seu rebanho. Além disso, João Paulo também investiu na modernização da estrutura que abriga os animais, com o intuito de proporcionar um maior conforto para o gado, aumentando a sua produtividade.

(...)

“A partir desse momento, comecei a compreender a importância do trabalho de promoção da melhoria da qualidade do leite e a instituir essa meta na minha propriedade”, afirma João Paulo. O jovem produtor, que tinha um rebanho pouco produtivo, instalou sombrites e passou a proporcionar, aos animais, água de boa qualidade em todos os piquetes e uma dieta total, com dois tratamentos por dia. Mas o trabalho não parou por aí. Somado a isso, João Paulo iniciou a separação, do rebanho, por lotes e por produção, e também a implementação da inseminação artificial. Desde então, a produtividade do gado dobrou.

“Devo à Coopatos a grande evolução promovida na minha propriedade nos últimos anos. Por essa razão gostaria de manifestar a minha gratidão à cooperativa e pedir para que ela continue levando, até o produtor cooperado, o conhecimento técnico necessário para a obtenção de uma maior lucratividade na propriedade rural. Somente por meio do conhecimento e da união os pequenos produtores conseguirão fazer frente às grandes empresas do mercado”, disse.²⁶⁷

À seção “Cooperados Aniversariantes” foram acrescentadas “Notas rápidas” com destaque para a conclusão da reforma de uma ponte ligando os municípios de Vazante e Lagamar, que seria importante no sentido de reduzir o percurso dos caminhões da Coopatos que captavam, diariamente, cerca de 12 mil litros de leite na região. O artigo destacou o envolvimento de líderes do executivo dos municípios de Vazante e de Lagoa Grande, mas afirma que teria sido também essencial para conclusão da obra a colaboração de um cooperado, José Francelino Dias.²⁶⁸

²⁶⁷ COOPATOS: a minha segunda família. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 9. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

²⁶⁸ CONCLUÍDA a reforma da ponte que liga o município de Vazante ao de Lagamar. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, agosto de 2011. Ano XXII, nº 285. p. 10. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

A edição de agosto de 2011 do Informativo Coopatos encerra-se com uma secção que incluiu os itens “Espaço Cooperativismo”, “Receitas”, “Curso de Inseminação Artificial” e “Reuniões Cooperativistas”. A última página foi reservada aos anúncios da loja agropecuária da Coopatos.

Em setembro de 2011 a Coopatos publicou uma edição especial de seu Informativo inteiramente dedicada à 8ª Semana Coopatos, ocorrida no final do mês de agosto daquele ano. Nesta edição, o Informativo foi impresso com 16 páginas, sendo 9 delas voltadas para a Semana Coopatos. Desta forma, algumas das secções geralmente incluídas no periódico não foram incluídas na referida edição, e foram mantidas “Palavra do Presidente”, “Os melhores”, “Fique por dentro”, “Cooperados aniversariantes”. A capa do periódico foi ilustrada com uma fotografia da entrada principal do espaço em que foram organizados os stands de fornecedores de produtos agropecuários na Semana Coopatos, trazendo a manchete “Crescimento acima do esperado sinaliza a bem sucedida realização de mais uma edição”.

A edição de outubro de 2011 do “Informativo Coopatos” destacou, logo na capa, resultados do 25º Torneio Leiteiro Coopatos, no qual o animal que alcançou o primeiro lugar chegou a uma produção de 79 kg em um dia de ordenha. Os resultados teriam sido mais “satisfatórios” que os da edição anterior, e são apontadas as razões para isso:

Segundo Elimar Carneiro, Gerente da Loja Agropecuária de Lagoa Grande da Coopatos, os grandes diferenciais do torneio foram o manejo e a genética de cada propriedade. “Para alcançar esta alta produção, todos os participantes utilizaram as Rações Coopatos, elaboradas especialmente para o torneio, cuja qualidade tem evoluído juntamente com o evento”, disse.²⁶⁹

Na mesma edição do periódico houve novamente matérias sobre a questão da qualidade do leite, sendo que na secção “Nossa Gente” recebeu destaque o cooperado Sebastião Paulo de Magalhães, que estaria alcançando resultados satisfatórios de qualidade. Percebe-se que, para o periódico, “Nossa Gente” são sempre aqueles que supostamente aderiram às diretrizes da Coopatos para a produção de leite.

O Informativo publicado em Novembro de 2011 destaca o andamento das obras de um posto de combustíveis da Coopatos, estabelecendo a promessa de que o estabelecimento garantiria atendimento diferenciado, preços competitivos, e combustíveis de qualidade padrão “Petrobrás”. Já na “Palavra do Presidente”, fala-se na alteração climática ligada ao aumento da precipitação, e em consequência disso, o

²⁶⁹ALTAS produções marcam edição do evento. *In.: Informativo Coopatos*. Patos de Minas, outubro de 2011. Ano XXII, nº 287. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

“mercado” já estaria sinalizando para uma queda no preço pago ao produtor. Nesse caso, mais uma vez o “mercado” é apontado como sujeito, e a Coopatos não teria participação direta no estabelecimento dos preços, que estariam caindo, ainda segundo o periódico, também em função da entrada de leite importado de países como Uruguai e Chile, contra a qual o Estado não teria tomado medidas efetivas.

Em relação à edição de dezembro de 2011 merece destaque a matéria sobre a comemoração dos 17 anos do programa de rádio “Cooperativismo em destaque”, transmitido pela Radio Clube de Patos. O rádio é meio de comunicação ainda muito utilizado pelos moradores das localidades rurais do município de Patos de Minas e dos municípios vizinhos; desta forma, além de recorrer ao “Informativo Coopatos”, para disseminar as condições em que a cooperativa deseja que a produção leiteira seja conduzida, faz-se uso deste meio de comunicação que provavelmente tem uma recepção ainda mais efetiva que o próprio periódico impresso. Na “Palavra do Presidente”, existe novamente a queixa em relação à entrada de leite em pó importado no Brasil, mas também comemora-se uma estabilização do preço de rações, fenômeno que é comentado da seguinte forma:

Por uma questão mercadológica, contudo, as cotações [da soja e do milho] não subiram, uma consequência talvez da oscilação do câmbio do dólar.

Isso só mostra que apesar do período ser de dificuldades para todos, não podemos nos deixar desanimar porque, de uma hora para outra tudo pode melhorar. Mas para que isso ocorra é preciso ter fé.²⁷⁰

Assim, o mesmo periódico que defende tão ostensivamente a eficácia do saber técnico-científico, enaltece a realização de cursos e a adoção das tecnologias mais recentes para a pecuária, afirma a necessidade dos produtores terem fé!

No mês de janeiro de 2012 o Informativo Coopatos anuncia, em sua capa, a publicação da Instrução Normativa nº 62 que a IN 51, a qual supostamente buscava adequar os parâmetros de qualidade às solicitações de produtores brasileiros que não conseguiram cumprir o prazo para reduzir os níveis de CBT e de CCS. Pelo que se coloca no Informativo, a nova legislação não altera o sentido das cobranças instituídas pela IN 51, apenas opera uma modesta flexibilização de prazos e valores, além de tratar de forma mais pormenorizada de questões como o controle de doenças como a brucelose e tuberculose. Talvez possa ser considerado um avanço o fato de que o novo texto reconhece que alcançar os valores estabelecidos depende de questões inclusive de infra-estrutura que ultrapassam os limites das propriedades rurais:

²⁷⁰ PALAVRA do Presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, novembro de 2011. Ano XXII, nº 287. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2011> > Acesso em 15/03/2013.

Os novos parâmetros [...] vêm de encontro às solicitações de dos produtores brasileiros que não conseguiram cumprir o prazo para redução dos níveis de Contagem Bacteriana Total (CBT) de 750 mil UFC/ml para 100 mil UFC/ml e do teto de Contagem de Células Somáticas (CCS) de 750 mil UFC/ml para 400 mil UFC/ml. Na tentativa de alinhar os interesses do governo e do setor produtivo, a nova norma instituiu uma tolerância padrão de 600 mil UFC/ml em ambos os casos.

[...] Foi verificado, contudo, que algumas outras ações intersetoriais eram necessárias para a adequação de um maior número de produtores às novas exigências, como investimentos em eletrificação rural, na melhoria das estradas rurais de forma a facilitar o escoamento da produção.

[...] a edição da norma escalonou os prazos e os limites para a redução de CBT e de CCS até o ano de 2016, chegando a 100 mil UFC/ml e 400 mil UFC/ml respectivamente, como o que anteriormente estava previsto.²⁷¹

Na mesma matéria sobre a Instrução Normativa nº 62 é reproduzida uma fala do presidente da Coopatos, lamentando, como se era de esperar, a flexibilização dos prazos e níveis de CBT e CCS:

Pedro Francisco Ferreira, Presidente da Coopatos, vê a publicação da Instrução Normativa nº 62 como um retrocesso e uma penalização àqueles que se esforçaram. Segundo ele, desde 1995, a cooperativa vem estimulando a melhoria da qualidade do leite dos seus cooperados. “Enquanto as demais indústrias utilizavam um sistema de pagamento por volume captado, nós já havíamos implantado a remuneração por qualidade”, disse. Após quase duas décadas de trabalho duro, contou Pedro Francisco, os resultados obtidos foram fantásticos, já que grande parte dos associados da cooperativa passaram a produzir um leite com um padrão internacional. “O que me deixa chateado, contudo, é que quando chegou o momento de todos fazerem o mesmo, mudaram-se as regras”.²⁷²

Na fala de Pedro Francisco acima reproduzida omite-se o fato de que a adoção da bonificação por qualidade, na Coopatos, não excluiu a bonificação por volume, de forma que os grandes proprietários rurais continuam a serem os grandes favorecidos. Chama a atenção também o período prolongado pelo qual Pedro Francisco esteve à frente da Coopatos, sendo ele mesmo grande proprietário de terras nas proximidades de Patos de Minas.

Ainda na publicação de janeiro de 2012 são apontados objetivos e metas para o ano que se inicia:

As perspectivas de remuneração ao produtor em 2012 são ainda uma incógnita, isso porque até o momento ainda não se sabe ao certo quais serão os reflexos da crise europeia na demanda global de alimentos e na economia

²⁷¹ MAPA atualiza normas para produção de leite. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, janeiro de 2012. Ano XXIII, nº 290. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁷² MAPA atualiza normas para produção de leite. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, janeiro de 2012. Ano XXIII, nº 290. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

dos países emergentes. Por essa razão, neste ano será necessária muita cautela para não sermos pegos de surpresa.

É importante ressaltar, entretanto, que a cooperativa fará tudo o que estiver ao seu alcance para fazer de 2012 um bom ano para você produtor cooperado. Dando sequência ao trabalho realizado em 2011, continuaremos, a desenvolver as atividades que estimulem o aumento da captação, buscando subsidiar, a concretização do nosso maior objetivo que é o de crescimento tanto na industrialização de derivados quanto na coleta de nossa matéria-prima, o leite. A meta é ultrapassarmos a barreira de 300.000 litros/dia e não tenho dúvidas de que iremos conseguir alcançá-lo.

[...]

2012, enfim, tudo tem para ser um ano promissor, mesmo com os obstáculos caprichosamente colocados pelo mercado.²⁷³

A edição do “Informativo Coopatos” da qual foi retirado o trecho acima não destoa das anteriores no sentido em que concebe o “mercado” como sujeito ativo no estabelecimento das condições de produção leiteira, cabendo à cooperativa esforçar-se por amenizar os efeitos negativos dos “obstáculos” criados por esse mesmo mercado.

O “Informativo Coopatos” publicado em fevereiro de 2012 reforça a ideia de que a publicação de que a publicação da Instrução Normativa nº 62 representa um retrocesso para os produtores que já vinham se esforçando para alcançar os valores estabelecidos na Instrução Normativa nº 51, embora representasse uma “nova chance” para aqueles que continuavam por não alcançá-los. A matéria de capa destaca benefícios da “Agricultura de Baixo Carbono”; o “Informe Técnico” traz recomendações sobre os tipos de silagem que seriam mais favoráveis à produção leiteira e sobre o impacto financeiro das lesões de casco; “Nossa Gente” trouxe mais um exemplo de cooperado que se destacou na qualidade do leite, na verdade uma cooperada, Anair Moreira Teles; em “Notas rápidas” foi feito um “Giro pelo mundo do agronegócio” com dados da produção leiteira no Chile e na Argentina, geralmente apontados como os países que “ameaçam” a produção brasileira com a exportação de leite em pó.

A edição de março de 2012 é aquela à qual já se fez referência nos capítulos anteriores, quando se falava que, apesar da flexibilização representada pela Instrução Normativa nº 62, muitos produtores ainda estariam “nadando contra a corrente”.²⁷⁴

Já a edição de abril de 2012, edição de 12 páginas, é aquela que celebra os 55 anos da Coopatos:

É com grande satisfação que trazemos, até vocês esta edição especial do Informativo COOPATOS, que vem celebrar o aniversário de 55 anos da nossa cooperativa. Como vocês bem sabem, chegar até aqui não foi nada

²⁷³ Palavra do presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, janeiro de 2012. Ano XXIII, nº 290. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁷⁴ Informativo Coopatos. Ano XXIII. Nº 292. Patos de Minas. Março de 2012. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

fácil. Também nem poderia ter sido, afinal, estatísticas apontam que 70% das empresas no Brasil fecham as suas portas ainda nos primeiros anos de vida. [...] Com a Coopatos os obstáculos ao longo de todos esses anos não foram menores. Em mais de meio século de história, a cooperativa enfrentou crises, superou desconfiças e se reinventou dia após dia, adequando as suas unidades de negócios às exigências mercadológicas. Passados 55 anos, contudo, observamos que conseguimos vencer todas as dificuldades. A pequena cooperativa de consumo ficou para trás, dando lugar a uma empresa sólida, com destaque regional, estadual e nacional, compromissada com o bem-estar do produtor rural e com o desenvolvimento da sua propriedade.²⁷⁵

No trecho supracitado, se percebe que é exaltada a “sobrevivência” da Coopatos no mercado, mas o que dizer dos proprietários rurais que, do ponto de vista financeiro, não “sobreviveram” ao longo do período? Não se faz menção àqueles que abandonaram o meio rural, ou que reduziram drasticamente seu rebanho e desvincularam-se da Coopatos, vivendo, sobretudo, de aposentadoria, como é o caso do senhor Antônio José da Silva. Da mesma forma, nada é dito sobre os jovens que, herdando a propriedade rural, preferem destiná-la a usos como o aluguel de pastagens, como têm feito os filhos do senhor Evandro, vizinho de Vantuir dos Santos Gonçalves Rodrigues. Desta forma, é comemorado o sucesso da cooperativa, mas são ignoradas as falências de muitos pequenos proprietários, o endividamento de outros, as dificuldades cotidiana no sentido de continuar produzindo e comercializando leite.

Reforçando a constatação de que a Coopatos atua essencialmente como empresa, e não como cooperativa, na edição de Abril de 2012 é destacado seu sucesso enquanto “empresa sólida” e o alcance regional, estadual e nacional de seus negócios. Ora, qual a relevância desta abrangência dos negócios da mesma para proprietários que mal conseguem manter sua pequena propriedade? Por fim, se faz referência ao fato de que a cooperativa teria vencido “desconfianças”, provavelmente, algo voltado para aqueles produtores que não se adequam a normas e procedimentos por ela ditados, que em alguma medida não se submentem a um conjunto de valores, conhecimentos, concepções e práticas impostos, e que não dialogam com o conjunto de valores, conhecimentos, concepções e práticas inerentes ao meio onde vivem e trabalham muitos dos proprietários rurais, sobretudo aqueles de pequeno porte.

No Informativo Coopatos de maio de 2012, também publicado com 12 páginas, anuncia-se a realização da 4ª Tecnoleite (Encontro Coopatos sobre a Qualidade do Leite) prevista para o dia 28 de abril daquele ano:

²⁷⁵ Palavra do Presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 293. Patos de Minas. Abril de 2012. p. 2. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

Este ano, o encontro passou a integrar a programação da Fenaleite – Feira Nacional do Leite – promovida pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Patos de Minas. Segundo o assistente técnico administrativo da Coopatos, Flávio Nelson, com a sua realização, a Coopatos dá mais um relevante passo no trabalho de educação continuada que há tantos anos é promovido junto aos cooperados. “Sabemos que, para conseguirmos disseminar a importância da qualidade, precisamos munir os produtores com informações acerca dos benefícios de uma produção de alto nível, entre os quais estão o aumento da rentabilidade”, explica.²⁷⁶

No trecho do Informativo Coopatos acima exposto, a desarticulação dos saberes construídos pelos agricultores familiares, em suas experiências cotidianas, e transmitidos por gerações, recebe o nome de “educação continuada”. É possível perceber também que a não adesão aos procedimentos que supostamente garantiriam a qualidade do leite é associada a uma falta de “informação” por parte dos produtores, sendo que o principal argumento para convencê-los é o da rentabilidade. Os pequenos proprietários rurais compreendem perfeitamente o fato de que alcançar os níveis de qualidade exigidos levaria a um aumento do valor pago por litro de leite pela cooperativa, mas compreendem também que os meios para alcançá-los são onerosos, acarretam em aumento dos gastos com rações, medicamentos, utensílios e equipamentos, além de exigir ainda mais horas diárias de trabalho voltado para a pecuária de leite. Independentemente de atingir ou não os níveis de qualidade exigido, a produção de leite envolve a remuneração mensal, e desta forma, houve sim aumento da renda das famílias. As casas possuem eletrodomésticos que ali não existiam no período em que produziam milho e feijão, na maioria das propriedades foi adquirido o carro próprio, e os barracões e currais já contam com a ordenhadeira e o tanque de expansão. Mas o que incomoda os produtores é o fato de que ainda assim estarão em desvantagem em relação aos grandes proprietários, e além disso, as aquisições acima mencionadas representam, muitas das vezes, endividamentos a longo prazo e não há garantias suficientes de que conseguirão continuar vivendo e produzindo no campo, até por que, não há segurança sequer de que continuarão a deter a propriedade da terra.

Seguindo a linha de raciocínio da artificialização da natureza, o Informativo traz uma matéria incentivando o uso da inseminação artificial em seu “Informe Técnico”. Após a exposição de uma pequena “história” do uso da inseminação artificial, são feitas as seguintes afirmações:

²⁷⁶ COOPATOS promove encontro sobre qualidade. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 294. Patos de Minas. Maio de 2012. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

Há alguns anos, a inseminação artificial passou a se configurar como uma ferramenta de extrema importância também para os pecuaristas. Os produtores rurais começaram a enxergar a genética do rebanho como um diferencial, devido a necessidade da busca por animais mais produtivos. Muitos pecuaristas, contudo, insistem em ignorar os benefícios do procedimento, argumentando que a técnica ainda é uma ferramenta nova, não muito confiável. Isso é um engano, afinal, não é de hoje que a técnica começou a ser aplicada em bovinos.

[...] Graças a esse trabalho, o produtor passou a ter à sua disposição a técnica da inseminação artificial, que é fácil e barata.

[...] Antes de mais nada, entretanto, o produtor precisa encontrar o ponto de equilíbrio entre a excelência da sua produção e o manejo, o que pode mudar conforme o tipo de rebanho.²⁷⁷

Persiste a tendência a atrelar a resistência dos produtores em adotar certas práticas apenas a questões de desconfiança e falta de informação, além disso, são usados termos do jargão empresarial, como “excelência” da produção, demonstrando a orientação do Informativo na direção das concepções da iniciativa privada empresarial das grandes corporações.

No mês de junho, de 2012, o Informativo Coopatos destacou os resultados da 4ª Tecnoleite, realizada no dia 28 de maio do mesmo ano; as perspectivas de queda no preço pago por litro para o produtor, devido um suposto aumento da entrada de leite e derivados importados, e diminuição da captação nas propriedades; além de anunciar a realização do 9º Leilão de Elite da cooperativa. Em eventos como este leilão de gado leiteiro são vendidas reses a preços exorbitantes, de forma que a aquisição de animais deste tipo, que podem ultrapassar o valor de R\$ 6.000, representaria um gasto de grande impacto, sobretudo, para pequenos proprietários rurais. Contudo, diante supostas facilidades de crédito e parcelamento, muitos deles acabam por adquirir tais animais. São animais criados em ambientes muito diferentes daquele encontrado nas propriedades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús; os animais do leilão estão acostumados a pastagens planas e próximas da sede das fazendas, oferta constante de ração balanceada, proximidade dos reservatórios de água etc. Muitas destas vacas, ao chegarem nas propriedades dos compradores, onde o relevo é acidentado, a ração é fornecida em quantidades menores, a disponibilidade de água não é a mesma o ano todo etc., acabam por adoecer, param de se alimentar, deixam de produzir, e não raro morrem, mesmo que o produtor invista em remédios e atendimento do médico veterinário.

²⁷⁷ COOPATOS promove encontro sobre qualidade. In.: *Informativo Coopatos*. Ano XXIII. Nº 294. Patos de Minas. Maio de 2012. p. 4. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

Assim, os produtores rurais são incentivados a adquirir animais a um preço muito elevado, contraem dívida a longo prazo, e correm o risco de perder o dinheiro investido pois nem sempre tais animais se adaptam às condições de suas propriedades. Quando os animais não chegam a morrer, caem drasticamente de produção ao chegar à propriedade de seu comprador, não atingem mais o volume de leite anunciado nos leilões, impossibilitando também o retorno do capital investido.²⁷⁸

Não foi possível acessar o “Informativo Coopatos” de julho de 2012. O arquivo disponibilizado no site da cooperativa era na verdade uma cópia do informativo do mês de junho daquele ano.

A edição de agosto de 2012 do “Informativo Coopatos” destacou prêmio recebido pela Coopatos em relação a um dos derivados do leite por ela produzido, o requeijão cremoso; na “Palavra do Presidente” se fez referência ao aumento do custo de produção em função do aumento do preço da ração, que aparece associado ao grande volume de grãos, sobretudo soja e milho, que o Brasil estaria importando; e no “Informe Técnico” o foco mais uma vez recaiu na questão da qualidade do leite já que foi destacada a eficiência de determinados desinfetantes na higienização de utensílios e das mamas das vacas.²⁷⁹

No que se refere ao “Informativo Coopatos” de setembro de 2012, edição de 16 páginas, foi realizado na mesma um balanço da 9ª Semana Coopatos, de forma que já na “Palavra do Presidente” recebeu destaque o resultado do 9º Leilão de Elite:

Neste ano, tudo transcorreu da melhor forma possível. No 9º Leilão de Elite, o sucesso foi absoluto. Para mim inclusive, essa foi a melhor edição do evento da história da Semana, mesmo que o período não fosse propício. Prova disso é que durante a sua realização cerca de 79% dos animais apresentados em pista foram comercializados, índice que nunca antes havia sido alcançado. Vacas, novilhas e bezerras foram negociadas a um preço médio de R\$ 4,7 mil, valor bastante interessante tendo em vista o momento.²⁸⁰

Além do leilão de gado leiteiro, com animais sendo vendidos a preços exorbitantes, são montados vários *stands* de empresas do agronegócio nos quais os produtos são vendidos com “descontos” para cooperados, e cujo pagamento é feito descontando-se as parcelas no pagamento de leite. Além da estrutura física, é montado

²⁷⁸ Informativo Coopatos. Patos de Minas, junho de 2012. Ano XXIII, nº 295. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁷⁹ Informativo Coopatos. Patos de Minas, agosto de 2012. Ano XXIII, nº 297. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁸⁰ PALAVRA do presidente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, setembro de 2012. Ano XXIII, nº 298. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

um site a cada edição do evento, a abertura do evento conta com a presença de líderes políticos locais, como o prefeito de Patos de Minas em exercício, além de investimento maciço em divulgação do evento. Os *stands* são ocupados por representantes de multinacionais como Bayer, Valle, Monsanto, Cargil etc. Incluindo empresas dos ramos da medicina veterinária, sementes e insumos agrícolas, máquinas agrícolas e tratores etc. As imagens abaixo dão uma amostra da estrutura que geralmente é montada para a Semana Coopatos:



Figura 13 - Entrada dos Stands da 8ª Semana Coopatos²⁸¹

²⁸¹ Disponível em: < http://www.patosnoticias.com.br/o_que_acontece/noticia/9754-economia-8-semana-coopatos-traz-oportunidades-de-negocios-e-conhecimento-para-o-homem-do-campo/www.cnipatos.com.br > Acesso em 03/07/214.



Figura 14 - Entrada dos Stands da 6ª Semana Coopatos.²⁸²



Figura 15 - Leilão de gado leiteiro - 10ª Semana Coopatos.²⁸³

Além dos stands reservados às grandes empresas, na 10ª edição do evento, foram disponibilizados 18 estandes para comercialização de produtos artesanais e alimentícios

²⁸² Disponível em: < http://www.patosnoticias.com.br/o_que_acontece/noticia/4819-agronegocio-aberta_oficialmente_a_6_semana_coopatos/busca > Acesso em 03/07/2014.

²⁸³ Disponível em: < <http://www.abspcplan.com.br/?pages=news&id=1988> > Acesso em 04/07/2014.

oriundos de 16 comunidades, constituindo a 8ª Feira Artesanal das Comunidades Cooperativistas.²⁸⁴

Na edição de outubro de 2012, uma matéria publicada no “Informativo Coopatos” trazia exemplos de trajetórias de dois produtores rurais no sentido de demonstrar que a assistência técnica, ou seja, o recurso ao conhecimento técnico-científico, é indispensável para a viabilidade da pecuária de leite:

Carlinho, contudo, não foi o único a perceber a importância da assistência técnica. O produtor Ronaldo Azevedo Guimarães, filho do cooperado Ary Guimarães, também decidiu que era chegada a hora de investir nesse trabalho. O pecuarista que hoje administra a Fazenda Cascata, de propriedade de sua família, conta que há alguns anos a propriedade era assistida por um técnico. “Há algum tempo atrás, decidimos parar de tirar leite, e por isso, interrompemos o trabalho da assistência técnica na nossa fazenda. Devido à boa relação que mantínhamos com a coopertativa e ao grande valor investido no negócio, contudo, acabamos desistindo da nossa decisão” explica Ronaldo. Diante disso, conta, a família decidiu retomar o investimento para ter um controle maior da produção e reprodução verificada na propriedade. Para Ronaldo, trabalhar com a atividade leiteira atualmente não está nada fácil e, por isso, o produtor precisa lançar mão de todas as ferramentas possíveis para conseguir aumentar sua rentabilidade. Carlinho por sua vez, afirma que se prosperar já é difícil com a assistência, sem ela isso se torna impossível.²⁸⁵

O complexo jogo dos embates entre os valores culturais de diferentes grupos, e atuação dos setores que se pretendem hegemônicos, no sentido de impor sua cultura como única, ou no mínimo como principal referência, envolvem, muitas das vezes, conseqüências, negociações, e a incorporação de costumes de outras épocas, ou oriundos de outros grupos, conforme nos orienta Williams²⁸⁶. Pensemos nas pretensões do agronegócio enquanto amparados no aparato cultural “dominante”, empenhado em construir sua hegemonia nos níveis social, econômico e ideológico, e no “Informativo Coopatos” e nos eventos (feiras, leilões, cursos técnicos, palestras) como alguns dos muitos instrumentos da Coopatos, cujos líderes estão claramente alinhados com o agronegócio, como instrumentos da construção desta hegemonia. Embora os ataques aso saberes, práticas e valores que por décadas fizeram parte do cotidiano dos pequenos proprietários rurais, sejam constantes, existem conseqüências, como a abertura de espaço para a realização da feira de artesanato, dentro da programação da Semana Coopatos. Assim, elementos de uma cultura que pretende-se que desapareça, são ressignificados e

²⁸⁴ NOTAS rápidas. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, setembro de 2012. Ano XXIII, nº 298. p. 14. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁸⁵ NOSSA gente. In.: *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, outubro de 2012. Ano XXIII, nº 299. p. 9. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁸⁶ Sobretudo em: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores.

“aceitos”, embora, na prática, o conjunto geral da cultura dos agricultores familiares venha sendo contestada, e as próprias características da produção leiteira, da forma como vem sendo conduzida, criam obstáculos para que esta cultura persista. Sem muita reflexão é possível questionar: quem tem tempo disponível, nas pequenas propriedades rurais, para dedicar-se ao artesanato, se uma porção cada vez maior do tempo das famílias que nelas vivem tem sido dedicado à pecuária de leite?

O “Informativo Coopatos” de novembro de 2012 foi mencionado na Introdução do presente trabalho, sendo que nesta edição, foi destacada a posição de Minas Gerais enquanto líder na produção nacional de leite. Na mesma edição, foram apontados números da produção leiteira em Patos de Minas, que seria a segunda maior bacia leiteira do país:

[...] a Coopatos prestou e ainda presta relevantes contribuições para a manutenção deste título. Consolidada como um dos principais expoentes cooperativistas do estado, a empresa é reconhecida pelo trabalho realizado há mais de meio século junto ao produtor rural, na administração dos seus negócios e junto à sociedade, na promoção do desenvolvimento regional. Segundo o presidente da Coopatos, Pedro Francisco Ferreira, os bons resultados registrados pelo estado e pelo município na pesquisa podem ser enxergados como uma consequência desse trabalho. Conforme Pedro: “Em julho de 2001, a produção de Patos de Minas girava em torno de 110 mil litros de leite. Seis anos depois, contudo, já em 2007, o município registrou uma captação recorde de 300 mil litros graças à evolução do setor”. Entre os fatores que impulsionaram esse crescimento, Pedro destaca a melhoria genética e do manejo das fazendas da região, bem como a conscientização, por parte dos produtores, acerca da importância da assistência técnica.²⁸⁷

Por fim, a edição de dezembro de 2012 do Informativo Coopatos fez referência, dentre outros temas, à inauguração de uma loja agropecuária em Guimarães, município do Estado de Minas Gerais vizinho de Patos de Minas, e novamente foi destacada a necessidade de “esforço” por parte de todos os operários na busca da qualidade do leite:

Produzir leite com qualidade tem deixado de ser um diferencial competitivo para o produtor e se tornado uma obrigação. Isso se deve a diversos fatores, dentre os quais podemos destacar a IN-62 do Mapa, legislação em vigor desde 30 de dezembro de 2011 que estipula parâmetros mínimos de qualidade do leite, e a política de valorização da qualidade (PVQ) [...] no caso da Coopatos, a remuneração pode chegar a R\$ 0,18/litro de leite, ou seja, aproximadamente 20% do valor recebido no final do mês. [...] comprando um leite de qualidade dos seus cooperados, a cooperativa paga um melhor preço pela matéria-prima, contribuindo para a continuidade da atividade, e consequentemente, do fornecimento.²⁸⁸

²⁸⁷ MINAS Gerais, líder em produção de leite . *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, nov. 2012. Ano XXIII. nº 300. p. 3. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

²⁸⁸ A IMPORTÂNCIA de cada cooperado na qualidade do leite. *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, dez. 2012. Ano XXIII. nº 301. p. 4. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=2012> > Acesso em 15/03/2013.

A relação estabelecida entre a Coopatos e os cooperados é uma relação de domínio desta sobre aqueles, sobretudo no que se refere aos pequenos produtores rurais, mas sem que haja com isso uma apropriação direta da terra. A empresa em questão busca controlar a forma como o leite é produzido, num vasto território, com base em suas perspectivas de lucro e de expansão de negócios, sem precisar estabelecer um vínculo duradouro com a terra, algo muito diferente do que ocorre entre as famílias, já que a propriedade geralmente atravessa gerações, muda de proprietário, mas de forma que este seja sempre da mesma família. Assim, percebe-se que as estratégias do agronegócio variam de acordo com suas aspirações e características de cada região e de cada produto a ser comercializado, de forma que nem sempre ocorre uma apropriação direta da terra. Provavelmente, a estratégia de controlar a produção sem necessariamente se apropriar da terra é um passo no sentido de evitar a cobrança de impostos como o ITR, além de permitir uma mobilidade que tem sido característica tanto de empresas do ramo agropecuário quanto de outros setores. Assim, se o negócio deixa de render o lucro esperado, em um determinado lugar, a empresa simplesmente se transfere para outro local com maiores perspectivas de lucro. É o que ocorre com o arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, e no exemplo trazido pela reportagem abaixo, que trata do encerramento de contratos entre a BRF Foods e criadores de peru de Minas Gerais:

Apresentadora: Cerca de 80 criadores de peru de Minas Gerais que trabalhavam em parceria com a BRF, indústria criada após a fusão da Sadia com a Perdigão, tiveram seus contratos encerrados. Os agricultores reclamam que foram pegos de surpresa.

Repórter: Seu Denaldo Pereira e a mulher dele Keilismar, trabalharam onze anos com a criação integrada de perus no Alto Paranaíba, mas há poucos dias o casal recebeu por meio de um oficial de justiça uma notificação de que o contrato com a indústria de alimentos havia terminado.

Sr. Denaldo: Fiquei supreso, porque eu num fui avisado de nada, não compensa é o tanto que eu investi aqui e eles tinha que indeniza. Dezesete mil reais que es tão oferecendo... o investimento aqui é de mais ou menos duzentos né...

Repórter: Dona Keilismar reclama das condições que a empresa estipulou no documento que encerra o contrato.

Sra. Keilismar: Se nós assiná esse contrato nós num vai ter direito de reivindicá nada né, o que eles tão oferecendo pra nós é muito pouco pra ser uma indenização né.

Repórter: Na produção integrada os criadores investem na construção dos barracões e na infraestrutura da propriedade, e a indústria fornece as aves, ração e outros insumos necessários e assistência técnica, além claro, de comprar toda a produção a um preço pré-estabelecido.

[...]

Paulo Barbosa (Repórter): De acordo com a Associação dos Granjeiros Integrados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a Agritap, nestas duas regiões quase oitenta criadores estão com os barracões assim: vazios; isso porque a indústria encerrou os contratos para a produção agrícola integrada.

No documento enviado para os criadores a indústria justifica que o término dos contratos se dá por conta de uma redução na produção diária na fábrica de abatedouros em Uberlândia no Triângulo Mineiro. O presidente da associação faz um alerta para os criadores:

José Gaspar de Faria (Pres. Assoc. dos Granjeiros Integrados): A gente tá orientado o pessoal para que não assine nenhum distrato antes de consultar alguém que possa orientá-los pra ver quais são realmente seus devidos direitos.

Apresentadora: A BRF informou em nota que cumpre todas as obrigações assumidas em contrato com os produtores integrados e que a decisão de descontinuar a parceria deve-se à queda de demanda especialmente no mercado internacional. A empresa reforça que o comunicado foi feito no mês de maio à associação dos granjeiros e afirma também que todos os agricultores serão ressarcidos de acordo com os valores estabelecidos em contrato.²⁸⁹

Retornemos então ao conceito de “economia moral” presente em textos de Edward Palmer Thompson, sobretudo em “Costumes em comum” e “Tradición, revuelta y consciencia de clase” para melhor analisar a relação entre pequenos proprietários rurais e a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas. A resistência dos mesmos em seguir a risca todos os procedimentos impostos pela cooperativa para se alcançar os níveis de qualidade recomendados; o recurso a estratégias como a consulta aos motoristas dos caminhões que coletam o leite nas propriedades, no sentido de informar-se sobre a data da coleta de amostras para análise laboratorial e assim evitar colocar no tanque de expansão o leite de alguma vaca que pudesse comprometer o resultado do exame; a queixa constante de má remuneração e alto custo da produção; estão associados ao fato de que estes trabalhadores compartilham de uma economia moral que não condiz com as concepções daqueles que estão à frente da Coopatos. Pelo esforço diariamente empreendido, pelos investimentos financeiros constantes, pela consciência do alto preço do leite nos supermercados, receber cerca de R\$ 0,85 por litro de leite, é, no mínimo, desanimador. Eles chegam a afirmar que a cooperativa deveria gastar menos com materiais como o “Informativo Coopatos” e com a divulgação de seus eventos, que talvez assim, o produto de seu trabalho seria melhor remunerado.

As alusões da cooperativa às importações de lácteos da Argentina, do Chile e do Uruguai, e aos “indicadores mercadológicos” como causas para os baixos valores pagos ao produtor, soam desprovidas de significado para os moradores de Lobeira, Três Barras

²⁸⁹Transcrição de reportagem veiculada pelo programa Globo Rural, da Rede Globo de Televisão disponível no site da emissora.. Disponível em: < <http://globoTV.globo.com/rede-globo/globo-rural/v/criadores-de-peru-de-mg-tem-contrato-suspenso-por-empresa-brf/2735646/> > acesso em 31/08/2013.

e Capoeirão dos Badús, pois, se fornecem o leite para a Coopatos, é ela a responsável pela baixa remuneração e o alvo de sua insatisfação. Quando ocorrem modestos aumentos no valor pago ao produtor por litro de leite a própria cooperativa não é a primeira a vangloriar-se em seu “jornalzinho”? Muito se fala da cotação dos grãos, como milho e soja, como causa do alto custo das rações... mas a Coopatos não possui a própria fábrica de rações? Não é ela mesma a principal fornecedora deste insumo para os cooperados? Não faltam plantações de soja e milho nas proximidades de Patos de Minas, o que justificaria buscar nas transações de importação e exportação destes grãos a causa do alto custo da ração?

Na verdade, a Coopatos não compra todas as matérias-primas das rações no estado de Minas Gerais, já que existe muita oferta inclusive em estados da Região Sul a um preço relativamente melhor, mas ainda que este detalhe não seja do conhecimento de todos os produtores, o quadro geral da economia globalizada não é o antagonista direto dos trabalhadores. A concepção de “economia moral” obviamente ultrapassa a questão monetária, e desta forma, para os cooperados, a desvalorização do leite, significa uma desvalorização de seu trabalho, de seu esforço e do comprometimento em pagar em dia financiamentos e despesas ligadas à produção leiteira, como as compras na loja agropecuária. Obviamente, os produtores rurais que trabalham usando basicamente mão de obra familiar almejam lucrar com a produção de leite, mas existem muitos outros valores e significados atrelados à atividade que exercem, e ligados à própria forma destes trabalhadores se relacionarem com a terra, com os animais e com a família, e tudo isso diverge em vários aspectos daquilo que prega a Coopatos. Certo e errado, justo e injusto, caro e barato, combinam-se no conjunto de referências que compõem a economia moral dos agricultores familiares e que, por sua vez, fazem parte do universo mais amplo de sua cultura de classe, sendo que esta se confronta cotidianamente com as perspectivas do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo que, inicialmente, objetivava apenas compreender o processo de substituição da fonte de renda de famílias das localidades de Lobeira, Três Barras e Capoeirão dos Badús, de uma forma relativamente isolada, focada sobretudo nas determinações internas para este processo, acabou por buscar relacionar esta mudança a processos históricos mais amplos, cronológica e espacialmente. De início, as questões básicas eram: Por quê, as famílias que obtinham sua renda sobretudo do plantio e comercialização de milho e feijão, passaram a obtê-la da pecuária de leite? Como aconteceu a transição de uma fonte de renda para outra? O que se alterou no cotidiano destas pessoas em função disso?

Mas as leituras realizadas ao longo da pesquisa e os resultados obtidos da análise das fontes levaram a uma reformulação das questões que orientaram este trabalho, sobretudo no sentido de considerar processos históricos que se desenrolaram nos âmbitos local, regional, nacional e internacional e que influenciaram na decisão dos produtores rurais de concentrar seus esforços na produção de leite, tornada gradativamente sua principal fonte de renda.

Como em qualquer pesquisa histórica, ao lado de algumas respostas, surgiram inúmeras perguntas e questões novas, provocando o alargamento do horizonte das investigações, e surgiu também a constatação de que está em jogo, nos processos estudados, o confronto entre diferentes formas de conceber o trabalho no campo, a relação com a terra, os valores, saberes e práticas ligados à produção de gêneros agropecuários. De um lado, empresários, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, dirigentes de laticínios, defendem enfaticamente a supremacia do saber técnico-científico e a condução da produção agropecuária sob a ótica empresarial, com base em concepções de rentabilidade, especialização e eficiência. De outro, famílias de proprietários rurais, que vivem e trabalham no campo, que combinam, na forma como se relacionam com a produção de gêneros agrícolas e pecuários, valores de cunho moral, econômico, religioso e afetivo. Isso porque, a terra onde vivem e trabalham, é bem mais que um “meio de produção” ou um investimento; ela é também seu lar, o patrimônio da família, um local com o qual estabeleceram uma relação duradoura, um

vínculo que é inclusive afetivo. De um lado, sujeitos que almejam aumentar exponencialmente suas perspectivas de lucro, expandir negócios, atingir mercados internacionais, alcançar a “excelência” na produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de lácteos. De outro, pessoas que almejam sim ao ganho financeiro, mas que também buscam estabilidade e segurança, buscam a certeza de que poderão continuar morando e produzindo em suas propriedades, de que poderão continuar vivendo, trabalhando, educando seus filhos, da forma que consideram justa, correta e que faz sentido dentro de seus referenciais religiosos, econômicos, morais e afetivos.

Num primeiro momento, foram descritas características dos lugares que compõem o recorte espacial da pesquisa, e também foram explorados aspectos da trajetória de algumas das famílias sobre as quais a análise se concentrou. Em ambos os casos, se buscou atentar para o caráter essencialmente dinâmico das famílias e das localidades analisadas, destacando mudanças e permanências observadas conforme substituíam a agricultura pela pecuária de leite como fonte de renda.

Em seguida o foco recaiu sobre a questão dos valores e conhecimentos envolvidos na produção agropecuária, inerentes tanto aos setores ligados ao agronegócio quanto às famílias de proprietários rurais; e sobre os embates entre estes dois referenciais culturais onde, o primeiro grupo esforça-se por impor suas perspectivas sobre o segundo. Posteriormente, a atenção voltou-se para o cotidiano de trabalho, suas transformações diante da mudança da fonte de renda, e implicações para os mais variados aspectos das experiências compartilhadas pelos moradores das três localidades rurais investigadas na pesquisa. Desta forma, foi necessário compreender como as mudanças na rotina de trabalho influenciaram e foram influenciadas por valores e práticas religiosos, costumes, atividades de lazer etc.

Toda a trajetória da pesquisa envolveu uma constante reflexão sobre a forma de se fazer referência aos sujeitos, espaços e atividades analisados. Assim, foram fundamentais a reflexão e debate sobre as concepções de “agronegócio”, “agricultura familiar”, “produtor familiar”, “pequena propriedade rural”, “pecuária” etc. A principal conclusão da discussão teórico-metodológica acerca destes e de outros conceitos é a de que estas significações também fazem parte dos processos históricos analisados, são dinâmicas e extremamente ligadas às relações sociais estudadas.

A ligação entre as situações vivenciadas nas três localidades do município de Presidente Olegário destacadas e processos históricos que se desenrolaram em períodos cronológicos relativamente longos e envolveram espaços geográficos também amplos

foi investigada na própria permanência de uma estrutura fundiária desigual, excludente e marcada pela concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos no Brasil; na existência de um aparato legal que torna a produção no campo claramente favorável aos detentores da grande propriedade rural e do capital privado empresarial, sendo desfavorável à produção familiar e em pequena escala; e na atuação da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas, entidade que influencia de forma mais imediata o trabalho dos moradores de tais localidades envolvidos na pecuária de leite.

Em meio a uma gama significativamente ampla de tipos de fontes possíveis foram privilegiadas, de um lado, as entrevistas com moradores das três localidades, sendo o principal conjunto de fontes que poderiam nos aproximar das perspectivas destes sujeitos sociais em relação às suas vivências e atividades por eles desenvolvidas, e de outro, matérias do periódico denominado “Informativo Coopatos”. O recurso a este último partiu da constatação de que a Coopatos, empresa para a qual a maioria dos produtores rurais entrevistados fornecem leite, está amplamente alinhada com as concepções do agronegócio, sendo também o agente social que estabelece a relação mais direta com os proprietários no tocante às atividades que desenvolvem. Evidentemente, a Coopatos é apenas a “ponta do *iceberg*”, apenas uma parte de uma rede de interesses e estratégias que tem sido associada ao “agronegócio”. A restrição a dois grupos básicos de materiais foi efetuada inclusive em função dos limites de tempo para execução da pesquisa, mas nem por isso comprometeu a elucidação das questões colocadas.

Não se trata de uma nostálgica defesa do retorno das famílias à produção agrícola da forma como ela ocorria “tradicionalmente”, até porque, não podemos dizer exatamente onde termina o “tradicional” e começa o “novo”. Tais sujeitos não viveriam e trabalhariam da mesma forma para sempre, pois pensar desta forma e esperar que assim se desenrolasse sua trajetória seria desconsiderar sua própria condição de sujeitos históricos transformadores do espaço onde vivem, capazes de desenvolver conhecimentos, de produzir e transformar valores, costumes e concepções. Também não existe aqui um olhar romântico para o homem do campo no Brasil caracterizando-o enquanto dotado de práticas e valores que configurariam uma alternativa ao capitalismo. Conforme já foi dito, a lucratividade e busca por aumentar o patrimônio pessoal não estão excluído do conjunto de valores dos pequenos produtores rurais; ocorre que estas não são as únicas orientações de seu agir, pensar e trabalhar.

A grande constatação é a de que as transformações mais recentes em suas vidas, contudo, foram aceleradas e influenciadas por interesses, ideias, práticas, estratégias e valores de grupos sociais comprometidos com o próprio enriquecimento e conquista de uma posição hegemônica, em detrimento de todo um modo de vida compartilhado por aquelas famílias de proprietários rurais. Se por um lado não houve ainda a expulsão imediata destas pessoas do campo, se a maioria deles ainda não perdeu efetivamente a propriedade da terra, opera-se uma apropriação indireta de amplos territórios, através do controle dos processos produtivos. Existe aí um ataque exaustivo à autonomia – que não deve ser pensada necessariamente sob a ótica individual e isolacionista – das famílias de produtores rurais, pois outros grupos sociais advogam para si a prerrogativa de decidir quem pode produzir, o que deve ser produzido, como deve ser produzido, as condições da comercialização dos gêneros agropecuários, e para onde deverão fluir os lucros desta atividade.

Não se trata também de uma constatação fatalista da “derrota” dos agricultores familiares enquanto classe e todo o modo de vida por eles compartilhado diante da vitória inexorável do agronegócio. Foram encontradas evidências suficientes de formas de resistência, de práticas de contestação, negociação e enfrentamento, que por mais que não constituam, ainda, formas institucionalizadas de luta, não deixam de se significativas, e muito menos desmerecedoras da atenção do olhar acadêmico.

As discussões na qual se inserem a presente dissertação, as quais de forma alguma se encerram com ela, apontam para questionamentos que vão muito além dos limites de três localidades rurais de um determinado município de Minas Gerais. Elas envolvem questões sociais, políticas, econômicas e culturais da contemporaneidade, que formaram-se mediante processos históricos longos e complexos, e relacionam-se com problemas que interessam às mais diferentes classes sociais: a função social da terra, a disponibilidade de alimento para as próximas gerações, o difícil equilíbrio entre produtividade e sustentabilidade etc.

Existem disputas atuais extremamente significativas em torno da atividade agropecuária que opõem, de um lado, bancos, empresas privadas multinacionais, grupos políticos alinhados com estas instituições; e de outro, trabalhadores rurais assalariados, comunidades quilombolas, remanescentes de comunidades indígenas, trabalhadores sem terra, integrantes dos movimentos de luta pela terra e pequenos proprietários rurais. Este último grupo não pode ser considerado uma unidade, uma “classe”, pois vivem e trabalham em condições extremamente diversas entre si, mas sem dúvida, são o grupos

historicamente em desvantagem, no Brasil e em outras partes do mundo, nas relações sociais, o que não se restringe aos processos produtivos, que se desenrolam no meio rural e fora dele.

FONTES

Entrevistas:

ROSA MARIA RODRIGUES. 51anos. Esposa de Valmir Rodrigues, atualmente residente em Patos DE Minas. Entrevista realizada dia 03/05/2013 na residência da mesma na cidade de Patos de Minas.

ANTONIO JOSÉ DA SILVA, proprietário rural aposentado, porém, ainda produzia leite na data da entrevista. 70 anos, entrevista realizada no dia 11/05/2013, na residência do mesmo.

IVALDA DOS SANTOS MARRA. Esposa de José da Silva Marra. 64 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013.

JOSÉ DA SILVA MARRA.. 66 anos. Esposo de Ivalda dos Santos Marra. Na época da entrevista criava gado de corte na propriedade. Entrevista realizada no dia 06/05/2013 na residência do mesmo.

NADIR DE FREITAS MARRA. Esposa de Jorge Marra, proprietário rural residente em Capoeirão dos Badús. Na ocasião da entrevista estava com 60 anos. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, na residência da mesma.

VANTUIR DOS SANTOS GONÇALVES RODRIGUES: Proprietário rural, vive no Município de Presidente Olegário, na localidade de Capoeirão dos Badús, tem 48 anos, é produtor de leite. Entrevista realizada na residência do mesmo no dia 17/11/2012.

CLEIDE DE FÁTIMA RODRIGUES: Esposa do Sr. Vantuir, vive no Município de Presidente Olegário, na localidade de Capoeirão dos Badús, tem 43 anos, auxilia o marido na produção leiteira e é dona de casa. Entrevista realizada na residência da mesma no dia 18/11/2012.

Periódicos:

Informativo Coopatos: edições publicadas entre julho de 2011 e dezembro de 2012, na versão on-line. Disponível em: < <http://www.coopatos.com.br/informativos?ano=>> Acesso em 12/03/2013.

Informativo Coopatos, edição impressa de 2010: . *Informativo Coopatos*. Patos de Minas, nov. 2010. Ano XXI. nº 278.

Leite Sustentável: exemplar cedido pelo Sr. Vantuir dos Santos Gonsalves Rodrigues, que o mesmo recebeu da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. LEITE SUSTENTÁVEL. Ano I. .n. 1. Jul. / Ago. 2010.

Legislação:

Estatuto da Terra: Disponível em <
<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em 30/07/2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002. Disponível nos sites:

<<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>> acesso em 29/07/2014
<<http://www.leitebrasil.org.br/legislacao.htm>> Acesso em 17/01/2013.

Módulo fiscal: Disponível em: <
<http://www.faeng.org.br/Content.aspx?Code=284&Portal=2&ParentCode=42&ParentPath=None&ContentVersion=R>> Acesso em 17/09/2013.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Gustavo Augusto de; PEREIRA, Marcos Neves. *Bovinocultura de leite em Minas Gerais*. Disponível em < www.nucleoestudo.ufla.br/grupodoleite > acesso em 26/03/2011.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: imprensa e memória. In. : ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

BENEDETTI, Edmundo. *Bases práticas para produção de leite a pasto*. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; QUEIROZ NETO, Exolvildres. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, fev., Uberlândia, 2013.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 107-108.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“No rancho fundo”*: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. *História e Perspectivas*. n. 42. v. 23. Uberlândia: Edufu. Jan./ Jun. 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COUTINHO, Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 39. Jul. dez. 2008.

FAEMG. *Diagnóstico da pecuária do Estado de Minas Gerais em 2005*: relatório de pesquisa. Co-edição com a SEBRAE-MG, OCEMG e SENAR-AR/MG. Belo Horizonte: FAEMG, 2006.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, ago. 2006. Uberlândia, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: História de classe ou História do povo? In. : *História e Perspectivas*. n.6. Uberlândia, Jan./Jun. 1992.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. *Luta pela terra, Cidadania e Novo Território em Construção: o caso da Fazenda Santo Inácio Ranchinho*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a História dos intelectuais. In.: _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 2ª ed. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras Histórias: cultura e sujeito na História. In.: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011

MELO, Renata Faria de. *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto. 1999.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *Estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1986.

ROBIN, Marie-Monique. *O mundo segundo a Monsanto: da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem*. São Paulo: Radical Livros, 2008.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

SHIVA, V. Monocultura da mente: perspectiva da biodiversidade e da tecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003, p. 172. Apud. MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste goiano*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SILVA, Marcos A. da. A História e seus limites. *História & Perspectivas*. n.6 Uberlândia, Edufu, Jan./ Jun.1992.

SILVA, Renata Rastrelo e. *Proprietários rurais do Distrito Martinésia (Uberlândia-MG): viver e permanecer no campo – 1964 - 2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História: 2006.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, Histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980 – 2012)*. Tese de Doutorado em História Social – Pontífica Universidade Católica de São Paulo – SP. São Paulo, 2012.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Coleção discutindo a História. São Paulo: Atual Editora. 4ª Ed. 1994.

THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociead preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica. 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In.: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIDOR, Ana Carla Martins. *Alterações na legislação higiênico-sanitária do leite fluído: uma análise da legislação brasileira frente às legislações internacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de estudos e pesquisas em agronegócios. Porto Alegre, 2002.

VASCONCELOS, Regina Vasconcelos Vieira. *Narradores do sertão: História e cultura nas Histórias de assombração de sertanejos cearenses*. Programa de estudos pós-graduados em História da Pontífice Universidade Católica de São Paulo (2004) Tese de Doutorado em História Social. São Paulo-SP.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª Ed.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores.